



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**  
**DOUTORADO EM TEORIA DA LITERATURA**

**RAÍZES ROMÂNTICAS DE UMA CIÊNCIA DA LITERATURA:**  
**DENIS, ROMERO E O DISCURSO DA CRÍTICA LITERÁRIA OITOCENTISTA**  
**BRASILEIRA**

**Raul Azevedo de Andrade Ferreira**

**Recife**  
**2016**

Raul Azevedo de Andrade Ferreira

**RAÍZES ROMÂNTICAS DE UMA CIÊNCIA DA LITERATURA:  
DENIS, ROMERO E O DISCURSO DA CRÍTICA LITERÁRIA OITOCENTISTA  
BRASILEIRA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito final para obtenção do título de Doutor em Teoria da Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Anco Márcio Tenório Vieira

Co-orientadora: Profa. Dra. Evandra Grigoletto

**Recife  
2016**

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

F383r	<p>Ferreira, Raul Azevedo de Andrade Raízes românticas de uma ciência da literatura: Denis, Romero e o discurso da crítica literária oitocentista brasileira / Raul Azevedo de Andrade Ferreira. – 2016. 295 f.</p> <p>Orientador: Anco Márcio Tenório Vieira. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Letras, 2016.</p> <p>Inclui referências.</p> <p>1. Literatura – Estudo e ensino. 2. Crítica. 3. Análise do discurso. 4. Críticos. 5. Século XIX. I. Vieira, Anco Márcio Tenório (Orientador). II. Título.</p> <p>809 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2016-95)</p>
-------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**RAUL AZEVEDO DE ANDRADE FERREIRA**

**RAÍZES ROMÂNTICAS DE UMA CIÊNCIA DA LITERATURA: Denis,  
Romero e o Discurso da Crítica Literária Oitocentista Brasileira**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Letras da Universidade Federal de Pernambuco  
como requisito para a obtenção do Grau de Doutor  
em TEORIA DA LITERATURA em 9/3/2016.

**TESE APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr. Anco Márcio Tenório Vieira**  
Orientador – LETRAS - UFPE

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Evandra Grigoletto**  
Coorientador(a) – LETRAS / UFPE

---

**Prof. Dr. Antony Cardoso Bezerra**  
LETRAS - UFPE

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Evandra Grigoletto**  
LETRAS - UFPE

---

**Prof. Dr. André de Sena Wanderley**  
LETRAS - UFPE

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro**  
LÍNGUAS E LITERATURAS - URCA

**Recife – PE**  
**2016**

## AGRADECIMENTOS

Ao prof. Dr. Anco Márcio Tenório Vieira, por sua companhia e condução desde os meus primeiros trabalhos sobre a literatura brasileira do século XIX. À profa. Dra. Evandra Grigoletto, que supervisionou minha incursão pela teoria do discurso de Pêcheux e de Foucault. À profa. Dra. Fabiele Stockmans de Nardi, pelas aulas cheias de *insights*. Aos demais colegas, professores e alunos, que me permitiram pensar acompanhado e amadurecer ligado aos outros.

À família – ao meu pai, Luiz; às mulheres que gravitam comigo nesta vida: Irene, Mariana, Rúbia – fonte e destino de amor incondicional.

Tudo é novo, novíssimo, tudo, segundo o adágio, caiu das nuvens por descuido. Só se ouve falar na ciência nova, na arte nova, no direito novo, na política nova, na moral nova no sentimento novo, no caráter novo... É um século sem tradições, tudo é fresquinho ...

Sílvio Romero *História da literatura brasileira*

Mas não há só inadvertência naquele desdém dos moços; vejo aí também um pouco de ingratidão. A alguns deles se é a musa nova que os amamenta, foi aquela grande moribunda que os gerou; e até os há que ainda cheiram ao puro leite romântico.

Machado de Assis *A nova geração*

## RESUMO

Este trabalho oferece uma reflexão sobre o discurso produzido pela crítica literária que surge na primeira metade do século XIX e se desenvolve até as últimas décadas dos oitocentos. São considerados como seus marcos históricos duas publicações: o *Resumé de l'histoire littéraire du Brésil*, de Ferdinand Denis, publicado em 1826, e a *História da literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, publicada em 1888. Para certa historiografia recente da literatura brasileira, a crítica praticada no final do século XIX, a chamada crítica cientificista, diferiu radicalmente da que foi produzida durante o período romântico. Entre um e outro modelo haveria uma ruptura devida sobretudo à adoção das novas ideias científicas que vinham da Europa. Outras leituras, no entanto, preferiram enfatizar a continuidade da ideologia nacionalista e viram na passagem da crítica romântica para a crítica cientificista mais uma continuidade de ideias do que um rompimento traumático. A partir de uma reflexão sobre a teoria do discurso de linha francesa, a pesquisa que aqui é conduzida investiga as diversas possibilidades de dinâmica discursiva dos enunciados de forma a verificar o funcionamento dos discursos inerentes aos dois modelos de crítica literária. Isto permitiu avaliar a pertinência das leituras que alegam a ruptura e a continuidade e concluir que nenhuma das duas abordagens consegue dar conta da complexidade da questão. Ao invés de mera ruptura ou continuidade, conclui-se que as críticas romântica e cientificista constituem dois momentos distintos de uma mesma formação discursiva sobre a literatura. Elas constituem um discurso que se dinamiza em função das vicissitudes históricas e das transformações políticas atravessadas pela nação.

**PALAVRAS-CHAVE:** crítica literária brasileira, análise do discurso, Ferdinand Denis, Sílvio Romero.

## ABSTRACT

This research offers a reflection on the discourse produced by literary criticism that appears in the first half of the nineteenth century and develops until the last decades of the eight hundred. It is considered as its landmarks two publications: the *Resumé de l'histoire littéraire du Bresil*, by Ferdinand Denis, published in 1826, and the history of Brazilian literature, by Sílvia Romero, published in 1888. For some recent historiography of Brazilian literature, the criticism practiced in the late nineteenth century, the so called scientific critical, radically differs from what was produced during the romantic period. Between one and another model there would be a break due mainly to the adoption of new scientific ideas coming from Europe. Other readings, however, preferred to emphasize the continuity of nationalist ideology and saw in the passage of the romantic critical to the scientific criticism more a continuity of ideas than a traumatic breakup. From a reflection on the French theory of discourse, the research that is conducted here investigates the different possibilities of discursive dynamics of statements in order to verify the behavior of the discourses inherent in two models of literary criticism. This allowed to assess the relevance of the two hypotheses and to conclude that neither approach can account for the complexity of the issue. Rather than merely break or continuity, it is concluded that the romantic criticism and scientific are two different moments of the same discourse on literature. A speech that oscillates depending on the historical events and political transformations crossed the nation.

KEY-WORDS: literary criticism, discourse analysis, Ferdinand Denis, Sílvia Romero.

## RESUMÉ

Ce travail propose une réflexion sur le discours produit par la critique littéraire qui apparaît dans la première moitié du XIXe siècle et se développe jusqu'à ce que les dernières décennies du huit cents. Ils sont considérés comme ses points de repère deux publications: l'Résumé de l'histoire littéraire du Brésil, Ferdinand Denis, publié en 1826, et l'histoire de la littérature brésilienne, Sílvio Romero, publié en 1888. Pour l'historiographie récente de la littérature brésilienne, la critique pratiquée à la fin du XIXe siècle, le critique scientifique, diffère radicalement de ce qui a été produit au cours de la période romantique. Entre un et un autre modèle serait une rupture due principalement à l'adoption de nouvelles idées scientifiques venant d'Europe. D'autres lectures, cependant, on préfère mettre l'accent sur la continuité de l'idéologie nationaliste et ont vu dans le passage de la critique romantique à la critique scientifique plus une continuité des idées que d'une rupture traumatique. A partir d'une réflexion sur la théorie du discours de la ligne française, la recherche qui est menée ici étudie les différentes possibilités de la dynamique discursives des états afin de vérifier le comportement des discours inhérents à deux modèles de la critique littéraire. Cela nous a permis d'évaluer la pertinence des deux hypothèses et conclure que ni l'approche peut rendre compte de la complexité de la question. Plutôt que de simplement casser ou la continuité, il est conclu que la critique romantique et scientifique sont deux moments différents du même discours sur la littérature. Un discours qui rationalise en fonction des événements historiques et des transformations politiques qui a traversé la nation.

MOTS-CLÉS: critique littéraire, analyse du discours, Ferdinand Denis, Sílvio Romero.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: .....	10
<b>1: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO</b>	
1.1. Nacionalidade e instinto.....	19
1.2. A semântica formal e a semântica discursiva.....	38
1.3. As condições de produção da crítica romântica (I): A forma-sujeito do discurso da crítica oitocentista.....	43
1.4. As condições de produção da crítica romântica (II): Fatores ideológicos.....	58
1.5. Disputas ideológicas e identitárias no contexto da independência política.....	62
1.6. As condições de produção da crítica romântica (III): Elementos das condições de produção.....	77
<b>2: A DINÂMICA DISCURSIVA: ELEMENTOS E PROCEDIMENTOS</b>	
2.1. Enunciado e procedimentos discursivos.....	90
2.2. Enunciado e sentido.....	111
2.3. Posicionamento e direcionamento dos enunciados.....	121
2.4. O valor dos discursos.....	131
2.5. Efeitos injuntivos e disjuntivos.....	141
2.6. Memória e interdiscurso.....	147
<b>3: A CRÍTICA LITERÁRIA ROMÂNTICA NO BRASIL</b>	
3.1. A preeminência de Ferdinand Denis e do <i>Resumé de l'histoire littéraire du Brésil</i> .....	164
3.2. Um país livre, uma literatura nacional.....	179
3.3. Um país subjugado, uma literatura pobre.....	193
3.4. Imaginação e sentimento de uma literatura nacional por natureza..	203
3.5. Juventude e progresso.....	225
<b>4: A CRÍTICA LITERÁRIA CIENTIFICISTA BRASILEIRA</b>	
4.1. A crise do segundo reinado e o aparecimento de uma nova conjuntura intelectual.....	231
4.2. Heterogeneidade discursiva e antirromantismo.....	237
4.3. A alteridade constitutiva do discurso da crítica científica.....	255
4.4. Uma sociedade mestiça, uma literatura nacional.....	264
4.5. Conclusão: raízes românticas de uma ciência da literatura.....	278
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	288

## INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da crítica literária surgida e maturada no Brasil ao longo do século XIX. Nele eu estudo a constituição da atividade crítica durante o período romântico e seu desenvolvimento ao longo das décadas até assumir ares de cientificidade na obra dos críticos inseridos na chamada “geração de 1870”. Tomamos como pontos de referência o texto de Ferdinand Denis, o *Resumé de l’histoire de la littérature du Brésil*, assumido aqui como desencadeador de um longo processo discursivo, e a *História da literatura do Brasil*, de Sílvio Romero, por considerá-la uma espécie de clímax do desenvolvimento deste processo. Devido à falta de compreensão da especificidade da comunicação literária, a literatura, assim como a crítica, se viu, no período considerado, subordinada a determinações de ordem política e identitárias. Isto faz com que qualquer estudo desta natureza tenha diante de si a questão do nacionalismo, ideia motriz de quase todo o pensamento da época. Assim, a análise da crítica oitocentista torna-se também o estudo da consolidação do sentimento nacionalista, que modelou uma série de objetos tidos como relevantes para o destino da civilização brasileira, a literatura aí inclusa.

O objeto desta pesquisa não é novo em nossa historiografia crítica. Apesar do desconhecimento generalizado das nossas origens intelectuais situadas no século XIX, do “embaraço ante nossa paternidade cultural” (COSTA LIMA 1981, p.31), a existência de um continuísmo entre as gerações de críticos oitocentistas já foi apontada anteriormente. Há aqui, portanto, uma revisitação daquilo que foi denominado por Afrânio Coutinho (1968) como *A tradição afortunada*. Ele já afirmava, neste estudo, que o nacionalismo literário constituiu “a espinha dorsal do pensamento crítico do século XIX” (COUTINHO 1968, p.XXI). Assim, quando eu afirmo que houve uma tradição crítica brasileira que pode ser referida como *crítica literária oitocentista brasileira*, unificada não apenas por um critério cronológico, mas também por princípios e

fundamentos, tenho consciência que isto não constitui exatamente uma novidade. Entretanto, por motivos que ficarão claros ao longo do estudo, considero necessário voltar a este episódio de nossa história intelectual, e julgo que uma abordagem segundo outros princípios teóricos e metodológicos pode jogar nova luz sobre o tema. Considero que a descrição que se fará desta tradição, realizada a partir dos princípios da teoria do discurso, possibilita uma nova interpretação do nosso passado em um período decisivo para a formação da civilização brasileira.

Isto, em grande parte, é possível devido à consideração da conjuntura interdiscursiva na qual o discurso da crítica literária se elabora. Devido ao ecletismo do sistema intelectual brasileiro durante o século XIX, ideias de várias ordens atuaram como condicionantes da compreensão que se construía para o fenômeno literário. O pensamento mercantilista do início do século XIX, por exemplo, projetou sobre a literatura a mesma simbolização que se fazia dos bens de consumo. Por conta disso, postulou-se a necessidade de se renovar a produção literária a fim de que ela se adequasse ao 'mercado estrangeiro'. A partir deste entendimento, o processo de nacionalização de nossa produção cultural foi iniciado pela geração romântica. Outro exemplo, desta vez retirado das referências que circulavam na segunda metade daquele século, indica a contaminação da *práxis* literária por metáforas produzidas no campo da biologia. Uma vez que a literatura passou a ser concebida tal qual um organismo biológico, passou-se a pensar que ela evoluiria de maneira análoga à dos animais, o que fez com se concluísse que ela deveria ser produzida mediante uma "competição" com os outros textos existentes na tradição literária, pois assim esta tradição evoluiria. As temáticas indianistas foram então abandonadas e substituídas por outros objetos de representação literária, como as comunidades populares urbanas e sertanejas.

A invasão de discursos diversos sobre o campo discursivo da literatura e dos estudos literários revelam como a concepção de literatura que circulava no Brasil durante o século XIX ainda estava longe de possuir autonomia em relação a outros planos discursivos. A urdidura de um conceito de literatura não foi realizada unicamente por representações que se referiam exclusivamente ao fenômeno literário, mas por vários outros objetos que naquele momento apareciam como pertinentes à estruturação do campo semântico no qual a

produção literária se desenvolvia. Durante o romantismo, a ideia do que seria literatura dependia de uma série de outras noções diziam respeito inicialmente a objetos não-literários, como a nação, a natureza, a subjetividade etc. A literatura, portanto, passava a ser um conceito de segunda-mão, pois sua conceituação se dava a partir de implicações. Uma vez modificada a forma de representação dos objetos situados no campo literário, o conceito de literatura também se transformava, o que, por sua vez, implicava uma dinamização da produção literária.

Dentro do universo da crítica oitocentista, decidiu-se por tomar a obra de alguns críticos como referência, como Ferdinand Denis, Gonçalves de Magalhães, Joaquim Norberto, Sílvio Romero e Araripe Júnior. Uma vez que a pesquisa não trataria de buscar a singularidade da obra de cada um, as diferenças que certamente uma guarda em relação à outra, mas antes um esquema geral comum a todos e representativo do estado do campo literário do período, seria necessário considerar os críticos cujas obras fossem as mais complexas e extensas, ainda que isso não descartasse a necessidade de se estar atento ao trabalho dos críticos menores, pois é no trabalho destes que se pode contemplar mais efetivamente a penetração das ideias dos crítico-referência nos quadros gerais do sistema intelectual do período.

Os intelectuais que participaram do movimento que ficaria conhecido como “geração de 1870” praticaram um modelo de crítica literária que se tornara comum e hegemônico naquele momento de nossa história literária. Grande parte da autoridade desse modelo deveu-se ao prestígio que uma nova matriz conceitual importada da Europa adquirida nas décadas finais do século XIX. Esta matriz era composta por uma série de discursos científicos pertencentes a diversas áreas do conhecimento, como a antropologia, a biologia, a sociologia, a medicina e o direito. Naquele período, uma noção de ciência ganha força e a partir de então começa a circular a ideia de que apenas por intermédio de uma metodologia científica seria possível adquirir um conhecimento preciso e transparente sobre os mais diversos objetos de conhecimento, incluindo aí os textos literários. Esta certeza renovaria decisivamente as instituições sociais brasileiras. Exemplos da influência exercida por esse ideal de ciência podem ser encontrados nas novas práticas da medicina jurídica praticada por Nina Rodrigues e nas teorias de

branqueamento racial que ensejaram as políticas migratórias do governo brasileiro. Este momento renovador também se encontra nos fundamentos do processo político-social que levaram à crise da ordem imperial e culminaram com a abolição da escravidão e a proclamação da república. O campo dos estudos literários foi igualmente influenciado pelo cientificismo, de modo que críticos e historiadores literários intencionaram modernizar os estudos literários mediante a adoção de pressupostos reconhecidos como científicos.

Segundo os próprios críticos que praticaram a crítica científica, a modernização dos estudos literários seria responsável pela superação do entendimento de literatura produzido pelo romantismo. Isto se daria em consonância com a modernização de outros setores da sociedade, como a instituição católica e a escravista. Grande parte de nossa crítica literária contemporânea encontra-se alinhada a essa interpretação daquele movimento e enxerga a chamada “geração de 1870” como responsável por uma revolução de nosso pensamento literário. Exemplo de uma tal posição pode ser verificado nos escritos de Afrânio Coutinho sobre o tema (COUTINHO 1999, p.21), que entende que a renovação da matriz teórica utilizada pela crítica científica fez com que o pensamento romântico fosse levado ao seu esgotamento. Este posicionamento, entretanto, não é consensual. Críticos, como Antonio Candido, enxergam uma linha contínua entre a crítica praticada durante o romantismo e a que viria a ser concretizada com os escritos dos intelectuais do final do século. Cria-se, assim, duas interpretações completamente díspares do que foi a crítica cientificista: segundo um ponto de vista, ela teria instaurado uma nova ordem teórica e superado os românticos; por outro, ela teria dado prosseguimento aos pressupostos do nacionalismo da geração anterior.

Neste trabalho utilizei alguns pressupostos da teoria do discurso a fim de incidir sobre esta questão. Apesar dos críticos cientificistas terem se apropriado de pressupostos da ciência da época na ambição de romper com a prática crítica da geração anterior, a análise dos sentidos produzidos em seus estudos não poderia ser devidamente conduzida sem se levar em conta aquilo que os críticos da geração romântica tinham dito sobre a literatura e sobre o Brasil. Além de Candido, outros pesquisadores, como Barbosa (1990), Ventura (1991) e Schneider (2005), já haviam apontado esse continuísmo. Ainda assim, concluí que este tópico ainda mereceria ser revisitado. Um dos motivos para

isto era o fato de que os autores acima mencionados limitaram-se a apontar a ligação, mas não chegavam à sua demonstração.

Exemplifico o que pretendo dizer: Em certo momento da *Formação da Literatura Brasileira*, Candido (1981, p.323) afirma: “Com Denis, principia a longa aventura dos fatores mesológico e racial na crítica brasileira, que Sílvio Romero levou ao máximo de sistematização”. Tal afirmativa é completamente adequada, porém ainda muito incipiente, pois não demonstra aquilo que afirma, nem extrai disso todas as consequências possíveis e necessárias a uma melhor compreensão da história da consolidação dos estudos literários no sistema intelectual brasileiro. Mas é claro que não se pode condenar Candido por tal incompletude, pois seu objetivo talvez não fosse fazer uma análise detida do tópico que por ora me ocupo. Um segundo exemplo pode ser encontrado no trabalho de Alberto Luiz Schneider (2005). Comentando sobre a ligação de Sílvio Romero com a tradição crítica romântica, ele afirma que a crítica científica teria continuado o nacionalismo essencialista dos românticos, ainda que entre os dois modelos de crítica existisse alguma diferença. Novamente aqui não se pode afirmar que a conclusão seja equivocada, mas mais uma vez sente-se falta da demonstração concreta do que é afirmado. Em outras palavras: não há uma análise detida e comparativa dos autores românticos e cientificistas que apresente o modo de ligação entre as duas gerações de críticos, há apenas uma equalização entre elas mediante uma mesma adjetivação: ambos nacionalismos seriam igualmente *essencialistas*.

Outro problema de tais interpretações reside no fato de não ficar claro os pontos de ligação entre as duas gerações de críticos. Candido afirma que esta ligação se deu em função dos critérios mesológico e racial, ao passo que Schneider a enxerga no tipo de nacionalismo praticado por nossos intelectuais oitocentistas. É certo que os dois elementos estão relacionados, uma vez que o nacionalismo dos intelectuais brasileiros do século XIX vinculou a nacionalidade a uma avaliação das condições raciais e climáticas do Brasil, mas esta perspectiva integradora de ambos argumentos ainda não foi apresentada por nenhum estudioso do tema.

A incipiência de tais interpretações pode ainda ser visualizada a partir do tratamento que elas oferecem às diferenças entre as duas gerações. Se, por um lado, houve certa continuidade entre as ideias dos críticos românticos e

cientificistas, não se pode negar, por outro, o afastamento ocorrido entre os dois modelos de crítica. Os críticos finisseculares, não obstante o peso que o nacionalismo romântico exerceu sobre eles, talvez inibindo os avanços de sua reflexão sobre o Brasil e sobre a literatura brasileira, promoveram alguma renovação de nosso sistema intelectual. Foi nos trabalhos deles que a cultura popular foi integrada à forma de se simbolizar a identidade brasileira, que também passou a receber o qualificativo de mestiça. Foi também por intermédio da reflexão dos críticos cientificistas que as populações sertanejas e a sua realidade geográfica entrou na ordem de preocupações de nossos intelectuais, e a herança dessa reflexão pode ser sentida em toda a primeira metade do século XX (ainda que ela não se interrompa aí).

Seria despropositado pensar que a crítica cientificista esgota-se na continuidade do pensamento romântico, pois, como será apresentado no decorrer do trabalho, as modificações ocorridas no plano histórico necessariamente haveriam de interferir no modo como os sentidos seriam produzidos pelo discurso crítico. Este fato levou outros historiadores a interpretar a crítica praticada pela geração de 1870 como um momento de ruptura em nossos estudos literários. Como já foi apontado anteriormente, Afrânio Coutinho pode servir aqui de exemplo. Segundo ele, a apropriação de um conceitual científico teria feito com que surgisse uma nova ordem crítica na inteligência brasileira responsável pelo abandono da reflexão de caráter romântico: “A palavra de ordem que invadiu a vida intelectual foi a ciência. Esgotado o Romantismo, a crítica romântica tendo atingido uma crise insuperável, o culto da ciência toma posse dos espíritos.” (grifo do autor) (COUTINHO 1999, p.21). Esta leitura apenas parcialmente pode ser justificada. Por um lado, a crítica cientificista fez parte de um contexto mais amplo de tentativa de superação do entendimento romântico de literatura. Tanto na lírica como na narrativa, houve um esforço de superação da dicção literária romântica que também pode ser constatado na crítica literária. Na produção literária, isto é verificado na tentativa de se construir novas representações da figura feminina e do sexo. Na crítica, essa mesma atitude antirromântica encontra-se presente na recusa de Romero em utilizar o critério indianista na consideração da nacionalidade de um texto. Entretanto, estas tentativas conscientes de ruptura dos jovens poetas e críticos não impediram que eles,

inconscientemente, reproduzissem uma retórica e uma lógica argumentativa dotadas de raízes profundamente românticas. Isto atesta a força da atuação de uma memória discursiva romântica sobre as formulações linguísticas da época. A não consideração deste aspecto pode levar a interpretações equivocadas das transformações de nosso sistema literário e intelectual.

Um exemplo de um simplismo interpretativo deste período é encontrado na leitura que Luciana Murari faz do modernismo de 22. Em determinado momento ela afirma: “a arte modernista encarregou-se de amalgamar a intuição romântica reacendida pelo simbolismo à inteligência crítica iluminista, nascendo da acumulação de diversas escolas e estéticas muitas vezes contrárias umas às outras, que acabaram por se cruzar e se sobrepor” (MURARI 2009p.29). A tal “crítica iluminista”, segundo a própria autora, seria justamente aquela que estamos referindo pelo termo crítica cientificista. Ela se diferenciaria da crítica romântica por substituir a fabulação mítica do passado por uma fé no progresso por intermédio dos avanços na técnica. A semana de 22, portanto, seria uma síntese da objetividade, da abordagem intelectual da questão nacional, com a emotividade e irracionalidade próprios à postura romântica. Para que tal interpretação torne-se válida, é necessário pressupor uma antinomia radical entre os períodos romântico e cientificista, algo que somente pode ser aceito mediante um reducionismo temerário do que foi a geração de 1870. Antes do modernismo, talvez tenha sido a própria atividade intelectual presenciada nas últimas décadas do século XIX que promoveu a alegada síntese, de modo que ela não pode ser colocada como um elemento de inovação da geração modernista, que ficou mais restrita ao trabalho de renovação das formas de expressão literária.

Assim, a análise da relação entre as críticas romântica e cientificista deve ter o cuidado de observar um continuísmo que não impede transformações pontuais do processo discursivo. As duas interpretações díspares desta relação (a que advoga a completa ruptura e a que advoga a continuidade entre as duas gerações) indicam certa incapacidade de se entender como realmente se processou a evolução de nosso pensamento crítico. Isto em parte é devido à insistente tentativa de se criar uma imagem simplista deste processo. Ora se privilegia a matriz teórica europeia e se conclui por uma oposição entre as críticas romântica e científica; ora se

minimiza a importância dos conceitos europeus e se conclui que os dois modelos de crítica compartilharam os mesmos pressupostos. Este trabalho pretende oferecer uma imagem mais complexa da situação da crítica científica dentro de nosso sistema intelectual. Ele entende que tal modelo de crítica se produziu em um entrecruzamento de discursos oriundos de matrizes heterogêneas, resultando em um modelo bastante singular de crítica literária. A constituição da crítica científicista nas últimas décadas do século XIX deveu-se a um processo intelectual no qual participou não apenas as novas ideias científicas vindas da Europa, mas também um substrato de sentidos que vinham se consolidando desde a emergência de uma modalidade de atividade crítica durante a década de 1830. O modo como a crítica científica ganhou espaço em nosso ambiente intelectual não foi indiferente às verdades assumidas sobre o fenômeno literário constituídas durante o período romântico, mesmo que essa crítica, por vezes, tenha procurado opor-se às concepções correntes entre os críticos daquele período.

A fim de criar uma imagem complexa da evolução do pensamento crítico brasileiro do século XIX, esta pesquisa analisa o entrecruzamento de sentidos que resultaram nos escritos dos críticos da geração de 1870. Nesta reflexão, a pesquisa assume alguns pressupostos da teoria do discurso francesa, em especial aqueles que aparecem nos trabalhos de Pêcheux, Foucault, Courtine e Maingueneau. Estes pressupostos orientam o entendimento da natureza dos textos que foram decisivos na evolução da crítica oitocentista e também conduzem o modo como eles serão tratados. A teoria do discurso é utilizada para se criar uma reflexão sobre a maneira pela qual os discursos se relacionam no espaço interdiscursivo. Entendendo como os discursos funcionam e veiculam sentidos, chega-se a uma compreensão sobre como sentidos de matrizes diversas se constituem a partir de um processo de intercondicionamento. Assim, pode-se construir um entendimento da crítica literária científica que não fica reduzido à análise das ideias europeias que circularam em ambiente nacional, mas que também leva em conta a dinâmica cultural existente em solo nacional. A teoria do discurso fornece os conceitos que são utilizados para realizar tal reflexão e estabelece a base teórica para a elaboração de novos conceitos cuja necessidade foi sentida durante os estágios iniciais da pesquisa.

Afirmo que a teoria do discurso foi “utilizada” para se construir as análises, mas isto não faz inteiramente jus ao modo como a teoria aparece neste trabalho. Além da ambição de construir uma nova interpretação de nosso passado literário, esta pesquisa também possui pretensões teóricas. O *corpus*, em certo sentido, também serviu de instrumento. Ele é apropriado de modo a permitir a observação do comportamento dos discursos e as relações que se desenvolvem entre seus enunciados de maneira que se pudesse construir uma reflexão própria sobre a natureza dos discursos. O conjunto de conceitos retirados de Foucault e de Pêcheux é assimilado e expandido com o propósito de possibilitar a criação de conceitos capazes de descrever dinâmicas discursivas específicas que não foram contempladas pelos dois pensadores franceses.

A partir destes conceitos, é criada uma sequência analítica que parte da constituição do discurso da crítica romântica, sendo o marco inicial a publicação do *Résumé de l'histoire littéraire du Brésil* de Ferdinand Denis, passa pela consolidação desse discurso nos autores brasileiros, como Gonçalves de Magalhães e Joaquim Norberto, e segue até os textos da crítica cientificista praticada por Sílvio Romero. Dentro do intervalo entre as duas gerações, procurei analisar como aquilo que denominei de *processo discursivo da crítica oitocentista* foi continuado dando-se espaço para transformações tímidas, capazes de responder às novas demandas semânticas da sociedade, porém incapazes de descaracterizar o processo original.

## 1: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO

### 1.1. NACIONALIDADE E INSTINTO

Em se tratando do nacionalismo literário desenvolvido durante o século XIX, pode-se dizer que o artigo *Instinto de Nacionalidade*, escrito por Machado de Assis em 1873 e publicado no periódico *O novo mundo*, constitui-se como um clímax do desenvolvimento das ideias literárias no Brasil. Àquela altura, a questão já tinha certo amadurecimento. Já fazia 47 anos desde que Ferdinand Denis publicara o seu *Resumé de l'histoire du Brésil* e nele propusera a nacionalização de nossa literatura a partir de uma apropriação das imagens da natureza americana e dos costumes indígenas. Nesse ínterim, vários críticos e artistas seguiram as sugestões do brasilianista francês, assim como houve aqueles, como Gama e Castro e Abreu e Lima, que questionaram a validade dos seus argumentos.

Passados quase meio século desde a publicação do *Resumé*, as ideias de Denis ainda possuíam extrema relevância para a conceituação da literatura brasileira. De certa forma, pode-se dizer que grande parte da obra de Sílvio Romero e de outros críticos finisseculares são justificadas pela continuidade do debate iniciado anos antes entre os intelectuais da primeira metade do século. Em termos simples, é possível afirmar que dois partidos de opiniões desenvolveram-se durante o período romântico: o primeiro seguia as propostas lançadas por Denis e advogava a existência de uma literatura brasileira a partir da singularidade de determinados elementos naturais e culturais locais; o segundo minimizava a contribuição da cultura indígena na configuração de nossa diferenciação nacional, definia as literaturas por um critério linguístico e, por conseguinte, negava a existência de uma literatura brasileira. Segundo este entendimento, a literatura produzida no Brasil deveria ser considerada como integrada à tradição literária portuguesa.

A princípio, a posição de um dos principais contemporâneos de Machado no terreno da crítica literária, o sergipano Sílvio Romero, não se adequaria integralmente a nenhum dos dois partidos, mas antes apropriava-se

de elementos presentes nas duas posições. Por um lado, ele dava como certa a existência de uma literatura brasileira; por outro, entretanto, ele minimizava consideravelmente a contribuição que a cultura indígena teria oferecido à formação da nacionalidade brasileira, e por este aspecto ele aproximava-se mais da opinião que anos antes era contrária ao reconhecimento da existência de uma literatura nacional brasileira desvinculada da literatura portuguesa, uma vez que era a pauta indianista que mobilizava os partidários do separatismo literário. A possível contradição resultante deste posicionamento era resolvida mediante a projeção da nacionalidade brasileira no caráter mestiço de sua cultura. A brasilidade de nossa cultura não estaria mais no primitivismo indígena, mas na mestiçagem cultural encontrada nas produções nacionais, sobretudo as de cunho popular.

Apesar de sua negação do indianismo, pode-se dizer que a posição de Romero ainda estava mais próxima da que até então era dominante e reconhecia a existência de uma literatura brasileira. Isto é devido à continuidade da ideia de que a literatura possuía a função de representar o caráter nacional. Romero apenas modificaria o signo responsável por esta representação, mas manteria incólume a ideia de representatividade nacionalista da literatura. Em *A literatura brasileira e a crítica moderna*, volume no qual ele reunira estudos produzidos entre 1873 e 1874, mesma época da reflexão que Machado opera no referido artigo, ele escreveu: "O índio não é brasileiro. O que este sente, o que busca, o que espera, o que crê não é o que sentia, cria, ou buscava aquele. São, portanto, o gênio, a força primária do brasileiro e não os do gentio que devem constituir a poesia, a literatura nacional" (ROMERO 1880, p.43). Com passagens como estas, Romero parecia querer desarticular a lógica do nacionalismo romântico, mas, ao fim das contas, ele acabou por continuar a ideia de que a literatura brasileira deveria ser entendida como distinta da portuguesa devido à originalidade do espírito nacional que a animava. A diferença restava no caráter dessa originalidade, que seria mestiça e não indígena.

Machado não se refere diretamente à tese da mestiçagem de Romero, mas incide exatamente sobre a mesma questão que o crítico sergipano pretendia resolver mediante sua concepção de cultura brasileira: a validade do critério nacionalista fundamentado pelos pressupostos do indianismo

romântico. Uma das coisas que chama atenção no artigo de Machado é a utilização da palavra *instinto*, tanto no título como ao longo de sua argumentação. A ideia de predisposição instintiva a uma nacionalidade literária já era corrente entre a intelectualidade brasileira desde Ferdinand Denis. Em seu livro *Scènes de la nature sous les tropiques et leur influence sur la poésie*, ele já aludia a uma predisposição que os indígenas possuiriam para receber as impressões poéticas de uma natureza exuberante e de um clima tropical: “l’influence de la nature est d’autant plus sensible que l’homme est plus éloigné de la civilisation (...) Les peuples placés sous les zones les plus ardentes, sont ceux auxquels la nature a réservé le plus d’inspirations poétiques.”<sup>1</sup> (DENIS 1824, p.06). Dois anos depois, ele repetiria a ideia, unicamente trocando o signo *indígena* (homem afastado da civilização) pelo signo *brasileiro*. Com isto, Denis buscava caracterizar uma suposta condição literária brasileira: “le Brésilien est naturellement disposé à recevoir des impressions profondes; et pour se livrer à la poésie, il n’est pas nécessaire qu’il ait reçu l’éducation des villes”<sup>2</sup> (DENIS 1826, p.521). Com isto, cria-se a ideia de que tanto a nacionalidade quanto a inspiração poética eram dons inerentes ao brasileiro, presentes tanto nas condições naturais como na configuração psicológica de sua fisiologia, que seria poética e dotada de nacionalidade devido a impulsos naturais. Desse modo, a nacionalidade literária não era entendida como uma questão do arbítrio do indivíduo, mas como uma propriedade natural do brasileiro, como parte de seu “instinto oculto”, termo utilizado por Gonçalves de Magalhães em seu importante *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*, publicado em 1836 na revista Nitheroy:

Mas existe no homem um instinto oculto, que, em despeito dos cálculos da educação, o dirige; e de tal modo este instinto aguilhoa o homem, que em seus atos imprime um certo caráter de necessidade, a que nós chamamos ordem, ou natureza das coisas. O homem colocado diante de um vasto mar, ou no uma de uma alta montanha, ou no meio de uma virgem e

---

<sup>1</sup> A influência da natureza é tanto mais sensível quanto o homem encontra-se mais afastado da civilização (...) Os povos situados nas zonas mais quentes são aqueles aos quais a natureza reservou a maior quantidade de inspirações poéticas.

<sup>2</sup> O brasileiro tem disposições naturais para receber impressões profundas; e para se abandonar à poesia não precisa da educação citadina.

emaranhada floresta, certo, não poderá ter os mesmos pensamentos, as mesmas inspirações, como se ele assistisse aos olímpicos jogos, ou na pacífica Arcádia habitasse. (MAGALHÃES 1836, p.148)

Facilmente pode-se perceber que um dos primeiros divulgadores do romantismo no Brasil estava continuando o mesmo discurso apresentado por Ferdinand Denis dez anos antes. Este artigo aparece como um importante marco da consolidação de uma certa forma de se pensar a literatura brasileira. Os críticos da geração posterior, pós 1870, ensaiaram uma tentativa de reação ao pensamento de seus predecessores, mas, ao fim e ao cabo, não conseguiram quebrar com a lógica determinista estabelecida inicialmente pelos românticos. Ao invés disso, pode-se dizer que eles reformularam o nacionalismo literário romântico de modo que ele pudesse ser continuado em uma nova conjuntura sócio-política. O deslocamento que Romero fez do signo da nacionalidade apenas timidamente afetaria a lógica inicialmente apresentada por Denis. Segundo ele, a nacionalidade brasileira seria uma propriedade natural de nosso povo que teria surgido à medida que o elemento português foi se diferenciando mediante o cruzamento com a população de origem africana. Antes da miscigenação, não se pode falar de literatura brasileira, mas de tradição literária portuguesa produzida no Brasil. O cruzamento racial constituía-se como o processo diferenciador que transformaria a literatura brasileira em algo diferente, e nesta diferença estaria o fundamento de uma tradição literária nacional. Este raciocínio implica a redução dos elementos culturais a fatores biológicos. Unicamente após a transformação da fisiologia do português mediante o cruzamento racial é que se poderia ter condições suficientes para se falar em literatura brasileira.

Outro crítico que também buscou reformular o nacionalismo romântico foi Araripe Júnior. Segundo ele, o principal fator diferenciador da literatura brasileira seria não o cruzamento racial (apesar dele não ser considerado irrelevante), mas a ação do clima sobre os indivíduos. O calor tropical obrigaria os brasileiros a abandonar as normas da civilização europeia e assumir uma nova conduta e personalidade, mais 'incorreta' e selvagem. Nesta incorreção e selvageria é que se encontraria a diferença sobre a qual se poderia projetar os

valores de brasilidade. Segundo a teoria da *obnubilação brasílica*, caracterizada por ele próprio como “a chave para a compreensão da originalidade da literatura brasileira” (ARARIPE 1978, p.299), ao adentrar em um novo clima, o indivíduo teria sua psicologia reconfigurada, e essa nova configuração constituiria o caráter nacional. Ao falar dos primeiros portugueses que aqui teriam chegado, ele escreve: “dominados pela rudez do meio, entontecidos pela natureza tropical, abraçados com a terra, todos eles se transformavam quase em selvagens” (ARARIPE 1978, p.300). Interessante notar que esta mesma lógica também já aparecera em Denis, que associava as inspirações poéticas à temperatura das diferentes zonas setentrionais e que entendia a diferença entre as regiões a partir da temperatura do sol nas diferentes localidades: “les contrées soumises à l’influence du soleil brûlant des tropiques présentent, dans leur aspect et dans leurs productions, un caractère bien différent de ce que nous offre l’Europe<sup>3</sup>” (DENIS 1824, p.01).

Associada a nacionalidade à natureza tropical e à condição racial do brasileiro, criou-se a ideia não só de que a literatura brasileira poderia ser considerada como distinta da portuguesa, mas também que sua originalidade se daria espontaneamente através de forças inconscientes, instintivas. O estudo, a educação, até mesmo a leitura de livros seriam atividades danosas, causadoras do desvirtuamento da verdadeira índole dos escritores nacionais. Isto pode ser verificado no modo pelo qual Araripe explica a composição de *O Guarani*: “tudo quanto fora assimilado inconscientemente, de permeio com tudo quanto o esforço voluntário obtivera, vazou-se de repente no papel, concretizando-se em uma obra que o próprio autor talvez nem soubesse explicar” (ARARIPE 1978, p.54). O verdadeiro artista nacional, portanto, seria aquele que abandonasse qualquer tentativa de esforço consciente e se deixasse levar por seus impulsos instintivos. Sílvio Romero, ao criticar Machado de Assis, também se utilizou da mesma lógica. Ele condena determinados elementos do estilo do autor, como o pessimismo e a ironia, que, segundo ele, seriam ilegítimos por não pertencerem à índole brasileira e terem sido “aprendidos nos livros” (ROMERO 2001 p.297) mediante um esforço que, por ser consciente, seria artificial. Machado teria sido um autor que

---

<sup>3</sup> As terras sujeitas à influência do sol tórrido dos trópicos apresentam, em sua aparência e em suas produções, um caráter bem diferente daquele que nos oferece a Europa.

intencionalmente tentou imitar os autores ingleses, mas falhou, pois ninguém poderia fugir de suas determinações biológicas: “Machado de Assis não sai fora da lei comum, não pode sair, e ai dele se saísse. Não teria valor. Ele é um dos nossos, um genuíno representante da sub-raça brasileira cruzada” (ROMERO 2001 p.281).

Desde que a nacionalidade literária passou a ser uma questão para nossos intelectuais, ela foi tratada como uma imposição da natureza, algo do qual ninguém poderia escapar. Estávamos fadados a ser brasileiros, ainda que muitas vezes estivéssemos voltados para a cultura europeia. Por conta disso, não seria possível que nossos artistas conseguissem evitar determinadas temáticas e opções estilísticas. Ter isto em mente é fundamental para se compreender a reflexão que Machado realiza no referido artigo. A princípio, a julgar pela associação da palavra *instinto* à ideia de nacionalidade, poder-se-ia pensar que o Bruxo do Cosme Velho estaria endossando a opinião corrente. Esta tese aparentemente poderia ser ratificada quando se considera a maneira positiva como ele encara o esforço na busca pela nacionalidade literária: “não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro”. (ASSIS 1957, p.129) Na reflexão literária operada durante o século XIX, a ideia de literatura não podia ser dissociada da ideia de nacionalidade. A prática comum era acrescentar a esta ligação primeira e fundamental entre os termos literatura e nacionalidade um terceiro, responsável pela formatação do entendimento do caráter nacional e, por conseguinte, da literatura. Este terceiro elemento possuirá uma maior mobilidade, pois estava mais vulnerável às intempéries do debate público desenvolvido nos jornais da época. No início do século XIX, quando o encaixe entre os termos *literatura* e *nacionalidade* ainda estava se constituindo, o terceiro elemento ora foi o *índio*, ora foi a *natureza americana*. O entendimento produzido por este encaixe de signos reverberou na literatura. Ele é evidente na obra dos maiores autores daquele tempo: Gonçalves Dias e José de Alencar. Nos trabalhos da crítica cientificista, este terceiro elemento novamente possui ora um caráter humano, ora um caráter natural, pois era preenchido tanto pela ideia de *mestiço* como pela ideia de *clima tropical*. Tais articulações também produziram consequências no campo da produção literária. Um único trecho de uma obra da época pode ser utilizado para exemplificar ambas articulações:

Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui: ela era a luz ardente do meio dia; ela era a o calor vermelho das sestras da fazenda; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas, que o atordoara nas matas brasileiras; era a palmeira virginal e esquiva que se não torce a nenhuma outra planta; era o veneno e era o açúcar gostoso; era o sapoti mais doce que o mel e era a castanha do caju, que abre feridas com o seu azeite de fogo; ela era a cobra verde e traiçoeira, a lagarta viscosa, a muriçoca doida, que esvoaçava havia muito tempo em torno do corpo dele, assanhando-lhe os desejos, acordando-lhe as fibras embambecidas pela saudade da terra, picando-lhe as artérias, para lhe cuspir dentro do sangue uma centelha daquele amor setentrional, uma nota daquela música feita de gemidos de prazer, uma larva daquela nuvem de cantáridas que zumbiam em torno de Rita Baiana e espalhavam-se pelo ar numa fosforescência afrodisíaca. (grifos nossos) (AZEVEDO 1973, p.73)

A visão da Rita Baiana, junto à exposição ao sol tropical, faz parte do processo de abasileiramento do personagem Jerônimo. Sua transformação oferece ensejo para a representação do processo de constituição da nacionalidade brasileira. O 'grande mistério' que a mulata encarna é o conjunto de forças naturais que promove a transformação do caráter do indivíduo em uma nova singularidade coletiva. Daí o abandono da diligência portuguesa, o repentino apreço pelo café em detrimento do chá, a substituição do fado de sua terra pelos pagodes do cortiço, o afloramento de seus impulsos eróticos. Rita é simultaneamente a mulata e o calor do meio dia porque é um ícone do Brasil, e o enredo de Jerônimo simula a metamorfose que vem se operando na mentalidade portuguesa desde o século XVI de maneira a ela se constituir em algo distinto, em uma nova mentalidade nacional. Por conta disso, ele precisa abandonar a esposa e se associar à mulata, pois ele é o brasileiro em estado de gestação. Da mesma maneira, Rita precisa abandonar Firmo e se associar a Jerônimo<sup>4</sup>, pois a tradição portuguesa, e não a indígena, era agora entendida como a matriz da qual a cultura brasileira teria derivado.

---

<sup>4</sup> Interessante ser ressaltado como as concepções da nacionalidade brasileira formatavam o caráter dos pares amorosos do enredo romanesco produzidos durante o século XIX. Neste sentido, Jerônimo e Rita Baiana seriam casais análogos aos que aparecem nos romances de José de Alencar. Se no romance

A julgar pela forma positiva como Machado encara os esforços em prol da nacionalidade literária, é de se supor que ele estivesse buscando adequar-se ao discurso corrente à época. Restaria, portanto, descobrir qual seria o terceiro elemento utilizado por ele na caracterização da literatura produzida no Brasil. Seria ela uma literatura indianista, americana, mestiça ou tropical? Entretanto, mesmo um rápido exame de seus argumentos mostra que a suposta adequação não se confirma. Primeiramente, há que se ressaltar que Machado não reconhece a existência da literatura brasileira como um dado certo, um fato acabado, mas como um devir, algo que se encontrava em vias de construção à medida que gerações de escritores e intelectuais sucedessem umas às outras:

Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas, muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo. (ASSIS 1957, p.130)

O exame desta passagem já é suficiente para revelar como a posição de Machado era singular em relação à opinião comum da época em que o texto foi publicado. Segundo Denis, Romero ou Araripe, a nacionalidade seria um fato natural e o trabalho do crítico seria o de apontar onde ela estaria, se no mestiço, no índio, na natureza ou no clima. O trabalho dos artistas, por sua vez, seria o de representar algum destes *topoi* em suas composições. Machado, em contrapartida, não reconhece a nacionalidade literária como um fato a ser desvendado, mas como uma obra a ser construída. Apesar dele falar da natureza e da vida brasileira como elementos passíveis de serem apropriados pela literatura nacional, não seria nestes elementos que a nacionalidade

---

romântico a associação entre o português e o indígena buscava construir um mito de fundação para o povo brasileiro, no romance naturalista a associação do português com o mestiço (assim como o enfeitamento do negro, representado na personagem Bertoleza) construía uma narrativa pautada pelas teorias de branqueamento de nossa sociedade e que pretendia ser um indicativo do destinamento da nação.

poderia ser encontrada, mas no trabalho de gerações comprometidas com a atividade estética. Diferentemente do que se acreditava, portanto, a atividade nacionalista não é dada nem espontânea, não exclui o esforço consciente, o arbítrio humano, antes dele depende, sobretudo quando se esvazia de preconceitos e equívocos.

Por conta disso, a posição de Machado é clara, porém dotada de certa sutileza que impede que a associemos aos posicionamentos disponíveis no debate entre separatistas literários e os propositores de um conceito de literatura luso-brasileira. Isto ocorre porque ela estava equidistante dos dois partidos de opinião que surgiram no século XIX. Falando da literatura brasileira, ele afirma: “literatura que não existe ainda, que mal poderá ir alvorecendo agora” (ASSIS 1957, p.131). Dentro daquele estado de desenvolvimento de nossa condição cultural, Machado não reconhece a possibilidade de se falar em um objeto que poderia ser denominado de *literatura brasileira*, o que aproxima sua opinião da que professavam os opositores do separatismo literário. Entretanto, diferentemente de Abreu e Lima e Gama e Castro, ele projeta esta possibilidade num futuro um tanto distante, o que indica a singularidade de seu posicionamento. Assim, causa estranheza a interpretação que Afrânio Coutinho faz das intenções de Machado ao escrever este artigo. Segundo ele, “Machado de Assis fê-lo consciente de que, àquela altura, o Brasil já havia atingido, literariamente, o *estágio de plena autonomia nacional*” (grifos nossos) (COUTINHO 1968, P.03). Coutinho atribui ao raciocínio de Machado conclusões opostas às que podem ser verificadas a partir da leitura de seu texto.

Se a posição de Machado é singular, por que então ele associa o termo *instinto* à ideia de nacionalidade? Difícil precisar a motivação da escolha, possivelmente ela se tenha dado em função do estilo irônico de seu autor, numa tentativa de ao mesmo tempo fazer uma referência à conjuntura intelectual de sua época e apontar o re-equacionamento de seus dilemas. Ao utilizar uma palavra tão entranhada no discurso de um pensamento diverso do seu, talvez ele quisesse se dirigir diretamente à fragilidade daqueles argumentos. A única coisa que pode ser assegurada é que a palavra foi utilizada em um sentido bastante distinto do que pode ser encontrado nos textos de seus contemporâneos: “meu principal objeto é atestar o fato atual, ora

o fato é o instinto de que falei, o *geral desejo de criar uma literatura mais independente.*” (grifos nossos) (ASSIS 1957, p.131). Este artigo foi escrito a partir de uma avaliação da literatura e da crítica literária brasileira desde o período romântico até o momento em que ele se encontrava. Os autores e intelectuais compreendidos dentro deste período compartilharam a ideia de que seria necessário nacionalizar a literatura brasileira conferindo-lhe características próprias. O que Machado aqui entende por instinto não diz respeito a uma propriedade da natureza americana ou da fisiologia do brasileiro, mas antes a uma vontade coletiva, a um desejo compartilhado pelas gerações que o precederam assim como pela que naquele momento despontava. A nacionalidade literária não seria uma propriedade inata ao brasileiro, mas um projeto intelectual levado adiante por diversas gerações de homens empenhados.

Por depender do arbítrio do homem, a correção do nacionalismo não estaria baseada em uma investigação que revelasse a ‘verdade’ da vida nacional, mas antes de uma justa apreciação do projeto, que deveria ser reconsiderado e refeito. É justamente isto que o artigo propõe. Seu autor identifica que o problema não diz respeito apenas à produção literária, mas também à crítica de sua época, que prefere “aplaudir principalmente as obras que trazem os toques nacionais” (ASSIS 1957, p.130). Este critério afunilado é visto como um problema pelo autor, e como causa de uma avaliação injusta da literatura colonial. Em seguida, ele indica como este critério modificou-se com o tempo, assim como a irrelevância dessas modificações. Em um primeiro momento, com as gerações românticas, o critério vinha da estética indianista. Em seguida, houve uma reação a esta posição, com o argumento de que não seria nos costumes indígenas que estariam os fundamentos da civilização brasileira. Neste momento, Machado dirige-se também à crítica literária que lhe era contemporânea, uma vez que o cientificismo *fin de siècle* buscou deslegitimar os pressupostos indianistas na literatura e na crítica. Por um lado, Machado concorda com esta reação, pois também não reconhece que os fundamentos da civilização brasileira estejam nos costumes indígenas, mas, por outro, discorda quando por ela se propõe a exclusão do índio como matéria da literatura. Ainda que seja ilegítimo pensar o “caráter brasileiro” a partir da cultura indígena, isto pouco importa para a literatura, uma vez que ela não se

produz a partir deste caráter, mas de objetos que possuam força estética, coisa que a temática indígena pode fornecer. Machado então reconhece que “tudo é matéria de poesia, uma vez que traga as condições do belo ou os elementos de que ele se compõe.” (ASSIS 1957, p.132).

Com esta afirmação, Machado rompe com o pensamento hegemônico de sua época. A associação da brasilidade a um termo fundamental produziu uma concepção essencialista de nacionalidade, e quando o entendimento de literatura brasileira passou a estar condicionada a este *Ser nacional*, criou-se uma espécie de polícia crítica destinada à deslegitimação de qualquer produção que não se adequasse aos moldes gerados por uma definição prévia do que seria o país ou o caráter do brasileiro. São notórias as limitações e as injustiças da crítica da época que, em função do critério nacionalista, não soube reconhecer o talento de escritores como Sousândrade, Cruz e Sousa e o próprio Machado de Assis, ao passo que outros, como Aluísio de Azevedo e Euclides da Cunha, tinham reconhecimento imediato, pois enquadravam-se nos padrões de legibilidade pacífica da época. É contra esta polícia que o texto de Machado se insurge. A origem da civilização brasileira, fosse ela indígena ou portuguesa, seria irrelevante, pois a literatura pouco ou nada tem a ver com esse ser nacional. Neste momento, inaugura-se uma concepção estética de literatura brasileira. Segundo ela, a literatura se produz a partir dos elementos do belo, de modo que qualquer coisa poderia ser matéria de poesia, seja o assunto local ou não: “não há dúvida que nenhuma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente se alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região, *mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobreçam*”. (grifos nossos) (ASSIS 1957 p.135) Com tal afirmativa, quer-se dizer que os assuntos locais devem ser utilizados, mas não porque eles se encontram nos fundamentos de uma essência da nacionalidade, mas porque estimulam a imaginação e possuem valor estético. Novamente neste ponto, a interpretação de Coutinho parece querer atribuir a Machado sentidos que são impossíveis de serem encontrados. O estímulo que os assuntos locais ofereciam à imaginação é assumida por Coutinho como um indicativo de que Machado aceitava o conceito romântico de nacionalismo literário:

A sua doutrina reconhece a validade do instinto de nacionalidade em literatura, a necessidade de a literatura, para se diferenciar e tornar-se independente, adquirir certa cor local, buscar a fonte inspiradora dos costumes locais, sejam indígenas, sejam civilizados, a influência da natureza brasileira e americana.” (COUTINHO 1968, p.06).

Machado, na verdade, afirma que, no processo de nacionalização de uma literatura, seria irrelevante apropriar-se de assuntos locais ou não. Estes poderiam ser considerados válidos, repito, caso fornecessem matéria esteticamente válida para a produção literária. Segundo este critério, pouco importaria se o assunto fosse local ou universal. A possibilidade de ser um autor nacional a partir de assuntos universais é colocada de maneira explícita por Machado a partir de vários exemplos. Gonçalves Dias escreveu obras destituídas de cor local e dramas que não se passam no Brasil, isto não o faria um escritor menos brasileiro, antes o contrário. Outros exemplos são buscados nas literaturas estrangeiras. Falando sobre Shakespeare, ele escreve: “e perguntarei mais se o *Hamlet*, o *Otelo*, o *Júlio César*, a *Julietta* e *Romeu* tem alguma coisa com a história inglesa nem com o território britânico, e se, entretanto, Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês.” (ASSIS 1957, p.135).

Com este argumento, a impressão inicial de que Machado estava buscando um alinhamento com a opinião literária corrente em sua época desfaz-se por completo. Não somente Machado não apresenta o terceiro termo que completaria o triângulo da estética nacionalista<sup>5</sup>, como ele questiona o próprio fundamento desse triângulo: a articulação entre literatura e nacionalidade. Segundo Machado, “ser um poeta nacional” não se confunde com “ser um poeta nacionalista”, i.e.: limitado a assuntos locais. Antes, a atitude nacionalista seria um entrave à pretendida nacionalização da literatura

---

<sup>5</sup> O termo “triângulo da estética nacionalista” diz respeito a uma estrutura discursiva que associa o fenômeno literário ao caráter nacional e este, por sua vez, a um conjunto de elementos sublimados simbolicamente, como a natureza, o índio, o mestiço etc. A ligação da literatura ao caráter nacional faz com que ela passe a ser entendida a partir desses elementos simbólicos. Cria-se, assim, a ideia de que a literatura brasileira seria uma ‘literatura indianista’, ou uma ‘literatura mestiça’, ou mesmo uma ‘literatura tropical’. Os elementos simbólicos que compõem o terceiro vértice do triângulo podem variar conforme o posicionamento teórico do crítico e do estado do interdiscurso, mas a estrutura triangular permanece intacta.

na medida em que impõe à produção literária uma doutrina limitante e empobrecedora.

Então, caberia perguntar: por que Afrânio Coutinho foi incapaz de perceber a sutileza do raciocínio de Machado? Antes de qualquer explicação, é preciso ressaltar que ele não ignora completamente a crítica que Machado realiza da atitude nacionalista, mas o modo como ele apresenta esta crítica também é problemático. Comentando um trecho no qual ele questiona a prática de reconhecer o espírito nacional unicamente nas obras dotadas de assunto local, Coutinho busca minimizar o posicionamento do autor de *Dom Casmurro*, afirmando que ele “repele vivamente uma opinião que se manifesta às vezes, portanto pela palavra de certos extremados nacionalistas, que só enxergam brasilidade em *assuntos locais*” (grifos do autor) (COUTINHO 1968 p.06). Ora, afirmar que o nacionalismo extremado era um posicionamento ocasional e fortuito é um desconhecimento da historiografia crítica injustificável em um intelectual do porte de Afrânio Coutinho. Além disso, esta amortização do posicionamento machadiano mais uma vez vai contra aquilo que pode ser verificado no texto, já que nele seu autor identificava o *instinto de nacionalidade* a um *desejo geral* “que leva a aplaudir principalmente as obras que trazem os toques nacionais” (ASSIS 1957, p.130). O nacionalismo fundamentado em aspectos locais não era visto por Machado como algo ocasional, antes o contrário disto, pois ele identificava que o primeiro traço da literatura brasileira de sua época era justamente este instinto que levava poetas e intelectuais a querer vestir a poesia e o romance com as cores do país (cf. ASSIS 1957, p.129). O *instinto de nacionalidade* é visto por Machado de uma maneira dúbia, pois, ao mesmo tempo que ele poderia levar os artistas a irem buscar elementos inspiradores na realidade local, e neste ponto ele se demonstraria como algo útil, ele também, por outro lado, levava ao empobrecimento da literatura brasileira porque bloquearia a possibilidade dela diversificar suas temáticas. Assim, apesar de parecer um tanto paradoxal, o instinto de nacionalidade poderia ser algo danoso à emancipação literária brasileira, e talvez uma outra possível razão para tal atitude ser caracterizada como instintiva seria porque ela teria se tornado uma prática normalizada inconscientemente pelos intelectuais brasileiros, de modo que eles estivessem distantes da percepção do mal causado pelo nacionalismo literário. O artigo, no

fim das contas, propõe-se a alertar sobre este dano e sobre o perigo de nossa crítica estar colocando empecilhos ao amadurecimento de nosso sistema literário na crença de se fazer justamente o contrário.

Para Machado, portanto, o nacionalismo literário não é integralmente mal nem integralmente bom. Afrânio Coutinho não pôde atingir a sutileza dessa reflexão porque não conseguiu perceber os sentidos específicos que regem a utilização dos termos-chave da reflexão de Machado: a palavra *instinto* e a palavra *nacionalidade*. Nas últimas décadas do século XIX, o termo instinto significava algo como “predisposição natural a algo”, e o termo *nacionalidade* estava associada à ideia de “caráter brasileiro”, e entendia-se que este caráter, por sua vez, era estruturado por elementos da realidade local (cultura indígena, natureza americana, mistura racial, clima tropical). No texto de Machado, entretanto, tais termos perdem a estabilidade semântica e passam a significar algo diverso, capaz de veicular uma reflexão mais refinada. Instinto não é mais entendido como uma predisposição natural, mas como uma escolha coletiva que, por não ser natural, pode ser questionada e modificada (e é justamente a isto que se propõe o artigo). Nacionalidade, por sua vez, não é entendido pela noção de *caráter*, de uma propriedade inerente a uma condição natural vinculada a algum elemento da realidade local. A nacionalidade estaria vinculada a um certo “sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e de seu país, ainda que trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ASSIS 1957, p.135). Ou seja: Machado, contrariando toda uma tradição intelectual que o precedia e o procederia, desvincula a nacionalidade da dimensão externa, da realidade local, e a vincula a uma realidade interna, íntima, a dimensão individual do artista, e desse modo abre-se a possibilidade de se concluir que não haveria uma única forma de se ser brasileiro, da mesma forma que não há uma única forma de se ser um indivíduo. É possível ser brasileiro sem ser indianista, assim como é possível “ser bretão sem falar sempre do tojo, assim como Masson era bem escocês, sem dizer palavra do cardo, e explicava o dito acrescentando que havia nele um *scotticismo* interior, diverso e melhor do que se fora apenas superficial.” (ASSIS 1957, p.135). Segundo o autor, portanto, haveriam dois tipos de nacionalismo: o interno, associado à dimensão íntima do indivíduo, e o externo, vinculado a aspectos da realidade local. O primeiro tipo seria preferível ao segundo, pois a ideia de

*externalidade* também é associada à ideia de *superficialidade*, o que possibilita deduzir que o nacionalismo íntimo seria *profundo*. Por esta reflexão, todas as teorias nacionalistas surgidas até então (o indianismo, o americanismo, o morenismo e o tropicalismo) constituiriam um brasileiro externo, superficial, limitante. Machado pedia um tipo diferente de nacionalismo, um brasileiro, íntimo, criativo, fundamentado em posições possibilitadoras.

Para se entender o modo como Coutinho interpreta o texto de Machado, é necessário considerar as forças sociais que buscam limitar a flutuação semântica da língua. Se, por um lado, a imaginação e a inventividade permitem que as palavras sejam pensadas fora do ordinário de uma conjuntura, por outro existem constrangimentos ideológicos que as levam a se prenderem a determinados sentidos estanques. A interpretação de Coutinho da posição de Machado quanto ao nacionalismo literário está ligada a uma espécie de *constrangimento semântico* ou *cooptação discursiva* realizado por um sobre as palavras do outro. A “incompreensão” de Coutinho, na verdade, configura-se como uma espécie de “compreensão interessada”. No fundamento disso, há o fato de que o entendimento que Coutinho possui do nacionalismo literário diverge decisivamente do presente na reflexão de Machado, e isto faz com que surjam interferências na sua leitura. Seu nacionalismo e a consequente conceituação da literatura brasileira continua uma tradição iniciada durante o romantismo, por isso, para que se proceda a análise de sua apropriação do texto de Machado, é necessário antes apontar a diferença do nacionalismo machadiano para o nacionalismo romântico.

No romantismo, o nacional estava associado a uma *diferença* que pudesse ser encontrada entre a cultura estrangeira e a brasileira. Daí o aparecimento do índio e da natureza americana como signos iniciais de nacionalidade. A posterior substituição destes signos pelos que propunha a crítica cientificista não modificou esta lógica, antes parece ter trabalhado para mantê-la preservada diante das transformações pelas quais o país passava, tanto no campo político como no campo intelectual. Devido ao questionamento da ordem imperial nas últimas décadas do século, a camada intelectual brasileira teve que abandonar os antigos símbolos a fim de oferecer uma imagem de modernização de seus pressupostos, mas a ideia de *cultura mestiça* e de *clima tropical* mantinham a mesma lógica que definia o caráter

brasileiro a partir de uma suposta diferença com a cultura europeia. No fim das contas, ela mantinha a mesma lógica subtrativa de seus predecessores<sup>6</sup>. Para Machado de Assis, a nacionalidade literária não passava pela busca de um purismo original de nossa formação cultural. Assim como Shakespeare pôde ser inglês apropriando-se de lendas e narrativas passadas em locais distantes de sua terra natal, um autor brasileiro poderia continuar sendo nacional mesmo que buscasse temas distantes no tempo e no espaço, e se o índio pôde ser tomado como um fator de diferenciação literária, isto não teria se dado porque ele é diferente do europeu, mas porque sua apropriação literária pode oferecer estímulo à imaginação e produzir textos esteticamente válidos. Seu nacionalismo, portanto, não foi do tipo “subtrativo” ou externo, antes poderia ser caracterizado como integrativo ou interno.

Caso se aceite colocar a questão nestes termos, é necessário considerar como a posição de Coutinho acerca do nacionalismo literário difere da de Machado e se aproxima muito mais da atitude romântica que foi continuada pela geração cientificista. Sobre seu próprio posicionamento teórico sobre a literatura brasileira, ele afirma:

Há outra tendência historiográfica, menos vistosa e menos prestigiosa, *porém de muito maior raiz brasileira, a que se filia o autor do presente trabalho*. Ela procura valorizar a civilização brasileira, construída pelos brasileiros, isto é, a que se constituiu no solo americano, no território brasileiro, desde o momento em que aqui aportaram os colonizadores, diferenciando-se de logo da metropolitana à custa de uma nova experiência histórica, de novos contatos sociais, *numa situação geográfica diferente*, ‘obnubilando’ a sua condição de europeus. *Uma civilização mestiça, ‘brasileira’, com características próprias, expressas no uso próprio que fez do idioma herdado, nos costumes, nas manifestações folclóricas, artísticas religiosas, nos tipos de trabalho e economia, nas maneiras de ser e agir do homem novo que aqui se veio formando desde o começo.* (COUTINHO 1968, p.XXII)

---

<sup>6</sup> Ao analisar o fenômeno de empréstimo e cópia cultural praticada pelas elites letradas brasileiras ao longo dos séculos XIX e XX, Roberto Schwartz atribui às correntes nacionalistas uma lógica subtrativa: “esperavam (os nacionalistas) achar o que buscavam através da eliminação do que não é nativo. O resíduo, nesta operação de subtrair, seria a substância autêntica do país. A mesma ilusão funcionou no século XIX, quando entretanto a nova cultura nacional se deveu muito mais à *diversificação* dos modelos europeus que à *exclusão* do modelo português.” (SCHWARTZ 1987, p.33)

Este trecho indica que sua compreensão do nacionalismo literário ainda contém uma série de elementos românticos. Em primeiro lugar, há a ideia de Brasil, ou de civilização brasileira, como um valor. Desta forma, a função da crítica ou da historiografia literária torna-se a valorização da produção artística na medida em que ela representa uma determinada concepção de país formulada aprioristicamente. Em segundo lugar, entende-se que a civilização aqui constituída configura-se como brasileira apenas quando se diferencia da civilização portuguesa. O terceiro ponto diz respeito aos elementos condicionantes da experiência histórica brasileira. Afrânio Coutinho repete os elementos apresentados pelo discurso da crítica literária do século XIX. A diferença causal da originalidade brasileira estaria na geografia do território e na condição biológica do povo que aqui habita. Neste ponto, há uma clara referência às teorias oitocentistas, não somente à obnubilação brasileira de Araripe Júnior, mas também à teoria do mestiçamento cultural de Sílvio Romero. Por fim, Coutinho faz referência a tudo o que os críticos românticos e cientificistas utilizaram para comprovar a especificidade brasileira: as idiosincrasias linguísticas do português brasileiro, o folclore, os costumes populares etc.

Pode-se dizer, portanto, que Afrânio Coutinho filia-se a uma tradição crítica brasileira surgida no início do século XIX; a mesma tradição que Machado criticava através da reflexão desenvolvida em seu artigo. Naquela época, os adeptos do critério nacionalista reagiram contra Machado, e contra aqueles que relativizavam a validade da fundamentação nacionalista para a crítica literária. Um desses que relativizaram o critério foi José Veríssimo. Em um artigo sobre o próprio Machado de Assis, ele percebeu que sua obra não poderia ser avaliada adequadamente segundo o critério que ele chama de “nacionalístico” (cf. VERÍSSIMO 1907, p.198). A reflexão de Veríssimo parece seguir aquilo que Machado indicara anos antes: “estreitaríamos demais o campo da atividade literária dos nossos escritores se não quiséssemos reconhecer no talento com que uma obra é concebida e executada um critério de seu valor, independentemente de uma inspiração mais apegada à vida nacional” (VERÍSSIMO 1907, p.198-199). Novamente aqui, desloca-se o critério judicativo da ideia de “caráter nacional” para um outro elemento, neste caso a qualidade do artesanato literário. Argumentos como esse ameaçavam a

hegemonia ideológica que gerenciava o conceito que se tinha do que seria literatura brasileira, por isso era necessário que eles fossem deslegitimados peremptoriamente. Foi o que procurou fazer Sílvio Romero. Contra-argumentando José Veríssimo nesta questão, ele insistiu na possibilidade e na necessidade de se avaliar Machado de Assis através do critério nacionalista. Uma vez que ele era brasileiro, mestiço e nascido em nosso clima, não poderia ser diferente: “Machado de Assis não sai fora da lei comum, não pode sair, e ai dele se saísse. Não teria valor. Ele é um dos nossos, um genuíno representante da sub-raça brasileira cruzada”. (ROMERO 2001, p.281). Romero, portanto, condiciona o valor de Machado à sua condição racial, e, naquele contexto, atribuir uma condição racial a alguém era o mesmo que lhe conferir uma condição nacional. Além disso, segundo a lógica de Romero, atribuir uma condição mestiça a Machado significava também produzir uma avaliação de sua obra literária que a conformava com os critérios do apriorismo nacionalista:

Seus romances, seus contos, suas comédias encerram vários tipos brasileiros, genuinamente brasileiros, e ele não ficou, ao jeito de muitos dos nossos, na decoração exterior do quadro; mais penetrante do que muitos desses, foi além, e chegou até a criação de verdadeiros tipos sociais e psicológicos, que são nossos de carne e osso, e essas são as criações fundamentais de uma literatura. (ROMERO 2001, p.281)

Mediante tais afirmações, Romero atribui à obra de Machado elementos que ele nunca se utilizou, antes procurou rejeitar, tanto em sua produção crítica, como em sua produção literária. O crítico lê Machado como se estivesse diante de um livro de Aluísio de Azevedo<sup>7</sup>, uma vez que a literatura deste era mais digerível que a daquele. Acontece aqui um *constrangimento semântico* ou *cooptação discursiva* similar à operada por Afrânio Coutinho. Diante de uma argumentação promotora de uma disrupção de um fluxo

---

<sup>7</sup> Refiro-me, aqui, ao Aluísio que atendeu às expectativas da época, i.e.: à faceta *naturalista* da obra do autor. Ainda que o conjunto de sua obra não se circunscreva na literatura naturalista, foi este ramo de sua atividade estética que foi melhor recebida pelos críticos e que contribuiu para a disseminação do naturalismo no Brasil.

discursivo, o discurso ameaçado se utiliza de dispositivos semânticos destinados à neutralização da ameaça. Tanto no caso de Romero como no caso de Coutinho, é operada uma leitura conveniente de Machado de Assis de maneira que a selvageria de sua reflexão e de sua imaginação seja domesticada e se adéque àquilo que é assumido como verdadeiro no plano dos estudos literários segundo uma determinada perspectiva teórico-ideológica. No caso de Romero, atribui-se um caráter brasileiro às personagens dos romances machadianos na esperança de se criar uma prova que assegure a validade do nacionalismo dentro do campo da crítica literária. No caso de Afrânio Coutinho, desvirtua-se os sentidos de alguns termos-chave e relativiza-se a crítica que Machado fazia aos seus contemporâneos na tentativa de redirecioná-la de forma que o escritor seja incluído na tradição crítica da qual ele próprio tinha sérias reservas e divergia decisivamente. Isto é necessário porque um adversário dotado da proeminência de Machado de Assis constitui uma ameaça difícil de ser enfrentada, daí a preferência pela cooptação de seu discurso mediante uma apropriação ideológica de seus dizeres.

Um texto não significa sozinho. Ele não constitui uma ilha de significação. Um texto é uma realidade material que precisa de uma ligação com o plano ideológico para poder produzir sentido. Ainda que não se possa desconsiderar a importância das normas do sistema da língua, até mesmo uma sequência aleatória de palavras pode gerar sentido quando estabelecem uma ligação com um posicionamento ideológico. Ele pode se converter, por exemplo, num poema dadaísta e assim encerrar uma significação sobre a realidade social e literária de seu tempo. Um texto associado a uma ideologia consolidada terá mais chances de ter seus sentidos assegurados e propagados. Um texto que se insurge sozinho contra uma conjuntura discursiva terá mais dificuldades para produzir uma continuidade, pois suas operações semânticas estarão constantemente ameaçadas pelos discursos hegemônicos. Eles tentarão deslegitimar ou cooptar o discurso insurgente, desvirtuando sua lógica ou fragilizando seus pressupostos. Existe, portanto, um nível de leitura possível para o texto de Machado de Assis (assim como para qualquer outro texto) que ultrapassa os limites textuais e busca considerá-lo dentro de uma determinada conjuntura ideológica e discursiva. Este nível está cheio de articulações com outros textos alinhados a uma diversidade de

posicionamentos ideológicos. Estas articulações possuem naturezas diversas: elas podem sustentar um dizer, modular suas conclusões e argumentos, ou mesmo ir de encontro a dizeres instituídos.

Isto indica que é possível ler o artigo que Machado de Assis escreveu em 1873 a partir das articulações discursivas que ele estabelece com outros textos que são sustentados por posicionamentos ideológicos heterogêneos. Pode-se, inclusive, enxergar o conflito ideológico-discursivo como um impulsionador de sentidos, como causa e origem dos textos que acabam por produzir a diversidade simbólica de uma época. Entretanto, quando se verifica as aludidas articulações, percebe-se que elas possuem certa história, não surgiram de um dia para o outro, mas antes foram sendo estabelecidas através de um longo trabalho no qual o esforço de muitos homens foi necessário. Este trabalho produz uma memória discursiva que faz com que determinados efeitos de sentido possuam uma insistente presença na tradição cultural de uma sociedade. Este é o caso do discurso do nacionalismo romântico. A força da ideologia nacionalista foi de uma magnitude que seus dizeres atravessaram todo o século XIX e chegaram ao século XX ainda com bastante vigor, não obstante a oposição de figuras do calibre de Machado de Assis. Analisar a questão a qual Machado se dirigia naquele momento implica toda uma avaliação de uma tradição de crítica literária que àquela altura já se encontrava enraizada no posicionamento de vários intelectuais da época.

## 1.2. A SEMÂNTICA FORMAL E A SEMÂNTICA DISCURSIVA

A linguística saussuriana inaugurou uma forma de compreender e abordar a linguagem que possibilitou uma ruptura epistemológica nos estudos linguísticos. Isto em grande parte se deveu à concepção de signo apresentada por Saussure (2006). Segundo ele, o signo é imotivado e arbitrário, de modo que seu funcionamento não pode ser considerado senão a partir de sua posição dentro do sistema semiológico que ele forma junto com os outros signos linguísticos. Este entendimento delineia o modo como Saussure concebe a dimensão semântica da linguagem, pois, para ele, o significado de

um significante é determinado unicamente pelas relações diferenciais que os signos estabelecem entre si. Essas relações são referidas pela noção de valor. O valor de um signo é entendido como estruturador de suas duas dimensões: a do significado e a do significante. Por um lado, o valor dos sons e dos sinais gráficos comportados por um sistema linguístico estruturam os diversos significantes que compõem tal sistema. Por outro, os significantes elaborados mediante tais relações diferenciais estabelecem novas relações diferenciais que determinam o plano conceitual de uma língua, ou seja: sua dimensão semântica:

Quer se considere o significado, quer o significante, a língua não comporta nem ideias nem sons preexistentes ao sistema linguístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes desse sistema. O que haja de ideia ou de matéria fônica num signo importa menos que o que existe ao redor dele nos outros signos” (SAUSSURE 2006, p.139).

Desse modo, o significado encontra-se subordinado ao valor que os termos linguísticos e os seus conceitos possuem no sistema. Segundo Saussure (2006, p.140), quando a evolução fonética leva à confusão de dois significantes originalmente distintos, as ideias que eles representam tendem também a se confundir. Inversamente, quando uma diferença entre duas ideias é percebida, o sistema espontaneamente fornece significantes distintos para cada uma, ou, quando se reconhece uma identidade entre duas ideias uma vez tomadas como diferentes, o sistema unirá essas duas ideias em um único significante. Tal entendimento coloca o sistema linguístico como completamente autônomo em relação a fatores externos, o que faz com que ele seja concebido como a única força dinamizadora da língua. Em um artigo escrito em conjunto, Claudine Haroche, Michel Pêcheux e Paul Henry apontam que a relação de dependência entre significação e a noção de valor no pensamento de Saussure repousa sobre um postulado realista. (HAROCHE 2007, p.23). A ideia de autonomia do sistema linguístico, no que diz respeito ao modo como a dimensão semântica da linguagem é entendida, apresenta a língua como se ela fosse um sistema dotado de elementos semânticos

universais capazes de se sobrepor ao real tal qual uma rede. Esses universais aparentam funcionar como se fossem uma "cópia matriz" (HAROCHE 2007, p.23) da realidade desvinculada do plano histórico. Do modo como Saussure apresenta o sistema linguístico, seus estados sincrônicos e a dinâmica de sua evolução aparecem como completamente fortuitos e arbitrários, imunes a quaisquer determinações de natureza histórica e social. Isso, segundo os autores acima mencionados, torna-se responsável por uma *postura idealista*, pois promove a anulação da distinção entre o conhecimento objetivo produzido pela ciência e os produtos das relações sociais inscritas em práticas históricas. Isto ocorreria porque os pressupostos idealistas produzem o mito de uma ciência universal ou de uma "teoria universal das ideias" (PÊCHEUX 2009, p.69) a partir do momento em que a linguagem passa a ser tida como capaz de dar conta da realidade de modo total e imperfeível.

Outro ponto da teoria de Saussure que, segundo os mesmos autores, deveria ser reconsiderado é a concepção de *parole* que ela apresenta. Se a língua é tida como um sistema semiótico portador das combinações capazes de atender a todas as necessidades comunicativas de seus usuários, a fala torna-se a escolha realizada por um indivíduo particular dentro do universo de possibilidades do sistema em uma utilização efetiva. Ou seja: o universo de possibilidades expressivas de um usuário da língua coincide com todas as possibilidades previstas em seu sistema semiótico, dentro do qual o falante circula a partir de suas idiossincrasias. Daí Saussure (2006, p.144) caracterizar a fala como "a liberdade das combinações". Essa caracterização oferece margem para a instauração de um subjetivismo idealista, que, por sua vez, torna-se responsável pela instauração da ideia de universalidade do espírito humano, já que todos os indivíduos falantes são concebidos como inseridos dentro de um único e mesmo universo de possibilidades linguísticas. Os conceitos, contraparte psicológica do signo linguístico, existiriam de modo idêntico no espírito de uma massa falante que a eles se refere por intermédio do sistema que coloca todos os elementos dessa massa dentro de um único e homogêneo universo expressivo.

Saussure não enveredou pela especulação da dinâmica da fala, pois por sua teoria não há como prever o modo como as escolhas individuais são processadas. A constituição da análise do discurso foi responsável por uma

teoria da linguagem que incide sobre este ponto. Por ela afirma-se que o uso efetivo da língua não depende simplesmente de uma relação simples e direta entre uma consciência e todo o universo de possibilidades do sistema linguístico. Entre uma consciência e o sistema há uma série de mediações que pré-condicionam o comportamento dos signos. Essas mediações ocorrem a partir dos discursos gerados pelos posicionamentos ideológicos disponíveis em uma determinada conjuntura social. Entre o falante e o sistema da língua interpõe-se uma série de processos discursivos que limitam e condicionam o universo de possibilidades expressivas. Na reflexão criada pela teoria do discurso, as possibilidades geradas pelo sistema formal da língua são filtradas por conjuntos menores de possibilidades, denominados de formações discursivas.

Se é necessário admitir que as reflexões de Saussure foram e ainda são importantes ao entendimento do que pode ser o fenômeno linguístico, é preciso também reconhecer que a teoria do mestre genebrino depende de um limite imposto pela ideia de autonomia total do sistema linguístico em relação às condições de natureza sócio-histórica ou de parole como par dicotômico para a língua<sup>8</sup>. A noção de parole implica a ideia de uma subjetividade psicologicamente orientada dotada de total liberdade quando decide se apropriar da língua para satisfazer suas necessidades expressivas. A teoria do discurso permite reconsiderar esses limites à medida que passa a entender a utilização efetiva da língua não mais pela noção de parole, mas pela de discurso. A língua não é um sistema semiológico cujas possibilidades se apresentam de forma total e idêntica a todos os seus usuários. A sua apropriação pelos falantes é mediada e orientada pelos diferentes discursos que circulam em uma determinada formação social. Tais discursos são formulados a partir de condições históricas específicas, de modo que se pode concluir que a língua se estabelece numa “dualidade radical” (cf. MAINGUENEAU 1997, p.12), derivada de sua inscrição tanto em um universo formal como em um universo discursivo. Tal dualidade relativiza sua independência em relação a elementos externos ao seu sistema, pois ao mesmo tempo que possui uma natureza formal relativamente autônoma, seu

---

<sup>8</sup> Isto não significa necessariamente que a teoria possua falhas. Toda e qualquer teoria depende da postulação de limites para possibilitar a reflexão.

funcionamento efetivo, ao ser mediado pelos processos discursivos, é atravessado por determinações sócio-históricas.

Caso a linguagem fosse de fato uma cópia matriz da realidade, para cada objeto teríamos um único termo equivalente e a relação entre a linguagem e a realidade estaria estabilizada pela transparência da língua em relação àquilo que ela comunica. Se a postura idealista correspondesse aos fatos linguísticos observáveis, não haveria flutuação entre a linguagem e o real e as palavras significariam sempre a mesma coisa. Por não considerar a imperfeição inerente à linguagem, Afrânio Coutinho não soube relativizar seu entendimento do que seria o nacionalismo literário e foi levado a acreditar que Machado referia-se ao mesmo objeto presente no entendimento produzido por sua perspectiva ideológica unicamente por utilizar palavras (nacionalismo e instinto) que aparecem com frequência em seu posicionamento teórico. O que efetivamente ocorre em sua leitura do artigo de Machado é um enviesamento discursivo que o leva a ler no texto do outro aquilo que poderia ser encontrado em seu próprio texto ou em qualquer outra produção de sentido alinhada à ideologia do nacionalismo literário romântico.

Quando lemos algo, conectamos as palavras e as frases que compõem um texto a formações de sentido estabilizadas dentro de um universo relativo de possibilidades semânticas. A depender de como este procedimento ocorra, é possível que ocorram ruídos linguísticos e a compreensão fique comprometida. Os signos não existem de modo idêntico para todas as pessoas, eles podem significar diferentemente para cada uma delas a depender do universo discursivo no qual cada uma encontra-se inserida. Aquilo que Machado significava a partir do termo *nacionalismo* constituía-se como um objeto diferente do produzido pelo entendimento do nacionalismo romântico. A cooptação discursiva do artigo de Machado feita por Afrânio Coutinho é consequência da força de um conceito de nacionalismo literário gerado nas primeiras décadas do século XIX e continuado ao longo dos anos em função de condicionamentos de ordem sócio histórica.

### 1.3. AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA CRÍTICA ROMÂNTICA (I): A FORMA-SUJEITO DO DISCURSO CRÍTICO OITOCENTISTA

Para se compreender o referido *constrangimento semântico* realizado por Afrânio Coutinho, deve-se buscar os fundamentos do processo discursivo-ideológico no qual ele se apoia a fim de produzir sentido a partir do sistema linguístico. É necessário considerar que a percepção da dimensão discursiva na qual a língua encontra-se inserida levou ao reconhecimento de que a suposta teoria universal das ideias implicada pela concepção saussuriana de língua é, na verdade, o resultado de um conjunto de efeitos ideológicos combinados. Tal reconhecimento levou à necessidade de uma superação dos impasses da linguística formal dentro do domínio da semântica, o que foi possível mediante a instauração de uma semântica discursiva. Tal semântica é construída pela teoria do discurso, que pretende dar conta dos efeitos de sentido produzidos a partir das condições históricas nas quais diferentes enunciações são elaboradas. Se, por um lado, a linguística estrutural aborda o universo imanente de significações possíveis ao concentrar seus esforços nos elementos que compõem o sistema da língua, a teoria do discurso, por sua vez, dirige-se aos efeitos de sentido efetivamente produzidos dentro deste sistema. Nela, a língua é entendida como um universo infinito de possibilidades de construção de enunciados que estabelece um pano de fundo sobre o qual diferentes processos discursivos são elaborados. Michel Foucault (1987, p.30) fala do campo dos acontecimentos discursivos, que constitui "o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das sequências linguísticas que tenham sido formuladas". Michel Pêcheux (2009, p.81), por sua vez, fala da língua como um sistema relativamente autônomo que constitui a base para processos discursivos diferenciados. A teoria do discurso, portanto, se diferencia da linguística mediante a postulação deste objeto, o discurso, cuja dinâmica não pode ser apreendida unicamente pela análise das relações diferenciais existentes nos níveis fonético, morfológico e sintático; para investigá-la, torna-se necessário analisar como os enunciados se relacionam dentro de condições históricas específicas.

A fim de realizar tal análise, a teoria do discurso precisou elaborar a noção de *condições de produção*. Ao longo do desenvolvimento da Análise do Discurso como uma disciplina, tal noção foi se modificando e ainda hoje ela não conseguiu receber uma definição estável e consensual. Courtine (2009) apresenta três origens distintas da noção. Inicialmente, ela teria surgido na análise de conteúdo da psicologia social, que entende que os textos são condicionados pela psicologia de seu autor. Em seguida, ela é atribuída à sociolinguística, que dela depende à medida que esta disciplina busca a sistematicidade das variações linguísticas, o que é feito estabelecendo entre tais variações e as estruturas sociais uma relação de causa e efeito. Por fim, Courtine identifica uma origem implícita para a noção no trabalho de Harris (1952), quando este relaciona o termo “situação” – entendido como “situações interpessoais condicionadas socialmente” ao discurso. Pêcheux, em *Análise Automática do Discurso* (1997) – livro que inaugura a disciplina – define as condições de produção em termos de formações imaginárias. Em seu raciocínio, os protagonistas de um discurso – o destinador e o destinatário – ocupam lugares determinados na estrutura social (patrão, diretor, padre, professor, médico etc.) que são objetos de representações simbólicas dentro dos processos discursivos. As representações, entendidas como formações imaginárias, condicionam as interações entre os protagonistas assim como o manejo dos referentes de seus discursos. Pêcheux afirma que tais formações seriam objetos da sociologia, o que, juntamente com as configurações iniciais da noção apresentadas por Courtine, indica que a teoria do discurso, sobretudo em seu início, coloca-se em uma articulação interdisciplinar com a psicologia e com a sociologia.

Esta articulação interdisciplinar é defendida por Pêcheux e Fuchs (1997, p.163) a propósito de um balanço dos pressupostos que animaram a composição da *Análise Automática do Discurso*. Segundo eles, a Análise do Discurso envolveria a conjunção da linguística com a sociologia (tal como configurada pelo materialismo histórico) e com uma teoria do sujeito de natureza psicanalítica. Segundo Courtine (2009, p.48), a interdisciplinaridade, assim como a noção de condições de produção, indica que a Análise do Discurso francesa surge tanto a partir da necessidade de superar a impossibilidade da psicologia social de dar conta da base material da língua

como da necessidade de superar a impossibilidade da linguística desenvolver uma teoria do sujeito da enunciação. O ultrapasse destes limites teóricos permitiria conceber as condições nas quais os enunciados são produzidos.

Na teoria de Pêcheux, a psicanálise participa da reflexão a fim de desenvolver a ideia de formações imaginárias lançadas na *Análise Automática do Discurso*, assim como a noção de condições de produção. Em um segundo momento de seu trabalho, o pensador francês reconhece que à teoria do discurso faltava uma reflexão sobre os procedimentos de constituição do sujeito do enunciado e de sua situação enunciativa (PÊCHEUX 1997, p.171). A ideia de um sujeito discursivo do enunciado será fundamental para sua teoria, pois dela dependerá o modo como a ideologia será pensada em termos de discurso e, conseqüente a isso, o modo como o conceito de formação discursiva é entendido. Essa ideia possui duas origens distintas: a teoria do assujeitamento de Althusser e a teoria do enunciado que Foucault apresenta em *A Arqueologia do Saber*.

A consideração da teoria do enunciado de Foucault será deixada para um outro tópico. Por ora, será destacado apenas o fato de que, para Foucault (1987 p.107), o sujeito de um enunciado não se confunde com elementos da ordem do sistema da língua – i.e.: ele não se encontra dentro do encadeamento sintático. Ele tampouco se confunde com o indivíduo emissor dos signos, com o autor da enunciação (mas isto não significa dizer que este indivíduo não exista, como se chegou a afirmar em uma das críticas que foi feita à reflexão de Foucault). Para ele, o sujeito do enunciado é, na verdade, uma posição determinada e vazia, constitutiva da *função enunciativa*. Diferentes indivíduos podem ocupá-la, assim como um mesmo indivíduo pode ocupar diferentes posições de sujeito dentro de uma mesma seqüência discursiva. Ao longo da discussão sobre a constituição do discurso da crítica romântica, veremos como os textos de Ferdinand Denis elaboraram uma forma-sujeito que foi sendo reocupada ao longo dos anos sempre que um novo crítico se prestava a discorrer sobre a natureza da literatura brasileira. O sujeito de um enunciado é uma posição que um indivíduo deve ocupar no momento em que ele dá início a um processo discursivo. É a partir desta posição que as possibilidades de produção de enunciados se abrem para uma individualidade, pois, para se dizer algo, é preciso antes localizar-se dentro do universo de

enunciações previamente elaboradas. A subjetividade discursiva é constituída pela anterioridade estabelecida nas relações entre enunciados prévios situados dentro de uma formação discursiva. Para Foucault (1987), o nível enunciativo das proposições e das frases é produzido mediante a relação que o enunciado consegue estabelecer com um conjunto de domínios criados pelas próprias relações que os enunciados criam entre si. É neste domínio que podem surgir, por exemplo, a referência, os objetos e os valores de verdade de uma proposição. Este mesmo domínio seria responsável também pelo estabelecimento da posição de sujeito que os indivíduos devem assumir ao proferir determinados enunciados.

O domínio que gerou a forma sujeito do discurso da crítica literária oitocentista brasileira começa a ser estabelecido com as duas publicações de Ferdinand Denis que iniciaram o processo discursivo desse modelo de crítica: o *Scènes de la nature sous les tropiques et leur influence sur la poésie* e o seu já referido resumo. Ainda que esta segunda publicação deva ser considerada como o ponto de partida da tradição crítica brasileira, em seu outro livro já se pode perceber os entrelaçamentos enunciativos que estabelecerão o domínio deste discurso. Nestes entrelaçamentos é elaborada uma forma de subjetividade que condicionará os futuros dizeres dos críticos literários brasileiros ao longo de todo o século XIX.

O *Scènes de la nature...* é escrito para ser uma espécie de divulgação, dentre os europeus interessados em literatura, das paisagens e dos costumes encontrados em locais exóticos que pudessem ser aproveitados na poesia. Esta divulgação será o ponto de partida do discurso da crítica literária brasileira romântica, pois uma argumentação muito semelhante à presente neste livro, que trata da influência poética das paisagens naturais americanas, do calor tropical e do caráter racial dos aborígenes, aparece no resumo da literatura do Brasil. Apesar de o livro ser destinado aos europeus, ele não é bem recebido na França. Depois da recepção negativa, Denis reaproveita a experiência adquirida durante seus anos de estada no Brasil<sup>9</sup> e utiliza a ideia de representação da natureza americana a fim de oferecer um direcionamento

---

<sup>9</sup> Nascido em 1798 e filho de um funcionário do Ministério dos negócios estrangeiros, Denis sai da França em 1816, aparentemente em direção às Índias e em busca de autonomia financeira, mas acaba desembarcando no Rio de Janeiro. Depois de alguns meses, segue para a Bahia, onde passa a trabalhar junto a representantes comerciais franceses. (cf. ZILBERMAN, 2006).

nacionalizante às letras brasileiras. A proposta inicial de exotismo é combinada com um argumento de caráter político (Denis aproveita do fato do Brasil ter adquirido a autonomia política poucos anos antes). Ela então converte-se num fundamento nacionalista da produção literária do período que se segue às guerras pela Independência do Brasil.

O enunciado inicial deste discurso, aquele que produzirá a subjetividade do crítico romântico e assim criará condições para o surgimento de novos enunciados, é o que associa a realidade natural e a produção poética: “le climat et l’aspect de la nature ont une *influence directe* sur les inspirations poétiques”<sup>10</sup> (grifos nossos) (DENIS 1824, p.02). Reduzindo esta formulação ao seu nível enunciativo, ela poderia ser reformulada da seguinte maneira: E01: *A poesia é condicionada pela natureza e pelo clima das diferentes regiões do globo.* A natureza é vista como causa da realidade cultural, como origem das inspirações que produzem a atividade literária. Sendo assim, as paisagens exóticas do Novo Mundo surgem como um reduto de extrema riqueza estética que deveria ser explorada pelos europeus. Conclui-se, então, que o aproveitamento das cenas naturais proporcionadas por regiões exóticas ofereceriam uma maior diversidade às tradições culturais europeias. Na impossibilidade dos europeus visitarem o Novo Mundo, seria necessário que alguém produzisse um relato sobre a natureza americana, assim como de outras localidades exóticas, como regiões da África e a Ásia. Este relato, em função do enunciado que o sustenta, comporia uma espécie de manual literário que poderia ser consultado por indivíduos desejosos de receber inspirações poéticas. Este parece ser o propósito do livro de 1824; ele é constituído por várias descrições de paisagens e de elementos da fauna e da flora de tais localidades. Acreditava Denis que com isso ele poderia enriquecer a literatura dos grandes centros a partir da inspiração poética que o relato de seu testemunho produziria. Na introdução de seu livro, ele esclarece a origem de suas descrições:

Je n’ai voulu peindre que les lieux que j’avais vu, ou ceux dont je pouvais me faire une idée exacte. Ayant visité, il y a

---

<sup>10</sup> O clima e o aspecto da natureza possuem uma influência direta sobre a poesia.

quelques années, les forêts de l'Amérique meridionale, j'ai tâché de retracer des scènes dont le souvenir me remplit encore d'admiration<sup>11</sup>. (DENIS 1824, p.III)

Nesta explicitação, pode-se perceber a primeira característica da forma-sujeito do discurso que estamos analisando. Se a literatura é condicionada pela natureza, a produção poética depende de seu conhecimento exato. O crítico literário então deve ser aquele que é capaz de fornecer este conhecimento. Para isto, ele possui uma perspectiva privilegiada sobre os fatores da literatura. Ele é aquele que conhece a natureza, que a viu com seus próprios olhos, e por isso pode ajudar os aspirantes a poeta com suas valiosas informações. O conhecimento do crítico é exato e correto, pois é relatado apenas aquilo que ele viu e que lhe ficou registrado na memória. É interessante como este elemento da forma sujeito atua de modo a fazer com que Denis, que era, na época em que esteve no Brasil, um representante comercial, torne-se uma figura importante no meio literário. O fato de o crítico ser alguém dotado de um conhecimento privilegiado sobre um determinante da produção literária fez com que ele se sentisse autorizado a se dirigir aos "*amis de la littérature*" (DENIS 1824, p.II) unicamente por ter viajado pela América. Num contexto onde ainda não surgira a noção de autonomia do discurso literário em relação aos elementos da realidade social, ideia que surgiria anos mais tarde com Edgar Allan Poe nos Estados Unidos<sup>12</sup>, julga-se que a produção literária dependa sempre do conhecimento preciso dos elementos da realidade extraliterária. Assim, o crítico surge como uma pessoa dotada de um conhecimento

---

<sup>11</sup> Eu quis pintar apenas os lugares que eu tinha visto, ou aqueles que eu poderia me fazer uma ideia exata. Tendo visitado, há alguns anos, as florestas da América meridional, tentei retratar as cenas cuja memória ainda me enchem de admiração.

<sup>12</sup> Em um artigo, Poe critica a perspectiva crítica que valoriza um poema por valores de verdade ou valores morais. Segundo sua visão, o poema mais digno que poderia ser escrito seria aquele escrito unicamente por seu valor estético. "Colocamos em nossas cabeças que escrever um poema unicamente pelo poema, e reconhecer que este foi nosso propósito, , seria confessar-nos radicalmente carentes da verdadeira dignidade e força poética: - mas o simples fato é que caso nos permitíssemos olhar dentro de nossas próprias almas imediatamente lá descobriríamos que sob o sol não há nem pode existir uma obra mais digna, mais nobre, do que este poema, este poema *per se*, este poema que é um poema e nada mais, este poema escrito unicamente por ser um poema" (POE 1904, p.28-29). Esta ideia chegaria até Charles Baudelaire e por ele se espalharia por toda a literatura ocidental: "La Poésie, pour peu qu'on veuille descendre en soi-même, interroger son âme, rappeler ses souvenirs d'enthousiasme, n'a pas d'autre but qu'Elle même ; elle ne peut en avoir d'autre, et aucun poème ne sera si grand, si noble, si véritablement digne du non de poème que celui qui aura été écrit uniquement pour le plaisir d'écrire un poème" (BAUDELAIRE 1920, p.157).

especializado não sobre a tradição literária, ou dos recursos linguísticos da poesia, mas sobre a natureza local. É a partir deste conhecimento que ele pode produzir seus comentários sobre a literatura, que será caracterizada de um modo específico devido ao condicionamento produzido por esta subjetividade discursiva. A valorização do conhecimento ocular e da natureza americana fará com que Denis, em seu resumo, produza o entendimento de que a poesia brasileira deveria ficar restrita ao gênero descritivo: “Dans ces belles contrées si favorisées de la nature, le pensée doit s’agrandir comme le spectacle qui lui est offert; majesteuse, grâce aux anciens chefs-d’oeuvre, elle doit rester indépendante, *et ne chercher son guide que dans l’observation*.<sup>13</sup>” (grifos nossos) (DENIS 1826, p.516). Pode-se, então, deduzir que a mediação da forma sujeito assume E01 como verdade e a partir dele implica um segundo enunciado: (E02): *A poesia americana deve ser descritiva*. Este entendimento se constituiria num importante dispositivo discursivo da crítica romântica e seria repetida anos depois por outros críticos brasileiros. Um exemplo pode ser encontrado no *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil* de João Adolfo Varnhagen, publicado em 1850 como introdução ao seu *Florilégio da poesia brasileira*: “A América, nos seus diferentes estados, deve ter uma poesia, principalmente no descritivo, só filha da contemplação de uma natureza virgem” (VARNHAGEN 1850, p.XVI).

Entretanto, apenas o conhecimento testemunhal não daria conta da totalidade dos quadros produzidos pela natureza tropical, por isso o crítico precisaria completá-los através do estudo livresco dos autores que puderam ter a oportunidade de visitar outras regiões:

Mais voulant presenter un tableau moins incomplet que si je m’en étais tenu à mes observations, une foule de voyageurs m’ont été utiles. Quoique j’aie abandonné l’étude des langues orientales, je n’étais point entièrement étranger aux auteurs qui pouvaient me fournir des détails intéressants. J’ai puisé dans quelques ouvrages dont les traductions commencent à se répandre, plusieurs documens importans qui font connaître d’une maniere plus directe les inspirations des peuples, et par

---

<sup>13</sup> Nestas belas terras, tão favorecidas pela natureza, o pensamento deve se engrandecer tal como o espetáculo que lhe é oferecido; majestoso, graças às antigas obras-primas, ele deve permanecer independente, e não procurar outro guia que não seja a observação.

conséquent le parti qu'ont peut tirer de leur poésie<sup>14</sup>. (DENIS 1824, p.III)

Se um único viajante não pode dar conta de todos os quadros poéticos produzidos pelas diferentes regiões do globo, ele precisaria se apoiar no relato de outras testemunhas oculares, de outros viajantes que tenham tido condições de produzir documentos fiéis capazes de proporcionar um conhecimento direto das regiões poéticas. Este elemento da forma sujeito da crítica literária romântica fará com que os estudos literários e a produção poética sigam ao lado de relatos de viajantes como o produzido pelo alemão Hans Staden<sup>15</sup>, ou de estudos de outras naturezas, como as investigações etnológicas sobre as populações aborígenes. Futuramente, quando a crítica romântica sofrer a interferência dos discursos científicos oriundos das diversas disciplinas que constituíram o cientificismo do final do século XIX, este conhecimento testemunhal será substituído por uma exigência de conhecimento teórico dos fatores da literatura. Entretanto, a apresentação e a análise desta transformação serão deixadas para um capítulo posterior.

Uma segunda característica desta forma-sujeito é implicada pela primeira. Por ser um conhecedor privilegiado dos fatores determinantes da produção literária, o crítico torna-se aquele capacitado a conduzir adequadamente o destino literário da nação. O crítico oitocentista quase sempre assumiu uma postura assertiva em relação ao que deveria ser feito e ao que não deveria ser feito em matéria literária. Esta postura começa com o resumo de Denis, é adotada dentre os críticos românticos e segue sendo

---

<sup>14</sup> Mas querendo apresentar um quadro menos incompleto do que se eu ficasse preso às minhas observações, muitos viajantes me foram úteis. Mesmo que eu tenha abandonado o estudo das línguas orientais, não era completamente estranho aos autores que poderiam me fornecer de detalhes interessantes. Aproveitei-me de algumas obras cujas traduções começavam a aparecer, vários documentos importantes que permitiam conhecer de uma maneira mais direta as inspirações dos povos e por consequência o partido que se pode tirar de sua poesia.

<sup>15</sup> Viajante alemão que em Portugal embarcou duas vezes para o Brasil. Em sua segunda viagem, foi capturado por uma tribo tupinambá, na qual teve que permanecer sob constante ameaça de ser devorado. É resgatado por um navio corsário francês depois de nove meses sob custódia. De volta à Europa, produz um relato de suas viagens intitulado *História verdadeira e descrição de uma terra de selvagens, nus, cruéis comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas Terras de Hessen até os dois últimos anos, visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, a conheceu por experiência própria e agora traz a público com essa impressão*. O livro, posteriormente, foi muito utilizado pelos escritores românticos devido às descrições que ele contém dos costumes indígenas, sobretudo do ritual de antropofagia.

praticada pelos intelectuais que compuseram a geração de 1870. É interessante notar que este elemento surge apenas quando Denis abandona seu projeto inicial de estimular os europeus a adotarem temáticas americanas em suas poesias e decide se voltar para o público brasileiro. Em *Scènes de la nature...*, o francês assumia um tom humilde e a postura de um conselheiro, de alguém disposto a oferecer uma contribuição a mais à literatura de sua terra natal: “j’aurai rempli le but que je me suis proposé, si j’ai inspiré à quelques personnes le désir de varier les tableaux de notre littérature<sup>16</sup>” (DENIS 1824, p.407). O objetivo em questão ele coloca a si próprio, é uma responsabilidade dele atrair pessoas para a sua proposta, que fica restrita a uma sugestão de variação das temáticas da literatura francesa. O aproveitamento dos quadros da natureza americana é visto como uma possibilidade interessante. As sugestões, porém, não foram bem acolhidas na França e seu livro não conseguiu cumprir aquilo a que se propunha. Em grande parte isto foi devido a uma resenha escrita por Sainte-Beuve. Nela, o crítico francês, apesar de concordar com o aproveitamento das imagens proporcionadas pela natureza, questiona a legitimidade de se querer aproveitar de inspirações que venham de fontes estrangeiras. Ele então remete a um perigo não considerado pelo autor, mas que deveria ser evitado: “de parler à la nation d’une nature qu’elle ne comprend pas, d’en appeler à des souvenirs qui n’existent que pour l’écrivain, et réduire l’homme médiocrement éclairé à consulter Buffon ou Cuvier pour entendre un vers<sup>17</sup>” (SAINTE-BEUVE 1886, p.09). Têm-se, aqui, a interferência de uma matriz discursiva essencial, inexistente no livro de 1824, mas central no de 1826 : o nacionalismo. O que fundamenta o *Scènes de la nature...* é a ideia de exotismo. Denis acreditava que isto seria suficiente para atrair o interesse do público europeu. Apesar do exotismo ser um elemento importante do ideário romântico, mais importante foi o nacionalismo. Por conta disso, soou estranho querer induzir um público a adotar paisagens estrangeiras em suas produções poéticas. Dentro da mentalidade romântica, para que um cenário natural pudesse ser aproveitado pela literatura, era necessário que ele fosse autêntico,

---

<sup>16</sup> Terei cumprido o objetivo que eu me propus, se eu inspirei em algumas pessoas o desejo de variar os quadros de nossa literatura.

<sup>17</sup> De falar à nação de uma natureza que ela não compreende, de apelar às memórias que existem apenas para o escritor, e reduzir o homem mediocramente esclarecido a consultar Buffon ou Cuvier para ouvir um verso.

que ele fizesse parte não somente da vida do poeta, mas também do público destinado a receber suas produções. A proposta de exotismo, portanto, esbarraria na necessidade de uma autenticidade legitimadora.

Esta é a causa do caráter secundário de *Scènes de la nature...* em relação ao *Resumé*, ao menos no que diz respeito à constituição de uma tradição literária brasileira. Apesar de falar majoritariamente de elementos da natureza brasileira, o livro é bem menos lembrado pelos brasileiros do que a publicação de 1826. Ao querer “exportar” paisagens poéticas, Denis bloqueou o canal de comunicação com o único público possível para o seu trabalho: os poetas americanos. Para o europeu, o aproveitamento de paisagens exóticas possibilitaria a novidade poética, entretanto o discurso nacionalista enfraquecia esta proposta. Mas para o brasileiro, ainda carente de símbolos nacionais, este impedimento não existiria, antes a crescente mentalidade nacionalista favorecia a recepção da proposta do francês. A crítica de Sainte-Beuve deve ter levado Denis a perceber isso. Dois anos depois surge o *Resumé de l’histoire littéraire du Brésil*, que parece ser uma espécie de retificação do equívoco do livro anterior. Neste segundo livro, Denis conjuga a proposta de exotismo com a necessidade de nacionalização da cultura brasileira. Assim, os argumentos do primeiro livro são redirecionados ao enriquecimento da incipiente literatura brasileira, que ainda sofria com uma cultura de importação. Por conta disso, Maria Helena Rouanet (1991, p.217) caracteriza o *Scènes de la nature* como um *turning point* da carreira de Denis, pois é a partir desta publicação que o autor adquire a condição de um brasilianista.

Depois deste redirecionamento, o tom do discurso de Denis muda. Ao invés das sugestões um tanto despretensiosas do *Scènes de la nature ...*, têm-se, no resumo, um tom imperativo, assertivo. Apesar de ser uma publicação de caráter histórico, a primeira parte de seu texto, cujo subtítulo é “considérations générales sur le caractere que la poésie *doit* prendre dans le Nouveau-Monde<sup>18</sup>” (grifo nosso) (DENIS 1826, p. 513), destina-se a orientações que deveriam ser seguidas pelos autores brasileiros caso eles quisessem conferir originalidade nacional à sua literatura. Por conta disso, Denis está se referindo a uma literatura ainda abstrata, inexistente senão na ideia que ele então

---

<sup>18</sup> Considerações gerais sobre o caráter que a poesia deve assumir no Novo-Mundo.

lançava naquele momento. A primeira parte do resumo possui um caráter programático que seria seguido na década seguinte por Gonçalves de Magalhães e demais autores que introduziriam o nacionalismo romântico no Brasil. Nele, Denis indica o que os poetas brasileiros deveriam e não deveriam fazer no plano literário. Resumidamente, suas orientações diziam respeito à rejeição dos modelos europeus e ao aproveitamento das paisagens naturais. Assim, o texto de Denis possui um tom tutelar que se constrói, por exemplo, mediante o uso insistente do verbo *devoir* ao lado de elementos caracterizadores do ideal de literatura americana pretendido. Mas ele é repetido ao longo de toda a composição, sempre que Denis apresenta as atitudes tidas como necessárias aos poetas brasileiros. Exemplos podem ser encontrados em algumas passagens do início do texto (DENIS 1826, p. 515 – 516):

(A América) doit rejeter les idées mythologiques.

doit avoir des pensées neuves et énergiques comme elle.

doit être libre dans sa poésie comme dans son gouvernement.

(Na América) la pensée doit s'agrandir comme le spectacle qui lui est offert (...) elle doit rester indépendante<sup>19</sup>. (grifos nossos)

A conjugação da proposta de exotismo com o discurso nacionalista transformou aquilo que era uma proposição em uma obrigação, o que era uma possibilidade converteu-se em *dever*. Este tom assertivo e tutelar passaria a ser regra na crítica literária oitocentista, onde os intelectuais estavam constantemente tentando assumir as rédeas do destino cultural do país e influenciar os escritores a formatarem seus textos segundo as diretrizes de um programa. Nossa produção cultural passava a estar determinada não pelo verde das florestas ou pelo calor do sol, mas por uma abstração apriorística do que seria a literatura brasileira. Uma prática derivada desta propriedade da subjetividade do crítico é a condenação da literatura efetivamente produzida mediante sua comparação com aquela que deveria ser produzida. Garrett, em

---

<sup>19</sup> A América deve rejeitar as ideias mitológicas. / Deve ter pensamentos novos e enérgicos como ela. / Deve ser livre em sua poesia como em seu governo. / Na América, o pensamento deve se engrandecer tal como o espetáculo que lhe é oferecido (...) ele deve permanecer independente.

seu *Bosquejo da história da língua e da literatura portuguesa*, quando condena os temas árcades empregados por Tomás Antônio Gonzaga na composição de *Marília de Dirceu*, assume o mesmo tom tutelar empregado por Denis: “quisera eu que em vez de nos debuxar no Brasil cenas da Arcádia, quadros inteiramente europeus, pintasse os seus painéis com as cores do país onde os situou.” (GARRETT 1826, p.XIVI). O trecho de Varnhagen anteriormente citado também pode servir de exemplo, pois apresenta este mesmo caráter quando ele afirma que a literatura americana *deve* ser descritiva. A literatura brasileira nacionalizava-se programaticamente antes de adquirir uma nacionalização efetiva. Machado foi um dos poucos que percebeu isso ainda no século XIX, e foi para manifestar sua oposição a esta prática que ele escreve o artigo *Instinto de Nacionalidade*. Talvez seja possível imaginarmos que ele tenha feito isso por antecipar as reações negativas que sua própria literatura causaria no ambiente intelectual de sua época, pois esta característica desta forma-sujeito do discurso crítico permanece na crítica praticada pela geração de 1870. Ao avaliar a obra de Machado de Assis, Sívio Romero comenta alguns trechos nos quais Machado teria se mostrado como um “pintor” de cenas dos tempos, tipos, usos e costumes brasileiros. Ele elogia tais passagens, mas lamenta elas serem poucas na obra do escritor fluminense. Por conta disso, ele sugere que Machado deveria abandonar seu estilo irônico e humorista e, em seu lugar, deveria esmerar-se na representação da realidade social brasileira: “era um filão que ele devia aprofundar esse do caráter brasileiro com suas virtudes e defeitos. Sua obra seria mais variada e mais profunda.” (grifo nosso) (ROMERO p.297).

Convencido de que possui um conhecimento privilegiado sobre os elementos temáticos que compõem o universo literário, o crítico julga-se o mais capaz para orientar os futuros poetas e prosadores. Isto fará com que a crítica por vezes esteja descolada da produção literária. Na maior parte das vezes, os críticos estavam mais comprometidos com um programa estético-político do que com a função que, *a priori*, deveria ser a deles: avaliar as obras literárias dentro daquilo que elas se propõem a fazer. Em muitas ocasiões, a atividade crítica acaba se transformando numa tarefa ou de proposição das diretrizes que a literatura nacional deveria seguir, ou de averiguação se um escritor em questão adequou-se devidamente àquilo que se esperava dele. Isto não parece

ter sido um grande problema no início da constituição desta tradição crítica, uma vez que os críticos muitas vezes eram os próprios escritores, que faziam da atividade crítica uma forma de divulgação de poéticas e de programas literários. Gonçalves de Magalhães na poesia e José de Alencar na prosa parecem ser os casos mais paradigmáticos. Ainda assim, este caráter doutrinador da crítica literária certamente deve ter dissuadido novos poetas e prosadores a explorar formas menos usuais de composição literária. Quando não, como no caso de Sousândrade, os críticos estariam despreparados para ler a novidade e acabavam relegando os casos excepcionais à invisibilidade e ao esquecimento. Quando se aproxima o final do século e a crítica adquire um maior grau de especialização, este descolamento passa a ser mais sensível. Começam a se multiplicar os casos de incompreensão grosseira dos textos literários por parte dos críticos. Além do clássico caso da leitura desastrosa de Machado por parte de Sílvia Romero, pode-se também dizer que toda a geração de poetas simbolistas ficou relegada a uma posição secundária dentro de nosso cânone literário devido à força da crítica nacionalista e de sua incapacidade para ler aquilo que escapava de seu estreito horizonte de possibilidades<sup>20</sup>.

Esta segunda propriedade da forma-sujeito do crítico oitocentista confere um caráter autoritário à crítica. Isto, por sua vez, fará com que o ambiente literário dos jornais seja permeado por polêmicas a respeito de questões pontuais do programa literário nacional. Sempre que um crítico via sua autoridade questionada, ele buscava assegurá-la com uma réplica que questionava a autoridade do outro, que por sua vez produzia uma tréplica e assim tinha-se instaurada uma polêmica literária. No plano enunciativo, este autoritarismo é encontrado na presença do verbo *dever* no terceiro enunciado que pode ser deduzido e reduzido a seguinte forma: (E03) *O poeta brasileiro*

---

<sup>20</sup> Importante lembrar que Sílvia Romero chegou a escrever de maneira elogiosa sobre a poesia de Cruz e Sousa, de quem chegou a dizer que “tudo que deixou em verso é bom” (p.161). Romero também considerou que o aparecimento da literatura simbolista deveria suscitar o surgimento de novos modelos de crítica literária. Este projeto, no entanto, não chegou a ser desenvolvido por ele nem por ninguém. É importante também considerar que quando Romero produz tais afirmativas, ele sai de dentro da discursividade da crítica científica, i.e.: não utiliza o jogo de correlações de seus enunciados para construir suas conclusões, de forma que se pode afirmar que este modelo de crítica foi incapaz de ler devidamente o simbolismo. O fato de um dos principais representantes da crítica científica ter reconhecido este limite não altera o fato de que seus princípios não eram favoráveis ao reconhecimento da validade da proposta estética simbolista.

*deve aproveitar as cenas da natureza americana*. Este enunciado possuirá uma série de variações ao se modificar o objeto do verbo por outras unidades linguísticas, como *ser original*, *ser livre* etc.. Mais adiante veremos que as formações discursivas trabalham promovendo equivalências semânticas entre termos heterogêneos mediante encaixes verticais de unidades linguísticas. Desse modo, pode-se dizer que E03 e suas variantes constituem-se, na verdade, um mesmo enunciado dotado de uma posição (o sintagma referente ao complemento do verbo *dever*) plurivalente.

Este trabalho não pretende apresentar exhaustivamente todas as propriedades da forma sujeito do discurso crítico oitocentista, tarefa que ocuparia o espaço necessário ao desenvolvimento de outros pontos. Mas mais uma propriedade ainda deve ser considerada: a integração do crítico com a comunidade nacional. O crítico romântico fala a partir de sua condição nacional, e ele se dirige especificamente a um público nacional. Ele parte de uma comunidade e se volta para ela. Ele precisa deste pertencimento para ter legitimidade na sua fala. Esta é uma característica que não é específica ao crítico brasileiro, mas antes é comum a todos os críticos românticos daquele período. No *Discours préliminaire* que antecede os resumos das histórias da literatura de Portugal e do Brasil, Denis fala do desprezo que as franceses dedicavam às literaturas estrangeiras, e dos prejuízos que isto causava. Quando ele o faz, o crítico não se exclui da crítica, pois ele também pertence à comunidade nacional. Isto torna-se perceptível no uso recorrente da primeira pessoa no plural: “telle était *notre manière de voir*, que *nous* soumettions aux formes françaises les divers auteurs dont on transmettait les oeuvres dans *notre langue*”<sup>21</sup> (grifos nossos) (DENIS 1826, p.V).

Mesmo em um livro cujo assunto era a história de duas literaturas estrangeiras periféricas, o crítico busca relacionar seus temas a uma causa coletiva, pois sua atividade está condicionada à manutenção do constante diálogo com a comunidade nacional. Quando ele escreve sobre a natureza americana, o faz porque os franceses poderiam aproveitar suas paisagens. Quando escreve sobre literaturas estrangeiras, o faz porque os franceses precisam conhecer tais literaturas, pois “il faut avouer que les autres nations

---

<sup>21</sup> Tal era nossa maneira de ver, que nós submetemos às várias formas francesas os diversos autores cujas obras foram transmitidas em nossa língua,

aidaient puissamment à développer notre dédaigneuse prévention<sup>22</sup> (DENIS 1826, p.V). O estudo das literaturas estrangeiras ajudaria na reconsideração da presunção de superioridade cultural dos franceses e permitiria que eles aprendessem com os poetas de outros países, uma vez que eles abandonavam a imitação dos modelos literários europeus e começavam a demonstrar sinais de originalidade artística. Outro exemplo de atitude semelhante pode ser encontrado no Bosquejo de Almeida Garrett. Ao comentar a influência da cultura clássica na literatura portuguesa do século XVI, ele escreve:

Muito pouco ficou para o que era nacional, para o que já tínhamos, para o que podíamos adquirir ainda, para o que naturalmente deveria nascer de nossos usos, de nossas recordações, de nossa arqueologia, do aspecto de nosso país, de nossas crenças populares, e enfim de nossa religião. (GARRETT 1826, p. XVI)

Tal aspecto da subjetividade crítica estava ligada ao entendimento que se tinha da função civilizadora da literatura. A atividade literária não era encarada como um divertimento fortuito ou como uma distração do cotidiano, ela era vista como parte do processo civilizador de uma sociedade. No caso do Brasil, isto se apresentava de uma forma ainda mais dramática. Recém saída da independência política, tinha-se a ideia de que a nação apenas principiava numa longa jornada em direção à equiparação com as grandes nações europeias. O projeto de literatura, portanto, ligava-se a um projeto maior, de caráter coletivo, e o crítico teria um importante papel nele. Por conta disso, ele precisava incluir-se junto àqueles a quem ele se dirigia. Uma passagem do *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil* de Magalhães demonstra bem esta atitude:

A estrada pelos nossos ilustres maiores aberta, que podemos considera-la traçada em caracol numa montanha, não tocou

---

<sup>22</sup> Deve-se admitir que as outras nações em muito ajudaram a desenvolver nosso desdenhoso preconceito.

ainda o seu cume; se intentamos chegar a ele, o mais curto caminho é trilhá-lo, mas com o cuidado que não nos deixemos encantar pela harmonia das vozes dos cisnes, que a ladeiam, ouvindo-os para adoçarmos a fadiga, admirando-os, porém marchando sempre, empenhemo-nos por prolongar a estrada; (...) (MAGALHÃES 1836, p.159).

Têm-se, portanto, três aspectos da subjetividade que era comum os intelectuais ocuparem durante o exercício da atividade crítica:

- 1) O crítico é um conhecedor privilegiado dos fatores da literatura;
- 2) O crítico é aquele que é capaz de direcionar devidamente a produção literária;
- 3) O crítico pertence à comunidade à qual ele se dirige;

Todos esses aspectos da forma sujeito do discurso da crítica romântica continuaram válidos quando esta atividade passou a ser praticada segundo o modelo naturalista. Alguns elementos sofrem transformações de superfície, mas estas modificações não chegam a interferir nas articulações enunciativas fundamentais do discurso. Era a partir desta posição que passava a ser possível argumentar pelo aproveitamento de determinados elementos da realidade brasileira na simbolização do caráter nacional.

#### 1.4. AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA CRÍTICA ROMÂNTICA (II): FATORES IDEOLÓGICOS

Antes dos trabalhos de Pêcheux, *A Arqueologia do saber* de Foucault já apresentava uma teoria não subjetiva da subjetividade. A sua concepção discursiva de sujeito é o começo da teoria do sujeito presente na teoria do discurso. Pêcheux, entretanto, levará a ideia de Foucault a outras bases que não as puramente discursivas, pois, a partir da teoria da interpelação ideológica

de Althusser, ele também entende o sujeito do discurso enquanto ideologicamente constituído. Em Pêcheux, a discursividade da posição sujeito dos enunciados se dá mediante a sua inscrição ideológica.

O caráter ideológico do sujeito dos processos discursivos relaciona-se às diversas formações ideológicas presentes em uma formação social, e estas, por sua vez, são elaboradas a partir da conjuntura estabelecida pelos diferentes aparelhos ideológicos do estado. Os Aparelhos ideológicos do Estado são realidades institucionais distintas e variadas (a família, a escola, a religião etc.) que garantem, de maneira às vezes contraditória – i.e.: não como meros instrumentos da classe dominante, mas como um campo de embates políticos – a hegemonia de uma classe por intermédio da reprodução das relações de produção. Estes aparelhos, diferentemente dos aparelhos repressores, se caracterizam por atuar predominantemente pela ideologia, elemento que fornece aos grupos sociais as representações mediante as quais são estabelecidas as relações dos indivíduos com as suas condições reais de existência. Por intermédio dessas representações, os indivíduos mediam simbolicamente para si não somente suas relações com tais condições, mas também as relações que possuem com a sua própria subjetividade, pois a estruturação das relações sociais por intermédio das ideologias se faz também pela estruturação que elas promovem da dimensão subjetiva dos indivíduos. Este processo foi denominado por Althusser de *interpelação ideológica*. Desse modo, a realidade material das ideologias reside nas práticas dos indivíduos que elas interpelam em sujeitos, de modo que:

A categoria de sujeito é constitutiva de toda a ideologia, mas ao mesmo tempo e imediatamente acrescentamos que a categoria de sujeito só é constitutiva de toda ideologia, na medida em que toda a ideologia tem por função (que a define) 'constituir' os indivíduos concretos em sujeitos. (ALTHUSSER 1974, p.94) (grifos do autor).

Assim, a subjetividade de cada indivíduo é entendida como uma instância ideológica elaborada e disseminada pela atuação dos diferentes Aparelhos ideológicos do Estado de uma determinada formação social. Para

Pêcheux (2009, p.143), aproveitando-se, desta vez, das teses de Lacan, este é um processo de representação construído a partir de uma rede de significantes estruturantes da língua, na qual o sujeito acaba por se encontrar vinculado. Isso o levará a concluir que o processo de interpelação ideológica relaciona-se aos procedimentos de constituição do sentido, o que se daria da seguinte forma: as formações ideológicas, mediante suas representações, interferem no processo de elaboração da dimensão semântica de uma língua e, com isso, constituem os indivíduos em sujeitos. O sentido, assim como a subjetividade, possui um caráter material determinado por sua dependência constitutiva do complexo formado pelo conjunto de formações ideológicas atuantes em uma determinada formação social.

Isto se torna possível porque uma formação ideológica, sendo uma posição a ser ocupada dentro de uma conjuntura social, possui, no interior de sua sistemática, uma ou mais formações discursivas que determinam o sentido das palavras e dos enunciados (cf. PÊCHEUX 2009, p.146). Partindo da constatação de que as palavras e expressões de uma língua não possuem um sentido estável, mas que elas “mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX 2009, p.146), Pêcheux conclui que a dimensão semântica das palavras é estruturada dentro das formações discursivas referentes às diferentes formações ideológicas. Assim, da mesma forma que Althusser concluiu que a subjetividade se apresenta ao indivíduo sob a forma de evidência, uma vez que a Ideologia denega o caráter ideológico de suas práticas, Pêcheux conclui que os sentidos das palavras e das construções linguísticas também se apresentam como evidentes em função dos mesmos procedimentos ideológicos. Na verdade, segundo o pensador francês, a subjetividade se apresenta como uma evidência ao indivíduo porque ela na verdade não passa de uma construção de sentido situada no interior de uma determinada formação discursiva.

Assim, o conceito inicial de formações imaginárias como fator das condições de produção dos processos discursivos é substituído pela ideia de posição sujeito do discurso. Se o conceito de formações imaginárias pretendia dar conta da situação vivenciada pelos protagonistas da interação discursiva, a noção de sujeito do discurso apreende tal situação mediante a relação que os discursos possuem com a conjuntura ideológica de uma formação social.

Agora, a determinação de sentido dos elementos da língua deixa de depender apenas dos papéis institucionais desempenhados pelos indivíduos (e do jogo de espelhos inerentes a tais relações) e passa a ser mediada pelas formas-sujeito elaboradas no interior das formações ideológicas. De Foucault, apropria-se a ideia de que o sujeito de uma sequência discursiva é constituído por uma função vazia independente da dimensão psicológica do emissor. Neste momento tem-se apenas a ideia de uma forma não subjetiva do sujeito. Ela é ampliada com a noção de interpelação ideológica de Althusser, que permite Pêcheux associar o carácter vazio da subjetividade discursiva a determinações de ordem ideológica. Deste modo, a subjetividade discursiva torna-se o principal conceito estruturante da noção de condições de produção, pois ela permite a ligação dos enunciados a conjunturas ideológicas, o que, por sua vez, delimita a historicidade dos processos discursivos.

Em Foucault, a subjetividade discursiva encontra-se limitada ao domínio do enunciado – é uma concepção puramente discursiva de um sujeito que se faz presente unicamente no momento em que um indivíduo se torna o agente de um procedimento discursivo. Em Pêcheux, devido ao aproveitamento que ele faz das teorias de Althusser, a subjetividade possui maior amplitude e profundidade, pois ela pretende querer dar conta da constituição efetiva da subjetividade dos indivíduos. Devido a isto, a teoria do discurso, tal como elaborada por Pêcheux, apoia-se também na teoria psicanalítica.

A configuração do sujeito também faz com que a teoria do discurso se apresente como um complemento a uma reflexão maior, promovida pela teoria da Ideologia. Ao afirmar que: "se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a espécie discursiva pertence, assim pensamos, ao gênero ideológico" (PÊCHEUX 1997, p.166), Pêcheux, mediante sua metáfora biológica, indica o verdadeiro objetivo de suas pesquisas: a ampliação de uma teoria da Ideologia sobre bases linguísticas. Se Althusser afirmou que as ideologias consistem em procedimentos de assujeitamento dos indivíduos – e que os indivíduos assujeitados constituem os átomos das formações ideológicas – Pêcheux, com a teoria subjacente à Análise do Discurso, procurou desvelar os procedimentos constituintes da interpelação ideológica. Simplificando a questão, é possível afirmar que o conceito de formação

discursiva serve também à especulação sobre o modo como as formações ideológicas constituem os indivíduos em sujeitos, o que ocorreria mediante a projeção de efeitos de sentido sobre as unidades constituintes do sistema da língua.

### 1.5. DISPUTAS IDEOLÓGICAS E IDENTITÁTIAS NO CONTEXTO DA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA

No que diz respeito à constituição da forma-sujeito do discurso da crítica literária oitocentista, pode-se dizer que ela faz parte de um processo de intensa disputa ideológica surgido no início do século XIX. Este processo, naturalmente, produziu uma série de efeitos de sentido que teve implicações na elaboração de uma dimensão subjetiva para os indivíduos que viviam no Brasil daquela época, assim como no plano conceitual dos signos linguísticos. A dimensão simbólica adquirida por alguns destes signos, como a natureza e o índio, em um primeiro momento, e, em um segundo, outros como o mestiço e o sertanejo, contribuiu para que a população brasileira construísse um sentimento de pertencimento ao território nacional e de identificação com a unidade abstrata que congregava indivíduos dotados de origens distintas. Surgia o sentimento de brasilidade, as pessoas agora passavam a se identificar como brasileiras. Esta identificação estava associada a um posicionamento dentro de uma disputa política e ideológica, que ocorre inicialmente em um contexto de crise internacional provocada pela disseminação das ideias liberais e republicanas assim como pelo questionamento da legitimidade do poder absoluto das monarquias. Esta crise acabaria por ter desdobramentos singulares dentro da conjuntura brasileira. A divergência de interesses de certos setores das sociedades metropolitana e colonial provocará o agravamento de uma instabilidade política que já era sinalizada pelas insurreições ocorridas nos anos finais do século anterior. Essa instabilidade

produzirá a revolução do Porto em Portugal e as Guerras da Independência no Brasil.

Para a configuração romântica da crítica literária oitocentista brasileira, o processo de formação de sua rede de sentidos está diretamente ligado à constituição do estado nacional brasileiro. A crítica atuou como um aparelho ideológico que se apropriou do discurso literário a fim de torná-lo instrumento de consolidação de uma nova ordem nacional. A literatura, salvo algumas exceções, passava a trabalhar no fornecimento de fundamentos ideológicos que sustentariam a ideia de um Brasil autônomo e unificado. Ela seria a contraparte ideológica de um processo que também teve os seus aparelhos repressores, como o exército e a marinha recém criados com financiamento e oficiais britânicos.

A crítica literária não teria surgido da forma como foi configurada no início do século XIX caso o sistema colonial não tivesse entrado em crise, já que este discurso surge no contexto pós-independência diante da necessidade de se atribuir à literatura um papel no trabalho de construção de uma rede de símbolos responsável pela elaboração de uma identidade que substituísse as identificações com a metrópole portuguesa. Esta substituição é operada por intermédio de uma dupla simbolização: ao mesmo tempo em que se atribui valores positivos à natureza e aos costumes indígenas, de modo que tais elementos tornem-se disponíveis à simbolização identitária, atribui-se valores negativos à vivência colonial, pois a caracterização negativa do período do domínio português inviabilizava a identificação com a nacionalidade portuguesa. Assim, no período inicial de consolidação do discurso da crítica, era comum a argumentação ser atravessada por juízos negativos sobre a situação do Brasil antes de sua emancipação política. Denis associou a incipiência da literatura brasileira e a sua incapacidade em adquirir propriedades autênticas ao regime imposto pelo sistema colonial: “avant d’être libres il semblait qu’ils voulussent oublier leur patrie pour demander à l’Europe une partie de sa gloire<sup>23</sup>” (DENIS 1926, p.535). Gonçalves de Magalhães, por sua vez, comenta sobre os prejuízos da vida colonial, sobre a qualidade criminosa dos homens que eram enviados ao Brasil na condição de

---

<sup>23</sup> Antes de serem livres parecia que eles queriam esquecer sua pátria para pedir à Europa uma parte de sua glória.

colonizadores e sobre o tratamento cruel que eles dedicavam aos índios. É construído, então, o entendimento de que a condição colonial seria a causa para o não surgimento do sentimento de nacionalidade e, por consequência, de uma literatura autêntica. O domínio português teria impedido a identificação do indivíduo com o ser brasileiro e o induzido a sentir-se português:

Triste é a recordação desta época, em que o brasileiro, como lançado em uma terra estrangeira, duvidoso de seu próprio país vagava, sem que dizer pudesse: isto é meu, neste lugar nasci. Envergonhava-se de ser brasileiro, e muitas vezes com o nome português se acobertava, para ao menos aparecer como um ente da espécie humana, e poder alcançar um lugar em seu país. (MAGALHÃES 1836, p.140-141).

Este discurso coloca como negativa a ideia de *ser português*, que é substituída pela ideia de *ser brasileiro*. A transformação dos processos identitários é fundamental para a construção deste modelo de crítica literária porque ela se prestou basicamente a elaborar um conceito de literatura brasileira, e este conceito estava intimamente ligado à pressuposição da existência de um caráter brasileiro, de uma identidade nacional. Isto pode parecer um tanto paradoxal: a crítica literária atuava na construção de uma identidade, mas, para dar prosseguimento aos seus argumentos, precisava pressupor tal identidade como já pronta. Este paradoxo, entretanto, não era sentido, pois ainda que o sentimento de nacionalidade se encontrasse em vias de construção, ele era postulado como algo já constituído numa anterioridade produzida pela simbolização da natureza e do índio. As ideias de grandiosidade e poeticidade da natureza, assim como as de bravura e nobreza do índio, passavam a fazer sentido a partir de um posicionamento simpático à ideia de um Brasil independente de Portugal e unificado em torno de um único conjunto de representações. Mas, o que realmente é relevante é que o desdobramento dos fatos históricos criou condições para que a ideia de uma identidade brasileira pudesse ser produzida. O esgotamento do sistema colonial produz uma receptividade à ideia de *ser brasileiro*:

A formação de uma identidade nacional e do 'ser brasileiro' estão dentro de um contexto de luta pela autonomia e do combate pela liberdade, onde, pelo menos até as vésperas do Sete de Setembro, e mesmo depois dele, tinha-se como Nação a portuguesa. Desta forma, até o início de 1822 nascer brasileiro significava 'ser português'; designando-se com isto o local de nascimento dentro da Nação portuguesa, preservados e respeitados os direitos de 'patriota' (grifo da autora) (RIBEIRO 2003, p.01).

Numa perspectiva ampla e internacional, o processo de formação de uma tradição crítica brasileira está ligado ao quadro da grande revolução do Ocidente, iniciada por volta de 1770 com a independência das colônias inglesas na América do Norte. Esta revolução sinaliza a crise dos regimes absolutistas e a substituição do capitalismo mercantilista, no qual tais regimes se apoiavam, pelo liberalismo e pelo capitalismo de caráter industrial. Sendo um produto do absolutismo monárquico, o sistema colonial enfraquece à medida que o acúmulo de capital produzido pelo próprio capitalismo comercial estimula a economia europeia e acaba por promover a industrialização dos grandes centros. Com a economia dinamizada neste novo ritmo, a balança de poder entre as nações desequilibra-se numa polarização entre a Inglaterra e as forças de Napoleão Bonaparte. Devido à necessidade de expansão de novos mercados por parte dessas nações, o protecionismo mercantilista deixa de atuar como promotoras das classes burguesas locais e passa a apresentar-se como empecilhos ao desenvolvimento econômico de uma burguesia que se projetava internacionalmente. Este é o momento favorável ao desenvolvimento e disseminação das ideias liberais de Adam Smith e Jeremy Bentham. Pode-se dizer, portanto, que o próprio sistema colonial foi um importante fator da crise que levaria ao desbaratamento das estruturas do *Antigo Regime*.

No caso específico do Brasil, o desenvolvimento da colônia, gerado pela própria necessidade de sua exploração, vai, aos poucos, produzindo centros urbanos e propiciando o surgimento de elites locais que passarão a questionar a autoridade monárquica. As insurreições ocorridas em Minas Gerais e na Bahia nos anos finais do século XVIII são os primeiros sinais da penetração das novas ideias na camada intelectual brasileira e do conflito de interesses

que levarão ao esgotamento do sistema colonial. O capitalismo industrial, incompatível com a dinâmica do regime colonial, baseado no trabalho escravo e no monopólio comercial, atua como um fator externo agravante da crise. Países como a França e a Inglaterra exercem cada vez mais pressão política e ideológica tanto para a abertura do mercado brasileiro como para a desidentificação com o regime português. O movimento revolucionário francês acabará por interferir diretamente na situação do Brasil quando Bonaparte tenta impor um “Bloqueio Continental” à Inglaterra a fim de enfraquecer o inimigo pelo impedimento do comércio de seus produtos com o velho continente.

A recusa de Portugal do bloqueio imposto pela França e a consequente fuga de Dom João VI para o Brasil apenas aceleraria a promoção de um novo estado de coisas. Dotado de um território extenso, de uma população e de uma atividade produtiva mais elevadas que as de Portugal, o Brasil suplantaria a metrópole em importância política e econômica. Portugal, cada vez mais dependente do monopólio assegurado pelo pacto colonial, via seu prestígio internacional decair consideravelmente, sobretudo quando Dom João VI decide permanecer no Brasil, mesmo depois que a Inglaterra libera Portugal das forças francesas de Napoleão. A fim de compensar o desprestígio do estado português, Dom João VI decide ouvir a sugestão de um diplomata francês que consolidaria as transformações que ocorriam desde 1808. Diante da necessidade de fortalecer a instituição monárquica na América, abalada com o exemplo concedido pela Revolução Americana e pela onda republicana que invadira colônias espanholas, o monarca segue os conselhos sugeridos por Charles-Maurice de Talleyrand a diplomatas portugueses no congresso de Viena e decide elevar o Brasil à condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Segundo Oliveira Lima (1908), Talleyrand teria escrito ao conde de Palmela aconselhando a permanência da corte no Rio de Janeiro, mas retirando o Brasil da condição de colônia. Em um trecho de sua carta, ele afirma o seguinte:

O transtorno que causou no edifício europeu a revolução da América inglesa, que nós tão imprudentemente auxiliamos, vai-se já experimentando agora, e experimentar-se-á cada dia mais. As colônias espanholas, pelo mau governo atualmente

daquela monarquia, podem-se contar quase como perdidas para a Europa, e em tais circunstâncias eu consideraria uma fortuna, que se estreitasse por todos os meios possíveis o nexo entre Portugal e o Brasil; devendo este país, para lisonjear os seus Povos, para destruir a ideia de Colônia, que tanto lhes desagrada, receber o Título de Reino, e o vosso Soberano ser Rei do Reino Unido de Portugal e do Brasil. (TALLEYRAND apud LIMA 1908 p.520)

Percebe-se, pela carta, que parte do esforço empregado na elevação da antiga colônia à condição de reino se dava pela necessidade de impedir que o Brasil criasse identificações desligadas da metrópole. Diante da iminência de se perder a posse da colônia, era necessário “lisonjear” o Brasil equiparando sua situação política com a de Portugal. Esta equiparação buscava promover uma identidade luso-brasileira que asseguraria os laços entre os dois países. O discurso promotor dessa identidade foi o maior empecilho ideológico à instituição de uma mentalidade nacionalista. Francisco Vilela Barbosa, deputado representante do Rio de Janeiro nas Cortes Constituintes de Lisboa de 1821, opondo-se às tentativas dos deputados portugueses de tentar retomar o monopólio comercial sobre o Brasil, ainda utilizava o argumento de igualdade de condição nacional entre os cidadãos dos dois países a fim de justificar a manutenção das liberdades econômicas adquiridas anos antes: “Os povos do Brasil são tão portugueses, como os povos de Portugal, e por isso hão de ter iguais direitos” (VILELA apud TOMAZ 1972, p.82). Esta argumentação ressoa a ideia encaminhada pelo diplomata francês e indica que enquanto a ideia de paridade de direitos e de identidade vingasse, o conflito de interesses estaria controlado. O argumento também mostra como o debate político da época dependia da questão identitária, assim como também mostra como a mentalidade nacionalista dos brasileiros ainda estava em processo de formação, o que justificaria as posteriores mobilizações discursivas em prol da disseminação da ideia de existência de um “caráter” brasileiro que diferisse do português. Quando as cortes constituintes foram instauradas e os deputados portugueses começaram a exercer pressão sobre os representantes das elites brasileiras com um discurso que visava devolver a condição de colônia ao Brasil, a discussão afastava-se da solução adotada por Dom João VI e a tese da paridade entre os dois países e da unificação de suas populações mediante

uma única identidade luso-brasileira perdia força. A ideia de existência de um caráter brasileiro surge, portanto, como uma alternativa ao discurso que pretendia recolocar o Brasil numa condição de subordinação política e econômica. Diante da inviabilidade de se argumentar pela ideia de luso-brasileirismo, optou-se pela ideia de separação das duas identidades. Se antes o argumento se dava no modelo “somos iguais, por isso devemos ter os mesmos direitos”, agora o modelo seria “somos diferentes, por isso devemos ter autonomia política”.

No plano do discurso da crítica literária, a tese da unidade luso-brasileira permaneceria por mais tempo e pode ser verificada na argumentação daqueles que se opunham à ideia de existência de uma literatura brasileira nacional e autônoma. Não coincidentemente, tais pessoas pareciam atuar em frentes ideológicas distintas daquelas que defendiam a tese do separatismo político, identitários e cultural. Garrett, português, em seu já referido *Bosquejo da história da poesia e da língua portuguesa*, considerou que os poetas surgidos no Brasil participavam da mesma tradição literária a que pertencia Portugal. Abreu e Lima, cuja família tinha uma longa ligação com movimentos revolucionários de caráter republicano, em seu *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil* (1835), não sublima a natureza americana como fez Denis, e diz que os brasileiros não deveriam se desligar da literatura portuguesa, pois caso assim fizéssemos “ficaremos reduzidos a uma condição quase selvagem” (ABREU E LIMA 1835, p.89). O general pernambucano não poderia assumir a existência de uma literatura brasileira, pois não reconhecia o fundamento da teoria do nacionalismo literário romântico: a existência de um caráter nacional. “Sendo a nossa população composta de cinco distintas famílias, quatro das quais inimigas e rivais uma das outras, não possuímos verdadeiro caráter nacional, o qual consiste na uniformidade de interesses, e homogeneidade de todos os caracteres individuais” (ABREU E LIMA 1835, p.74). Outro que engrossaria este discurso seria José da Gama e Castro, também português, que afirmava que não se poderia falar em literatura brasileira, pois a literatura levaria o nome da língua, e não o do país. Por isso, a literatura produzida no Brasil deveria ser considerada como pertencente à literatura portuguesa (GAMA E CASTRO 1978).

A disputa ideológica entre portugueses e brasileiros nacionalistas possuía íntima ligação com a situação econômica dos dois países após a abertura dos portos do Brasil. Em 16 de dezembro de 1815, Dom João VI eleva o Brasil à condição de Reino Unido, mas a abertura comercial já começara por ocasião de seu estabelecimento no Rio de Janeiro. A abertura do mercado brasileiro à Inglaterra iria agravar uma crise econômica portuguesa que se anunciava já por volta de 1760, época em que a produção do ouro em Minas Gerais começa a regredir. Frédéric Mauro (1972) expõe o declínio econômico vivenciado por Portugal no início do século XIX, sobretudo entre os anos de 1810 – 1815, período no qual ocorre uma “espetacular queda dos preços” (MAURO 1972, p.42) e o Brasil passa a consumir artigos ingleses em detrimento dos portugueses. Apesar da interrupção do ciclo do ouro mineiro, o Brasil não verificará o declínio econômico observado em Portugal. Culturas de substituição, com o cacau, o algodão e o arroz, assim como o ciclo do gado, aliadas à contínua ligação com o mercado europeu, impede o declínio e prepara o país para uma época positiva que se daria com o ciclo do café (cf. MAURO 1972). Os dois países, portanto, viviam momentos bastante distintos: enquanto Portugal passava por um período de depressão econômica, o Brasil experimentava uma era de otimismo em relação ao futuro.

Na crítica literária, esse otimismo se traduz pelas supostas glórias literárias que o país passaria a conquistar no momento em que ele nacionalizasse a sua produção cultural. Assumir as cores locais aparecia não somente como uma forma de se desligar da opressão colonial, mas também como um meio de se integrar aos padrões civilizatórios europeus. “Que les poètes de ces contrées contemplent la nature, qu’ils s’animent de sa grandeur, en peu d’années ils deviendront nos égaux, peut-être nos maîtres<sup>24</sup>» (DENIS 1822, p.519). A expectativa em relação ao destino literário do país imbuía-se do mesmo otimismo provocado pelo progresso econômico propiciado pela emancipação política. Joaquim Norberto de Sousa Silva, na conclusão de seu *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*, incluído em sua antologia intitulada *Modulações Poéticas* e publicada em 1841, faz um balanço da produção

---

<sup>24</sup> Caso os poetas destas terras contemplem a natureza, caso eles se animem com sua grandiosidade, em poucos anos eles serão nossos iguais, talvez nossos mestres.

literária nacional e o associa a um prospecto positivo do futuro cultural do Brasil:

Eis o passado e o presente de nossa poesia, e qual será o seu futuro? Oh que nosso coração palpita de esperança, de glória e de entusiasmo à vista desta mocidade, que do berço se eleva tão amante das letras e seduzida do amor da glória! Ele será glorioso, e, por ventura, os literatos mais presados que presentemente, mas cumpre avançar e não retrogradar, e ao cabo da gloriosa meta. (SILVA 1843, p.55)

1808 provocou um novo estado de coisas que iria encaminhar Brasil e Portugal a destinos econômicos diversos e opostos. Diante a recessão econômica, surge em Portugal a revolução Liberal do Porto, que obriga Dom João VI a voltar para seu país natal e a adotar medidas recolonizadoras do Brasil. Diante deste novo cenário, a ideia de emancipação política ganha força. Àquela altura, o Brasil encontrava-se dividido entre simpatizantes da ideia de volta ao *status* colonial e aqueles partidários da ideia de igualdade dos dois reinos (cf.: MOTA 1972, p.66). O primeiro grupo era constituído por uma classe comercial trabalhadora que, não obstante a residência no Brasil, ainda associavam seus interesses a Portugal. Segundo Carlos Guilherme Mota (1972, p.66), seria esse grupo que forçaria a guerra civil durante o período de consolidação da independência. A permanência de Dom Pedro no Brasil desequilibraria a oposição dessas duas linhas de força ideológicas e forçaria o conflito armado. As guerras da independência pretendiam não somente romper definitivamente os laços políticos com Portugal, mas também resguardar a unidade nacional e impedir a desintegração do território verificada na América espanhola.

Ainda que a guerra civil estivesse concluída, era necessário consolidar a legitimidade dos fundamentos ideológicos da nova ordem nacional promovida pelas elites do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Isto levaria mais tempo no plano ideológico do que na frente da repressão militar, seria uma empresa que teve que ser continuada durante o Segundo Reinado, pois a internalização de uma nova forma de subjetividade e o estabelecimento de uma

formação discursiva é uma tarefa demorada. Ao invés de se imaginarem como estrangeiros em solo americano, os residentes no Brasil agora precisariam acreditar-se brasileiros. Diversos aparelhos ideológicos, como o discurso político, a imprensa e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro trabalharão na propagação da ideia de nacionalidade brasileira. O discurso da literatura e da crítica literária faz parte desta conjuntura. Angela Alonso (2002, p.56) comenta sobre como o romantismo serviu à ideologia imperial a fim de criar modos de agir, pensar e sentir da sociedade aristocrática imperial. O indianismo foi utilizado na definição de um estado nacional e na legitimação das instituições imperiais. Não por acaso, os homens de letras também estavam integrados ao estado mediante a ocupação de importantes cargos públicos. A atividade intelectual ainda não era dotada de uma autonomia que separasse o homem de letras do publicista:

O desenho do intelectual e o propósito político se afinavam tanto porque não havia uma camada letrada autônoma no Império: política, historiografia e letras compunham uma das facetas de uma carreira pública unificada. Não foi, pois, por acidente que as figuras de maior destaque nas letras nacionais do período, Gonçalves de Magalhães e Alencar, tenham também exercido a deputação e chegado ao Conselho de Estado pelo partido conservador. O indianismo literário e o ensaísmo historiográfico do IHGB vinham dar acabamento simbólico ao processo de pacificação que a Conciliação empreendia na política institucional. Ambos edificaram uma imagem da nacionalidade em sintonia com as instituições políticas criadas com o Segundo Reinado: harmonizadora e hierarquizante. (ALONSO 2002, p.58)

Apenas um adendo deve ser feito às considerações da autora. Ao invés de se resumir à literatura e ao ensaísmo literário (ou mesmo à temática do indianismo), a atividade intelectual legitimadora da ordem imperial se dava em diversos planos discursivos. A crítica literária, que, inclusive, cumpria a função de orientar a produção literária, teve um papel decisivo na criação das representações legitimadoras da ideia de um Brasil autônomo e unificado. Em seu surgimento, a atividade crítica cumpria a função de satisfazer, no plano dos

estudos literários, a mesma expectativa simbólica que surgia em outros domínios discursivos. O separatismo literário constituía uma faceta da ideologia do separatismo político e identitário. O resumo escrito por Denis é iniciado por um comentário sobre a situação política do Brasil. Segundo sua lógica, depois que o país conseguiu livrar-se da submissão política com Portugal, ele deveria abandonar a ligação cultural que mantinha com a antiga metrópole. Para isso, seus poetas deveriam abandonar as fábulas poéticas europeias e adotar imagens literárias que estivessem mais de acordo com o clima tropical e com a natureza americana, o que se daria mediante a adoção de uma literatura calcada na observação, ideia que fundamenta o conceito de poesia descritiva já referido anteriormente. O aproveitamento da natureza e do índio como temas literários, portanto, era alimentado pelo discurso libertário que animou os esforços que instituíram a Independência:

Le Brésil, qui a senti la nécessité d'adopter des institutions différentes de celles qui lui avaient été imposées par l'Europe, le Brésil éprouve déjà le besoin d'aller puiser ses inspirations poétiques à une source qui lui appartienne véritablement ; et dans sa gloire naissante, ils nous donnera bientôt les chefs-d'oeuvre de ce premier enthousiasme qui atteste la jeunesse d'un peuple<sup>25</sup>. (DENIS 1826, p.515)

Não é por acaso que é um francês quem incita os brasileiros a consolidarem a ideologia emancipatória no terreno das letras. Denis teve uma atuação no plano literário análoga à do conde de Talleyrand no plano diplomático, com a diferença de que no caso deste ainda não havia condições para se falar em emancipação do Brasil. A ideia de paridade política entre os dois países era o máximo que se poderia argumentar àquela altura. Aquela era uma era na qual França e Inglaterra patrocinavam a ideia de autonomia das nações, pois a derrubada dos antigos monopólios favorecia a conquista de novos mercados por parte de tais países. Jacques Godechot (1972) comenta

---

<sup>25</sup> O Brasil, que sentiu a necessidade de adotar instituições diferentes daquelas que foram impostas pela Europa, o Brasil experimenta já a necessidade de ir beber inspirações poéticas de uma fonte que lhe pertença verdadeiramente; e em sua glória nascente, ele logo nos dará as obras-primas desse primeiro entusiasmo que atesta a juventude de um povo.

como os jornais franceses, no início do século XIX, disseminavam a ideia da necessidade de desenvolver o comércio entre a França e o Brasil: “por isso a proclamação do Império independente do Brasil foi muito favoravelmente acolhida pelos comerciantes e industriais franceses, porque confirmava de direito uma independência de fato e permitia esperar, enfim, o desenvolvimento do comércio franco-brasileiro” (GODERCHOT 1972, p.36). Apesar de ambos países possuírem interesses comerciais no Brasil, seria a interferência da Inglaterra que se faria mais sentida na economia, assim como na política e na estruturação do exército que combateria ao lado das forças de Dom Pedro I. A França procurou realizar uma aproximação cultural e ideológica com os brasileiros, e isso determinou o destino de nosso movimento romântico.

Tendo em mente as disputas ideológicas que antecederam o processo de Independência e a publicação do *Resumé* de Denis, não é de se surpreender a origem dos discursos que iam na contramão da ideia de separatismo literário entre Brasil e Portugal. Garrett publica o seu bosquejo no mesmo ano em que Denis publicava o seu resumo. Seus argumentos são bastante similares no que diz respeito à necessidade de se nacionalizar as literaturas, assim como na necessidade dos poetas brasileiros aproveitarem a cor local em suas produções. Entretanto, isso não faria com que Garrett assumisse a ideia de uma literatura brasileira separada da tradição literária portuguesa. Apenas três anos depois da publicação do bosquejo de Garrett é que Portugal reconheceria a independência do Brasil. Apesar de não se poder afirmar com certeza que se o *Bosquejo* fosse escrito naquele ano seu autor teria reconhecido a autonomia da literatura brasileira, é possível deduzir que sua resistência à ideia de existência de uma literatura brasileira se dava por conta de seu alinhamento ideológico à causa portuguesa. Diferentemente do otimismo que perpassa as páginas do *Resumé*, o *Bosquejo* emite notas pessimistas acerca do destino literário de Portugal, algo que se dava por conta da era de declínio pela qual Portugal atravessava. A recolonização do Brasil era vista como uma forma de salvação para a depressão econômica portuguesa, e o reconhecimento da autonomia literária do Brasil fortalecia a ideia de um Brasil afastado do destino português.

É necessário também lembrar que a ideia de existência de uma literatura brasileira buscava legitimar não apenas o rompimento dos laços políticos com

Portugal, ela também pretendia manter a unidade política e territorial do Brasil. No início do século, esta unidade era ainda bastante instável, e o risco de desintegração do território, a exemplo do que ocorrera na América espanhola, era temido pelos defensores do estado imperial. Dom Pedro I teve que enfrentar não apenas os partidários da causa portuguesa, mas também aqueles que pretendiam fundar repúblicas dentro do território brasileiro. Um desses movimentos separatistas foi a *Confederação do Equador*, surgida em Pernambuco em 1824. Não era a primeira vez que a província se insurgia contra o poder central residente no Rio de Janeiro, o movimento tinha raízes na *Revolução Pernambucana* ocorrida em 1817. Ambos movimentos possuíam inspiração liberal e republicana e se opunham à centralização absolutista de Dom João VI e de Dom Pedro I, que era apoiada pelas elites paulistas. Um dos líderes da revolução de 1817 foi José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, conhecido como Padre Roma. Ao desembarcar na Bahia, ele foi preso e fuzilado por ordem do governador daquela província, Luís de Lima Brito e Nogueira, o Conde dos Arcos. Após o episódio, seu filho, José Inácio de Abreu e Lima, sai do país, se integra ao exército de Simón Bolívar e participa das batalhas pela emancipação da Venezuela e da Colômbia. Apesar de defensor da monarquia no Brasil, suspeita-se que ele tenha participado, junto com seus irmãos, de uma nova insurreição surgida em Pernambuco durante o segundo reinado: a *Revolução Praieira* (1848-1850).

Em 1835 Abreu e Lima escreve o seu bosquejo, intitulado *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. Nele, como já foi referido anteriormente, não é reconhecida a existência de uma literatura brasileira. Não convém agora apontar todos os seus argumentos, apenas aquele que mais diretamente indica como as cisões ideológicas da época interferiam na conceituação da literatura produzida no Brasil. O general pernambucano não colocava fé na ideia de uma identidade brasileira, de um caráter nacional. Ora, os partidários do separatismo literário e da autonomia cultural do Brasil justificavam sua tese justamente a partir deste princípio. Esta é a ideia lançada por Denis e adotada pelo grupo que se formou em torno da revista *Nitheroy*. Para se argumentar neste sentido, eles simbolizaram o clima e a natureza de forma que elas constituíssem fatores determinantes de nossa configuração psicológica. Devido ao calor e à exuberância natural, seríamos naturalmente poetas e por conta

disso não precisaríamos imitar os modelos literários europeus. Abreu e Lima recusou a sublimação nacionalista desses elementos naturais e o sentimento de superioridade que os brasileiros tinham em função das riquezas naturais de seu país. Afirmou que nossos campos incultos de nada serviam e que nossos bosques não faziam do Brasil uma nação privilegiada:

Que importa ao gênero humano esses bosques portentosos, que atestando os séculos não servem senão para provar o nosso estado ainda inculto? O que valem nossos rios sem navegação, e nossos campos sem messes? (...) Aplaudimos sem cessar o nosso Clima benéfico, e quase uniforme em todas as estações, que nos aforra os atavios indispensáveis dos países frios; damos excessivo valor às nossas substâncias vegetais, que nos priva do trabalho de laborar a terra para fazê-las produzir; e fazendo valer, como um benefício imenso, aquilo mesmo que talvez constitui o maior de nossos males, o gérmen de nossa apatia, não temos pudor para dizer “terra privilegiada, clima delicioso, natureza fecunda, em cujo seio se vê obrando a cada passo o dedo do Criador” e outras parvoíces semelhantes sem lembrarmo-nos que, contemplando nossos bosques, somos envenenados por uma serpente, ou devorados por um Tigre; que à beira dos lagos e dos rios estamos expostos a ser presa de um monstro aquático; que a febre periódica é um dom gratuito de nosso ardente Clima; que nas Costas e rios somos vítimas de milhões de insetos, que nos aniquilam e nos consomem, e nos devoram; que o mosquito, o bicho de pé, o cupim, e a formiga são outros tantos elementos destrutivos, de que abunda igualmente o nosso solo. Onde há tão somente bens? Se houvesse uma região privilegiada, seria inútil o resto do globo; portanto o que mais prova a nossa ignorância, e o nosso fátuo orgulho é ainda não conhecermos as *compensações* que os Climas e as zonas trazem consigo. (ABREU E LIMA 1835, p.59)

Tendo-se em mente todo o quadro discursivo no qual as afirmativas acima encontram-se inseridas, deve ser reconhecido que a recusa da sublimação da natureza está diretamente relacionada ao não reconhecimento da existência de um caráter nacional, e que esta recusa, por sua vez, liga-se a uma conjuntura ideológica onde forças defensoras da integridade nacional lutavam contra forças desintegradoras, tanto no plano militar como no plano político e ideológico. O discurso nacionalista que atravessou o modelo de crítica literária que se tornou hegemônico durante o século XIX concorreu com

um discurso anti-sublimador. É possível pensar a crítica de Machado ou textos literários, como os escritos por Lima Barreto, como um desdobramento deste processo discursivo paralelo, oposto ao que vai ser iniciado por Denis e continuado por Gonçalves de Magalhães, Joaquim Norberto Silva, Santiago Nunes Ribeiro, Sílvio Romero e Araripe Júnior; além de poetas e ficcionistas, como Gonçalves Dias, José de Alencar e Aluísio de Azevedo. Uma articulação de sentidos análoga à que aparece nos escritos de Abreu e Lima parece sair da boca do major Quaresma, quando ele, já desiludido de sua fantasia nacionalista, reavalia as motivações que sua vida vinha tendo até então:

Que lhe importavam os rios? Eram grandes? Pois que fossem... Em que lhe contribuiria para a felicidade saber o nome dos heróis do Brasil? Em nada... O importante é que ele tivesse sido feliz. Foi? Não. Lembrou-se das suas cousas de tupi, do folk-lore, das suas tentativas agrícolas... Restava disso tudo em sua alma uma satisfação? Nenhuma! Nenhuma! (BARRETO 1999, p.175)

O discurso dominante, do nacionalismo romântico, sublimou simbolicamente os elementos naturais a partir de argumentos deterministas e assim criou uma espécie de mitologia nacional (mitologia um tanto *sui generis*, é verdade, pois muitas vezes utilizou-se do modo descritivo ao invés do narrativo). Esta mitologia buscava consolidar a unidade nacional fundamentando-a pela ideia de caráter nacional brasileiro. O outro processo discursivo paralelo, que apenas poderá ser considerado a uma certa distância neste trabalho, buscou desestruturar o quadro simbólico montado pelo outro grupo a fim de se produzir uma reflexão não sublimada da realidade nacional. Em nenhum momento do século XIX este segundo grupo conseguirá adquirir dominância na conjuntura interdiscursiva dos estudos literários, mas é possível sentir que o debate ainda continuaria no trabalho dos jovens ideólogos que entrarão em evidência durante a semana de arte moderna em São Paulo.

## 1.6. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA CRÍTICA ROMÂNTICA (III): ELEMENTOS DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Ainda que o nacionalismo literário da crítica romântica tenha participado das disputas ideológicas surgidas no contexto pós-independência e contribuído para consolidar uma visão de país elaborada pelas elites imperiais, não se pode dizer que esta formação discursiva se relacione com a aristocracia imperial ou com a ideologia que ela adotou deterministicamente. Embora classes e ideologias atuem dentro de um contexto social por intermédio dos discursos que elas adotam, as formações de sentido que eles produzem possuem uma relativa autonomia em relação aos posicionamentos ideológicos, de modo que elas, em certo ponto da história, podem adquirir vida própria e se emanciparem da conjuntura que as viu nascer. Caso não fosse assim, o nacionalismo literário teria se desestruturado no momento em que a ordem imperial encontrou o seu ocaso. Não é isto o que se constata. Como será visto com mais detalhes mais adiante, nas décadas finais do século XIX, mesmo depois da República ter sido proclamada, os principais críticos da época continuaram os argumentos lançados pelo grupo *Nitheroy*. O nacionalismo literário se dissociou da classe e da ideologia que inicialmente o promoveram e, depois de transformações pontuais na arquitetura de seu discurso, adaptou-se a uma nova conjuntura política e ideológica.

Esta capacidade de readaptação dos discursos leva a uma reflexão sobre a forma de anterioridade dos procedimentos ideológicos incidentes sobre o sistema da língua. A questão pode ser formulada da seguinte maneira: as ideologias constituem os indivíduos em sujeitos a partir de uma ideologização da língua, ou a língua seria apropriada pelas formações ideológicas a partir de seus indivíduos interpelados? Explicito melhor a questão: se a língua é um sistema de possibilidades efetivadas em enunciados concretos a partir da incidência de efeitos ideológicos sobre o seu sistema, e se a incidência de tais efeitos é realizada pelas formações discursivas por intermédio de suas formas-sujeito, então a condição para a existência dos discursos é a existência dos indivíduos interpelados (neste caso temos a precedência do processo de

interpelação), ou o contrário, i.e.: a condição para a existência dos indivíduos interpelados é a precedência dos processos discursivos?

*A priori*, tanto a precedência do processo de interpelação como a dos processos discursivos aparecem como possibilidades plausíveis, uma vez que, assim como a interpelação somente é possível dentro de processos discursivos já constituídos, os processos discursivos, por sua vez, somente são possíveis porque existem indivíduos interpelados. É o que parece, mas o que se pretende ressaltar agora é a forma circular dessa reflexão. Se, para haver processos discursivos, deve haver formações discursivas, e, para que estas existam, deve haver formações ideológicas, e se estas, por sua vez, dependem da existência de indivíduos interpelados (já que, segundo Althusser, a categoria de sujeito é constitutiva da ideologia), então o indivíduo assujeitado deveria ser considerado o ponto inicial de todo procedimento discursivo (já que seria absurdo considerar uma formação ideológica viva e influente em uma conjuntura social sem que houvesse um único indivíduo participante de suas representações). Entretanto, por outro lado, é absurdo considerar um indivíduo interpelado sem que haja uma formação discursiva que promova o funcionamento do processo de interpelação. Ou seja: as formações discursivas dependem da precedência das formações ideológicas – e é esta a forma de anterioridade da teoria tal como apresentada em *Semântica e Discurso* – mas, por outro lado, as formações ideológicas dependem igualmente da precedência das formações discursivas.

Dentro de uma reflexão puramente sincrônica, a lógica indica a precedência da língua ideologizada, posto que a língua não pode ser acessada livre das formatações inerentes à prática discursiva. Se todo indivíduo se apresenta em um mundo onde a língua já se encontra previamente apropriada pelas formações discursivas, de modo que a necessidade de uso da língua já o submete a condicionamentos ideológicos, então a língua ideologizada é anterior à constituição do indivíduo em sujeito ideológico-discursivo. Afirmar a precedência da língua ideologizada significa o mesmo que afirmar a precedência das formações discursivas e das formas-sujeito a elas inerentes em relação ao processo de interpelação ideológica. A forma circular da reflexão não causaria problemas maiores caso ela não nos forçasse a permanecer dentro da pura sincronia. Dentro dela, pode-se apenas considerar o modo

como novos indivíduos ingressam nas formas-sujeito já existentes, mas não há como considerar a possibilidade de aparecimento de novas formas-sujeito e de novas formações ideológicas (assim como os discursos a elas correspondentes). Afinal, como seria possível conceber o primeiro processo de interpelação realizado por uma formação ideológica específica se o próprio processo de interpelação depende de indivíduos já interpelados?

Uma saída para esta circularidade seria considerar a possibilidade de novas formas-sujeito surgirem a partir da dinâmica interna das formações discursivas. Segundo este modo de raciocínio, as próprias formações ideológicas seriam responsáveis pela geração de novas formações mediante um processo de metamorfose discursiva realizada no interior da coerência dos discursos. Isto indica que novas formações ideológicas, assim como as novas formações discursivas a elas associadas, são constituídas a partir da transformação de formações prévias. Na medida em que a sociedade se dinamiza, novos efeitos de sentido passam a ser requeridos, o que, por sua vez, interfere nas estruturas discursivas e estimula o aparecimento de novas formas-sujeito capazes de veicular tais sentidos. As transformações sociais, no entanto, podem não ser suficientes para desestruturar velhas formações e permitir que outras surjam nos domínios semânticos deixados vagos. As formações discursivas existentes podem, a partir de sua própria coerência interna, adaptar seus procedimentos a um novo contexto e assim satisfazer as novas demandas semânticas sem comprometer a integridade de seus argumentos nucleares. É por isso, por exemplo, que se pode constatar a permanência de ideologias dotadas de séculos de história, como a do catolicismo. Essa permanência, entretanto, não se dá sem que os discursos a ela referentes transformem-se a fim de satisfazer as demandas de novas conjunturas sociais. Exemplificando com o objeto deste estudo, pode-se dizer que a crítica cientificista seria uma nova formatação da crítica romântica derivada da necessidade do nacionalismo literário adaptar-se a uma conjuntura diferente da que criou as primeiras condições para o seu aparecimento. Os dois modelos de crítica podem ser considerados como dois momentos distintos de um mesmo agrupamento de enunciados, de uma única formação discursiva que poderia ser referida pelo termo *crítica oitocentista brasileira*.

Isto parece indicar que a dinâmica discursiva não depende unicamente dos condicionamentos ideológicos, mas que outros componentes da estrutura social atuam no processo de transformação dos discursos e das formações ideológicas. Dois aspectos da relação entre os discursos e as ideologias devem ser considerados com mais detalhes. O primeiro diz respeito à forma como as formações discursivas encontram-se ligadas às formações ideológicas. Em *Semântica e Discurso*, Pêcheux apresenta um modelo para esta relação: “diremos que os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (2009, p.147). A partir desta afirmação, pode-se concluir que Pêcheux entende que uma formação discursiva relaciona-se com uma formação ideológica mediante processos de representação e de correspondência. Desse modo, as formações discursivas podem ser assumidas como as formas linguísticas das formações ideológicas. Ou seja, cada formação ideológica possuiria ao menos uma formação discursiva equivalente que teria a função de representar a formação ideológica dentro do interdiscurso. Essa equivalência é a causa da forma circular do raciocínio apontada acima; a relação que ela postula entre formação ideológica e discursiva deve ser considerada como causal e simétrica (as formações ideológicas se constituem como causa das formações discursivas e estas estão dispostas simetricamente em relação àquelas). Entretanto, o próprio Pêcheux parece perceber a insuficiência deste modelo e, em nota à passagem acima citada, afirma que, apesar de não pretender solucionar a natureza da correspondência entre ideologia e discurso, ela não se trataria de uma pura equivalência, mas antes de uma intrincação<sup>26</sup>.

Pêcheux não desenvolveu esta ideia e não ofereceu nenhuma pista do que seria exatamente esta intrincação, mas sua nota serve para indicar a necessidade de investigação da questão. Se a relação não pode ser entendida como uma pura equivalência, então às formações discursivas não caberia

---

<sup>26</sup> A nota que Pêcheux escreve diz o seguinte: “não solucionaremos aqui o problema da *natureza* dessa correspondência. Diremos apenas que não se pode tratar nem de uma pura equivalência (ideologia = discurso) nem de uma simples distribuição de funções (“prática discursiva”/ “prática-não discursiva”). Seria, antes, conveniente falar de uma “intrincação” das formações discursivas nas formações ideológicas, intrincação cujo princípio se encontraria precisamente na “interpelação””. (grifo do autor) (PÊCHEUX, 2009, p.147)

apenas a representação das formações ideológicas. Em algumas passagens de *Semântica e Discurso*, o entendimento apresentado sobre as formações ideológicas induz à conclusão que elas são pensadas como uma realidade extradiscursiva que atuaria sobre os discursos mecanicamente. A engrenagem que constituiria tal relação partiria dos Aparelhos Ideológicos do Estado, responsáveis pelo estabelecimento de uma conjuntura social na qual as ideologias adquirem realidade material, passaria pelas formações ideológicas e chegaria às formações discursivas e às formas de subjetividade. Se considerarmos que tais formas tornam-se constituintes também dos diversos grupos sociais estruturados em uma formação social, teremos um quarto elemento inserido neste circuito simbólico. Entretanto, como o próprio Pêcheux parece querer indicar, tal raciocínio não consegue atingir a complexidade das relações que se estabelecem entre estes elementos. Na verdade, se é possível ser dito que os Aparelhos Ideológicos do Estado condicionam, por intermédio das formações ideológicas presentes em sua conjuntura, as formações discursivas, pode-se alegar também a existência de um movimento inverso, pois as formações discursivas, uma vez estruturadas, transformam-se em uma outra conjuntura – de outra ordem, é verdade, mas ainda assim participante de um mesmo processo – onde os Aparelhos Ideológicos, as formações ideológicas e os grupos sociais podem surgir, se conservar, se transformar ou desaparecer. Caso pensemos no contexto do início do século XIX, pode-se afirmar o seguinte: a vinda de Dom João VI produziu uma conjuntura que desencadeou uma renovação dos Aparelhos Ideológicos do Estado. Os discursos que seriam produzidos nesta nova conjuntura, por sua vez, modificaria a rede de sentidos então constituída, fato que forçaria a transformação dos Aparelhos Ideológicos, das ideologias assim como da própria situação do interdiscurso. A mesma relação intercondicionante pode ser constatada entre as formações ideológicas e os grupos sociais. Cada elemento do processo (os aparelhos ideológicos, as formações ideológicas e discursivas e as classes sociais) estabelece um pano de fundo sobre o qual as outras instâncias se constituem, de forma que a intrincação deduzida por Pêcheux se estende além da relação entre formações ideológicas e formações discursivas, ela se faz presente nos outros elementos estruturadores da realidade social.

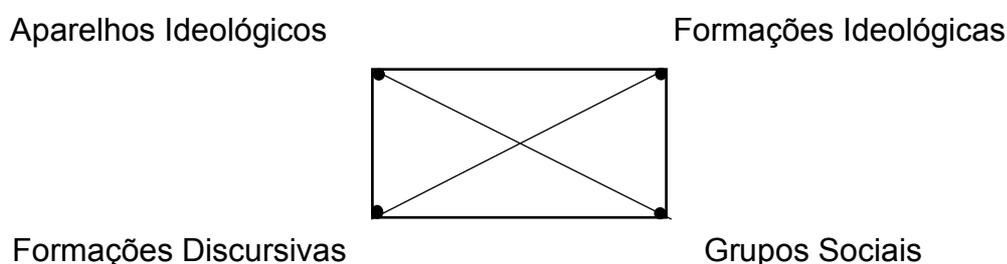
O que se tem, na verdade, são quatro conjunturas de ordens distintas e dotadas de relativa autonomia, mas que participam de um mesmo e único processo intercondicionante por intermédio de relações recíprocas. Se, em um dado momento, os Aparelhos Ideológicos condicionam a conjuntura ideológica de uma formação social na qual as formações discursivas e os grupos sociais se estabelecem, de forma que eles podem ser entendidos como divisores da sociedade em grupos e da língua em discursos; em um outro momento, os grupos sociais, por intermédio do repertório de formações discursivas no qual eles transitam, interferem na conjuntura ideológica, o que, por sua vez, equivale a uma interferência na conjuntura estabelecida pelos Aparelhos Ideológicos assim como nas relações de produção. Essas relações se complicam ainda mais se pensarmos, junto com Maingueneau (1997), que os grupos sociais não são “meros porta-vozes”, “intermediários transparentes” de seus discursos, que entre eles e as formações discursivas também não existe uma relação de exterioridade e correspondência, mas uma relação de imbricação (curiosamente, Maingueneau desenvolve uma ideia similar à intuída por Pêcheux na referida nota), de modo que “estas duas instâncias são conduzidas pela mesma lógica” (MAINGUENEAU 1997, p.55). Assim, as quatro instâncias existem mediante as relações recíprocas e complexas que elas estabelecem entre si mediante uma intrincação mútua. Uma dessas instâncias não pode ser pensada caso as outras não sejam consideradas, pois, a partir do momento em que uma cria uma conjuntura condicionante para a outra, esta outra responde se estruturando de forma a estabelecer uma nova conjuntura condicionante que força uma nova estruturação da instância primeira. Este é um movimento contínuo que atravessa as quatro instâncias envolvidas no processo.

Isto explica porque o nacionalismo literário, mesmo que tenha sido desenvolvido por uma elite imperial, não pode ser considerado como um discurso exclusivo desta classe. Quando a ordem saquarema entra em crise, novos setores da sociedade, heterogêneos entre si, mas que compartilhavam a mesma experiência de marginalização da estrutura de oportunidades políticas (cf. ALONSO 2002, p.97), assumem o discurso nacionalista também como uma forma de contestação do *status quo*. Ao utilizar a teoria evolucionista para questionar o indianismo romântico, Sílvio Romero acreditava estar fazendo

também uma oposição às antigas estruturas de poder. A refundação do nacionalismo literário sobre novas bases teóricas lhe aparecia como uma forma de contestação daqueles que inventaram os fundamentos da tradição crítica que ele então passava a participar. No fim das contas, os atores do palco do sistema intelectual brasileiro realizavam a adequação necessária para que um processo discursivo se mantivesse através das vicissitudes históricas.

Assim, em substituição ao modelo do circuito circular presente em *Semântica e Discurso* (apesar de desacreditado pelo próprio Pêcheux), podemos considerar as representações simbólicas presentes nas quatro instâncias mencionadas dentro do modelo de uma rede quadrangular onde cada vértice possui três nós de onde partem linhas que ligam um vértice aos outros três. Não se pode, desse modo, considerar um vértice como exclusivamente correspondente de outro, ou como causa pura de outro, ou como efeito puro. Todos eles são, simultaneamente, causa e efeito dos outros três vértices (assim como causa e efeito de si, como será discutido adiante). Tendo isto em mente, o horizonte de trabalho da Análise do Discurso desenha-se de forma mais nítida: ele seria composto pela descrição dos discursos dentro desta rede de intrincamentos, que, afinal, deve, junto com a noção de sujeito do discurso, ser entendida como as condições de produção dos discursos.

*Rede quadrangular dos elementos intercondicionantes das condições de produção*



O segundo aspecto da relação entre as formações ideológicas e as formações discursivas (e também dos grupos sociais e dos Aparelhos

Ideológicos do estado, já que, em função do modelo proposto acima, as quatro instâncias devem ser consideradas em conjunto) diz respeito ao entendimento que se pode ter do conteúdo desta relação. O modelo da rede de intrincamentos descrito acima impossibilita considerar as formações discursivas simplesmente como “conteúdos” discursivos das formações ideológicas. Este entendimento pode ser criado quando Pêcheux (2009, p.147) define a formação discursiva como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito” (grifos do autor). Ou seja: entre as formações ideológicas e as discursivas há uma relação de inclusão, sendo as segundas inseridas nas primeiras.

Entretanto, no pensamento de Pêcheux, esta relação de encaixe e inclusão não se repete nas outras instâncias da conjuntura das condições de produção. Pêcheux, por exemplo, afirma que as classes não estão “incluídas” nas ideologias, que não se pode atribuir “a cada classe a sua ideologia” (PÊCHEUX 2009, p.130), nem se pode afirmar que cada classe vive num mundo previamente estabelecido por concepções e práticas que lhe seriam exclusivas devido a uma formatação ideológica específica de práticas e crenças. Uma ideologia dominante impõe a reprodução das relações de produção de maneira idêntico a todas as classes, de modo que as classes dominadas, assim como as demais ideologias que derivam dessa relação de dominação, se constituem a partir desta situação de dominação, o que implica que, de certa forma, a ideologia dominante – assim como as ideologias subjugadas – é também a ideologia na qual as classes dominadas se constituem. Essa dominação ideológica é um elemento da conjuntura social na qual as classes, por intermédio de formações ideológicas diversas, irão travar a luta de classes. Assim, não se pode dizer que há uma simetria perfeita entre as ideologias e as classes sociais, portanto uma não pode ser considerada o “conteúdo” da outra. O que há, na verdade, é uma estrutura de intrincamento intercondicionante.

Algo semelhante é dito a respeito dos Aparelhos Ideológicos. A partir dos argumentos de Althusser, é afirmado que os Aparelhos Ideológicos constituem um conjunto marcado pela complexidade, o que impede que eles funcionem como expressão e instrumento da classe dominante (cf. PÊCHEUX

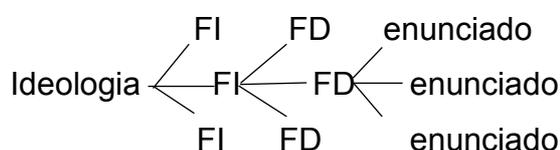
2009, p.131). Esta complexidade implica relações de contradição, desigualdade e subordinação de seus elementos componentes, o que nos leva a poder afirmar que entre os Aparelhos Ideológicos, as classes e as ideologias também não existe uma relação simétrica e causal. Desse modo, não se pode considerar que as ideologias sejam uma espécie de “conteúdo” dos Aparelhos Ideológicos, da mesma forma que as classes não podem ser o “conteúdo” das ideologias e nem as formações ideológicas o “conteúdo” das classes. A mesma complexidade e contradição que marcam a relação entre os Aparelhos Ideológicos com as ideologias deve ser estendida para as outras instâncias das condições de produção.

Isso nos leva a crer que entre as formações ideológicas e as formações discursivas existe a mesma relação de complexidade e contradição apontadas a propósito da relação entre os Aparelhos Ideológicos e as ideologias. Tal hipótese parece ser confirmada pela reformulação que Pêcheux posteriormente realiza do conceito de formação discursiva assim como dos conceitos das outras instâncias a ela relacionada. Em *Remontemos de Foucault a Espinosa* (1990), comunicação realizada por Pêcheux em um simpósio no México, há uma problematização do conceito de formação ideológica que traz consequências para a definição da noção de formação discursiva. Ao considerar a forma como Espinoza avaliou a ideologia religiosa de sua época, Pêcheux conclui que “uma ideologia é não-idêntica a si mesma” (1990, p.253), que nenhuma ideologia possui uma forma essencial e que todas elas se realizam em torno da contradição existente entre mundos ideológicos distintos. A não essencialidade das ideologias é relacionada ao caráter “regional” das formações ideológicas, i.e.: ao fato delas se referirem a diferentes domínios de objetos. Esse caráter implicará que cada ideologia seja atravessada por diversas formações ideológicas, de modo que elas tornam-se elementos divididos. Considerando que cada formação ideológica precisa representar os objetos dos quais se ocupa em diferentes espaços discursivos, chega-se à conclusão que esse atravessamento contraditório se reproduz na relação estabelecida entre formações discursivas e formações ideológicas. Estes atravessamentos desdobrados em cadeia impede tanto a caracterização das ideologias como elementos essenciais como torna impossível estabelecer – como quis Foucault – uma tipologia das formações discursivas:

Caracterizar uma formação discursiva classificando-a, entre outras, por qualquer tipologia que seja, é estritamente impossível. É necessário, ao contrário, definir a relação interna que ela estabelece com seu exterior discursivo específico, portanto, determinar as invasões, os atravessamentos constitutivos pelas quais uma pluralidade contraditória, desigual e interiormente subordinada de formações discursivas se organiza em função dos interesses que colocam em causa a luta ideológica de classes, em um momento dado de seu desenvolvimento em uma dada formação social (PÊCHEUX 1990, p.259).

As formações discursivas, então, encontram-se organizadas em pluralidades contraditórias caracterizadas por diversos atravessamentos constitutivos. Deve-se acrescentar que tais atravessamentos se estabelecem em níveis distintos, pois as formações discursivas possuem tanto um exterior discursivo como não discursivo. Para dar conta da complexidade de tais relações, torna-se útil construir mais um esquema mental em adição ao modelo da rede de imbricamentos apresentado anteriormente. Neste esquema, uma instância ideológica é pensada como desdobrada em um segundo nível composto por uma pluralidade de formações ideológicas. A quantidade de formações pode variar consideravelmente, isso dependerá tanto da natureza da ideologia em questão como da conjuntura social na qual ela se encontra. Em um segundo momento, cada uma das formações ideológicas se desdobra em um terceiro nível composto por uma nova pluralidade de formações discursivas. Esta cadeia de desdobramentos tem fim no momento em que cada formação discursiva se desdobra em uma pluralidade de enunciados.

*Esquema de desdobramentos dos níveis da realidade discursiva*



Este esquema possibilita detalhar melhor uma relação que parte do vértice das formações ideológicas em direção às formações discursivas. Isso não significa afirmar que esta seja a única forma de relação entre estas duas instâncias, ou que as demais instâncias dos Aparelhos Ideológicos e dos grupos sociais não possam ser consideradas como relevantes no processo de constituição da realidade discursiva. O esquema pretende apenas fornecer um detalhamento de uma das formas de relações possíveis de serem pensadas entre os elementos constituintes da rede de intrincamentos presente na conjuntura social. Assim, pode-se dizer que o esquema de desdobramentos é um processo presente, dentre outros que não teremos condições de investigar, na rede de intrincamentos constituída pelos vértices dos Aparelhos Ideológicos, grupos sociais, formações discursivas e ideológicas.

Um outro aspecto desse esquema deve ser explicitado. Se, em um primeiro momento, um nível se desdobra em outro, de forma que o nível anterior é atravessado heterogeneamente pelo nível posterior, em um segundo momento os elementos estruturantes de um nível passam a ser atravessados uns pelos outros. Isto, de certa forma, já está dito quando Pêcheux afirma que as ideologias dominadas se constituem dentro de uma dominação ideológica. Essa ideia implica que as ideologias se condicionam mediante relações recíprocas. Tal intercondicionamento se repete nos demais níveis. Assim, uma vez que uma ideologia é desdobrada em uma pluralidade de formações ideológicas, essas formações travam contatos constitutivos umas com as outras. O mesmo acontece com as formações discursivas e com os enunciados, presentes nos níveis que interessam mais diretamente à Análise do Discurso.

Estes atravessamentos heterogêneos podem ser verificados no quadro histórico no qual a independência política do Brasil ocorreu. Mais acima, foi dito que este processo político esteve ligado ao quadro da grande revolução do Ocidente e à ascensão das ideologias liberais e republicanas. Tais ideologias, contudo, desdobraram-se em formações ideológicas heterogêneas, muitas vezes contraditórias e quase sempre intercondicionantes. Para perceber isso, basta notar que elas tanto contribuíram para a ideia de um Brasil autônomo e separado de Portugal, como também alimentaram a revolução do Porto e as intenções recolonizadoras das cortes portuguesas. Isto ocorre porque as

ideologias nunca se impõem monoliticamente em um contexto social, elas são condicionadas pelas outras instâncias das condições de produção, como os interesses dos grupos sociais. Isso explica o porquê de tais ideologias terem convivido com elementos paradoxais em relação ao seu sistema de ideias (no caso do Brasil, a manutenção da monarquia e da escravidão; no caso de Portugal, a intenção de manutenção do monopólio comercial).

Caso isolemos apenas a formação ideológica promotora da autonomia brasileira, veremos que a crítica literária romântica era apenas uma formação discursiva dentre outras que atuaram na consolidação da ideia de uma nação brasileira separada da nação portuguesa. Ela era a formação discursiva que se ocupava da cooptação do domínio literário de modo que ele servisse aos interesses de uma classe. Caso se proceda a um novo isolamento e se considere apenas o domínio literário, verifica-se que ainda assim não se tem uma homogeneidade discursiva. Outras formações discursivas, igualmente provocadas pela conjuntura pós-independência, surgiam e também procuraram se apropriar do fenômeno literário a fim de servir a interesses diversos. A nova conjuntura brasileira provocava uma demanda semântica que era preenchida por ideologizações diversas da linguagem. Isto explica as diferentes formas de nacionalismos surgidos ao longo do século XIX e início do século XX.

Se, como quis Coutinho, Machado de Assis pode ser considerado um ensaísta nacionalista, isto não necessariamente implica que ele tenha participado da mesma tradição discursiva iniciada por Denis e continuada por Gonçalves de Magalhães. A ideologia nacionalista produziu mais de uma formação discursiva referente ao domínio literário. A que se estuda nesta investigação merece atenção diferenciada por ter adquirido dominância sobre as outras. Além desta, que se fundamenta pela ideia de que o caráter nacional é produzido por condicionamentos naturais, haveria outra, da qual Machado parece ser um representante, que entendia que a nacionalização da literatura dependeria de um longo processo de amadurecimento cultural. É possível ligar Machado à ideia surgida no início do século, que entendia que a literatura brasileira deveria desligar-se da tradição literária portuguesa, mas não se pode dizer que seu discurso possui as mesmas articulações enunciativas presentes no discurso praticado por Sílvio Romero ou pelos nacionalistas românticos. O nacionalismo romântico foi uma forma de nacionalismo literário dentre outras.

Todas elas surgem dentro de um mesmo contexto social, ideológico e discursivo, mas isso não quer dizer que elas sejam idênticas entre si. Uma mesma conjuntura pode produzir diferentes processos discursivos que pretendem, por intermédio de construções de sentidos diversas, satisfazer as mesmas demandas semânticas de um horizonte histórico. Até mesmo os discursos que pretendiam negar a existência de uma literatura brasileira devem ser entendidos como produtos de uma mesma conjuntura social, política, ideológica e discursiva.

Além do fato de que uma pluralidade de formações discursivas é produzida por uma mesma conjuntura social, deve ser considerado também que as diferentes formações discursivas que se ocupam de um mesmo domínio de objetos também se produzem a partir de condicionamentos recíprocos que se dão no plano discursivo. Uma vez que uma demanda semântica é preenchida por uma determinada articulação de sentidos, outros posicionamentos ideológicos buscarão disputar a mesma demanda mediante articulações diversas. Isto pode provocar uma reestruturação do discurso anterior de modo que ele possa contestar a legitimidade do discurso concorrente e assim conquistar a dominância no interdiscurso. Um aspecto dessa dinâmica pode ser visualizado nitidamente através das polêmicas literárias que foram travadas durante o século XIX, como a que ocorreu entre Santiago Nunes Ribeiro, Abreu e Lima e Gama e Castro<sup>27</sup>.

Isto implica que um dos elementos constituintes das condições de produção das formações discursivas é composto pelo próprio agrupamento formado por formações discursivas que, devido às relações complexas presentes na conjuntura de uma formação social, encontram-se próximas de uma formação discursiva em questão. Isso indica que os vértices compostos pelas instâncias estruturadoras das condições de produção possuem uma relativa autonomia em relação às instâncias presentes nos outros vértices. Cada vértice se constitui não somente pelas relações criadas com os outros

---

<sup>27</sup> A polêmica surge depois que Gama e Castro defende, em um artigo escrito para o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro em 1842, a tese de que as literaturas deveriam ser definidas pelas línguas em que são escritas, não pela nacionalidade de seus autores. Por conta disso, não se poderia falar em literatura brasileira. Seus argumentos foram rebatidos no ano seguinte por Santiago Nunes Ribeiro em um artigo escrito para a *Minerva Brasiliense* intitulado *Da nacionalidade da literatura brasileira*. Assim como Magalhães, Ribeiro buscou definir as literaturas não pelo critério linguístico, mas pelo *espírito nacional* que animaria cada uma. Desse modo, a ideia de *literatura brasileira* passaria a ter sentido.

vértices, mas também mediante a relação que os diversos elementos estruturantes de um vértice estabelecem entre eles. Assim, os Aparelhos Ideológicos se constituem não somente pelas relações existentes entre eles e as ideologias, as classes sociais e os discursos, mas também mediante as relações que os próprios aparelhos estabelecem entre si. O mesmo se pode dizer das ideologias, das classes sociais e dos discursos. As formações discursivas são elaboradas também e sobretudo pelas relações intersdiscursivas que se desenvolvem num domínio discursivo maior. Desse modo, esta investigação é levada a inquirir sobre a organização plural e contraditória de discursos, que nessa teoria é conceituado pelo termo interdiscurso.

Entretanto, será necessário deixar em suspenso a inquirição sobre o papel do complexo de formações discursivas na constituição das diversas formações discursivas enquanto não se puder demorar um pouco mais sobre os conceitos que levarão a uma compreensão mais profunda do termo interdiscurso. Tal compreensão deverá partir do conceito de enunciado, tal como definido por Foucault em *A arqueologia do saber*, passar pelo conceito de formação discursiva para então poder se entender a natureza e a dinâmica de funcionamento do interdiscurso.

## 2: A DINÂMICA DISCURSIVA: ELEMENTOS E PROCEDIMENTOS

### 2.1.: ENUNCIADO E PROCEDIMENTOS DISCURSIVOS

Segundo o modelo teórico que esta pesquisa assume, a análise da crítica literária praticada ao longo do século XIX parte da consideração de sua natureza discursiva. Viu-se anteriormente que os discursos encontram-se condicionados por uma série de elementos de ordem sócio-histórica, mas a percepção do modo como tais elementos produzem uma conjuntura discursiva não pode ser atingida apenas pela análise da superfície textual dos textos que compõem a tradição crítica oitocentista. Um discurso somente pode ser

identificado caso se consiga perceber, nos textos que compõem o corpus, relações intercondicionantes responsáveis pela estruturação tanto de uma mesma lógica como de uma mesma mentalidade.

A dimensão conceitual dos signos é por demais instável, de modo que o real valor semântico que eles possuíram naquele horizonte histórico pode facilmente ser perdido de vista caso o pesquisador não tenha bem definido diante de si o nível linguístico no qual o plano discursivo se produz. Se é verdade que cada signo possui uma dimensão conceitual, entendido por Saussure como responsável pelo seu valor semântico, não se pode negar também que o uso efetivo de cada signo não depende única e exclusivamente de seu valor dentro do sistema da língua. A depender do contexto em que um signo, uma sintaxe, ou um texto é produzido, a efetivação semântica de tais unidades linguísticas pode variar. Isto significa dizer que nem sempre aquilo que um signo ou uma sintaxe enuncia corresponde ao valor conceitual do signo em questão ou ao mero somatório do valor dos signos. Antes de se proceder à descrição e a análise da arquitetura do discurso da crítica oitocentista, torna-se necessário antes delimitar a perspectiva que deverá ser adotada, e para isto é preciso considerar a dimensão enunciativa das unidades linguísticas, pois é nela onde os discursos se produzem.

A noção de enunciado aparece na teoria do discurso como uma necessidade gerada pelo conceito de formação discursiva. Segundo a definição de Foucault (1987, p.43), as formações discursivas são constituídas pela sistematicidade entre os valores semânticos de unidades linguísticas correlacionadas. O reconhecimento de que os diferentes processos discursivos surgem de maneira não aleatória levou à dedução de que os signos linguísticos obedecem a uma lógica que condiciona as produções de sentido a estarem próximas de algumas produções ao mesmo tempo que afastada de outras. As formações discursivas, então, seriam compostas pelas regras que regem os diversos efeitos de sentido em agrupamentos específicos. Entretanto, no momento em que a reflexão chega neste ponto, ainda não há uma concepção exata do que seriam as unidades organizadas pelas formações discursivas, i.e.: que propriedade do signo linguístico encontra-se sujeita ao efeito ordenador das formações discursivas?

Foucault dirá que tais unidades são os enunciados, de modo que, em um segundo momento, ele passa a se referir ao discurso como um “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (FOUCAULT 1987, p.124). Entender as formações discursivas como regras ordenadoras de enunciados pressupõe a definição disso que, segundo Foucault (1987, p.90), deve ser considerada a unidade mínima dos discursos, seus átomos. Diferentemente de Foucault, Pêcheux não costuma utilizar, em sua reflexão, o termo enunciado ou, quando o utiliza, o faz dentro de uma noção ampla, diversa da descrita em *A Arqueologia do Saber* e identificada às noções de frase ou proposição. Ele, ao invés de falar em enunciado, prefere referir-se a unidades de sentido genéricas e situadas em diferentes níveis de estruturação, como palavras, proposições e expressões. Os conceitos que ele desenvolve a fim de explicar os processos discursivos, sobretudo os conceitos de pré-construído e de discurso-transverso, indicam que sua reflexão se volta mais para a estrutura sintático-proposicional, assim como para as estruturas parafrásticas inerentes aos discursos. Isso ocorre devido à preocupação, presente em Pêcheux e ausente em Foucault, de ligar a teoria do discurso à linguística. Dessa forma, as reflexões que podem ser feitas sobre o enunciado a partir do pensamento de Pêcheux devem se configurar como deduções realizadas sobre os conceitos que ele utilizou e as conclusões as quais ele chegou.

Foucault, por outro lado, sente a necessidade de postular uma dimensão semântica que não pode ser identificada à da palavra, frase ou proposição. Tal dimensão é a que diz respeito ao nível enunciativo, considerado pré-requisito para as estruturações semânticas em níveis superiores. Ele, portanto, principia sua investigação sobre o enunciado considerando as formas tradicionalmente reconhecidas como sendo as portadoras dos efeitos de sentido em diferentes disciplinas constituídas: a frase nos estudos linguísticos, a proposição na lógica e os atos de fala dos analistas ingleses. Ele se recusa a identificar o enunciado à frase porque reconhece ser possível haver enunciados onde os pré-requisitos para a existência de uma frase não são satisfeitos, pois uma disposição de signos que não constitui uma sintaxe pode ser capaz de veicular um enunciado. A proposição também não pode ser identificada ao enunciado porque uma mesma proposição, um mesmo princípio lógico, pode, em

determinadas circunstâncias, ser capaz de veicular enunciados distintos. Por fim, Foucault considera os atos de fala, e também rejeita a possibilidade de considerá-los enunciados porque para se realizar um ato de fala é necessário o encadeamento de vários enunciados. Assim, Foucault conclui que as estruturas normalmente reconhecidas como sendo portadoras de sentido possuem um conjunto de determinações que as impedem de identificá-las completamente à natureza do enunciado (apesar dele reconhecer que em um grande número de casos o enunciado se identifica às estruturas consideradas, sobretudo a frase e a proposição). Toda a questão em torno do enunciado pode ser pensada como uma problemática decorrente da percepção de uma dimensão semântica que não pode ser totalmente identificada às estruturas normalmente reconhecidas como portadoras de sentido. De tal reconhecimento, surge a necessidade de se conceber um nível de elaboração de sentido situado numa dimensão diversa daquela na qual se tem as proposições, os enunciados e os atos de fala.

Pêcheux também recusará a ideia de que o sentido das palavras, frases e expressões são determinados unicamente pelas normas gramaticais e postulará um nível de elaboração onde as ordenações semióticas adquirem uso e sentido. Ele dirá que não existe um sentido literal para as palavras; elas, na verdade, significam a partir dos posicionamentos ideológicos dos enunciadores (cf.: PÊCHEUX 2009, p.146). Deste modo, um único encadeamento de significantes pode possuir significados diversos caso ele seja empregado a partir de determinações ideológicas diversas. Da mesma forma, torna-se igualmente possível que encadeamentos diversos acabem por veicular um único e mesmo sentido. Ainda que Pêcheux não utilize a noção de enunciado e prefira generalizar as dimensões sobre a quais ele trabalha (o que ele faz quando se refere ao sentido como algo igualmente espalhando entre as palavras, frases e expressões), a ideia de interferência ideológica no sistema da língua faz com que seja postulado um outro nível de funcionamento dos signos linguísticos que não pode ser identificado ao que se estabelece a partir das normas gramaticais do sistema da língua. Mesmo que haja uma diferença crucial entre o que é afirmado por Foucault e o que é afirmado por Pêcheux, pois o primeiro, ao se referir ao nível enunciativo, diferencia aquilo o que o enunciado enuncia daquilo que as palavras significam, ao passo que o segundo se prende à dimensão semântica situada no sentido literal das

palavras (que ele nega existir), há, em ambos, a ideia de que o sentido não se resume à questão do valor dos signos dentro do sistema da língua. O caráter ideológico do uso dos signos faz com que eles signifiquem mediante relações que não se dão apenas nas relações formais do sistema da língua. Embora isto não seja expresso abertamente por Pêcheux, tais relações podem ser entendidas como constituintes de um nível enunciativo. Neste aspecto, a principal diferença entre os dois pensadores franceses residiria no caráter ideológico do nível enunciativo, enfatizado por Pêcheux e ignorado por Foucault.

Apesar dos enunciados não se identificarem às frases, proposições ou atos de fala, eles são pré-requisitos à elaboração de tais estruturas. Foucault (1987, p.98) não reconhece uma estrutura nos enunciados, pois eles não se constituem a partir de um relacionamento estabelecido entre elementos menores, antes eles seriam uma função presente nas estruturas linguísticas (assim como em estruturas não linguísticas portadoras de sentido) que assegura validade a tais construções (uma sintaxe, mesmo formulada dentro da norma gramatical, que não veiculasse um enunciado, não seria reconhecida como uma frase). Pêcheux, ao afirmar que os sentidos apresentados pelas unidades semióticas dependem de efeitos ideológicos, endossa a ideia de que o sentido se produz a partir de efeitos que não constituem uma estrutura, mas antes são derivados de uma conjuntura. As estruturas das frases, proposições e atos de fala estão situadas em um outro nível de existência e se configuram como modos específicos e não exclusivos de formatação de efeitos de sentido cuja validade é, segundo Foucault, garantida pelo atravessamento vertical da função enunciativa e, segundo Pêcheux, pelo atravessamento dos efeitos ideológicos (Pêcheux também endossará a verticalidade de tal atravessamento mediante o conceito de pré-construído). Assim, em ambos temos o reconhecimento de uma dimensão semântica diversa da regulada pelo sistema da língua, apesar deles divergirem no modo como tal dimensão pode ser pensada e descrita.

Foucault concebe o nível enunciativo a partir da ordem de repetibilidade a que ele obedece, e tal ordem, por sua vez, será encontrada mediante o contraste com outras ordens de repetibilidade. Primeiramente, ele distingue enunciado e enunciação. A enunciação é algo ligado à circunstância de seu

aparecimento, sua noção é informada como uma articulação de signos dotada de unidade espaço-temporal (cf. FOUCAULT 1987, p.116). Dessa maneira, uma enunciação é irrepetível, já que uma articulação de signos somente pode ser repetida em uma outra unidade espaço-temporal, e isto configuraria uma outra enunciação. O enunciado, por sua vez, apesar de também estar determinado por coordenadas espaço-temporais, possui um índice de repetição ligado ao seu campo de utilização (FOUCAULT 1987, p.120), i.e.: as determinações implicadas em função do pertencimento a uma formação discursiva impedem que os enunciados entrem num processo de derivação contínua que tornaria impossível repeti-los. O segundo contraste é feito entre o enunciado e a dimensão semântica e referencial das palavras. Uma palavra e o seu sentido podem ser repetidos, já que o sentido das palavras é regulamentado pela norma gramatical, mas aquilo que pode ser enunciado por uma palavra ou frase não se confunde com aquilo que ela significa ou com a referência que ela realiza. Um sentido repetido não necessariamente implicará a repetição de um enunciado. Uma palavra ou frase repetida pode, em determinadas circunstâncias, conservar o seu significado e referência e ainda assim enunciar coisas diversas em diferentes ocasiões.

Para se considerar este fenômeno dentro do universo semântico que estamos investigando neste estudo, tomemos como exemplo a utilização do signo *liberdade* dentro do contexto que antecedeu as guerras da independência. Caso se analise o conjunto de panfletos organizados por José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos e Marcello Basille (2012), percebe-se que o termo foi utilizado em contextos diversos, o que modifica o plano enunciativo do signo. Os panfletos reunidos datam desde a época em que as notícias da Revolução Liberal do Porto chegavam ao Brasil e vão até os antecedentes da proclamação da Independência. Cada um deles reflete posicionamentos políticos e ideológicos diversos; era um momento de acirrada disputa entre partidários das causas portuguesa e brasileira, e isto terá implicações diretas no funcionamento dos signos linguísticos. Em um panfleto possivelmente do início de 1821 e surgido na Bahia, lê-se o seguinte:

Americanos, e europeus. Enfim é tempo de pôr termo a nosso demasiado sofrimento, o soberano, que nos governa, e que ternamente amamos, iludido por pérfidos conselheiros, que só desejam a total ruína do Estado, e do Trono, apesar da vontade geral da Nação tão manifestamente declarada em Portugal e na Bahia pelos heroicos fastos, que vos são conhecidos, e em todas as mais partes do Brasil pelos rumores populares procuram illusoriamente [?], usando do engano, e das fraudes, lançar-nos novos grilhões: disto tendes uma prova evidente no Decreto, que acaba de aparecer, cuja leitura basta, para se conhecer, o quanto impera no coração deste Mandões o infame, e abominável despotismo, e que para o sustentarem, com providências capciosas, e palavras enganadoras, não só negam a soberania à Nação, querendo fazer uma quinta de Escravos seus para formarem a Constituição e Lei, que nos devem reger, mas igualmente pretendem com este fato, para diminuir a nossa representação, poder, separar-nos da Mãe Pátria, que tanto amamos, e a quem cada vez mais desejamos estar unidos. É pois tempo cidadãos honrados, e valerosa tropa, de lançar mãos às Armas, seguindo o heroico exemplo de nossos irmãos na Bahia segurar a nossa Liberdade, lançando de nós os ferros, com que nos querem manietar, declarando altamente, e com aquela soberania, que só é inerente e própria de uma Nação livre que não queremos outra Constituição, se não a de Portugal, que deve abranger todo o Reino Unido, que a Nação, que reassumiu, em si o poder soberânico para quebrar os seus vergonhosos ferros, é quem deve eleger, pela maneira adotada em Portugal os deputados, que sem perda de tempo, devem, ser enviados para formarem parte das cortes constitucionais, e nelas tratarem da Legislação, que deve ser particular Deste Reino Unido do Brasil.

Eia valerosos Portugueses Europeus, e Americanos que somos a mesma Nação, e temos os mesmos interesses, sustentemos com as armas na mão, já que não há outro remédio, os nossos direitos, e defendamos as nossas Liberdades, que de todo nos querem agrilhoar, pois vis, sórdidos, venais conselheiros, que devem desaparecer da face da terra para mais não contaminarem, com o seu hálito o ar que respiramos.

Viva El Rei, viva a constituição, e morram todos aqueles que se opuserem aos verdadeiros interesses da Nação. (CARVALHO 2012, p. 109)

O panfleto aparece por conta de um decreto de Dom João VI publicado em 23 de fevereiro de 1821 que buscava criar uma comissão cujos membros tratariam de reformas das leis constitucionais lançadas em Lisboa. O monarca pretendia alterá-las de modo a realizar uma adaptação às realidades locais. A Bahia aderira ao movimento constitucional em 10 de fevereiro daquele ano em uma revolta militar ocorrida em Salvador. Isto permite compreender a

desconfiança com que era visto o decreto de Dom João VI. O panfleto procura mobilizar a população de modo que ela simpatize com a causa constitucionalista e se coloque contra o rei. Para isto, ele se dirige ao sentimento nacionalista dos baianos, mas o entendimento do que seria a nacionalidade neste momento em muito diferia do que viria ser disseminado no período pós-independência. Aqui, a nacionalidade ainda depende da identificação com Portugal e da união entre os dois países. Sintomático disso é o fato do panfleto dirigir-se igualmente aos “portugueses europeus e aos americanos”. Os dois estariam unidos em uma mesma identidade, possuiriam a mesma nação. A ação de Dom João VI, despótica devido às ilusões lançadas pelos “pérfidos conselheiros”, seria identificada à escravidão na medida em que ela, ao alterar a constituição lançada em Portugal, promoveria a separação do Brasil com a Mãe-Pátria. Neste caso, o signo *liberdade*, em cujo nome os cidadãos são convocados às armas, significa a manutenção da união do Brasil com Portugal. *Escravidão*, assim como os outros signos associados (*grilhões, ferros, escravidão*) significa o desligamento do Brasil da condição de Reino Unido.

Caso se tome outro panfleto que apareceria um ano depois e se analise o funcionamento do mesmo termo, pode-se perceber que aquilo que se expressava pelo termo *liberdade* não era um consenso. Em meados de 1822, um panfleto surgido na vila de Cachoeira e provavelmente escrito durante a guerra civil ocorrida na Bahia apresenta a visão da situação do Brasil daqueles que permaneceram partidários da causa de Dom Pedro I no momento em que ele buscava consolidar a ideia de Império Brasileiro. Naquela ocasião, Salvador permanecera fiel à causa Portuguesa, enquanto as vilas do Recôncavo passavam a reconhecer a autoridade de Dom Pedro e a ideia de governo brasileiro subordinado à sua chefia.

A Salvação do Povo é a suprema Lei. É chegada a ocasião de patentearmos os nossos Sentimentos. Seja o Dia de S. Pedro (assinalado por tantos Títulos) o Primeiro Apóstolo Pontífice da Igreja Católica Romana: Aquele a quem Jesus Cristo Salvador do Mundo disse - E sobre esta pedra edificarei minha igreja - O Grande Dia, em que soe nesta Província da Bahia, o Torrão de Nossa Liberdade, e se dê o primeiro impulso da Nossa

Vontade. Brasilienses, e Bons Brasileiros, o nosso amado Príncipe nos diz – E sobre esta Pedra edificarei o Meu Império do Brasil – E nós Cheios de entusiasmo da Maior Alegria, e em sólida união, aclamemos em altas vozes – Viva o Senhor Rei D. João Sexto, Viva S. A. R. o Senhor Príncipe D. Pedro d'Alcântara Salvador, Defensor, Protetor Regente do Reino do Brasil. (CARVALHO 2012, p.74)

O panfleto acima apresenta a assinatura “Por um Brasileiro”, o que já se configura como um indício de que se tem aqui uma articulação discursiva diferente da presente no panfleto anterior. Ao invés de defender a ideia de nacionalidade fundamentada na união entre brasileiros e portugueses, há o início da ideia de brasilidade. O seu autor já se refere aos seus interlocutores não mais pelo termo *americano*, mas pelos termos *brasilienses* e *brasileiros*. Dom Pedro I, mediante uma comparação com o apóstolo de mesmo nome, é colocado como o iniciador de um novo império, de um novo país, de uma nova ideia de nacionalidade. Apesar da aclamação a D. João VI, a vontade coletiva aqui não mais inclui os portugueses. Ao aderirem à causa do Império, as vilas baianas tornavam-se o “torrão da liberdade” nacional. Isto indica que *liberdade*, aqui, indicava algo oposto ao verificado no panfleto anterior, uma vez que fundamentava-se na oposição aos portugueses e no apoio à emancipação política.

Pêcheux, afirma que “as palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido segundo as posições ideológicas sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX 2009, p.147). Isto é visível na oscilação da efetivação semântica do termo liberdade em tais panfletos. Diante da divisão de grupos alinhados em posicionamentos ideológicos distintos, determinados termos linguísticos tornam-se alvo de disputa política. Se em um posicionamento a ideia de liberdade era equivalente à ideia de união com Portugal, e escravidão significava a separação do Brasil com a pátria-mãe, no posicionamento ligado à causa de Dom Pedro I as equivalências se invertem. Os posicionamentos ideológicos configuram dois *campos de utilizações* distintos, e aquilo que o termo passa a enunciar varia conforme o campo ao qual ele faz referência. É possível perceber que quando Denis escreve o *Resumé*, ele utiliza o termo

chave dentro do mesmo campo de utilização do segundo panfleto. Quando ele afirma que a poesia brasileira deveria ser livre assim como o seu governo, o termo liberdade é utilizado dentro do mesmo campo semântico no qual a ideia de um Brasil separado de Portugal era legitimada. O que Denis faz é aproveitar o valor enunciativo de alguns termos já estabilizados em uma formação discursiva e ampliar o seu campo de utilização de modo que ele pudesse fundamentar um projeto literário pautado nas ideias de natureza americana e clima tropical. Neste ponto, o valor enunciativo do signo passava a ser expandido, não se ligando apenas a um posicionamento político, mas também a um posicionamento estético.

Quando Pêcheux afirma que as palavras significam a partir do posicionamento ideológico dos sujeitos, ele não considera a diferença entre aquilo que o enunciado enuncia e aquilo que a palavra (ou frase) significa. *Liberdade*, nos panfletos considerados, significava sempre algo como autonomia política, mas coisas diversas eram ditas a partir deste significado inicial. Caso se reformule a reflexão de Pêcheux e se entenda que o que muda em função da diversidade de posicionamentos ideológicos não é exatamente o sentido literal das palavras e proposições, mas sim a inscrição enunciativa de tais elementos, pode-se dizer que o atravessamento enunciativo das unidades de sentido é condicionado ideologicamente. Disto se conclui que a ordem de repetibilidade dos signos linguísticos não é a mesma inerente ao sentido destes signos, assim como também não é a mesma da ordem de repetibilidade dos enunciados. É certo que a maioria das palavras possui mais de uma acepção, e que os posicionamentos ideológicos podem funcionar como orientadores das opções disponíveis quando se tem mais de uma possibilidade de emprego de um signo linguístico, mas a dimensão discursiva não se encontra ligada a este nível semântico, ela se liga ao nível enunciativo. Uma palavra, mesmo conservando um sentido dicionarizado, pode significar coisas diversas em função de conjunturas discursivo-ideológicas distintas. Dois discursos que se encontram em uma disputa pelo emprego de um termo podem concordar com o seu sentido ou com a sua referência, mas ainda assim podem discordar das implicações de seu emprego, isto é: do que ele enuncia. Deste modo, temos três ordens de repetibilidade distintas: a dos signos linguísticos, a dos sentidos e das referências e, por último, a ordem de repetibilidade dos enunciados.

Foucault afirma que a unidade do enunciado pode ser apreendida pela relação que ela possui com o que ele chama de “conjunto de domínios” (cf.: FOUCAULT 1987, p.104), que é para o enunciado o que a referência é para as palavras. Tais domínios são uma espécie de espaço discursivo no qual os objetos e as referências podem surgir. Os enunciados, portanto, não se situam no plano no qual a língua se dirige às coisas, objetos ou fatos concretos, mas antes no plano no qual tais entes adquirem possibilidade de existência. Um domínio, por exemplo, que estivesse constituído por referências espaciais e relações de grandeza estaria suportado por enunciados, digamos, pertencentes ao discurso da física ou da matemática e possibilitaria o surgimento de referências ligadas a objetos dotados de tais propriedades. Outro exemplo possível seria o domínio que diz respeito aos objetos tal como eles aparecem nos discursos literários. Em tal domínio, as referências, mais do que as leis ligadas às ordens espaciais e de grandeza, estariam submetidas a relações reguladas por noções como ficção, mimesis e verossimilhança. Os objetos religiosos, por sua vez, não precisariam obedecer às mesmas relações existentes em outros domínios devido às relações existentes entre enunciados de carácter dogmático. No caso do discurso empregado por Denis, a defesa do separatismo literário é feita a partir de um domínio político ligado à ideia de emancipação do Brasil. O domínio da crítica literária é construído a partir do domínio do discurso político, a produção de sentido ocorrida lá se fez a partir de correlações com enunciados já estabilizados neste campo semântico.

No processo de constituição de um domínio, nunca se pode falar em um único enunciado, pois um domínio se constitui apenas quando há a atuação conjunta de vários enunciados. É por isso que Denis precisa se dirigir a um domínio prévio para conferir sentido à sua articulação de signos. Os entes que são referidos quando se utiliza a língua ou qualquer outro sistema semiótico somente existem mediante as leis de possibilidade que são geradas no momento em que diferentes enunciados começam a se relacionar uns com os outros. Diferentes objetos presentes em diferentes discursos possuem suas próprias leis de possibilidade em função dos diversos domínios engendrados nas relações que enunciados de naturezas diversas estabelecem entre si. É dessa maneira que o nível semântico da enunciação torna-se pré-requisito ao nível semântico presente no nível da frase e no nível da proposição:

O referencial de um enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado: define as possibilidades de aparecimento e de delimitação que dá à frase seu sentido, à proposição o seu valor de verdade. É esse conjunto que caracteriza o nível enunciativo da formulação, por oposição a seu nível gramatical e a seu nível lógico (grifos do autor). (FOUCAULT 1987, p.104)

A noção de enunciado descreve um nível semântico primário, inferior ao existente dentro das estruturas da frase e da proposição, sendo que este nível é dependente daquele. Os domínios compõem as condições para o aparecimento dos entes presentes nos outros níveis semânticos, já que eles são constituídos por leis de possibilidade que regem o surgimento e a existência dos objetos, das referências e dos valores de verdade. Entretanto, como apontado acima, um único enunciado não pode ser considerado responsável pela elaboração do domínio no qual seus objetos aparecem, ele precisa de outros enunciados que o suportem. Um enunciado é um ente altamente derivativo, i.e.: seu modo de ser implica tanto que sua identidade encontra-se vinculada a uma ligação necessária com outros entes dotados de um modo de ser idêntico como um comportamento marcado pelo desdobramento dessa unidade em outras unidades enunciativas. É possível uma frase significar o que significa sozinha, entretanto é impossível um enunciado enunciar o que enuncia sem que haja outros enunciados a ele ligados dentro de um campo enunciativo. Foucault então afirma (1987, p. 109) que a função enunciativa não pode ser exercida sem a existência de um domínio associado. Um domínio associado diz respeito ao conjunto de enunciados que se situam nas margens de um enunciado em questão e que permitem o seu funcionamento. Assim, dentro de um discurso x, uma estrutura semiótica enuncia algo diverso do que enunciaria caso estivesse dentro de um discurso y, e isto ocorre devido aos diferentes jogos de correlações que estariam envolvidos nas duas utilizações. É o que é possível verificar quando

se compara as diferentes utilizações do termo *liberdade* apresentadas mais acima. As correlações implicam um modo pelo qual os enunciados se colocam nos diferentes espaços discursivos.

A ideia de domínio associado torna o enunciado dependente de outros enunciados já constituídos dentro do jogo de correlações no qual ele se insere. Ou seja: o devido funcionamento de um enunciado depende de sua relação com unidades semióticas já estabilizadas dentro de uma função enunciativa participante do jogo de correlações evocadas pelo enunciado em questão. Os modos pelos quais tais correlações podem ocorrer são vários e serão descritos posteriormente. Por ora, basta dizer que a existência do domínio associado indica que novas enunciações somente podem ser produzidas a partir de enunciados já constituídos previamente. A teoria de Pêcheux corrobora com a ideia de jogos de correlações enunciativas no momento em que desenvolve os conceitos de pré-construídos e de discurso transversal, pois eles também indicam que o nível enunciativo incidente sobre o sistema semiótico da língua possui uma natureza eminentemente derivativa e associativa.

Por pré-construído, (cf. PÊCHEUX 2009, p.89) entende-se um efeito de encaixe que ocorre entre toda proposição e um objeto de pensamento, existente sob a forma de um “sempre-já-aí” (PÊCHEUX 2009, p.151) ideológico. Diferentemente de Foucault, Pêcheux não fala de leis de possibilidade, e sim de objetos acabados que se encontram fora da estrutura sintática, mas que incidem sobre ela por intermédio de efeitos ideológicos. Segundo seu raciocínio, os objetos de pensamento existem discursivamente em uma forma acabada e dentro de uma modalidade diversa da apresentada pelos elementos sintáticos. Isso o levará a apontar uma discrepância entre a dimensão sintática – que constitui o pensamento em si, já que ele, segundo a teoria de Pêcheux, é de ordem sintático-proposicional – e a dimensão na qual existem os objetos de pensamento. A primeira dimensão é referida pelo termo intradiscurso, a segunda pelo termo interdiscurso. Estas dimensões constituem o que ele chama de “dois domínios de pensamento discrepantes”, de modo que o efeito discursivo referente ao pré-construído se resolve mediante a incidência daquilo que se constitui como “uma construção anterior, exterior, mas sempre independente” (PÊCHEUX 2009, p.89) dentro daquilo que é construído no intradiscurso. Este efeito de encaixe marca a determinação ideológica do

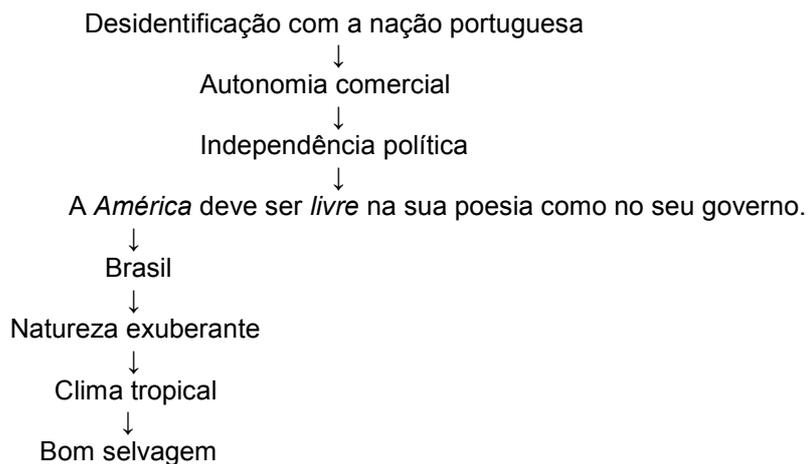
sistema da linguagem: “É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem” (PÊCHEUX 2009, p.146). Os objetos são construídos nas ideologias e aos discursos cabem a tarefa de realizar o encaixe desses objetos dentro da estrutura sintática. Esse encaixe, porém, é velado pelos mecanismos presentes nas formações discursivas, que buscam sempre dissimular este efeito a fim de oferecer a impressão de transparência de sentido (esta seria a atitude idealista, alvo principal da teoria do discurso tal como apresentada em Semântica e Discurso). Por intermédio do pré-construído, os discursos oferecem o “mundo das coisas” (cf. PÊCHEUX 2009, p.151) aos sujeitos.

Assim, quando se considera uma frase escrita por Denis como “a América deve ser livre tanto na sua poesia quanto no seu governo”, estamos, a princípio, no plano do intradiscorso, pois o que se tem é uma combinação de signos dentro de uma estrutura sintática. Esta combinação adquire validade semântica a partir de evidências elaboradas ideologicamente e que são articuladas na estrutura sintática pois, para que esta estrutura produza sentido, é necessário que objetos de pensamento acabados incidam sobre os signos.

Na sintaxe em questão, quando se fala em América, refere-se tanto ao Brasil como a um contexto maior no qual o país estaria inserido e que seria bastante diverso do encontrado na Europa. Pode-se dizer, então, que, naquela frase específica, sobre o termo *América* incide uma série de outros pré-construídos, dentre eles a ideia de *Brasil* (Brasil aqui como um objeto de pensamento). A referência à *ideia de Brasil* pelo termo *América* é bastante significativa, pois por ela faz-se menção não somente a uma unidade territorial e política, mas também a uma realidade natural e antropológica (a natureza exuberante, o clima tropical e o índio segundo o modelo do bom selvagem), e isto era vital para o surgimento do projeto literário romântico. Esta identificação também contribui para o enfraquecimento da ideia de Brasil ligado à Europa mediante a condição de Reino Unido com Portugal e o aproxima da situação de outros países americanos, que também passaram pela condição de colônia e conquistaram a emancipação política mediante guerras e revoluções. Esta correlação com o discurso político e revolucionário aparece mais uma vez na

utilização do termo *livre*, que liga o discurso de Denis às elaborações enunciativas dos partidários da separação entre as nações brasileira e portuguesa, já consideradas anteriormente quando avaliamos os panfletos surgidos no início da década de 1820.

Desse modo, pode-se dizer que não somente o objeto *Brasil* incide sobre o termo *América*, mas também outros pré-construídos que trazem evidências sobre a realidade política e natural do Brasil (que passam a ser identificadas à realidade americana). Estas evidências são pré-construídas em domínios discursivos que se associam ao intradiscurso de Denis a fim de lhe conferir certa eficiência argumentativa. Exemplos desses domínios podem ser verificados nas ideias deterministas presentes no discurso empregado por Montesquieu para argumentar sobre a diferenciação jurídica dos países situados em diferentes zonas térmicas do planeta e por Madame de Stael para diferenciar as literaturas do norte e do sul da Europa. Há também correlações com a tipificação do *bom selvagem* realizada por Rosseau e com a ideia de poesia como expressão do sentimento e da imaginação presentes nos românticos ingleses. É claro que todas essas coisas não estão expressas diretamente na estrutura sintática, mas estas evidências são construídas e utilizadas ao longo da elaboração discursiva de Denis (que não será detalhada neste momento) e incidem no intradiscurso no momento em que ele utiliza um termo previamente formatado por determinações ideológicas. A apresentação mais detalhada das correlações enunciativas presentes no discurso empregado por Denis será deixada para mais adiante. O que importa agora é ressaltar a dependência de um intradiscurso de correlações enunciativas responsáveis pela incidência de pré-construídos sobre os signos que compõem a estrutura sintática. É possível construir um esquema que ofereça uma ligeira ideia da incidência dos pré-construídos. Na frase tomada como exemplo, consideramos os termos analisados: *América* e *livre*.



É necessário deixar claro que tais atravessamentos verticais constituem apenas alguns exemplos, eles não esgotam todas as possibilidades de incidência de pré-construídos sobre os signos em questão. Também é importante frisar que não apenas estes termos são atravessados, todos os lexemas estão sujeitos às mesmas determinações ideológicas. Assim, a frase em questão também depende de evidências que informem o que é *poesia*, ou do que é *governo*. As evidências já se encontram prontas em outros discursos que se correlacionam com aquilo que Denis pretende enunciar com a sua frase.

Pêcheux entende o pré-construído como um elemento do interdiscurso, termo por ele utilizado para se referir a toda a conjuntura discursiva à qual os discursos precisam se articular a fim de produzir unidades semânticas válidas. Ele seria essa dimensão não sintática onde os objetos existem e por onde são acessados toda vez que se produz uma sentença dotada de sentido. O encaixe entre objeto e elemento sintático ocorre por intermédio de uma relação de equivalência (cf.: PÊCHEUX 2009, p.151). Ou seja: os objetos constituintes da realidade tal como ela é apresentada pelas formações ideológicas são dispostos mediante uma relação de equivalência com os termos linguísticos (palavras, frases, proposições etc.) de modo que entre os objetos e os termos haja a possibilidade de uma substituição simétrica. É neste momento que a reflexão de Pêcheux aponta – mediante uma terminologia diferente – a existência de um nível enunciativo no qual os processos discursivos se desenvolvem. Ele afirma que o efeito de encaixe realizado pelo pré-construído

sobre o intradiscurso atesta a presença de uma exterioridade determinativa na interioridade gerada pela articulação de unidades semióticas. É esta exterioridade referida por Pêcheux que pode ser associada ao nível enunciativo detalhado por Foucault. A partir do momento em que esta exterioridade é associada ao interdiscurso, pode-se afirmar que, na teoria de Pêcheux, a noção de interdiscurso compõe o nível enunciativo do qual as estruturas sintáticas são dependentes. É nele onde pode ser encontrado o conjunto de domínios associados e o campo de estabilização descritos por Foucault.

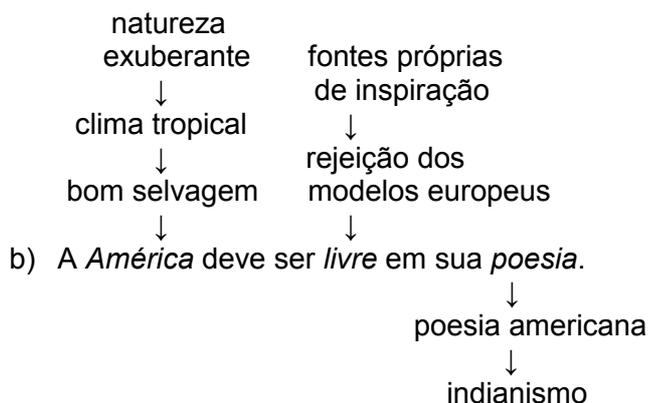
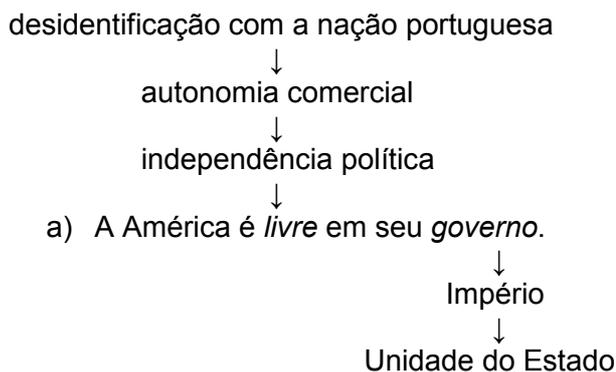
O processo de equivalência-encaixe não é o único presente na relação entre a dimensão sintática e o interdiscurso. Além dele, há também o processo de implicação-articulação, referido pelo termo discurso-transverso. Por esta noção, entende-se o efeito de encadeamento entre o que é dito na estrutura sintática e aquilo que se encontra presente no interdiscurso. Ou seja: um saber expresso necessariamente ativa saberes que, ainda que situados fora da expressão, articulam-se com o saber expresso mediante uma implicação encadeadora. Tal articulação ativa um efeito de sustentação do dizer, por isso é dito que o discurso transverso estabelece o fio do discurso; ou seja: ele põe em conexão os elementos dispostos como pré-construídos: “O discurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita” (PÊCHEUX 2009, p.154). Continuando com a frase-exemplo analisada acima, pode-se perceber um efeito de implicação-articulação muito simples. Para apresentá-la, é preciso primeiro quebrar os enunciados em suas unidades menores.

- a) A América é livre em seu governo.
- b) A América é livre em sua poesia.

Uma vez que os enunciados produzidos sobre a literatura brasileira são constituídos por correlações com o discurso político, o efeito de implicação constrói-se como uma evidência:

A América é livre em seu governo → A América deve ser livre em sua poesia.

O efeito, portanto, produz o acabamento sintático: “A América deve ser livre na sua poesia como no seu governo”. Os demais lexemas que não possuem significado lexical (*tal, como, sua, seu* etc.) não possuem atravessamentos verticais, mas isto não quer dizer que seu uso não tenha uma função discursiva, que aparece na construção das articulações horizontais. Uma vez construídas as articulações, novos efeitos verticais aparecem em função do encadeamento das unidades dotadas de significado lexical. Pensemos no termo *livre* mais uma vez. Associada à ideia de *governo*, que, neste caso, apresenta um atravessamento vertical com a ideia de *Império Brasileiro Unificado* (o que faz com que a ideia de liberdade não elabore um paradoxo com, por exemplo, as execuções daqueles que se opuseram ao governo centralizado na figura do imperador), o termo *livre* apresenta os pré-construídos já assinalados (que dizem respeito à condição política e econômica do Brasil assim como à condição identitária dos brasileiros). Quando, por meio da articulação lateral, a ideia de *América* e de *poesia* são dispostas ao lado da ideia de *governo*, os pré-construídos destes termos se combinam de modo a ampliar a ideia de liberdade e fazer com que ela adquira um sentido literário. É somente então que o entendimento que se tem sobre a América contamina o entendimento que se quer produzir sobre a poesia brasileira. Se a América possui uma natureza exuberante e índios naturalmente inclinados à inspiração lírica, então a poesia americana seria livre quando ela se aproveitasse desses elementos. É neste momento que surge a ideia de poesia brasileira enquanto inspirada por fontes próprias, que seriam retiradas da natureza e da cultura indígena. Cria-se, assim, o primeiro conceito de literatura brasileira, informada pelas noções de poesia americana e indianista. Esta poesia seria livre porque rejeita as mitologias gregas, os modelos europeus e aproveita elementos então assumidos como ‘genuinamente nacionais’. Abaixo segue uma possibilidade de esquematização dos atravessamentos verticais provocados pelo efeito de implicação apontado logo acima:



Os atravessamentos apresentados acima encontram-se dependentes do fio discursivo estabelecido por efeitos de discurso transversal. Esses efeitos poderiam ser colocados da seguinte maneira: *A América é livre em seu governo.* → *A América deve ser livre em sua poesia.* → *A literatura brasileira deve rejeitar fontes de inspiração estrangeiras.* → *A literatura brasileira deve assumir inspirações próprias.* Entretanto, não se pode dizer que as implicações horizontais possibilitam os atravessamentos verticais, nem mesmo vice-versa. O que parece ocorrer é um processo onde simultaneamente os pré-construídos demandam os discursos-transversos da mesma forma que estes possibilitam aqueles. Desse modo, pode-se dizer que as efetivações sintáticas produzem os encaixes semânticos das unidades linguísticas ao mesmo tempo em que estes mesmos encaixes produzem as efetivações sintáticas. Seria muito difícil argumentar pela precedência de um efeito sobre o outro.

É necessário ser notado que os enunciados articulados mediante o efeito de discurso-transversal possuem uma sequência lógica que estabelece a base de uma estrutura argumentativa. O enunciado que faz referência ao

governo e às novas instituições brasileiras (que são comentadas logo na abertura do *Resumé*) é o ponto de partida que chegará na conclusão de que a literatura brasileira deveria se voltar para a descrição da natureza e dos costumes indígenas. É por isso que o surgimento do discurso crítico do romantismo (assim como a execução do projeto literário propriamente dito) deve ser considerado a partir das condições de produção criadas com o contexto da emancipação política do Brasil. No discurso apresentado pelo *Resumé* de Denis, os efeitos de discurso-transverso surgem como um dispositivo que legitima politicamente um projeto estético (assim como consolida estética e ideologicamente um projeto político). Estas articulações, obviamente, não se produzem prontamente numa única sintaxe. Um discurso é constituído por uma rede de construções parafrásticas que possibilita e é possibilitada pela construção em questão. É por isso que articulações semelhantes podem ser encontradas em outras passagens do texto de Denis:

Si cette partie de l'Amérique a adopté un langage qu'a perfectionné notre vieille Europe, elle doit rejeter les idées mythologiques dues aux fables de la Grèce : usées par notre longue civilisation, elles ont été portées sur des rivages où les nations ne pouvaient bien les comprendre, où elles auraient dû toujours être méconnues ; elles ne sont en harmonie, elles ne sont d'accord ni avec le climat, ni avec la nature, ni avec les traditions<sup>28</sup>. (DENIS 1826, p. 515-516)

A enunciação acima é sustentada (e sustentadora) pelos atravessamentos e implicações apresentadas anteriormente. Deve ser considerado também que as implicações desencadeadas pelo efeito de discurso-transverso não se resumem à estruturação de uma sintaxe, elas também são encontradas nas articulações da tessitura textual, assim como fazem com que um texto esteja ligado ao domínio maior constituído pelas formações discursivas. A investigação das correlações discursivas não deve ficar limitada aos planos sintático ou textual, ela deve penetrar no modo como

---

<sup>28</sup> Se esta parte da América adotou uma língua que a nossa velha Europa aperfeiçoara, deve rejeitar as ideias mitológicas devidas às fábulas da Grécia: usadas por nossa longa civilização, foram dirigidas a extremos onde as nações não podiam bem compreender e onde deveriam ser sempre desconhecidas; não se harmonizam, não estão de acordo nem com o clima, nem com a natureza, nem com as tradições.

um conjunto de sentenças articula-se ao complexo de formações discursivas que constituem o interdiscurso. Isso explica porque o texto de Denis precisa buscar uma ligação com os discursos do plano político, pois é por ela que os signos conseguem consistência semântica. Claro é que não é apenas o discurso político que entra nesse jogo, outros enunciados situados em outras ordens discursivas, como os discursos estético, literário e o romântico, participam da construção desta consistência. O modo de significar tanto de uma frase como de um texto necessita de tais articulações, pois é por elas que os dizeres efetivam os significados que veiculam. A ideia de discurso-transverso e seu efeito de sustentação em muito se assemelha ao que Foucault se refere como campo de estabilização:

A frase 'os sonhos realizam os desejos' pode ser repetida através dos séculos; não é o mesmo enunciado em Platão e em Freud. Os esquemas de utilização, as regras de emprego, as constelações em que podem desempenhar um papel, suas virtualidades estratégicas, constituem para os enunciados um campo de estabilização que permite, apesar de todas as diferenças de enunciação, repeti-los em sua identidade; mas esse mesmo campo pode, também, sob as identidades semânticas, gramaticais ou formais, as mais manifestas, definir um limiar a partir do qual não há mais equivalência, sendo preciso reconhecer o aparecimento de um novo enunciado. Mas é possível, sem dúvida, ir mais longe: podemos considerar que existe apenas um único e mesmo enunciado onde as palavras, a sintaxe, a própria língua, não são idênticas (FOUCAULT 1987, p.119).

A possibilidade de enunciações diversas veicularem enunciados idênticos é informada por Pêcheux quando ele entende que um discurso é composto por relações parafrásticas. Os exemplos acima já demonstram essa possibilidade quando se verifica que a frase antes analisada e o trecho citado por último são compostos pelos mesmos enunciados. Isto também explica o porquê de os mesmos enunciados serem encontrados em textos de autores diversos, como Gonçalves de Magalhaes, Joaquim Norberto e Santiago Nunes Ribeiro. Seus textos continuaram apoiando-se nas mesmas correlações enunciativas. Uma vez que as conjunturas que compõem as condições de

produção sofram alterações significativas, as mesmas formulações passarão a enunciar coisas diversas, pois as antigas correlações já não se encontram mais disponíveis e outras surgiram em seu lugar. É por isso que a defesa de uma literatura nacional genuína terá implicações diversas a partir da década de 1870. A questão de ordem já não era mais a provocada pelo dilema da emancipação política, mas a produzida pela necessidade de modernização das instituições do estado brasileiro. Por depender de conjunturas externas à realidade puramente linguística, uma mesma frase pode enunciar coisas diversas em função dos saberes disponíveis em um determinado momento histórico.

## 2.2. ENUNCIADO E SENTIDO

Da mesma forma que na teoria de Pêcheux um enunciado ativa saberes situados fora dele, mas que lhe são relacionados a fim de lhe garantir sustentação, na teoria de Foucault uma frase adquire estabilidade discursiva no instante em que ela entra em um campo de estratégias e regras que lhe atribui uma função enunciativa. Esse campo, que pode ser entendido pela noção de formação discursiva, é composto por outros enunciados que se articulam entre si mediante efeitos de articulação lateral (o mecanismo do discurso-transverso). Na reflexão apresentada por ambos pensadores, a dimensão discursiva na qual a linguagem se encontra implica um jogo de correlações entre elementos que se situam além do encadeamento sintático. Os termos são diversos, mas as conclusões são semelhantes, pois da mesma forma que Foucault considera ser possível haver um único enunciado a partir de sintaxes não-idênticas, Pêcheux considera ser possível palavras, expressões e proposições diversas veicularem o mesmo significado (cf.: PÊCHEUX 2009, p.148).

A formação de um enunciado mediante a relação com um conjunto de domínios, com um domínio associado e com um campo de estabilização assemelha-se à associação apresentada por Pêcheux como sendo entre dois

domínios de pensamento discrepantes, i.e.: entre o interdiscurso e o intradiscurso. Ou seja: a relação que a função enunciativa possui com tais níveis discursivos deve ser entendida como estruturada pelos mecanismos de encaixe e sustentação. Outra maneira de pensar seria entender que o encaixe e a sustentação ocorrem dentro dos domínios apontados por Foucault. Seja como for, parece ser perfeitamente plausível conceber os domínios foucaultianos como elementos situados no ou constituídos pelo domínio maior do interdiscurso.

Apesar das semelhanças apontadas, a conjugação das teorias dos dois pensadores ainda precisa de mais dois equacionamentos. O primeiro diz respeito à utilização que cada um faz da ideia de sentido e sua relação com o nível enunciativo. Foucault dirá que um enunciado é responsável pela ativação de esquemas, regras, leis que garantem as condições de possibilidade ao aparecimento dos objetos. Pêcheux, por outro lado, tratará este processo como um acoplamento de uma “evidência ideológica”, de um sentido acabado. Neste ponto Foucault é mais preciso que Pêcheux, mesmo que os termos por ele utilizados (esquemas, leis, regras) se revistam de uma certa generalidade.

Sua precisão reside na diferenciação feita entre o nível enunciativo e a dimensão semântica constatada nos níveis superiores do sistema da língua (as palavras, as frases, os atos de fala). Entretanto, uma retificação precisa ser feita neste ponto: Foucault não reconhece o nível enunciativo como portador de sentido, mas como aquele que possibilita o sentido que se produz dentro dos níveis semânticos superiores. Ele utiliza como exemplo a frase “incolores ideias verdes dormem furiosamente” (cf.: FOUCAULT 1987, p.103) e nega que ela possa ter sentido, apesar dela possuir uma série de correlações enunciativas (que, inclusive, permite que a frase seja tomada como exemplo a fim de demonstrar fundamentos da semântica). Um exemplo semelhante poderia ser retirado de um poema dadaísta, composto por uma retirada aleatória de palavras escritas em pequenos pedaços de papel. A frase acima mencionada, assim como o poema imaginado, não possui sentido tal como ele é tradicionalmente concebido (i.e.: formado pela sintaxe), mas ambos estabelecem uma série de correlações enunciativas. A que se estabelece pela frase permite discernir, dentre outras coisas, sobre a insuficiência da correção da estrutura sintática para o estabelecimento de sentido proposicional; a que se

estabelece pelo poema dadaísta permite discorrer sobre o ponto crítico a que chegou a tradição lírica ocidental. A frase, assim como o poema dadaísta, portanto, significam alguma coisa, mesmo que de uma forma inusitada, impossível de ser “traduzido” mediante uma estrutura proposicional. O que os exemplos parecem querer indicar é justamente que, às vezes, a recusa da tradicional estruturação sintática do sentido pode ser justamente uma forma de significar o mundo pela linguagem. Foucault não reconhece a existência de sentido no nível enunciativo unicamente porque se limita a uma concepção ainda ligada à sintaxe e à referencialidade, mas é necessário reconhecer que o sentido não se resume à estruturação sintática. Deve-se reconhecer que o sentido começa a ser produzido já no nível enunciativo para depois ocorrer nas estruturas relacionadas à ordem lexical, sintática e textual. Caso não fosse assim, não se poderia dizer que estruturas semióticas não linguísticas comportam sentido.

É necessário conceber a dimensão semântica como um processo que se desenvolve mediante desdobramentos que ocorrem em níveis diversos. O primeiro nível seria o nível enunciativo, no qual as correlações evocadas estabelecem um campo de possibilidades responsável pelo desencadeamento do processo semântico. Tal nível condiciona o uso das palavras segundo determinações que são da ordem das formações discursivas. É neste nível que as interferências ideológicas tornam-se mais relevantes, pois a elas estão sujeitas as relações interdiscursivas, que regulam o comportamento dos discursos, como será visto em seguida. Neste nível, as unidades linguísticas já significam alguma coisa unicamente pelo fato de existirem determinadas relações e não outras, ou alguma relação ao invés de nenhuma. É possível que o processo termine por aqui, como é o caso do poema dadaísta, que, para significar algo, tem que ser referido como dadaísta. A atribuição do termo dadaísta a um poema é um processo semântico-discursivo. Por intermédio dela, uma série aleatória de palavras passa a significar algo na realidade social unicamente pelas relações que o adjetivo permite estabelecer com o universo discursivo criado pela vanguarda artística. A significação estabelecida pelo poema, entretanto, não é capaz de transcender para os níveis seguintes, pois ele não pode ser integrado ao sistema da língua.

O nível seguinte, o lexical, já pertence à ordem do sistema da língua, apesar de, em um uso efetivo da linguagem, ele estar condicionado pelo nível primário. Um entendimento possível para o nível lexical diz que ele é formado por cristalizações do nível enunciativo ao longo da história de uma palavra. A cristalização de determinados sentidos em uma palavra possibilita uma base semântica que se integra ao sistema da língua e permite que falantes dotados de posicionamentos ideológicos diversos utilizem as mesmas palavras com relativa uniformidade (ainda que esta utilização nunca esteja livre de ruídos). Essa base comum não impede que novas apropriações ideológicas interfiram nas possibilidades semânticas das palavras. É neste momento em que se pode dizer que nem sempre as palavras significam a mesma coisa para pessoas dotadas de posicionamentos ideológicos diversos. Estas apropriações ideológicas, realizadas pela estrutura enunciativa que compõe as formações discursivas, acumulam-se ao longo do tempo produzindo novas cristalizações, o que confere a cada termo da língua uma história. É por isso que uma palavra como *trabalho*, que deriva da palavra latina *tripalium*<sup>29</sup>, pode deixar a aura negativa que possuía em uma sociedade escravocrata e passar a ter, numa sociedade burguesa, uma aura positiva. Os níveis primário e secundário se constroem na medida em que um estabelece um horizonte de efetivação para o outro. Este intercondicionamento entre os dois níveis semânticos é o que permite o reconhecimento, por parte de todos os que refletiram sobre o discurso, da dualidade radical na qual a linguagem encontra-se inserida (cf. MAINGUENEAU 1997, p.12), composta pelos embates sociais e subjetivos e pela natureza formal do sistema da língua.

O próximo nível, o sintático, também é determinado por esta dualidade radical. Por um lado, ele depende de regras de estruturação que são da ordem do sistema da língua, mas nem todas as possibilidades sintáticas previstas pelo sistema são efetivadas, e nem poderiam ser, já que determinações provenientes da conjuntura histórica bloqueiam determinadas produções de sentido ao mesmo tempo em que favorecem outras. As possibilidades previstas pelo sistema da língua são infinitas, mas as frases efetivamente produzidas são

---

<sup>29</sup> A palavra *tripalium* (três paus) fazia, inicialmente, referência a um instrumento de tortura. Desse modo, a ideia de trabalho estava associada à ideia de sofrimento e punição, entendimento que se perdeu nos dias atuais.

finitas (apesar de na prática não ser possível contá-las). Isto acontece porque a ocorrência de uma sintaxe depende de uma conjuntura discursiva. Para que uma frase seja de fato realizada, ela deve enunciar algo, e isto a coloca em uma situação de dependência das conjunturas nas quais os discursos interferem no sistema da língua. Esta é a causa para que certas frases sejam consideradas aceitáveis e outras absurdas, algumas esperáveis e outras surpreendentes. O índice de aceitabilidade de uma frase depende da conjuntura discursiva na qual ela se integra, é por isso que elas não dependem unicamente do sistema da língua, mas também do estado do interdiscurso. Uma frase como *A América deve ser livre na sua poesia como no seu governo* é bem mais aceitável e esperável no início do século XIX do que nos dias de hoje. Ainda que a frase não transgrida as normas sintáticas e carregue certo sentido, enunciada nos dias de hoje ela seria bem menos significativa do que foi no passado, a menos que se consiga estabelecer correlações enunciativas que potencialize sua relevância social. Percebe-se, portanto, que também no nível sintático a dimensão semântica da língua encontra-se condicionada pela conjuntura interdiscursiva, mas isto não elimina a necessidade de se manter as normas previstas pelo sistema da língua.

Pêcheux não discorre abertamente sobre a ideia de um nível enunciativo, apesar de suas afirmações, como já foi demonstrado anteriormente, permitirem que se faça ilações sobre este ponto. Deste modo, Pêcheux não pode conceber a semântica como desdobrada em níveis, seu entendimento sobre a questão do significado é um tanto radical e impreciso. Ele afirma que as determinações ideológicas incidem diretamente sobre o sentido das palavras, de modo que para ele não existe a literalidade do sentido lexical, apenas o seu uso discursivo tal como preconizado pelas formações discursivas. Ao se chegar ao entendimento do processo semântico como desenvolvido em um desdobramento nivelado, e da língua como inscrita em uma dualidade radical, não se pode conceber as determinações ideológico-discursivas como determinantes diretos e totais do significado das palavras e das frases. Apesar das condições ideológicas e discursivas poderem interferir no modo como o sentido de uma palavra evolui, sua influência, na maior parte das vezes, reduz-se ao nível enunciativo apontado por Foucault (mas não que isto seja pouca coisa). Uma palavra utilizada em discursos distintos não

necessariamente receberá significados diversos, mas certamente produzirá implicações distintas, tanto por intermédio de efeitos de encaixe como por efeitos de articulação. Tais implicações certamente determinam modos distintos de utilização dos significados, mas isso não precisa ser entendido como uma transformação do sentido literal da palavra. Uma palavra como, por exemplo, greve, pode ser entendida de formas distintas, mas tais formas não precisam atingir a integridade semântica presente e constatável no nível lexical. Um discurso X pode entender a greve como uma reivindicação coerente, ao passo que o discurso Y pode entendê-la como uma baderna injustificada, mas, sobre tais divergências, há certa unidade semântica que parece ser mais da ordem do sistema da língua, que conserva certa autonomia em relação aos efeitos discursivos e que justamente possibilita que as mesmas palavras sejam disputadas por discursividades distintas. Uma única palavra pode, segundo utilizações discursivas diversas, produzir diferentes evidências, referir-se a diferentes objetos, mas isto não implica necessariamente uma alteração do valor que a palavra possui dentro do sistema da língua, isso seria confundir o sentido lexical de uma palavra com as evidências produzidas pela sua utilização ou com os objetos referidos dentro de uma inscrição discursiva. Deste modo, é necessário diferenciar evidência, objeto e sentido lexical. Este último depende de sua posição dentro do sistema da língua, ao passo que as evidências e os objetos são construídos mediante a interação entre o valor de uma palavra e sua inscrição enunciativa.

Voltemos ao contexto das guerras da Independência ocorridas na década de 1820. Simplificando os posicionamentos ideológicos do período, pode-se dizer que dois seriam os mais importantes naquele momento: a) os partidários da continuidade da unificação entre Brasil e Portugal; b) os partidários da Independência do Brasil. Pelos panfletos, pode-se notar que ambas formações ideológicas utilizaram a palavra *liberdade* para colocar seus pontos de vista, mas o uso que cada formação discursiva faz do termo produz referências a objetos diferentes assim como constrói evidências distintas. Para os partidários da unificação, liberdade tinha como objeto a insubordinação aos desmandos de Dom João VI e a manutenção da ligação do Brasil com Portugal segundo a constituição produzida em Lisboa. Para os partidários da Independência, a palavra referia-se à separação com Portugal e a conquista da

autonomia política. Estes sentidos ocorrem no plano enunciativo. São estas as evidências segundo os usos feitos do termo em função de correlações com outros enunciados que significam a realidade nacional de uma determinada forma e não de outra. Isto, entretanto, não elimina a possibilidade de existência de um plano semântico comum para o termo, que poderia ser colocado como “independência da nação”. Esta ideia poderia ser considerada o fundo comum semântico situado no nível lexical a partir do qual as evidências são produzidas (por meio dos encaixes verticais). Segundo um posicionamento, era ‘evidente’ que a independência da nação dependia da obediência à constituição portuguesa; segundo outro, a independência da nação passava pela ideia de autonomia política. Aquilo que pode ser chamado de evidência deve ser considerado justamente como a ligação de um sentido lexical a uma referência. Um mesmo sentido lexical pode fazer referências a objetos distintos produzindo, assim, evidências divergentes. Sob o fundo comum de um sentido de uma palavra coisas distintas podem ser significadas.

A análise dos exemplos que o próprio Pêcheux utiliza também pode ser esclarecedora. Para explicar o efeito de articulação de enunciados, ele utiliza a frase, extraída de Frege: “Napoleão, que reconheceu o perigo para o seu flanco direito, comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga”. Nesta frase, há um pensamento principal (Napoleão comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga) articulado a um pensamento secundário (Napoleão reconheceu o perigo para o seu flanco direito). Dentro de formações discursivas diversas, tal articulação pode ser desenvolvida de modos distintos. Pêcheux (2009, p. 104) aponta a possibilidade dela ser pensada de maneira contingente, caso em que estaríamos em uma pura narrativa descritiva, como também a possibilidade de uma interpretação necessária, inserida no campo da análise das motivações. As duas possibilidades evocam associações e utilizações diversas dos termos (a interpretação contingente evita ilações, ao passo que a necessária elabora uma ideia de responsabilidade da liderança militar diante de situações adversas), mas isso não pode levar à afirmação de que a dimensão semântica do léxico sofreu interferências consideráveis. As diferentes evidências produzidas são estabelecidas sobre o pano de fundo relativamente estável de um significado lexical.

O segundo equacionamento nas teorias de Foucault e Pêcheux diz respeito à forma não-causal e puramente descritiva da reflexão de Foucault. A atitude descritiva, visivelmente auto-imposta, de Foucault certamente lhe serviu como forma de escapar dos reducionismos inerentes ao causalismo da atitude ideologista. Segundo Maingueneau (2008, p.161), a atitude causalista se caracteriza pela busca de uma relação imediata entre os discursos e a realidade social e histórica. Para isto, ela favorece o tratamento de textos que induzam uma abordagem testemunhal e documentalista, como os discursos políticos ou memorialistas. A atitude ideologista encontra-se submetida a uma série de riscos, como, por exemplo, os reducionismos apresentados por determinadas teorias marxistas, como as de Lucien Goldmann (1967), que buscava enxergar a superestrutura como um reflexo da infraestrutura. Os discursos, uma vez que são elementos presentes na superestrutura, seriam, segundo tal raciocínio, reflexos e documentos das condições materiais de existência: a atitude ideologista se dirigiria aos discursos como uma forma de analisar os processos existentes na infraestrutura na qual uma sociedade se encontra. Esta abordagem impede o desvelamento dos discursos e de seus processos como inseridos dentro de uma ordem própria, dentro de sua autonomia parcial em relação aos processos sociais presentes em outras esferas da realidade. Outro problema relacionado é a dificuldade que tal abordagem possui para analisar textos abstratos, i.e.: textos que não possuem uma ligação imediata e evidente com a realidade social contemporânea ao seu surgimento, como é o caso de alguns discursos artísticos (cf.: MAINGUENEAU 2008, p.161).

Neste aspecto, a teoria de Pêcheux é diametralmente oposta à de Foucault. Como já foi apontado acima, Pêcheux buscou na ideologia e nas formações ideológicas os fundamentos causais para os processos discursivos. Mesmo que a referida recusa em considerar a relação entre os discursos e as formações ideológicas como sendo de pura correspondência, a não elaboração de uma descrição dos modos de intrincação entre as instâncias ideológicas e discursivas faz com que sua teoria acabe por depender de um entendimento dos discursos como reflexos das formações ideológicas. A maneira como ele descreve o processo de encaixe do pré-construído nos elementos do intradiscurso também é um indício de que ele incorre em alguns reducionismos

comumente atrelados à atitude ideologista. Em sua teoria, o nível discursivo encontra-se completamente saturado ideologicamente. Isso pode ser constatado quando ele afirma que é a ideologia que fornece as evidências determinantes dos sentidos das palavras. Acrescida tal concepção à ideia de não-existência de sentido literal das palavras, restam apenas as evidências ideológicas como determinantes do nível semântico da língua. A teoria de Pêcheux, portanto, trabalha no sentido de conferir onipotência semântica à dimensão ideológica. Isso, em grande parte, é devido ao caráter ideológico de seu próprio discurso. Pêcheux, desde os seus primeiros escritos, procurou elaborar a disciplina Análise do Discurso não somente imbuído de uma preocupação especulativa, mas também, e talvez sobretudo, de um desejo de construir uma teoria que fosse uma forma de participação da atividade política. A teoria do discurso que pode ser depreendida de seus escritos, portanto, não somente possui um caráter reflexivo, ela também foi pensada como uma espécie de arma intelectual. Isso fica evidente nas próprias declarações de Pêcheux, assim como na profusão de termos pejorativos (mascaramento, esquecimento, assujeitamento, dissimulação, etc.) que são utilizados para descrever os processos discursivos, sobretudo os pertencentes a uma orientação idealista. Dessa forma, realizar análise do discurso segundo seus termos seria uma forma de criticar a ideologia burguesa mediante a desmitificação das fantasias metafísicas presentes na língua.

Um dos problemas do caráter ideológico da análise do discurso pechetiana é a concepção de determinadas orientações ideológicas como falseadoras do real e outras como desveladoras (i.e.: o materialismo histórico). Neste ponto, cabe a observação de Slavoj Žižek (1996, p.09): “quando um processo é denunciado como ‘ideológico por excelência’, pode-se ter certeza de que seu inverso é não menos ideológico”. A dimensão discursiva deve ser entendida como uma modalidade de apreensão do real, uma forma de seu desvelamento, seu caráter ideológico deve ser entendido como uma condição necessária, e não como uma mistificação da realidade social (ou, caso opte-se por um entendimento do discurso como mistificação, não se poderá reconhecer a possibilidade de um discurso não mistificador). Entretanto, ao ressaltar a importância da ideologia, Pêcheux acabou por construir uma teoria que possui o mérito de atentar em como esta instância encontra-se atrelada aos processos

discursivos. Quando Foucault recusa-se a buscar as causas para os processos discursivos, é estabelecido um limite à sua teoria que se torna responsável por novos reducionismos.

Um exemplo de tais reducionismos pode ser visto no modo como ele analisa a condição material dos enunciados. Além do conjunto de domínios, da função sujeito, e do domínio associado, Foucault identifica a existência material como o quarto elemento condicionante da função enunciativa. A condição material de um enunciado não pode ser considerada apenas como o seu mero suporte, ou como um suplemento, ela deve ser entendida como constitutiva do enunciado. A materialidade, entretanto, torna-se relevante não devido a suas propriedades físicas, mas sim devido a um status institucional a ela associada. Foucault (1987) pede que comparemos uma mesma frase proferida em uma conversa e escrita em um romance. Elas produzirão enunciados distintos, não somente devido ao jogo de correlações que os enunciados estabelecem entre si, mas também em função do status institucional associado às diversas materialidades discursivas. É possível produzir um mesmo enunciado em materialidades distintas, mas também é igualmente possível que o status institucional de certas materialidades interfira no nível enunciativo de uma estrutura semiótica. O que não é dito nesta reflexão é de onde viria o status institucional das materialidades discursivas. Isso somente pode ser feito recorrendo-se às instâncias ideológicas. Outro exemplo de interferência ideológica do plano discursivo pode ser verificado na análise que Luiz Costa Lima (1988) realiza do discurso ficcional no período iluminista. A força da ideologia cristã fez com que a ficcionalidade dos discursos literários fosse vista com desconfiança, o que resultou na elaboração de um entendimento da literatura como falseamento do real. Isso indica que as forças ideológicas interferem no modo como os discursos, assim como seus aspectos relacionados (a materialidade, o conjunto de domínios, o discurso transversal etc.), funcionam e se comportam uns em relação aos outros. Como se verá mais adiante, as formações discursivas se constituem a partir das relações que diferentes discursividades estabelecem umas com as outras. Tais conexões não ocorrem de forma aleatória, elas encontram-se sujeitas a determinações de ordem ideológicas.

Desse modo, pode-se concluir que as ideologias e as formações ideológicas são elementos importantes na determinação das dinâmicas discursivas. Não se pode deduzir disso, porém, que as ideologias sejam os únicos elementos determinantes da dimensão semântica da língua. A atuação da instância ideológica encontra-se atrelada à dinâmica interdiscursiva existente entre as formações discursivas, de modo que tanto o interdiscurso se desenvolve a partir da conjuntura proporcionada pelas formações ideológicas, como tais formações somente podem existir da maneira que são em função da conjuntura interdiscursiva presente em uma determinada formação social.

### 2.3. POSICIONAMENTO E DIRECIONAMENTO DOS ENUNCIADOS

Apesar de a teoria do discurso partir do conceito de enunciado, a reflexão desenvolvida por ela não se resume ao nível enunciativo ou pretende nele terminar. A investigação da dimensão discursiva da linguagem atravessa os três níveis nos quais ela se desenvolve: o enunciativo, o discursivo e o interdiscursivo.

A postulação do nível enunciativo é uma consequência da constatação da existência de um nível superior de elaboração semântica, formado pelas chamadas formações discursivas. Michel Foucault, cunhador do termo, define uma formação discursiva como um *sistema de formação* que rege um agrupamento de enunciados dotados de uma mesma condição de existência (cf.: FOUCAULT 1987, p.135). Um sistema de formação, diz ele, é constituído por regras que estruturam as correlações enunciativas. Deste modo, as formações discursivas devem ser entendidas como um domínio no qual os enunciados se constituem e funcionam mediante as relações que eles estabelecem entre si segundo um mesmo conjunto de procedimentos. A definição do modo de ser das formações discursivas, portanto, depende da descrição dos procedimentos responsáveis pelo estabelecimento de um regime enunciativo. A descrição de uma formação discursiva específica, por sua vez,

está ligada à análise tanto do caráter dos enunciados que a compõem quanto dos procedimentos praticados dentro de sua dinâmica. Entretanto, como os procedimentos e os enunciados empregados por uma formação discursiva nunca são completamente autônomos em relação aos processos e enunciados realizados em outros domínios de regime enunciativo, a descrição das formações discursivas, seja ela ôntica ou ontológica, necessita da consideração do nível seguinte: o nível interdiscursivo.

Uma vez que o nível enunciativo é o princípio da atividade do dizer, as formações discursivas atuam como reguladoras das possibilidades semânticas efetivas. Se, na dimensão formal, as regras do dizer possível de uma língua são universais e reguladas pelo sistema da língua, na dimensão discursiva as regras do dizer efetivo são relativas e reguladas pelas formações discursivas. A partir de um reconhecimento semelhante, Pêcheux afirma que as formações discursivas determinam o sentido das unidades semióticas da língua, que “as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas” (PÊCHEUX 2009, p.147). O problema desta definição de Pêcheux, como já foi comentado anteriormente, deve-se à não diferenciação do plano de estruturação semântica situado na dimensão sistêmica da língua daquele presente na dimensão discursiva. Ainda assim, a definição de Pêcheux se harmoniza com a apresentada por Foucault em alguns aspectos. Assim como Foucault percebeu que a unidade das formações discursivas reside no jogo de correlações enunciativas que nelas se organizam, Pêcheux também reconhece que as relações entre palavras e expressões situadas no interior de uma formação discursiva constituem a origem da regulamentação semântica operada no nível das formações discursivas, de modo que ele define o processo discursivo como “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc. que funcionam entre elementos linguísticos – significantes – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX 2009, p.148). Mas, se ambos concordam sobre o papel das correlações enunciativas para a configuração da estrutura de uma formação discursiva, discordam, entretanto, do elemento que atuaria na regência de tais correlações. Foucault várias vezes faz referência às regras que atuam como princípio regulador no interior das formações discursivas, porém não explicita detalhadamente como tais regras se produzem e funcionam. Pêcheux atribui a

regulamentação do jogo enunciativo às determinações ideológicas que incidem sobre o discurso mediante o papel das formações ideológicas, porém vimos mais acima que o condicionamento ideológico dos discursos é um processo mais complexo do que o que a teoria de Pêcheux nos leva a supor. Deste modo, ainda é necessário ampliar o entendimento que se pode ter da forma como os enunciados estabelecem as suas correlações.

Uma maneira de se entender o termo formações discursivas é pensá-lo como um elemento responsável pela referência tanto a um posicionamento de um enunciado dentro do universo discursivo, o interdiscurso, como a um modo dos enunciados estabelecerem condicionamentos recíprocos. Dentro de uma formação discursiva, as unidades linguísticas se comportam de uma maneira singular, a depender da natureza dessa formação. Um aspecto desta natureza a ser pensado diz respeito ao modo como as formações discursivas distribuem os enunciados que a compõem dentro de seu regime enunciativo. Ao se afirmar que um enunciado pertence a uma formação discursiva específica – e depois de se verificar a funcionalidade que ele possui dentro do processo discursivo que ali se desenvolve – pode-se dividir os enunciados estruturantes de uma formação em *centrais* e *periféricos*. Os enunciados centrais constituem o coração de um processo discursivo, eles normalmente o iniciam e desse modo estabelecem relações de proximidade com quase todos os enunciados situados dentro de uma formação discursiva. Esses enunciados também são os mais importantes para a caracterização e a saúde de um discurso. Nenhum deles pode ser adulterado sem que isso implique uma transformação decisiva no processo de uma formação discursiva, podendo, inclusive, causar o seu desaparecimento.

Consideremos uma formulação presente no texto de Denis: “le Brésil éprouve déjà le besoin d’aller puiser ses inspirations poétiques à une source qui lui appartienne véritablement ; et dans sa gloire naissante, ils nous donnera bientôt les chefs-d’oeuvre de ce premier enthousiasme qui atteste la jeunesse d’un peuple”<sup>30</sup> (DENIS 1822, p.515). Desta passagem, podemos extrair dois enunciados: A) *O Brasil deve ter uma literatura nacional*; B) *O Brasil é uma*

---

<sup>30</sup> O Brasil já experimenta a necessidade beber suas inspirações poéticas de uma fonte que lhe pertença verdadeiramente; e em sua glória nascente, ele logo nos dará as obras primas deste primeiro entusiasmo que atesta a juventude de um povo.

*nação jovem*. Eles estão articulados por efeitos de articulação lateral do tipo  $B \rightarrow A$  ( $B$  implica  $A$ ). Esta implicação produz uma sustentação para o dizer presente em  $A$ . A ideia de juventude nacional explica a incipiência de nossa cultura, mas também abre a perspectiva para um futuro diferente (assim como os jovens, as nações que então despontavam ainda tinham diante de si toda a sua história pela frente). Ambos enunciados foram repetidos em formulações diversas de vários críticos literários, mas isto não significa que os dois sejam igualmente relevantes. O que é importante é o efeito discursivo (neste caso, a sustentação do dizer presente em  $A$ ), e para que ele ocorra os enunciados devem ter posicionamentos distintos no espaço do discurso crítico romântico. A demanda semântica que este discurso pretendia responder não dizia respeito a uma suposta juventude ou velhice da nação brasileira, mas antes pretendia mobilizar os autores nacionais a assumirem um determinado projeto literário. Por isto, pode-se dizer que o enunciado  $A$  encontra-se mais próximo do núcleo discursivo do que o enunciado  $B$ . Caso este fosse questionado e esquecido, isto não necessariamente desbarataria o discurso crítico romântico. Talvez ele precisasse buscar novos fundamentos, mas não desapareceria necessariamente. O mesmo não se pode dizer do enunciado  $A$ . Sua existência é mais fundamental para a continuidade do processo discursivo em questão, por isso podemos considerá-lo como pertencente ao núcleo discursivo do discurso da crítica romântica.

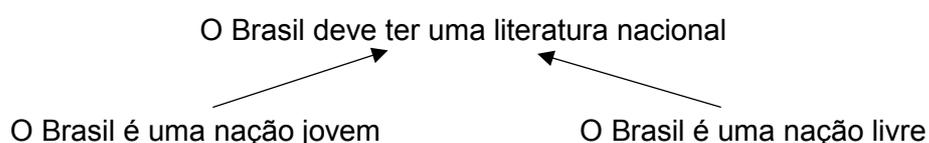
Outros exemplos aparecem caso se comparem os enunciados referentes à construção de uma ideia de literatura enquanto determinada por elementos naturais e nacionais. Pertencentes ao núcleo há os enunciados que associam a literatura a elementos da paisagem natural e das condições climáticas do território, assim como a características antropológicas da população. Mais afastados deste núcleo há os enunciados que determinam e descrevem estes elementos. As descrições do índio como um ser melancólico e do negro como um ser imaginativo são periféricas em relação aos enunciados que informam o condicionamento da instância literária à instância racial. O mesmo pode-se dizer a partir da comparação dos enunciados que descrevem o clima brasileiro em relação aos que promovem o condicionamento da literatura à realidade climática das diferentes regiões. Esta diferença de posicionamento explica a dinâmica do regime enunciativo ao longo da história

de um discurso. Os enunciados periféricos tendem a ser mais instáveis em relação aos centrais. Ao longo do discurso crítico praticado durante o século XIX, a caracterização das diferentes raças que compõem a população brasileira modificou-se, mas a ideia de que a literatura é uma consequência da realidade antropológica de uma nação não foi alterada. O mesmo pode-se dizer em relação à caracterização do clima e ao condicionamento existente entre a literatura e a realidade climática de um país.

Os enunciados periféricos derivam dos enunciados centrais por meio de efeitos de discurso transversos a fim de satisfazer determinadas necessidades pontuais de um processo discursivo (como a sustentação de um dizer). O surgimento de enunciados em um núcleo discursivo automaticamente produz a necessidade de novos enunciados que promovam a sustentação deste núcleo. Não se pode dizer que a literatura é determinada pela natureza de um país sem se responder a como a realidade americana configura um caráter específico para a literatura brasileira. Atribuir a um enunciado um pertencimento a uma determinada formação discursiva abre a possibilidade de situá-lo dentro do lócus discursivo criado por um discurso e, uma vez que as formações discursivas adquirem seu modo de ser a partir de um posicionamento em relação às outras formações discursivas, a atribuição de um lócus a um enunciado dentro de uma formação implica necessariamente sua localização dentro da totalidade do universo discursivo.

Como já pôde ser percebido, atribuir uma localização dentro de uma formação discursiva a um enunciado também implica a possibilidade de se estabelecer modos de inter-relacionamento e intercondicionamento com os outros enunciados situados no mesmo processo discursivo. Ao se relacionar com outros enunciados, um enunciado recebe uma orientação específica que o leva a trabalhar no sentido de estabelecimento de uma coesão ao processo. Considerando a possibilidade de dividir tais enunciados em centrais e periféricos, tal coesão pode ser pensada como uma força centrípeta, i.e.: voltada para o centro, pois os enunciados levados por uma mesma orientação voltam-se uns aos outros a fim de construir uma sustentação mútua que garanta a legitimidade dos enunciados nucleares. Enquanto estes continuarem válidos dentro de uma realidade social, os enunciados periféricos continuarão a ter circulação dentro do interdiscurso. É o que ocorre entre os enunciados A e

*B* analisados logo acima. Mas é certo que esta força não envolve apenas dois enunciados, mas antes se espalham por outros cuja função é repetir o mesmo efeito a partir de legitimações de outras ordens. Se a ideia de juventude sustenta a ideia de que é necessário conferir um aspecto nacional à literatura produzida no Brasil a partir de uma metáfora biológica, o mesmo efeito se repete com a ideia de liberdade. Assim, o Brasil deveria ter uma literatura nacional não somente porque é uma nação jovem, mas também porque é uma nação livre:



Para o discurso da crítica romântica, os enunciados que caracterizam o Brasil como uma nação jovem e livre são periféricos em relação ao que indica a necessidade do país possuir uma literatura nacional. Apesar da diferença entre eles, ambos cumprem a mesma função de sustentação de um enunciado central, cuja saúde é fundamental para manutenção da coerência de um discurso. Este processo de sustentação impede que uma formação discursiva tenha sua rede de implícitos desbaratada por processos discursivos concorrentes. Entretanto, pensar as relações entre enunciados existentes no interior de uma formação discursiva apenas como construídas por uma orientação centrípeta nos levaria a pensar os discursos como entes essenciais, autossuficientes, e este entendimento, que, aliás, foi predominante no início da constituição da teoria do discurso nos anos 60, ignora os efeitos da conjuntura interdiscursiva na qual toda formação discursiva produz seus processos discursivos.

É necessário ter em mente que ao lado do discurso da crítica romântica surgiram outras formações discursivas que também pretendiam recobrir o mesmo campo semântico com representações distintas. Este é o caso dos já referidos discursos críticos antirromânticos praticados por José da Gama e Castro e Abreu e Lima. Ambos discursos pretendiam apropriar-se da literatura produzida no Brasil e tentar caracterizá-la como pertencente à nacionalidade

portuguesa. Diante desta disputa simbólica, era necessário que cada formação produzisse enunciados que protegessem seus enunciados das representações concorrentes. Uma das questões que deveriam ser resolvidas dizia respeito ao fundamento responsável pela classificação das literaturas. A crítica romântica brasileira é construída sobre a ideia de que uma literatura representa o caráter de uma nação, o espírito nacional. Este pode ser considerado como mais um enunciado situado no coração do discurso da crítica romântica.

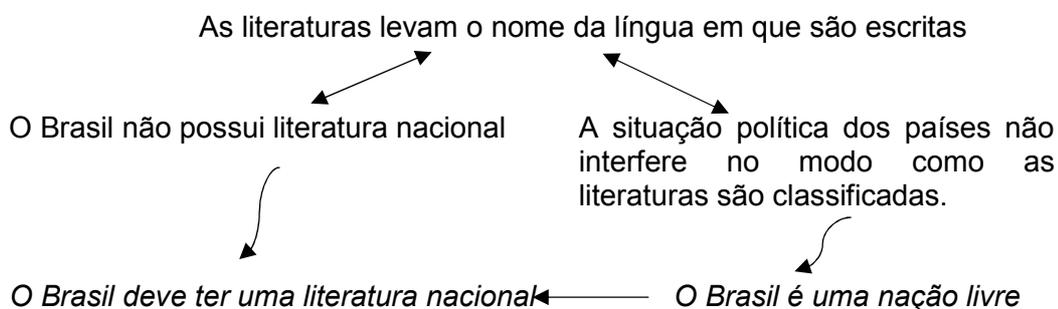
Entretanto, esta posição não era um consenso durante o século XIX. Em um artigo escrito para o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro em 1842, Gama e Castro inicia uma polêmica depois que elenca alguns inventos realizados por portugueses. O problema começa quando ele resolve incluir no seu rol de inventores Bartolomeu Lourenço de Gusmão, inventor de certos dispositivos náuticos e aerostáticos. Acontece que Bartolomeu nasceu na então vila de Santos, fato que foi lembrado numa resposta ao artigo assinada apenas por um pseudônimo “um Brasileiro”. Diante do fato, os dispositivos inventados por Bartolomeu Gusmão não poderiam ser considerados portugueses, mas brasileiros. O autor da resposta então leva sua argumentação para o campo literário, afirmando que as obras de Cláudio Manoel da Costa e de Fr. Francisco de S. Carlos não poderiam ser consideradas como pertencentes à literatura portuguesa, mas à literatura brasileira. Esta provocação leva Gama e Castro a expor seu pensamento em relação à caracterização da literatura produzida no Brasil:

Fala-se de literatura brasileira por hábito, por vício, talvez por excesso de patriotismo; mas a verdade é que, em todo o rigor da palavra, literatura brasileira é uma entidade que não só não tem existência real, mas que até não pode ter existência possível. (...) A literatura não toma o nome da terra, toma o nome da língua: sempre foi desde o princípio do mundo, e sempre há de ser enquanto ele durar. (GAMA E CASTRO 1978, p.124)

Assim, ao lado da tese que considera a literatura a expressão de um sentimento nacional, há também a tese de que a literatura se caracteriza pela língua na qual ela é escrita. Diante disso, o enunciado *Não há literatura*

*brasileira* surge na periferia deste discurso a fim de proteger a ideia central deste processo discursivo mediante a deslegitimação de dizeres concorrentes. Mais adiante em sua resposta, ele afirma que a situação política de um país não interfere no modo como se deve entender a literatura ali produzida: “Deus nos livre que a literatura fosse mudando de nome com a dependência ou a independência dos povos a que ela se refere.” (GAMA E CASTRO 1978, p.125). Esta afirmação não se endereça a um enunciado específico, mas incide diretamente sobre uma articulação que se apresenta como um importante ponto de sustentação do discurso romântico, uma vez que ele, como visto logo acima, sustentava a ideia de literatura nacional também em função da condição de país independente de Portugal. Estes dois enunciados produzem um tipo especial de efeito de sustentação, pois eles se dirigem não apenas aos enunciados centrais de seu próprio discurso, mas também se voltam para enunciados presentes em uma formação discursiva concorrente que disputa o mesmo espaço semântico. O esquema abaixo procura representar estes efeitos discursivos. Na parte superior e no nível médio estão os enunciados presentes no texto de Gama e Castro. Na parte inferior e em itálico estão dois enunciados pertencentes à crítica literária romântica. As setas duplas indicam um efeito de sustentação mútua; as setas simples indicam um efeito de implicação simples; as setas curvas indicam uma implicação deslegitimadora de um processo discursivo concorrente.

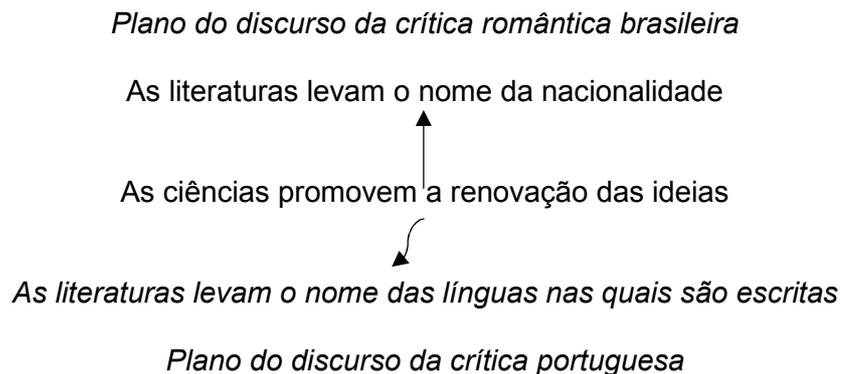
*Plano do discurso da crítica portuguesa*



*Plano do discurso da crítica literária romântica brasileira*

No outro lado da questão, um processo semelhante de tentativa de desbaratamento de dizeres concorrentes também é executado, pois a ideia de que a literatura leva o nome da língua na qual ela é escrita é incompatível com as formações de sentido presentes no discurso crítico romântico. Assim, cria-se uma situação na qual os discursos que disputam hegemonia na tentativa de recobrimento de um campo semântico buscam constantemente ressignificar aquilo que é dito no discurso concorrente. No caso do discurso professado por Gama e Castro, aqueles que falam em literatura brasileira o fazem por uma incapacidade de perceber devidamente a realidade das coisas. Os termos negativos utilizados por ele (*hábito, vício, excesso de patriotismo*) são formas de se representar negativamente os dizeres concorrentes. Em resposta a Gama e Castro, Santiago Nunes Riberio escreve um artigo para a *Minerva Brasiliense* no qual ele defende a tese de que no Brasil existe uma literatura autônoma.

Nunes Ribeiro praticamente repete os argumentos que já apareciam no *Resumé* e que foi levado adiante por Gonçalves de Magalhães. Ele afirma que as literaturas assumem a feição do espírito nacional de cada povo, que se diferenciariam entre si devido às condições climáticas e naturais. Dessa forma, pode-se dizer que suas teses partem do esquema argumentativo pertencente ao processo discursivo da crítica literária romântica. Ao comentar a tese de Gama e Castro, ele afirma que seu pressuposto não é inquestionável e que a divisão das literaturas por meio do critério linguístico seria menos filosófica do que a que utilizaria o princípio do espírito nacional. Esta curiosa gradação do nível filosófico de cada posição configura-se como uma forma sutil de afirmar que a posição contrária à sua é menos verdadeira. Esta afirmação já vinha sendo preparada por uma argumentação prévia. O artigo é iniciado com um comentário sobre os avanços da ciência e a evolução das ideias, e sobre como estas transformações provocam a substituição de antigas teorias “por outras mais brilhantes ou mais sólidas” (RIBEIRO 1980, p.43). Dessa forma, cria-se um enunciado periférico relativo à transformação das ideias por onde fica sugerido que o critério nacional seria um fundamento mais verdadeiro para a divisão das literaturas do que o critério linguístico. O esquema abaixo segue os mesmos princípios organizadores do esquema anterior.



Outro argumento que enfraquecia a postulação de uma literatura brasileira dizia respeito ao estilo empregado pelos poetas coloniais, sobretudo pelos líricos árcades. Desde o *Bosquejo* de Garrett e do *Resumé* de Denis que Gonzaga e Manuel da Costa foram reprimidos por sua utilização da mitologia grega quando deveriam ter empregado uma inspiração americana. Por conta disso, a literatura produzida no Brasil não poderia ser considerada nacional, mas uma literatura imitativa que repetia a literatura que era produzida em Portugal. Nunes Ribeiro não contra argumenta este juízo, mas justifica o estilo dos poetas árcades em função da época em que eles compuseram suas obras.

A poesia brasileira da época anterior à independência foi o que devia ser: Porventura poderia ela ser a expressão das ideias e sentimentos de outros tempos? Se ela falasse a linguagem do sentimentalismo e do lirismo da Alemanha, ou a do descritivismo da escola do lago, poderia ser compreendida? Mas que dizemos? Quem lhe houvera ensinado essa linguagem? Ninguém pode sentir inspirações completamente estranhas ao seu tempo. (RIBEIRO 1980 p.51)

Uma formulação como esta por um lado reforça a sustentação da ideia de literatura brasileira por meio da ideia de liberdade do Brasil, e por outro também resolve a crítica em relação ao caráter imitativo da literatura produzida no Brasil e à falta de nacionalidade dos poetas árcades. Desta forma, enunciados do tipo: *o critério linguístico na divisão das literaturas é pouco filosófico* ou *cada poeta se expressa conforme as inspirações de seu tempo*

situam-se na periferia de um processo discursivo e possuem uma orientação voltada para a exterioridade de um discurso a fim de manter a sua coerência interna. As formações discursivas, portanto, não dependem apenas dos enunciados que compõem a sua estrutura interna, mas também daqueles que permitem que o discurso do qual ele faz parte tenha uma inserção eficaz no interdiscurso. Assim, pode-se dizer que a coesão de uma formação discursiva deve ser pensada não apenas como o resultado de uma força centrípeta, mas também de uma força centrífuga, pois os enunciados que compõem seu processo discursivo devem também se voltar para enunciados situados em outros processos discursivos concorrentes, tanto a fim de aumentar as possibilidades de sustentação de seus enunciados mediante a apropriação de processos discursivos mais maduros ou prestigiados, como a fim de afastar a possibilidade de desestruturação de seus efeitos de sustentação mediante o desbaratamento da coesão das formações discursivas que por algum motivo passaram a disputar seus objetos.

#### 2.4. O VALOR DOS DISCURSOS

Por ser uma entidade altamente derivativa e co-dependente, a existência e a natureza de um enunciado depende diretamente do jogo enunciativo no qual ele se inscreve, das relações estabelecidas com outros entes dotados de uma mesma configuração ontológica: um enunciado só é quando se relaciona. Deste modo, a condição de existência de um enunciado está ligada à natureza das relações que ele estabelece com outros enunciados situados em seu horizonte discursivo. As relações entre enunciados não se dão de maneira aleatória, uma série de fatores condicionantes regulam o seu funcionamento e dinâmica. A pluralidade de fatores implica uma diversidade de formas pelas quais as relações podem ocorrer. A forma de uma relação entre enunciados diz respeito ao que um enunciado faz com o outro mediante a relação estabelecida. Quando se relaciona, um enunciado pode ampliar ou reduzir a

atuação de outro enunciado; fortalecer ou remodelar a configuração de um objeto, promover identificação ou desidentificação, detalhar ou confundir um processo discursivo etc. No geral, pode-se dizer que as formas pelas quais as relações enunciativas podem ocorrer dividem-se em dois grupos: os estruturadores e os desestruturadores.

Estes dois grupos já podem ser visualizados nos esquemas apresentados anteriormente. As articulações da ideia de literatura nacional com as ideias de juventude e liberdade trabalham na configuração de um modelo nacionalista de literatura, confere fundamentos para a ideia de literatura brasileira, ao mesmo tempo em que amplia a atuação de um enunciado dotado originalmente de implicações políticas ao trazê-lo para o campo literário. Os enunciados cuja relações foram indicadas por setas vermelhas apresentam uma orientação desestruturadora de processos discursivos concorrentes, eles normalmente tentam desvirtuar ou deslegitimar os enunciados a que se dirigem mediante a introdução de processos discursivos estranhos a uma formação discursiva que promovem o desbaratamento de suas articulações originais.

A posição que um enunciado ocupa dentro de uma formação discursiva é o primeiro condicionamento às correlações enunciativas que ele pode estabelecer. A produção de sentidos ocorre inicialmente a partir de relações espaciais. Estes espaços, obviamente, não são geográficos, mas possuem natureza discursiva (o estudo da interferência da espacialidade geográfica na produção de sentido caberia à sociolinguística). Os espaços discursivos são criados pelas relações de proximidade e distância que um enunciado pode ter com outros. Em um primeiro momento, pode-se pensar que um enunciado – sendo um ente marcado por sua dependência constitutiva com as relações que ele pode estabelecer com outros enunciados – tem, diante de si, a possibilidade de se relacionar com todos os enunciados presentes no universo discursivo encontrável em uma formação social, i.e.: no interdiscurso. Entretanto, as relações efetivas se estabelecem quando o enunciado adquire um valor social. O valor filtra as relações virtuais que um enunciado poderia ter e autoriza algumas em detrimento da grande maioria das outras relações virtualmente possíveis. Neste momento, um horizonte discursivo é estabelecido para o enunciado, constituído por todos os enunciados passíveis de serem relacionados ao enunciado-referência. Tais enunciados são distribuídos em um

horizonte de modo que eles estejam situados mais ou menos perto do enunciado em questão. Como cada enunciado constitui uma situação discursiva específica, cada um deles possui seu próprio horizonte, pois é por ele que se pode determinar a sua unidade caracterizável, é como se o horizonte fosse uma espécie de DNA de um enunciado.

Estas relações espaciais também já podem ser visualizadas a partir das exposições precedentes. Devido ao fato da crítica romântica ter sido construída a partir de uma ideologia que buscava consolidar um projeto político para o país (o projeto imperial), seu discurso surge no bojo da ideologia nacionalista, o que faz com que seu nascimento seja contaminado por uma série de implicações políticas. Enunciados dotados de um caráter político terão grande facilidade de adentrar nos processos discursivos da crítica literária e serem aproveitados como dizeres legitimadores. É assim que se torna possível criar um efeito de implicação sustentadora entre os enunciados que diziam que o Brasil deve ter uma literatura nacional e que o Brasil era uma nação livre. As condições de produção do período dispuseram enunciados de caráter político no horizonte dos enunciados dotados de caráter literário. A proximidade entre enunciados dotados de tais valores será mantida ao longo de toda a crítica praticada durante o século XIX. O mesmo ocorre com os enunciados dotados de valor científico, sobretudo os oriundos da geografia, da antropologia e da biologia. É por eles que se elabora a ideia de diferenciação da produção literária nacional em relação à produção europeia e assim se desfaz a ideia de que tínhamos uma cultura de empréstimo. Esta configuração do horizonte discursivo para os enunciados literários fará com que o conceito de literatura brasileira seja fundamentado e legitimado tanto politicamente quanto cientificamente.

A necessária filiação de um enunciado a uma formação discursiva é fundamental na constituição de seu horizonte, pois é ela que determina quais enunciados estabelecerão com ele uma relação de proximidade ou distância. Isto faz com que a amplitude das formações discursivas que adentram no horizonte de um enunciado seja outro fator a ser considerado. O espaço semântico de uma formação discursiva (seu domínio de objetos) pode ser maior ou menor, a depender do valor social que ela possui em determinadas condições de produção. Por conta disso, as formações discursivas possuem

graus de abrangência variados e isto permite que uma parasite processos discursivos presentes em outras. Da forma como o discurso da crítica romântica estabeleceu seus fundamentos, seus enunciados estavam quase sempre muito próximos dos enunciados políticos e científicos, mas isto ocorre também devido à grande abrangência que os discursos originais destes enunciados possuíram durante o século retrasado. Não apenas o discurso que incidia sobre os objetos literários dependia deles, mas também o do direito, da história, da sociologia ...: praticamente todos os discursos utilizados pela camada intelectual do período transitava dentro de um conjunto de referências mais ou menos homogêneo. Assim, formações discursivas dotadas de um alto grau de amplitude não dirão respeito apenas aos enunciados que se formam dentro dela, mas também àqueles que se constituem à sua sombra a fim de produzir representações sobre os mais variados objetos de pensamento.

Um exemplo bastante evidente deste fenômeno pode ser encontrado no desempenho que os discursos religiosos apresentam em determinadas épocas ou sociedades. A depender das condições de produção nas quais um discurso religioso se produz, suas articulações acabam sendo utilizadas para produzir e legitimar uma série de objetos não pretendidos em um primeiro momento. Por outro lado, há aquelas formações discursivas que possuem um grau de jurisprudência bem mais limitado. É o caso do próprio discurso crítico, que muitas vezes ficou restrito a um número muito limitado de objetos (em grande parte dos casos, as formulações inscritas dentro do discurso da crítica literária oitocentista limitaram-se a deliberar sobre a possibilidade de existência de algo que pudesse ser chamado de literatura brasileira). No período de gestação de um processo discursivo, é de se esperar um limitado grau de abrangência, assim como a parasitação de outros processos discursivos. A fim de amadurecer e de consolidar sua hegemonia em um determinado espaço semântico, um discurso precisa apropriar-se de procedimentos e representações de formações discursivas mais estáveis e maduras.

À medida que um processo discursivo avança sobre domínios semânticos diversos, os enunciados centrais podem desdobrar-se em enunciados periféricos a fim de recobrir objetos não previstos inicialmente. É deste modo que representações sobre a evolução das espécies acabam modelando um entendimento sobre os textos literários. Mas este processo

pode ocorrer tanto para fortalecer um núcleo discursivo ainda incipiente quanto para enfraquecer o núcleo de um discurso concorrente. Enquanto os enunciados centrais garantem unidade e coerência a uma formação discursiva, controlando possíveis contradições e impedindo que seus enunciados derivem em direcionamentos diversos aos pretendidos por uma lógica interna (apesar de nunca haver garantia de que isto seja atingido de forma completa), os periféricos conferem certa versatilidade ante as vicissitudes da conjuntura discursiva na qual uma formação discursiva se encontra, impedindo que ela perca a capacidade de satisfazer as necessidades simbólicas dos sujeitos.

A ideia de espaços discursivos sugere que os enunciados encontram-se articulados dentro de um regime hierárquico e estratificado. Hierárquico porque as diversas formas pelas quais eles se relacionam implicam importâncias diferenciadas dentro do regime discursivo no qual eles atuam; estratificado porque a realidade social força-os a estarem constantemente se desdobrando de modo a abarcar o maior número possível de objetos situados em diferentes campos semânticos, pois a incapacidade de um discurso de se apropriar dos objetos que vão surgindo em virtude das vicissitudes sociais é uma das causas para o seu desaparecimento. Os desdobramentos estão vinculados à hierarquia discursiva, pois quanto mais privilegiada for a posição de um discurso e de um enunciado alocado em seu processo discursivo, maiores serão as possibilidades desse enunciado desdobrar-se em novos estratos semânticos. Na evolução da crítica literária brasileira, este fenômeno pode ser verificado no recrudescimento da argumentação de caráter científico. Diante das transformações operadas na sociedade brasileira ao longo do século XIX, o empenho em dotar o discurso da crítica com uma autoridade científica foi a forma de o modelo nacionalista de crítica literária conseguir manter o controle de seus objetos e impedir o seu desbaratamento.

O elemento chave na determinação da posição hierárquica dos enunciados é o valor no qual eles se inscrevem mediante a relação que lhes garante existência. Em uma determinada formação social, os enunciados possuem valores diversos condicionados pela sua inscrição discursiva (i.e.: pela formação discursiva a qual um enunciado pertence) e pela disposição dos fatores que estabelecem suas condições de produção – i.e.: os Aparelhos Ideológicos do Estado, as formações ideológicas, os grupos sociais e as

relações interdiscursivas disponíveis – uma vez que ela pode ser mais ou menos favorável a uma determinada formação discursiva. O valor, aliás, é a via por onde as determinações de ordem ideológica passam a interferir na conjuntura discursiva de uma sociedade, é por ele que a linguagem passa a ser sujeita aos embates sociais.

Quando se fala em valor enunciativo, não se utiliza o termo tal como Saussure o utilizou, entendendo-o como uma relação diferencial entre os elementos de um sistema. O valor, no nível enunciativo, diz respeito à percepção social que um enunciado possui, o modo como ele é assumido pelos grupos sociais que empregam, rejeitam ou mesmo são indiferentes aos discursos que os enunciados veiculam. Os diversos valores atribuíveis existem no universo interdiscursivo sob a forma de pré-construído e são ativados sempre que um enunciado é proferido. Os valores existentes atuam como reguladores do regime dos enunciados e sempre que uma função enunciativa incide sobre uma ordenação de signos ela vem atrelada ao valor que atuou como ensejador desta incidência. O valor, portanto, é atribuído inconscientemente pelos sujeitos do discurso por intermédio de um efeito de encaixe proporcionado por pré-construídos. Uma vez que um conjunto de encaixes é realizado numa disposição de signos, uma percepção sobre o enunciado que a atravessa é criada e deste modo a possibilidade de uma série de correlações enunciativas é liberada. O valor, portanto, é o princípio ordenador do horizonte de um enunciado, é ele que permite um enunciado ser percebido como pertencente a uma formação discursiva e não a outra.

No caso da crítica literária brasileira, dois valores foram fundamentais para a sua gênese e desenvolvimento: o valor nacionalista e o valor científico. Desde seu surgimento com Ferdinand Denis, a nacionalidade da literatura brasileira foi algo que se quis fundamentado objetivamente por meio da ciência e de seus argumentos deterministas. Mas para os críticos da primeira metade do século, o valor nacionalista dos enunciados foi sempre mais importante do que a fundamentação científica de seus dizeres (apesar desta não ser de todo ignorada). Este equilíbrio muda ligeiramente com a geração de 1870. Depois deles, não é que o valor nacionalista perca força, pelo contrário; mas neste momento o valor científico parece seguir no sentido de equiparação ao valor nacionalista. A nacionalidade brasileira deixava de ser uma coisa que

necessitava de um mero reconhecimento para passar a ser algo que deveria ser provada por meio das teorias que começavam a circular com mais facilidade dentro de nosso circuito intelectual. Isto fará com que os críticos sejam induzidos a conferir certa cientificidade ao tratamento de seus objetos. Ao produzir o perfil de José de Alencar, Araripe Júnior sentiu a necessidade de fazer de seu texto uma peça de argumentação científica: “Eu não podia ser indiferente ao ingresso, no país, de novas ideias (...) Ninguém mais do que eu desejaria tratar da arte em José de Alencar com todo o rigor dos subsídios que a ciência ora oferece a quem procura estudá-la” (ARARIPE JÚNIOR 1978, p.34). Uma formulação como esta somente possui razão de ser em função de uma elevação da importância dos enunciados de caráter científico.

A simples força do valor do discurso científico na época era suficiente para que autores atuantes em diferentes campos ambicionassem conferir ares de cientificidade aos seus argumentos, ainda que nem sempre a coerência original das ideias não fosse devidamente observada pelo intelectual daquela época. Isso explica o motivo pela qual não se pode, como bem observa Luciana Murari (2009, p.68), atribuir rígidas filiações teóricas aos intelectuais da época. Ela observa, por exemplo, como teorias incompatíveis, como o liberalismo anglo-saxão e o evolucionismo darwinista, conviveram na obra dos pensadores da época. Nas últimas décadas do século XIX, a força argumentativa vinha mais do valor científico de determinados termos do que da própria estrutura lógica das ideias que eram assumidas por aqui. Trazer o seu discurso para uma posição de proximidade com o discurso científico era uma forma eficaz de conferir legitimidade ao que se dizia. O mesmo procedimento funcionava também de uma maneira inversa. Afastar uma formulação para longe do domínio da ciência era uma forma de se deslegitimar dizeres concorrentes. Era o que Sílvio Romero fazia com os críticos românticos. Ao comentar sobre os historiadores da literatura brasileira que o precederam, Romero os recriminava por eles não terem considerado o seu assunto por um viés científico. A importância dos dizeres científicos para os seus argumentos fez com que ele visse a literatura brasileira como uma questão de evolução de nossa diferenciação étnica. Quem não compartilhasse desse posicionamento não poderia ser considerado um verdadeiro historiador da literatura brasileira. Era assim que ele recriminava o livro *Le Brésil Littéraire*, de Ferdinand Wolf:

Fernando Wolf nem por sombra teve o pressentimento deste modo de ver, como já houve quem insinuasse. Primeiramente, porque não estabeleceu as bases da doutrina étnica brasileira; depois, porque não assentou nela as leis de nosso desenvolvimento espiritual; e mais porque não diz uma palavra sequer do elemento africano; e mais ainda, porque não definiu o mestiço; porque não determinou o que se lhe deve no Brasil. (ROMERO 2001 p.68)

Um argumento muito semelhante é utilizado para se deslegitimar o trabalho de Varnhagen:

De certo tempo a esta parte, é de notar a insistência com que se tem andado, com evidente preocupação, a proclamar Varnhagen o *criador da história da literatura brasileira!* ... Criador ... como e por quê? Se a própria história geral, Varnhagen não a criou, como poderá ter criado a história da literatura? Varnhagen não fez mais do que, *sem plano, sem sistema, sem doutrina, sem filosofia, sem análise, sem síntese*, escrever meia dúzia de biografias destacadas de poetas e escritores e introdução da seleta aque pôs o nome de *Florilégio da poesia brasileira*: pouco mais fez do que repetir Barbosa Machado, Januário Barbosa, Norberto Silva, Pereira da Silva e outros mais. Varnhagen *não tinha capacidade teórica e filosófica*, e pouco além ia de pesquisas puramente eruditas. (grifos nossos) (ROMERO 2001 p.69)

O valor científico que passou a dominar os discursos praticados pelas camadas da população que tinham acesso a certa formação intelectual passou a ser um dos principais elementos reguladores da circulação de sentidos na época. O valor de um discurso possui dois aspectos: *caráter* e *importância*. O caráter diz respeito às possíveis atribuições que um enunciado pode receber, i.e.: se ele é percebido como metafísico, científico, fundamentalista, racional, irônico, interpelador, ou qualquer outra atribuição disponível em uma determinada formação social. A importância se refere ao grau de relevância que determinado caráter discursivo possui em uma determinada conjuntura. Quanto maior for a importância atribuída a um agrupamento enunciativo,

maiores serão as possibilidades dele se desdobrar em campos semânticos diversos, diferentes daqueles que lhe cabem inicialmente. Foi exatamente o que aconteceu com o discurso de caráter científico no final do século XIX. De certa forma, os discursos científicos passaram a ocupar o papel que os discursos de caráter político, que na primeira metade do século foram os mais importantes e os que mais forneceram injunções legitimadoras dos entendimentos produzidos pela crítica literária.

O valor é um elemento da função enunciativa, sua atribuição, em um primeiro momento, assemelha-se a um automatismo inconsciente, apesar de sempre haver a possibilidade de se assumir uma atitude reflexiva e reconsiderar o valor atribuído inicialmente. Esta atribuição é decisiva para a elaboração do processo discursivo no qual o enunciado se inscreve, pois ela condiciona a inscrição deste enunciado em uma formação discursiva, a sua posição dentro desta formação, a natureza dos outros enunciados que podem ser relacionados a ele, assim como a forma que cada relação deve assumir. O condicionamento valorativo provoca uma espécie de reação em cadeia entre os enunciados existentes dentro de um horizonte enunciativo, assim como entre os enunciados que passam a adquirir possibilidade de existência mediante uma atribuição de valor a um enunciado já existente. Os enunciados assim condicionados passam a realizar novos condicionamentos mediados em outros enunciados, que por sua vez irão repetir esse movimento até o momento em que o jogo de correlações adquira certa estabilidade.

Esta estabilidade nunca é definitiva ou total, pois o caráter social do valor confere alta dinamicidade aos enunciados e às suas correlações, ainda que alguma estabilidade continue sendo necessária para que uma unidade discursiva seja atingida. As formações discursivas somente podem ser consideradas enquanto formadas quando o processo discursivo iniciado por um grupo de enunciados adquire coesão interna suficiente ao ponto de tornar o grupo caracterizável. Assim, não se pode dizer que Ferdinand Denis sozinho foi o responsável pela instauração de um modelo de crítica literária brasileira, este modelo somente existiu porque um conjunto de enunciados articulados em seu texto que obteve ressonância no trabalho de outros agentes discursivos. Não houvesse a repercussão que o trabalho de Denis obteve em nosso cenário intelectual, o discurso que ele articulava não teria a coesão necessária para

fincar raízes em nossa cultura e seu texto não poderia ser considerado como relevante para a história de nossas ideias literárias.

Além da ideia de “sistema de relações de substituição” de Pêcheux (2009, p.148), o processo discursivo de uma formação discursiva deve ser entendido também a partir da consideração da reação em cadeia proporcionada pelo efeito-corrente, e é ela que compõe o sistema de regularidade apontado por Foucault e por Pêcheux como definidor da natureza das formações discursivas. As relações de substituição dizem respeito a parte das relações enunciativas de um processo discursivo, mas não abarcam a totalidade de formas pelas quais tais relações podem ocorrer. Um processo discursivo se caracteriza por suas orientações e por sua força. As orientações são criadas no momento em que os enunciados se encontram, elas devem ser entendidas como vetores semânticos que impulsionam a dimensão semântica da linguagem para um determinado sentido vinculado ao caráter do valor do discurso. O enunciado cujo caráter possua mais importância em um dado contexto fará com que outros enunciados (passíveis de serem relacionados a ele) adquiram o mesmo caráter ou se reconfigurem de modo a possuir o mesmo caráter do discurso hegemônico.

Esse é o princípio que torna possível, por exemplo, o surgimento da percepção das línguas como dotadas de naturezas específicas (o alemão como filosófico, o latim como religioso, o hebraico como místico, as neolatinas como poéticas etc.). Essas percepções, sejam elas corretas ou não, estariam ligadas à força de uma combinação de orientações presentes em um conjunto de discursos altamente valorizados dentro de um idioma em contextos históricos específicos. A reconfiguração do discurso da crítica literária dentro de moldes cientificistas deve ser entendida como uma consequência das orientações combinadas dos discursos que passavam a ser valorizados naquele contexto. Com o tempo, os princípios românticos, ainda que não fossem de todo descartados, iam se reconfigurando de forma a apresentarem-se segundo uma aparência científica. Neste processo, o mestiço acaba substituindo o índio na função de representação do tipo antropológico característico da nacionalidade brasileira. Além disso, caso se leia atentamente as críticas que Romero ou Araripe Júnior realizavam aos autores nacionais nos jornais da época, facilmente pode-se reconhecer princípios argumentativos presentes em

formulações que transitam em domínios semânticos completamente distintos, como as ideias jurídicas de Nina Rodrigues<sup>31</sup>.

A eficiência das orientações presentes em um processo discursivo depende da força desse processo, princípio responsável pela capacidade de influenciar um número maior ou menor de enunciados situados dentro ou fora dos limites de uma formação discursiva. Ele é diretamente proporcional à importância do valor da formação discursiva e do campo discursivo no qual ela atua. As orientações, sobretudo as mais fortes, raramente cabem na relação criada por um encontro entre enunciados, de modo que ela quase sempre transborda e atinge/força novas relações entre enunciados. A orientação é uma propriedade do efeito-corrente de um processo discursivo, e sua força e seu sentido são os elementos que a configuram. O efeito-corrente determina a natureza do jogo de correlações de uma formação discursiva à medida que ele é responsável por: a) o desbloqueio e bloqueio de relações entre enunciados já existentes; b) a configuração das formas pelas quais tais relações podem se dar; c) a criação de novos enunciados que trabalhem no fortalecimento da coesão da formação discursiva de origem e na ampliação de sua esfera de atuação semântica assim como a interdição da criação de enunciados discrepantes que poderiam ameaçar a sua autoridade semântica.

## 2.5. EFEITOS INJUNTIVOS E DISJUNTIVOS

O primeiro e mais elementar tipo de relação possível entre enunciados é a de suporte, realizada por um efeito que será denominado de injuntivo. As injunções relacionam-se ao fato de que algo somente pode ser dito na

---

<sup>31</sup> Um curioso exemplo disso pode ser visto caso comparemos os princípios que levam Nina Rodrigues, em *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894), a considerar os negros como inimputáveis juridicamente e os que levam Araripe Júnior (1963), em *O movimento literário de 1893*, a considerar Cruz e Sousa enquanto incapaz de assimilar a literatura que era produzida nos grandes centros europeus. A imputabilidade penal e a inabilidade literária são semantizadas a partir dos mesmos procedimentos discursivos.

linguagem porque em uma formulação ocorre tanto um efeito de encaixe como de articulação. O encaixe ocorre entre a formulação e um objeto de pensamento existente sob a forma de pré-construído no domínio discursivo ao qual a formulação se dirige. Tal encaixe garante uma função enunciativa a uma formulação semiótica (uma sintaxe, por exemplo, mas o mesmo ocorre com formulações elaboradas a partir de outros sistemas semióticos que não a linguagem), a ligação de uma formulação semiótica a uma função enunciativa constitui a inscrição desta formulação em um processo discursivo, de modo que ela passa a participar do efeito-corrente deste processo. Tal inscrição fará com que a formulação, agora convertida em enunciação, ligue-se à série de enunciados presentes no dado processo discursivo. Os enunciados ligados desta forma a uma enunciação em questão adquirem a forma de discurso transversal. O discurso transversal assegura uma série de implícitos à enunciação. Quando tais implícitos suportam o enunciado em questão e assim asseguram a estabilidade de um processo discursivo, há o efeito injuntivo. Se o pré-construído cria a base para a formulação do sentido, as injunções asseguradas pelo discurso transversal garantem a estabilização do sentido, impedindo dele ser corrompido por outros processos discursivos assim como controlando a derivação aleatória do enunciado contido em uma enunciação. Estes efeitos injuntivos podem ser visualizados nas setas das articulações enunciativas utilizadas nos exemplos apresentados anteriormente. Por força da orientação política do discurso da crítica literária, afirmar que o Brasil era um país livre passou a ser uma injunção à ideia de existência de uma literatura brasileira.

Esta forma de pensar reajusta o modo como Pêcheux apresentou o processo discursivo e a constituição da matriz de sentido de uma formação discursiva. A ideia de matriz de sentido está ligada à noção de *regime de repetibilidade* inerente aos processos discursivos (cf. INDURSKY 2011). Tal repetibilidade, segundo Pêcheux, seria criada pelas relações parafrásticas que se desenvolvem no interior de uma formação discursiva:

Queremos dizer que, para nós, a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre

sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a 'matriz de sentido'. Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique este efeito (PÊCHEUX 1997, p.169).

Colocado desta forma, a repetição que se encontra na matriz de sentido de uma formação discursiva diria respeito à recorrência de sentidos acabados em formulações semióticas diversas, já que uma paráfrase é a repetição de um sentido em formulações distintas. Esta é mais uma forma de Pêcheux afirmar sua descrença na literalidade do significado e sua convicção sobre possibilidade de palavras, frases e expressões diferentes poderem veicular o mesmo sentido. Não se pode excluir tal possibilidade como válida, mas este entendimento da repetição constitutiva da matriz de sentido é devido ao fato da reflexão de Pêcheux não abordar diretamente o nível enunciativo. Uma vez que a função enunciativa adentra perspectiva da teoria do discurso, passa a ser necessário entender a repetibilidade inerente aos processos discursivos não somente como a recorrência de um mesmo sentido em formulações diversas, mas como a recorrência de sequências de encadeamentos enunciativos e de uma orientação semântica. Em outros termos: uma matriz de sentido diz respeito não somente à possibilidade de diferentes palavras, frases ou expressões produzirem o mesmo sentido, mas também à possibilidade de se chegar a um mesmo sentido, a um mesmo enunciado (a um sentido suportado por um mesmo enunciado), mediante percursos de encadeamentos enunciativos diversos. Isto é possível porque um enunciado constitui um nó dentro de uma rede de dizeres, de modo que por ele se chega a uma sequência de conexões enunciativas constituídas por um jogo de implicações. Pêcheux (1999, p.52) oferece a imagem de uma série matemática que se prolonga conjecturando o termo seguinte. A imagem é boa, mas, para que torne-se mais precisa, ela deve ser imaginada não como uma linha, e sim como uma rede. Um enunciado é uma porta que oferece entrada a uma rede de dizeres encadeados. É possível chegar a um mesmo sentido suportado por um mesmo enunciado por intermédio de portas diversas. A repetição dessa possibilidade – e não exatamente de um mesmo sentido, já que, neste aspecto,

o fato das “portas” possuírem sentidos diversos torna-se de certa forma irrelevante – é o que constitui a matriz de sentido, e não apenas a existência de uma família parafrástica.

Como já foi dito anteriormente, a renovação dos sentidos acabados encontráveis no discurso da crítica literária ocorrida pelo influxo de uma série de discursos dotados de caráter científico fez, por exemplo, com que o índio fosse substituído pelo mestiço na posição de símbolo da nacionalidade. Isto pode ser considerado como uma alteração substantiva de um aspecto da matriz de sentido do discurso crítico, mas também pode ser entendido como uma forma de salvaguardar o princípio que levou o índio a ocupar esta posição em um primeiro momento: a de que as literaturas reproduziam o espírito nacional de um país e que este espírito era determinado biologicamente. Projetar a nacionalidade no mestiço, ainda que implicasse uma inovação no modo de se representar o país, era uma nova forma de confirmar um entendimento literário já consolidado em nosso sistema intelectual. Diante das transformações sociais ocorridas ao longo do século XIX, não se poderia mais manter o índio como o símbolo da nacionalidade. A crescente pressão para que os negros fossem integrados ao modelo de compreensão que se poderia ter da sociedade brasileira acabaria inviabilizando a crítica literária caso ela mantivesse uma imagem limitada do país. Curiosamente, a apropriação simbólica do negro e do mestiço, processo tão importante no projeto intelectual de Sílvio Romero, foi uma reforma necessária à manutenção de velhos pressupostos; das mesmas articulações entre enunciados (espírito nacional → literatura nacional).

A constituição de uma matriz de sentido faz com que a realidade penetre na zona do dizível mediante a formatação de objetos de pensamento em termos linguísticos. O efeito de suporte permite o início de um processo controlado de derivações enunciativas e a consequente ampliação da influência de um discurso mediante a criação dos objetos sobre os quais os enunciados adquirem jurisprudência. Desse modo, os processos discursivos começam a se delinear, pois a coesão criada pela relação entre enunciados suportados e enunciados-suporte, i.e.: pelos efeitos injuntivos, é o primeiro movimento no sentido do estabelecimento de uma formação discursiva. Este é o princípio do processo de constituição de uma fronteira discursiva, pois o momento no qual

alguns enunciados são articulados a partir de um valor específico é também o momento no qual esse mesmo valor será negado a enunciados que então passam a estar situados em processos discursivos diversos. Assim, a unidade de uma formação discursiva não diz respeito apenas à configuração de sua matriz de sentido, aos enunciados integrados dentro de sua coerência semântica, ela diz respeito também aos enunciados que ela rejeitou, assim como à forma como se deu tal rejeição. Ou seja, todo procedimento injuntivo necessariamente produzirá também procedimentos disjuntivos, responsáveis pelo gerenciamento daquilo que não pode ser reconhecido como um dizer válido segundo o processo de um discurso. Uma formação discursiva não se caracteriza apenas por aquilo que ela permite dizer, mas também pelos dizeres que ela interdita a uma determinada forma-sujeito:

Toda FD, no universo do gramaticalmente dizível, circunscreve a zona do dizível legítimo, definindo o conjunto de enunciados possíveis de serem atualizados em uma dada enunciação a partir de um lugar determinado. Ao fazer isso, ela circunscreve também uma zona do não dizível, definindo o conjunto dos enunciados que devem ficar ausentes do seu espaço discursivo; delimita, dessa forma, o território do Outro que lhe é incompatível, excluindo-o de seu dizer. (BRANDÃO 2012, p.93)

Esta delimitação do não dizível se dá pela função disjuntiva que alguns termos acabam adquirindo dentro do processo de um discurso. Quando Santiago Nunes Ribeiro argumenta que as literaturas devem ser classificadas pelo critério do espírito nacional, ele precisa, simultaneamente a isso, caracterizar as posições contrárias à sua como não filosóficas, ou motivadas por questões ilegítimas. Comentando sobre a argumentação de Gama e Castro, ele afirma: “sem dúvida se nota o desejo de que o seu autor sempre se mostrara possuído, o de deprimir os brasileiros geralmente, e em especial os que às letras se dedicam.” (RIBEIRO 1980, p.45). Esta caracterização disjuntiva de um dizer equivale ao traçado de uma fronteira discursiva e de uma zona de indizibilidade. A circunscrição deste território do não-dizível não é um efeito passivo consequente à rejeição de um enunciado a uma zona de esquecimento. O não-dizível deve ser entendido como uma propriedade de

uma formação discursiva, o seu reverso sombrio, e ele é o resultado de um tipo de atividade direta que toda formação discursiva necessariamente deve exercer sobre as outras. Isso significa que a rede de dizeres na qual um determinado enunciado se insere mediante a sua inscrição em uma formação discursiva extrapola os limites da própria formação discursiva. Diante disso, Courtine (2009 p.90) reconhece que a rede de formulações de um enunciado

Deverá ser caracterizada por uma pluralidade de pontos, constituindo, ao redor das sequências discursivas tomadas como ponto de referência, uma rede de formulações extraídas de sequências discursivas, cujas condições de produção serão, ao mesmo tempo, homogêneas e heterogêneas em relação à sequência discursiva de referência.

O conjunto de dizeres legitimados e deslegitimados por uma formação discursiva está ligado aos encadeamentos enunciativos autorizados e desautorizados por um processo discursivo. Uma forma sujeito, portanto, sempre possui diante de si uma série de procedimentos que orientam o modo como ele deve se inserir no espaço interdiscursivo, i.e.: como ele deve proceder diante das diversas discursividades que ele deve se deparar na sua conjuntura social. Mesmo que o sujeito entre em contato com uma discursividade pela primeira vez, mesmo que ele se depare com enunciados completamente desconhecidos, dificilmente ele se encontrará desprevenido, dificilmente ele se permitirá a surpresa, pois, ainda que diante do novo, os mesmos rituais de encadeamentos discursivos são ativados, e neles há sempre uma quantidade razoável de enunciados periféricos cuja função é impedir que se quebre a ilusão de que a matriz de sentido de uma formação discursiva é capaz de recobrir todas as necessidades de expressão possíveis dentro dos campos semânticos influenciados por ela.

## 2.6. MEMÓRIA E INTERDISCURSO

A ritualização dos encadeamentos enunciativos ocorre porque a matriz de sentido de uma formação discursiva é responsável também pela geração de uma *memória discursiva*. Em termos de discurso, a ideia de memória em nada se relaciona com a memória cognitiva, que se situa no âmbito da psicologia individual. A memória discursiva refere-se ao efeito de ritualização de um comportamento interdiscursivo, à necessidade que uma forma-sujeito sente de, de alguma forma, repetir determinados encadeamentos enunciativos no momento em que um posicionamento dele é requerido. Courtine (2009 p.112) afirma que pelo domínio de memória pode-se “apreender os funcionamentos discursivos de encaixe do pré-construído e de articulação de enunciados”. Pêcheux (1999, p.52) afirma que tal mobilização de pré-construídos e de implícitos operada pela memória garante uma condição de legível a um acontecimento discursivo novo. Uma memória discursiva é ativada sempre que um sujeito se depara com um enunciado que deve ser processado. Quando isto ocorre, uma série de pré-construídos e discursos transversos são mobilizados. A mobilização projeta o efeito-corrente de um processo discursivo sobre o enunciado a ser processado, i.e.: o sujeito é orientado discursivamente por sua formação discursiva sobre como ele deve proceder diante do enunciado em questão. Essa orientação pode ser entendida como um efeito de legibilidade, pois por ela o sujeito adquire condições de assimilar os enunciados que circulam no espaço interdiscursivo no qual ele transita.

O efeito de legibilidade provocado por uma memória discursiva é o que permite Afrânio Coutinho ler interessadamente o artigo de Machado já comentado no início deste trabalho. A força dos encadeamentos discursivos da crítica romântica enraizou-se tão bem no solo intelectual brasileiro que eles ainda interferem no modo como compreendemos a realidade literária e nacional. Diante de uma nova produção de sentido, somos levados a assimilar o que nos é colocado a partir de um circuito discursivo já familiar em nosso universo de possibilidades semânticas. Caso seja possível modular o novo dentro dos velhos esquemas, haverá o constrangimento semântico verificado na leitura de Coutinho. Caso essa possibilidade não se verifique, a forma

sujeito do discurso lançará mão das disjunções já previstas dentro da formação discursiva da qual ele parte e assim a ameaça representada pelo dizer concorrente é afastada.

Isto pode ser visto assim porque a memória é um efeito produzido pelos movimentos de atribuição do valor regulador de uma formação discursiva a enunciados diversos. Em outros termos, isto significa dizer que o valor da formação discursiva, que atua como interpeladora do sujeito, também media a relação que este sujeito possui com enunciados situados fora de seu discurso. O valor do discurso do qual parte o sujeito condiciona o valor que ele atribuirá aos discursos concorrentes. Isso faz com que as atribuições valorativas sejam sempre relativas e instáveis. A memória é o princípio mediante o qual tais atribuições são realizadas. Fazendo assim, ela contribui para o controle pretendido por uma formação discursiva sobre as possibilidades discursivas dentro de um campo semântico por ela influenciado. Courtine (1999, p.20) a apresenta como instância responsável pela estabilidade referencial dos objetos do discurso. Pêcheux (1999, p.52) como uma regularização discursiva que forma uma lei de série do legível de uma formação discursiva. Ora, a estabilidade referencial dos objetos ou a regularização discursiva não pode ser pretendida por uma formação discursiva sem que ela procure interferir na sua conjuntura interdiscursiva. Caso os dispositivos de uma formação discursiva concernissem apenas as representações produzidas em seu seio, sem se preocupar em criar mecanismos de proteção, controle e deslegitimação, os discursos concorrentes rapidamente desbaratariam seu processo discursivo e provocariam o seu desaparecimento. Neste momento, a memória torna-se um efeito estratégico necessário aos discursos, pois sempre que um sujeito se depara com um enunciado cujo valor o situa dentro de um domínio semântico recoberto pela formação discursiva no qual ele se encontra interpelado, sua reação imediata é tentar utilizar o enunciado para perpetuar o processo discursivo no qual ele se encontra inserido. Ele assim o faz porque caso esse enunciado se apresente como um acontecimento discursivo novo, é possível que ele venha a desmanchar a regularização semântica promovida pelo processo discursivo constituinte de sua subjetividade (cf.: Pêcheux 1999, p.52). Diante de tal ameaça, é iniciada uma dinâmica discursiva denominada por Pêcheux de “jogo de força na memória”, no qual a memória tenta regularizar o

acontecimento discursivo novo enquanto este, por sua vez, busca desbaratar a regularização promovida pela memória perturbando sua rede de implícitos (cf.: PÊCHEUX 1999, p.53).

Os efeitos de regularização e desregulação são promovidos pelo que aqui se refere por procedimentos injuntivos e disjuntivos. Os primeiros, como já foi visto acima, dizem respeito ao efeito de fortalecimento da rede de implícitos de um processo discursivo, seja pelo reforço dos nós enunciativos já existentes, seja pelo avanço da amplitude semântica do processo mediante a criação de novos objetos em espaços semânticos ainda não completamente recobertos por uma formação discursiva. De uma certa forma, a crítica literária oitocentista brasileira pode ser vista como uma grande injunção aos discursos científico e nacionalista. Por ela, foram reforçadas as ideias de que a nacionalidade era algo cuja existência era dada como certa e de que a ciência era capaz de produzir a compreensão verdadeira sobre todos os objetos possíveis de serem pensados. Já o procedimento disjuntivo ocorre sempre que há uma intersecção discursiva heterogênea, ou seja: quando dois discursos disputam um mesmo espaço semântico. Uma disjunção é um processo realizado por uma sequência de encadeamentos enunciativos com o propósito de deslegitimar o discurso concorrente, o que se dá tanto pelo enfraquecimento dos nós enunciativos presentes na formação discursiva concorrente como pela apropriação de objetos regularizados pelo processo discursivo disputante.

Duas coisas devem ser ditas sobre os procedimentos injuntivos e disjuntivos. 1) Não é o caso de se restringir o efeito de regularização ao procedimento injuntivo e o de desregulação ao disjuntivo: uma vez que o fortalecimento de uma coerência discursiva pode enfraquecer uma discursividade concorrente, uma injunção pode ter um efeito desregulador indireto. Inversamente, uma disjunção também promove indiretamente uma regularização quando deslegitima uma formação discursiva disputante. Injunções e disjunções, portanto, podem promover tanto a regularização de um processo discursivo como a sua desregulação, a diferença entre eles está no modo como tais efeitos são processados. Uma injunção se dá quando um enunciado se volta diretamente para o coração de um processo discursivo homogêneo a fim de fortalecê-lo; uma disjunção quando o enunciado se volta a uma discursividade concorrente na pretensão de deslegitimar seus

procedimentos. 2) Como se verá mais adiante, os processos discursivos realizados em zonas de intersecção semântica não dizem respeito apenas aos procedimentos de controle operados pelas formações discursivas, eles também são decisivos no modo como os discursos se produzem, se configuram e se desenvolvem, pois as relações que as formações discursivas estabelecem com os discursos que a ela se alinham como concorrentes (sejam eles disputantes ou não) são constitutivas de sua identidade. Assim, as injunções e as disjunções não devem ser consideradas unicamente pela interferência que elas produzem no espaço interdiscursivo no qual uma formação discursiva se encontra, esses dispositivos devem também ser considerados pelo modo como eles revelam ou estruturam a dinâmica interna da formação discursiva que os produziu.

O jogo de força na memória mencionado por Pêcheux pode ser pensado como desenvolvido mediante três modalidades de exercício da memória discursiva. O primeiro modo ocorre quando há a percepção, no enunciado que deve ser processado, de pré-construídos e discursos transversos alinháveis à formação discursiva de origem do sujeito. Neste caso se processa um reconhecimento, ou seja: o enunciado é percebido como integrado ao processo discursivo do qual o sujeito participa e assumido como válido. É o que acontece quando os críticos românticos se voltavam para o texto de Ferdinand Denis a fim de reconhecê-lo como a origem de seus próprios dizeres. Caso se reconheça pré-construídos heterogêneos, o sujeito se percebe, inconscientemente ou não, como diante de um outro processo discursivo que disputa um espaço semântico com a sua formação discursiva. Neste segundo caso, a natureza ameaçadora do enunciado deve ser neutralizada mobilizando-se encaixes e articulações periféricas que são projetados no enunciado a fim de promover uma modulação semântica que o integre ao processo discursivo do sujeito - ou o deslegitime como uma formulação válida. Quando a modulação é realizada com sucesso, o caráter disjuntivo do enunciado é convertido em injuntivo e ele passa a atuar na periferia do espaço discursivo de uma formação a fim de evitar novas ameaças oriundas do mesmo processo discursivo. Se, originalmente, o enunciado possuía um caráter injuntivo para o processo discursivo concorrente e disjuntivo para a formação discursiva de referência, tais propriedades, após a modulação, são invertidas, e o enunciado

convertido agora passa a atuar como injuntivo para a formação de referência e disjuntivo para o processo discursivo concorrente. Este é o caso da regulação promovida pela leitura que Coutinho faz de Machado. A modulação semântica é um processo complexo e depende de um processo discursivo altamente elaborado e amadurecido. Diante de uma situação de embate discursivo, o mais provável que aconteça é a disjunção pura, o terceiro modo de exercício da memória. Ela corresponde ao processo de deslegitimação da importância e da validade do enunciado concorrente e de seu valor discursivo. É o processo que pode ser verificado na leitura que Santiago Nunes Ribeiro faz de Gama e Castro. Normalmente uma formação discursiva já possui um arsenal de enunciados periféricos destinados justamente ao combate de enunciados que representem uma ameaça à regularização semântica de uma memória discursiva. Eles normalmente constituem um repertório de termos pejorativos, estereótipos ou encadeamentos lógicos justificadores que visam neutralizar a importância do valor discursivo concorrente e deturpar o seu caráter.

A memória, mediante os procedimentos injuntivos e disjuntivos, condiciona o modo como uma formação discursiva insere-se no nível interdiscursivo. Se o valor, ao condicionar jogos de correlações enunciativas, marca uma passagem do nível enunciativo ao nível discursivo, a memória marca a passagem do nível discursivo ao nível interdiscursivo. Ela, entretanto, não deve ser pensada como atuante apenas neste nível, como requerida apenas nos momentos de disputa semântica, ela também é vital à saúde interna das formações discursivas, mesmo porque a externalidade de um discurso, a maneira como ele estabelece suas fronteiras discursivas, é indissociável de sua forma de inserção no espaço interdiscursivo.

Assim como o valor, a memória é um princípio regulador dos discursos. Ambos atuam de forma articulada. O valor age no sentido de promover sua própria repetição a cada nova formulação produzida dentro do efeito corrente de um processo discursivo. Os encadeamentos enunciativos produzidos por esta repetição produzem uma memória, que funciona como esquema legitimador de encadeamentos enunciativos futuros a partir dos jogos de correlações assumidas como válidas no presente. A memória, portanto, estimula a reprodução de encadeamentos e estratégias discursivas. A regulação promovida por ela impede o desgaste rápido dos discursos ao

retardar o desbaratamento dos encaixes sobre os quais eles se constroem, ao passo que a regulação promovida pelo valor alimenta a memória ao possibilitar os encaixes, atuando como uma espécie de “cola discursiva” entre os enunciados.

O interdiscurso não é somente um espaço no qual as formações discursivas devem se encontrar em função de sua condição discursiva (pois, por maior que sejam as diferenças entre os discursos, por mais diversos que sejam os seus objetos, a natureza discursiva de cada um deles sempre os condicionará a estarem ligados de alguma forma). O interdiscurso não é tal como uma prateleira na qual produtos diversos encontram-se dispostos, ele é um elemento constitutivo de cada uma das formações discursivas, de cada um dos enunciados. Isso quer dizer que cada discurso se constitui a partir da heterogeneidade discursiva na qual ele precisa se inserir para que seja possível produzir uma discursividade sobre alinhamentos diversos de signos. As formações discursivas, portanto, se encontram constantemente pressionadas a se dinamizarem pela conjuntura discursiva na qual cada uma se encontra. A memória é o princípio gerenciador de tais pressões, pois sua função é regular tanto o interno como o externo das formações discursivas. O motivo pelo qual um mesmo princípio regula estas duas faces de um discurso é que o interno e o externo de um discurso não são lados separados, mas sim um *continuum*, de modo que a dinâmica que se processa no interior de um discurso é a mesma que condiciona sua forma de inserção no interdiscurso.

A primeira forma de pressão interdiscursiva que cada discurso deve enfrentar é a ameaça de desbaratamento de seu jogo de correlações. Diante de um determinado espaço semântico, diferentes discursividades tentarão produzir objetos discursivos distintos, responsáveis pelo desenho do entendimento que os sujeitos possuem sobre as coisas situadas naquele espaço. Assim, o modo de uma formação discursiva postular seu entendimento sobre as coisas muitas vezes passa pela deslegitimação de formas de inteligibilidade divergentes. Era o que ocorria com a crítica literária romântica. A fim de postular o seu objeto central, a literatura brasileira, primeiro ele precisava deslegitimar o objeto concorrente: a ideia de literatura luso-brasileira. Tal necessidade implica a produção de uma série de ilusões discursivas, dentre elas, a ilusão de totalidade de recobrimento de possibilidades discursivas de

um espaço semântico. Assim, se, por um lado, a memória disponibiliza uma série de possibilidades de estruturação semântica a uma forma-sujeito, ela também é responsável por condicionamentos que estabelecem dificuldades à produção de novos sentidos. A ilusão produzida pela memória discursiva induz a língua a ser utilizada como se ela fosse um instrumento perfeito, capaz de dizer tudo. Ela também induz a impressão de que tudo o que poderia ser dito sobre as coisas já foi dito, o que restaria seria apenas variações parafrásticas de um mesmo núcleo enunciativo, de modo que todas as necessidades semânticas do homem já teriam sido satisfeitas, pois fora das ligações já estabelecidas na rede interdiscursiva criada por uma formação discursiva nada mais poderia ser pensado. Esta ilusão pode ser referida pelo termo *saturação semântica*. É certo que tal saturação encontra-se longe de conseguir efetivamente bloquear toda e qualquer produção de sentido novo, mas, mesmo sendo ineficaz, ela obriga os sentidos nascentes a disputarem espaço no interdiscurso, o que é feito mediante a reelaboração dos efeitos de memória presentes nas relações interdiscursivas.

Dado que a memória se produz num acontecimento discursivo, que é sempre responsável por uma maior ou menor reatualização das redes de memória, e, uma vez que seja assumido que a produção de sentido para os objetos realizada pelas formações discursivas encontra-se diretamente relacionada à instauração de uma memória discursiva que possibilite encaixes e atravessamentos enunciativos responsáveis pela estabilização semântica, a produção de sentido, por intermédio dessa rede complexa e delicada de efeitos, procedimentos e correlações, vincula-se ao nível interdiscursivo. Não se pode dizer, portanto, como quis Eni Orlandi (2001), que o interdiscurso sobredetermina os efeitos de sentido operados no âmbito das formações discursivas. Antes o que acontece é um processo dialético no qual uma formação discursiva (e os efeitos de sentido operados em seus limites) se estrutura a partir de uma configuração do interdiscurso ao mesmo tempo em que o interdiscurso é reestruturado pelas intervenções dos processos discursivos.

O interdiscurso é definido por Pêcheux (2009, p.149) como um “todo complexo com dominante de formações discursivas”. Ele, portanto, não é um ente dotado de uma constituição ontológica autônoma, ele não possui uma

essência, seu modo de ser não diz respeito a algo específico relacionável com outros entes, mas a um ente constituído pelo arranjo de entes diversos – os entes das formações discursivas (que, por sua vez, são entes formados por arranjos enunciativos). Se o interdiscurso é produzido por um arranjo de formações discursivas, dizer que uma formação discursiva se produz e se dinamiza mediante uma configuração do interdiscurso significa o mesmo que afirmar que as formações se estabelecem mediante condicionamentos recíprocos. Courtine endossa essa ideia quando afirma que a produção de sentido realizada no interior de uma formação discursiva “não é isolada das relações contraditórias que uma FD estabelece com outra FD” (COURTINE, 2009, p.73) (grifos do autor). Outro que argumenta neste mesmo sentido é Maingueneau, quando lança a tese do primado do interdiscurso. Segundo Maingueneau, os enunciados e as formações discursivas se estabelecem a partir de uma heterogeneidade constitutiva. Ou seja: a especificidade de um discurso depende das relações que este discurso estabelece com discursos heterogêneos:

Disso decorre o caráter essencialmente dialógico de todo enunciado do discurso, a impossibilidade de dissociar a interação dos discursos do funcionamento intradiscursivo. Essa imbricação do Mesmo e do Outro retira à coerência semântica das formações discursivas todo caráter de ‘essência’, cuja inscrição na história seria acessória; não é dela que a formação discursiva retira o princípio de sua unidade, mas de um conflito regulado (MAINGUENEAU 2008, p.37) (grifos do autor).

O que falta ser dito diz respeito ao papel da memória no caráter dialógico dos níveis discursivos. A memória de uma formação discursiva é reatualizada sempre que ela se depara diante de um acontecimento discursivo novo. Este, por sua vez, encontra-se vinculado a uma outra ordem de memória, estabilizada em uma formação discursiva heterogênea, de modo que o processamento de um acontecimento discursivo por parte de uma memória marca o encontro intercondicionante de duas ordens de memória distintas. Desse modo, a produção de uma memória por parte dos discursos necessariamente estabelece uma rede de memória, responsável pela

elaboração da dinâmica do interdiscurso. O jogo de força na memória mantém o interdiscurso sempre na iminência de uma reconfiguração. Assim sendo, três afirmativas bastante recorrentes nos textos sobre análise do discurso – a) as formações discursivas se produzem a partir de uma inscrição no interdiscurso; b) as formações discursivas se estabelecem a partir de uma relação heterogênea com seu outro; c) o interdiscurso é um complexo de formações discursivas – pretendem, em certo sentido, dizer basicamente a mesma coisa.

Se a memória regula, mediante os procedimentos injuntivos e disjuntivos, a dinâmica das fronteiras discursivas, o valor dos discursos regula a hierarquia que determina o posicionamento das formações discursivas dentro do interdiscurso. Assim como as correlações enunciativas geradoras das formações discursivas ocorrem em função de elementos reguladores de um processo discursivo, as relações interdiscursivas também não se dão aleatoriamente, mas mediante um processo condicionado por uma configuração prévia do interdiscurso e pelo valor regulador dos processos presentes nas formações discursivas.

Quanto ao primeiro ponto, a configuração prévia do interdiscurso, é necessário primeiro considerar como Maingueneau (2008) divide o termo em três noções: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. A noção de universo discursivo faz referência a todas as formações discursivas, ao conjunto finito, porém inapreensível de todas as produções enunciativas. Devido a isso, ela possui pouca relevância prática, constitui apenas um horizonte teórico à análise do discurso. Em um nível inferior, constituem-se os campos discursivos, que são conjuntos “de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (MAINGUENEAU 2008, p.34). Até o momento, esta reflexão vinha utilizando o termo espaço semântico, neste ponto é preciso distingui-lo do que Maingueneau apresenta como campo discursivo. Um espaço semântico é um domínio de objetos alinhados em um caráter comum, em uma mesma “condição adjetiva”, por assim dizer (objetos políticos, técnicos, científicos, literários etc.). A função social de uma formação discursiva é a de se apropriar de tais objetos e assim preencher os espaços semânticos disponíveis em uma dada conjuntura histórica. A elaboração discursiva sobre esses objetos implica uma formatação de sua natureza em um entendimento

específico, entretanto a pluralidade de formações discursivas existentes cria dificuldades à formação de um consenso sobre o modo como essa formatação deve proceder. A falta de consenso transforma os espaços semânticos em zonas de concorrência e intersecções discursivas, os campos discursivos de que nos fala Maingueneau. Tais campos são criados pela busca de hegemonia sobre um espaço semântico, que pode ser conseguida seja desbaratando processos discursivos opostos, seja colonizando formações discursivas de modo a integrar seus procedimentos à rede enunciativa da formação discursiva hegemônica. Maingueneau ainda afirma (2008, p.34) que é no espaço dos campos discursivos que os discursos são constituídos, pois é neles que as relações intercondicionantes ocorrem.

Pelo o que se pôde expor até agora, o campo semântico referente aos objetos literários estava preenchido, na primeira metade do século XIX, por duas formações discursivas distintas: a que advogava a existência de uma literatura brasileira, denominada aqui como crítica literária romântica brasileira, e a que defendia que a literatura produzida no Brasil estava integrada à tradição literária portuguesa, incipientemente denominada aqui, por falta de condições de se proceder uma análise mais detalhada, de crítica literária portuguesa. Como se verá mais adiante, com o desenvolvimento das condições de produção, uma terceira discursividade adentra este mesmo espaço semântico: a crítica cientificista da geração de 1870. Esta discursividade, na verdade, não buscará contradizer os fundamentos da crítica romântica, mas antes atualizar alguns de seus pressupostos de forma que seu discurso se adequasse aos novos tempos.

O último aspecto do interdiscurso são os espaços discursivos, que são “subconjuntos de formações discursivas que o analista, diante de seu propósito, julga relevante pôr em relação” (MAINGUENEAU 2008, p.35). O autor fala que tais subconjuntos são derivados de hipóteses lançadas sobre os discursos, ou seja: são elaborações teóricas destinadas a proporcionar a atividade analítica.

Quanto à natureza hipotética dos espaços discursivos, é necessário entender que não somente a elaboração de tais espaços, mas também a atribuição de um valor, de um caráter central ou periférico a um enunciado dentro de uma formação discursiva, ou até mesmo a inscrição de um

enunciado dentro de uma determinada formação discursiva, o estabelecimento de seu corpus, assim como a avaliação dos jogos discursivos mediante qualquer elemento regulador dos regimes enunciativos, não se deve à descoberta de uma natureza essencial nos enunciados, de propriedades que se referem à forma de um em-si dos discursos, mas ao trabalho de levantamento de hipóteses sobre a realidade discursiva por parte do analista. A realidade discursiva não possui a objetividade que permitiria falar de seus elementos de um modo fechado e conclusivo, a forma como os discursos são apresentados por uma teoria ou análise não corresponde a uma natureza definitiva dos enunciados ou das formações discursivas, mas antes a um modelo de inteligibilidade criado pelo analista a partir de um conhecimento linguístico e histórico que visa a ampliação deste mesmo conhecimento. A própria ideia de formação discursiva deve ser entendida como um dispositivo abstrato que busca contribuir com a instrumentalização da prática analítica.

De volta ao ponto deixado em suspenso. A alocação de um discurso no espaço interdiscursivo depende do valor possuído pelo discurso, pois o seu caráter o direcionará a determinados espaços semânticos, o que, por sua vez, fará com que o discurso em questão passe a ter que se relacionar com outros discursos que também, devido ao caráter de seu valor, encontram-se situados naquele campo semântico. Não há equivalência exclusiva entre um espaço semântico e um caráter, um mesmo espaço pode possibilitar a entrada de discursos dotados de valores diversos, assim como um mesmo discurso pode ocupar espaços semânticos completamente distintos um do outro. A relação entre um espaço semântico e os valores possíveis de adentrarem em sua dimensão dependem de variações ocorridas nas condições de produção de uma conjuntura histórica.

No momento em que uma formação discursiva entra em um espaço semântico, são estabelecidas adjacências discursivas, que são os canais por onde se produzem os efeitos de memória das relações interdiscursivas. Uma adjacência é uma condição de proximidade entre dois ou mais discursos, o que possibilita as relações intercondicionantes. Deste modo, um campo discursivo pode ser entendido como um conjunto de adjacências discursivas produzidas em um determinado espaço semântico. Uma vez criadas as adjacências, o segundo aspecto do valor de um discurso, a importância, passa a condicionar a

maneira como as adjacências são estruturadas de modo a estabelecer uma hierarquia dentro do campo semântico. Os discursos são dispostos uns ao lado dos outros mediante relações desiguais de poder. Pêcheux (2009, p.149), na sua definição de interdiscurso, menciona o exercício de dominância de uma formação discursiva sobre as outras. Maingueneau (2008, p.34) afirma que as relações interdiscursivas realizadas no interior de um campo semântico se dão dentro de uma hierarquia instável entre discursos dominantes e discursos dominados. As relações de dominância ocorrem quando as adjacências entre os discursos possuem graus assimétricos de importância. Nesta situação, três modos arquetípicos de relação podem ser identificados. No primeiro modo, um discurso A pode, em função de determinadas afinidades enunciativas e procedimentos de modulação semântica, apropriar-se do processo de um discurso B, que passará a funcionar como suporte do discurso A naquele espaço semântico. O inverso também é possível. Um discurso subordinado pode buscar parasitar elementos do processo discursivo de uma formação discursiva dotada de um grau maior de importância. Isso decorre da necessidade de um discurso mais frágil expandir suas possibilidades semânticas e também do prestígio do discurso mais elaborado. Foi o que ocorreu entre o discurso da crítica e os discursos da ciência e da política. Uma apropriação ou uma parasitação não precisam interferir no discurso apropriado ou parasitado, que pode continuar a desenvolver sua dinâmica discursiva em outros campos semânticos normalmente, mas a configuração do campo semântico nos quais os discursos agentes da parasitação ou da apropriação atuam não podem ficar indiferentes a tais movimentos.

Os dois outros modos ocorrem quando há divergências inconciliáveis, quando dois processos discursivos buscam atribuir formas incompatíveis aos mesmos objetos. Essa situação força uma disputa pelos objetos. Graus assimétricos de importância podem fazer com que um discurso A realize uma oposição controladora sobre o discurso B, i.e: o discurso dominante passa a atuar como um dispositivo de controle de um processo discursivo ao lado dos elementos controladores presentes na estrutura da própria formação discursiva subordinada. Outra possibilidade se dá quando a divergência entre os dois discursos é ainda mais severa, o que força o discurso dominante a silenciar o discurso subordinado (ou pelo menos atue no sentido de silenciamento),

impedindo dele possuir qualquer jurisprudência sobre um determinado domínio de objetos. É possível também que duas formações discursivas estabeleçam adjacências sem que uma delas consiga exercer dominância sobre a outra. Neste caso, as duas forças disputam o espaço semântico com forças relativamente equivalentes, e as diferenças da importância do valor são distribuídas unicamente segundo as classes e grupos sociais que professam este ou aquele discurso.

A presença de uma formação discursiva em um espaço semântico principia a configuração de adjacências discursivas, mas também outros fatores se apresentam como elementos condicionantes das relações interdiscursivas. O segundo deles diz respeito ao grau de porosidade de uma formação discursiva. Em função de sua sistematicidade, de sua organização interna, uma formação pode ser mais ou menos propícia a estabelecer relações interdiscursivas, e isto define um grau de autonomia que ela pode ter em relação aos procedimentos discursivos desenvolvidos em outras formações. Assim, pode-se supor que determinadas formações, em função de seu valor, encontram-se mais ou menos sujeitas a influências de outras formações; ao passo que outras, mesmo não tendo condições de ser completamente impermeáveis, apresentam certa resistência quanto à interferência promovida por processos discursivos produzidos fora de suas fronteiras. O grau de porosidade das adjacências discursivas é um elemento fundamental para a determinação da evolução de um discurso, para a configuração de suas transformações ao longo do tempo e de sua longevidade. Os discursos mais resistentes, menos porosos, tendem a resistir à descaracterização de seu valor por mais tempo, mas, a depender da conjuntura fornecida pelas condições de produção, isso pode encurtar a vida útil de um discurso, tornando-o obsoleto mais rapidamente. Discursos mais porosos, por outro lado, podem assimilar mais facilmente as transformações ocorridas no interdiscurso, de modo a fazer com que a dinâmica interdiscursiva trabalhe como um impulsionador de sua longevidade dentro do interdiscurso, mas para isso o discurso em questão corre o risco de ter o seu valor descaracterizado e, com isso, ver-se transformado em outra formação discursiva.

Durante o século XIX, os discursos promovidos pela atividade da crítica literária sempre tenderam a apresentar adjacências porosas. Uma vez que os

textos literários não eram entendidos como autônomos em relação a certas instâncias da vida social, os estudos literários eram facilmente invadidos por concepções produzidas em outros campos semânticos, como o direito, a sociologia, a antropologia, a política etc.

Além de sua alocação em um espaço semântico e de seu grau de porosidade, a terceira propriedade de uma formação discursiva refere-se ao modo como ela estrutura suas adjacências discursivas e ao modo como ela distribui seus enunciados centrais e periféricos. Os primeiros encontram-se mais distantes das relações interdiscursivas, de modo que respondem mais aos processos discursivos produzidos no interior de uma formação. Os enunciados periféricos, normalmente derivados dos centrais, buscam compensar a falta de versatilidade de tais enunciados, funcionando como intermediadores entre os níveis discursivo e interdiscursivo. Essa intermediação nunca é completa, ela varia segundo os diversos espaços semânticos que cada formação ocupa. Uma formação discursiva religiosa, por exemplo, pode produzir adjacências discursivas com a ciência quando se trata sobre o sentido para os termos vida e homem, mas terá menos condições para disputar o sentido para os termos utilizados na definição das partículas subatômicas ou na descrição da vida intracelular (apesar disso não ser impossível), o que é mais provável que aconteça dentro da dinâmica própria aos discursos científicos. Por outro lado, a ciência pouco terá a dizer sobre a natureza da divindade ou sobre determinadas razões que levam o crente a ter fé no seu dogma, e por isso é mais provável que a formação discursiva em questão negocie tais termos dentro de adjacências criadas com formações discursivas cujo valor possua um caráter mais próximo de um alinhamento religioso.

As relações desenvolvidas nas fronteiras existentes entre as diversas formações discursivas dependem, portanto, de três fatores: 1) Da posição da formação discursiva no espaço interdiscursivo, que determina quais seriam as adjacências discursivas estabelecidas pelas fronteiras; 2) Do grau de porosidade das fronteiras da formação discursiva; 3) Da posição de um enunciado em questão dentro do espaço interno de sua própria formação discursiva (já que os mais periféricos podem depender tanto de adjacências

discursivas quanto dos procedimentos discursivos presentes em sua própria formação discursiva).

O detalhamento dos diferentes aspectos envolvidos no estabelecimento das relações interdiscursivas torna-se importante para a teoria do discurso, pois ele serve para se afastar a ideia de que o interdiscurso se relaciona com uma formação discursiva à maneira de uma dimensão que contém outra e a possibilite. O interdiscurso não possibilita as formações discursivas menos do que essas o possibilitam, já que o interdiscurso se produz à medida que as formações interagem, assim como as formações discursivas surgem e se dinamizam a partir de relações interdiscursivas preexistentes. Assim, se, por um lado, torna-se complicado dizer que um sentido preexiste no interdiscurso – já que esse interdiscurso não possui autonomia ontológica, pois é apenas uma ordenação entre diversas formações discursivas (mais fácil seria afirmar que um sentido preexiste em uma outra formação discursiva) – por outro um sentido não é formulado em uma formação discursiva independentemente das condições interdiscursivas dessa formação, de modo que um sentido é produzido também a partir desse arranjo que é o interdiscurso. Disso tudo, pode-se concluir que a produção de sentido ocorrida dentro de uma formação discursiva ocorre não dentro de uma suposta anterioridade do interdiscurso, nem tampouco mediante uma unidade essencial dos discursos, mas sim dentro de uma sincronia existente entre um processo discursivo e os sentidos já constituídos sob a forma de pré-construídos nas relações entre as formações discursivas. Isso significa dizer que quando um sentido encontra-se na iminência de ser produzido em uma formação discursiva, uma série de outros objetos, i.e.: seus sentidos, existentes no interdiscurso, a ele se articulam mediante a forma de discursos transversos no sentido produzido, mas a ocorrência de tais encaixes não assinala uma transposição de sentido do interdiscurso para o discurso, antes ele produz uma “fricção semântica” a partir da qual algo totalmente novo pode ser produzido. Uma novidade discursiva somente pode se dar a partir de uma “velhice interdiscursiva”. Assim, a afirmação de Eni Orlandi (2001: 31), “O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma dada situação dada”, deve ser entendida não como se o interdiscurso entregasse dizeres acabados às formações discursivas; o interdiscurso, i.e.: as outras formações discursivas em

suas relações interdiscursivas, na verdade disponibiliza uma base de dizeres a partir da qual uma dada formação pode iniciar seus próprios procedimentos discursivos.

### 3: A CRÍTICA LITERÁRIA ROMÂNTICA NO BRASIL

Estabelecidos os princípios teóricos que orientam esta reflexão, cabe agora proceder à descrição do discurso da crítica literária produzida no Brasil ao longo do século XIX. A reflexão até agora desenvolvida já permitiu a visualização de alguns encaixes discursivos, assim como a apresentação das condições de produção nas quais a atividade da crítica literária aparece no cenário nacional. Os encaixes já apresentados, entretanto, longe estão da totalidade das articulações apresentadas pelo discurso da crítica. Este capítulo será destinado a uma análise mais detida que, ainda que não dê conta de apresentar todos os encaixes presentes no discurso da crítica literária romântica, ao menos poderá contemplar aqueles que foram mais decisivos na configuração inicial da crítica literária em solo nacional. O mais importante para o propósito que aqui se tem em mente é a percepção do núcleo do discurso da crítica, pois será a partir dela que se poderá estabelecer uma comparação eficaz entre a crítica romântica e a crítica científica e assim avaliar o grau de distância entre os dois modelos de atividade crítica.

A crítica romântica possui dois momentos decisivos. O primeiro, como já se pode supor, é o ano de 1826, quando se publica o *Resumé* de Ferdinand Denis. Apesar de não se poder dizer que uma única pessoa possa ser responsável pelo surgimento de um discurso, que ele tenha um criador, pois o aparecimento de um discurso depende de um conjunto de fatores que extrapolam a responsabilidade individual, a atuação de determinados indivíduos pode ser considerada estratégica no que diz respeito ao aparecimento de uma formação discursiva dentro do interdiscurso. Denis pode ser considerado aquilo que Foucault (2001, p.280) denominou de “fundador de discursividade”. Segundo ele, as pessoas que podem ser classificadas dentro desta categoria são responsáveis não somente por suas obras, pelas formulações que produziram ao longo da vida, mas também pelas regras de possibilidade de outros textos, i.e.: de outras formulações que podem ser incluídas dentro de uma mesma formação discursiva. Este é o caso de

Ferdinand Denis. Com o seu resumo, ele lança os princípios que estabelecerão os fundamentos para a elaboração de um conceito de literatura brasileira, desenvolvido no segundo momento pelos autores românticos nacionais, como Gonçalves de Magalhães, Januário da Cunha Barbosa, João Adolfo Varnhagen e Santiago Nunes Ribeiro. O marco deste segundo momento é o ano de 1836, data da publicação do *Ensaio sobre a história da literatura no Brasil*, de Magalhães.

### 3.1. A PREEMINÊNCIA DE FERDINAND DENIS E DO *RESUMÉ* DE L'HISTOIRE LITTÉRAIRE DU BRÉSIL

Foi durante o período romântico que os estudos literários começaram a aparecer no Brasil de modo mais sistemático. Isto, entretanto, não significa dizer que eles já constituíam um pensamento ordenado segundo princípios elaborados a partir de uma cadeia demonstrativa, tal como viria a ser prática apenas no século XX, quando a atividade crítica migraria dos jornais para as universidades e passaria a estar subordinada a um novo campo reflexivo, o da teoria da literatura. A sistematicidade alegada deve ser assumida considerando-se as possibilidades conceituais disponíveis à época. Quando se fala em uma “teoria literária romântica”, ou mesmo de uma “crítica literária romântica”, tem-se em mente um conjunto de ideias e de princípios que surgem na década de 1820 e tornam-se recorrentes a partir da década de 1830, período no qual pode ser presenciado o início da atividade dos autores românticos brasileiros.

Antonio Candido atribui à crítica romântica a produção de um “conjunto orgânico do que hoje entendemos por literatura brasileira” (CANDIDO 1981, p.328). Ela estaria dispersa em três diferentes modalidades de atividade intelectual: a) a que buscava definições gerais sobre a literatura brasileira; b) a que estabelecia os fundamentos de uma história literária nacional; c) a que manifestava opiniões sobre a arte literária e seus produtos acabados (cf.

CANDIDO 1981, p.328). Pode-se então considerar que os estudos literários românticos recobriam-se de preocupações de ordem teórica, histórica e crítica. Elas raramente encontravam-se separadas de maneira nítida entre os diversos escritos dos intelectuais românticos, de modo que era muito comum que considerações de ordem histórica, por exemplo, estipulasse uma estreita dependência tanto da atividade crítica como da teórica. Assim, quando aqui se menciona termos como a crítica romântica, ou mesmo o discurso da crítica romântica, quer-se fazer referência a uma ordem discursiva que engloba e ordena as três referidas modalidades de atividade intelectual.

Os primeiros estudos que se voltaram à literatura produzida no Brasil foram realizados por autores europeus. O primeiro a tratar das letras nacionais foi o alemão Friedrich Bouterwek (1766 – 1828). No quarto volume de sua *História da Poesia e da Eloquência desde o fim do século XIII*, intitulado *História da Poesia e da Eloquência Portuguesa*, publicado em 1805, ele comenta autores portugueses representativos, assim como alguns brasileiros, como Cláudio Manoel da Costa. O segundo texto que trataria da literatura produzida no Brasil foi o *De la littérature de Midi de L'Europe*, obra de quatro tomos escrita pelo genebrino Simonde de Sismondi (1773 – 1842) e publicado em 1819. Nela, Sismondi abarca várias literaturas do mundo românico, dentre elas, a literatura portuguesa. Assim como ocorrera na obra de Bouterwek, a abordagem da literatura lusa abriria espaço para que se fizesse referência a alguns escritores brasileiros, como Antônio José da Silva e Cláudio Manoel da Costa, elogiado por Sismondi (1829, p.545). O terceiro texto europeu que apresentaria considerações sobre a literatura brasileira foi o *Resumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du resumé de l'histoire littéraire du Brésil*, escrito pelo francês Ferdinand Denis, publicado em 1826. A palavra *suivi* do título indica, como é expresso pelo próprio autor na introdução (DENIS 1926, p.XIX), que o texto fora pensado como composto por duas obras, uma referente à literatura portuguesa e outra referente à literatura brasileira, o que faz do *Resumé de l'histoire littéraire du Brésil* a primeira obra a considerar a literatura brasileira como distinta da portuguesa e a tratar exclusivamente da produção literária nacional. Esse seria um dos motivos para que o estudo de Denis figurasse como o mais importante dentre os primeiros tratados históricos que abordaram a literatura brasileira. Ao longo do período romântico, outros

estrangeiros ainda escreveriam sobre as letras nacionais, como os portugueses Almeida Garrett e Alexandre Herculano, o prussiano Carl Schlichthorst e o austríaco Ferdinand Wolf.

Os estudos de Bouterwek e Sismondi são parecidos em certos aspectos. Ambos são obras de longo fôlego, divididas em vários volumes e que pretendem oferecer uma visão panorâmica da literatura e da cultura letrada da Europa. A amplitude da perspectiva dos textos possibilitou que a literatura produzida na então colônia portuguesa fosse considerada, ainda que rapidamente. O pensamento romântico foi favorável ao surgimento de estudos de natureza crítica que teriam poetas brasileiros incluídos em seu repertório de autores considerados, e isto por dois motivos básicos. O primeiro, de ordem mais geral, liga-se à prática historiográfica, cara aos românticos. Foi durante o romantismo que as pesquisas de caráter histórico substituíram os manuais de poética e retórica, que eram orientados mais pela preocupação com a correção das produções literárias do que pela investigação e avaliação dos textos existentes, por estudos que buscavam ligar as manifestações literárias às realidades locais dos estados nacionais. O segundo motivo, este mais relevante para o caso da literatura brasileira, deve-se ao culto romântico do exotismo, que fará com que os escritores interessem-se por paisagens e povos distantes e diversos daquilo que poderia ser presenciado na realidade europeia. A conjunção desses dois aspectos fez com que pensadores europeus dirigissem sua atenção às produções espirituais do Novo Mundo, o que permitiu que alguns autores brasileiros fossem incluídos em algumas compilações historiográficas.

Dentre os primeiros textos que trataram da literatura brasileira, apenas o de Denis foi realmente influente ao longo do século XIX, sendo o único a ter uma repercussão significativa em nosso ambiente intelectual. Sintomático disso é o comentário de Sílvio Romero, presente no início de sua *História da Literatura Brasileira* (1888, p.04): “Bouterwek, na *História da Literatura Portuguesa* (1804), Sismondi nas *Literaturas do Meio-Dia da Europa* (1819), e Ferdinand Denis, no *Resumo da História da literatura de Portugal* (1825), foram os primeiros que falaram de nossos poetas e escritores”. Guilhermino César (1968, p.07) aponta algumas incorreções no trecho. O nome e o ano de publicação dos livros escritos por Bouterwek e por Sismondi estão errados,

assim como o ano de publicação do texto de Denis, apesar deste último erro poder ser considerado menor e fortuito. O desconhecimento dos títulos verdadeiros das obras dos historiadores alemão e genebrino é assumido por César como um indício de que tais autores eram conhecidos apenas precariamente e de forma indireta, e que suas obras não obtiveram circulação entre os membros da classe intelectual que se formava a partir da década de 1820. Um dos motivos para isso teria sido a parca repercussão que Bouterwek e Sismondi obtiveram no universo intelectual de língua portuguesa. Diferentemente do que ocorreria em outros países da Europa, como França e Espanha, a obra de Bouterwek, por exemplo, nunca receberia uma tradução para o português (cf. CÉSAR 1978, p.02).

Outra explicação para a tímida repercussão dos primeiros historiadores estrangeiros da literatura brasileira deve-se ao reduzido espaço que a literatura brasileira ocupa em tais obras, além do fato de a literatura produzida no Brasil ser considerada como integrada ao sistema literário português. Pode-se perceber certo tom de reserva em Gonçalves de Magalhães quando ele avalia as obras de Bouterwek e Sismondi:

MM. Bouterwech, Sismonde de Simondi e Ferdinand Diniz alguma coisa disseram. O primeiro apenas conhecia Cláudio Manoel da Costa, de quem alguns pedaços apresenta, o segundo inteiramente pauta-se pelo primeiro; e a menção que faz de alguns brasileiros fora mesmo excluída do plano de sua obra sobre a literatura do meio-dia da Europa, se nela não entrasse como um apêndice à história da literatura portuguesa. (MAGALHÃES 1836, p.136)

Mais adiante ele elogia a obra de Denis por ela ser mais extensa e separar as duas literaturas, apesar dele ainda considerar o Resumé uma obra incompleta (o que seria natural, afinal ela é apenas um resumo). Ainda que apenas com uma breve história resumida da literatura brasileira, Ferdinand Denis conseguiu exercer grande influência em nosso sistema literário desde a emergência da primeira geração romântica. Em seu Bosquejo de História da Literatura Brasileira, publicado em 1843, Joaquim Norberto exaltou a reforma nas letras nacionais que vinha sendo operada com Gonçalves de Magalhães e

seus seguidores. Seu livro assume, como era comum em toda a historiografia literária romântica, a literatura de uma nação como um movimento progressivo em prol do preenchimento de um ideal nacional. Segundo ele, a incorporação desse ideal por parte da literatura asseguraria um período de esplendor e glória à pátria (cf. SILVA 1843, p.45). Ele entendia que este período era o que então começava a ser presenciado, e no fundamento dele estaria os conselhos dados aos brasileiros por Ferdinand Denis, que assim convertia-se numa espécie de profeta da literatura nacional:

Sim Mr. Ferdinand Denis tinha predito – que o Brasil, que sentira a necessidade de adotar instituições diferentes das que lhe impusera a Europa, – que o Brasil conhecia também a necessidade de ir beber suas inspirações poéticas à fonte que lhe verdadeiramente pertence; - que o Brasil coroado com o esplendor de sua nascente glória publicaria dentro em pouco tempo as primorosas obras desse primeiro entusiasmo que atesta a galhardia e mocidade de qualquer povo; - sim a profecia cumpria-se e essa época de glória literária vem raiando. (SILVA 1843, p.49)

Outro testemunho pode ser encontrado em João Adolfo Varnhagen, que assim se expressa sobre o brasilianista francês: “Ingratidão fora não manifestar aqui que muito aprendemos de suas publicações recheadas de investigação e de encantos” (VARNHAGEN 1877, p.1186). A bibliografia crítica sobre o assunto também é unânime ao declarar a importância de Denis para o romantismo brasileiro. Alceu Amoroso Lima (1930, p.157) afirma que “Ferdinand Denis foi o pai do nosso romantismo”. Heron de Alencar (1969) considera o capítulo introdutório do Resumé “o manifesto do romantismo brasileiro”. Segundo outros comentadores, a importância de Denis pode ser sentida não somente durante o período romântico, mas também na literatura que se desenvolveria em seguida. Candido, em citação já referida anteriormente (1981, p.323), entende que os princípios lançados por Denis persistiram em nossa crítica pelo menos até o final do século XIX. Segundo Maria Helena Rouanet (1991, p.264), o Resumé de Denis “contém o germe daquele discurso que dominou o pensamento brasileiro durante todo o século

XIX". Por fim, pode-se ainda mencionar a opinião de Regina Zilberman (2013, p.137):

O *Résumé* teve grande impacto sobre os intelectuais brasileiros da primeira geração romântica, que copiaram muitas de suas afirmações sobre a necessidade de a literatura exibir um caráter nacional e dar vazão à cor local. Embora Ferdinand Denis não tenha sido o único a tomar essa posição –que se encontra igualmente no «Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa», de Almeida Garrett (Garrett, 1826), prólogo do *Parnaso Lusitano*, de 1826– suas ideias foram utilizadas para reiterar a importância do trabalho pioneiro concretizado, por exemplo, por Gonçalves de Magalhães (1811-1882) nos anos 30 do século XIX.

Caso se procure referências aos trabalhos de Bouterwek e Sismondi, seja nos textos do século XIX como na bibliografia crítica mais recente, poucas serão encontradas. Em um primeiro momento, pode parecer curiosa a discrepância entre os graus de importância atribuídos aos primeiros historiadores de nossas letras nacionais, que varia entre o parcial desconhecimento e, no caso de Denis, a exaltação celebrante. Além dos motivos pontuais comentados anteriormente, o entendimento do porquê de tal discrepância encontra-se ligado a uma compreensão que diz respeito ao processo de constituição do discurso que irá se consolidar por intermédio da atividade da crítica literária ao longo do século XIX. Não foi apenas por dedicar um espaço maior ao estudo dos autores nacionais ou por separar a literatura brasileira da portuguesa que Denis foi bem recebido entre os intelectuais brasileiros. Antes, estas duas razões são decorrentes de outros fatores presentes na conjuntura na qual o livro surge. Ou seja: a separação entre as duas literaturas e a avaliação dos autores nacionais realizada por Denis são decorrentes de um processo discursivo que conseguiu alinhar-se às expectativas dos brasileiros daquela época. Sua importância teria sido firmada no momento em que ele apontou a feição que a literatura nacional deveria assumir, uma feição própria, singular, nacional, assim como o modo pelo qual tal objetivo poderia ser atingido, quais elementos temáticos deveriam ser

aproveitados nos textos literários. Um trecho do Resumé é normalmente lembrado como sendo fundamental neste sentido:

Le Brésil, qui a senti la nécessité d'adopter des institutions différentes de celles qui lui avaient été imposées par l'Europe, le Brésil éprouve déjà le besoin d'aller puiser ses inspirations poétiques à une source qui lui appartienne véritablement; et dans sa gloire naissante, il nous donnera bientôt les chefs-d'œuvre de ce premier enthousiasme qui atteste la jeunesse d'un peuple (DENIS 1826, p.515)<sup>32</sup>.

Cotejado este trecho com o de Joaquim Norberto citado mais acima, facilmente se percebe a relação parafrásticas entre as duas formulações. Isto significa que, passados 17 anos, as palavras de Denis ainda possuíam bastante força entre nossos homens de letras, situação que continuaria inalterada por mais algumas décadas. Vários foram os comentadores que repetiram juízos bastante similares. Todos eles parecem apenas reforçar aquilo que Joaquim Norberto já publicara em 1843: Denis, apesar de não ter sido o primeiro a comentar a produção literária nacional, teria sido o primeiro a chamar atenção ao fato de que a literatura brasileira deveria afastar-se da tradição literária europeia e assumir um caráter particular, o que seria conseguido mediante o aproveitamento da cor local e dos costumes de seus povos primitivos. Tal explicação assume que a importância do texto de Denis na constituição de uma tradição literária nacional seria devida a esse novo direcionamento ideológico e temático. Ao fazer com que os autores brasileiros aproveitassem a cor local e os costumes indígenas, coisa que os demais autores não fizeram, Denis induziu a literatura brasileira a assumir um caráter nacional e nacionalista. Isto, por sua vez, dinamizou nosso sistema literário, o que provocou também a emergência da atividade crítica, daí Candido afirmar que a crítica romântica surgiu com a teoria do nacionalismo literário:

---

<sup>32</sup> O Brasil, que sentiu a necessidade de adotar instituições diferentes das que lhe havia imposto a Europa, o Brasil experimenta já a necessidade de ir beber inspirações a uma fonte que verdadeiramente lhe pertença; e, na sua glória nascente, cedo nos dará as obras-primas desse primeiro entusiasmo que atesta a juventude de um povo.

A crítica romântica se baseia na teoria do nacionalismo literário, cujo iniciador foi, para a nossa literatura, um estrangeiro; intelectualmente e pelo significado histórico, franco-brasileiro: Ferdinand Denis. Em segundo plano, pode-se considerar Almeida Garrett, não apenas por certa coincidência de ideias expressas sumariamente, mas pela provável ação de presença que exerceu junto aos moços da Niterói (CANDIDO 1981, p.319).

Disso, pode-se deduzir que os outros dois historiadores que precederam Denis não obtiveram a mesma ressonância devido ao fato de terem se limitado a comentar nossa produção cultural sem tentar direcioná-la segundo os princípios do nacionalismo romântico. Apesar de não ser equivocada, essa explicação não pode ser assumida como completa, pois não considera a amplitude da situação na qual o *Resumé* viria à luz. Os comentadores mais recentes muitas vezes parecem repisar a percepção que os próprios românticos possuíam da posição de Denis em nossa cultura letrada. Nesta percepção, o *Resumé* aparece como um texto singular dentro da obra de Denis (o que explica o relativo silêncio em relação às outras obras do autor), como o único que teria oferecido uma contribuição decisiva para a constituição de uma literatura nacionalista no Brasil, afinal, ele foi o único texto do francês a assumir o tom tutelar que foi a causa da sua importância. Entretanto, não é suficiente considerar o que foi afirmado por Denis, é necessário também analisar como foi possível que suas afirmações obtivessem ressonância no cenário intelectual brasileiro, i.e.: como chegou a ser possível a ideia de uma literatura brasileira fundamentada sobre princípios nacionalistas. Esta análise deve ser realizada buscando-se os encadeamentos enunciativos que, por intermédio de uma rede de implícitos, suportam este enunciado nuclear do discurso romântico brasileiro: o Brasil sente a necessidade de uma literatura nacional.

A adoção de uma perspectiva discursiva sobre esta questão permite construir uma nova imagem para a posição do texto de Denis no sistema literário brasileiro. Por ela, o *Resumé* pode ser entendido não como uma produção singular em relação a outras tentativas de representação da realidade brasileira, mas como uma formulação que reúne e apresenta enunciados que viriam a constituir-se como centrais de um discurso que já se

encontrava em vias de construção e que já possuía seus principais fundamentos constituídos. Deste modo, o *Resumé* pode deixar de ser percebido como uma causa direta para a teoria literária nacionalista e passar a ser entendido como uma consequência de um processo discursivo mais amplo que vinha se estruturando desde o início do século XIX. Este processo ainda não possuía um caráter literário, elaborava-se no plano político dentro do contexto da disputa ideológica e militar pela emancipação política do Brasil. A tímida repercussão obtida pelos dois primeiros estudos europeus sobre a literatura brasileira pode ser explicada pelo fato deles não terem se alinhado injuntivamente a este processo discursivo no qual o texto de Denis se articula a fim de adquirir existência e eficácia, uma vez que tal processo ainda não existia. Por conta disso, eles não teriam conseguido inserir-se no horizonte de expectativas que informava aos brasileiros e demais interessados a natureza e a razão de ser das letras nacionais, de modo que ficariam relegados a um relativo esquecimento.

Um indício da existência de um processo discursivo no qual o *Resumé* se inscreve pode ser encontrado já nas citações acima referenciadas de Zilberman e Candido, quando ambos apontam o alinhamento das ideias de Almeida Garrett com as publicadas por Denis. Tanto o *Bosquejo* quanto o *Resumé* são escritos a partir de linhas de pensamento comuns. Ambos textos associam o nacionalismo à originalidade e criatividade literária, o que faz com que ele torne-se um critério valorativo na avaliação dos autores considerados. Por conta disso, a utilização de elementos da cultura clássica é encarada como algo bastante negativo, pois ela desvirtuaria o caráter nacional das obras. Ao comentar a produção literária de seu país durante o século XVI, Garrett lamenta a utilização do castelhano por parte de alguns autores portugueses, como Sá de Miranda. Nesta questão, parece-lhe louvável a atuação de Antônio Ferreira, que quis promover a utilização do português entre os poetas de seu país. Entretanto, o mérito de Antônio Ferreira é contrabalanceado pela prática de imitação dos poetas clássicos: “Cegou-se, todavia o nosso bom Ferreira na imitação dos antigos; copiou-os, não os imitou: e daí, enriquecendo a língua, empobreceu a literatura, porque a avezou a esse hábito de copista, cancro que rói o espírito criador, alma e vida da poesia nacional (GARRETT 1826, p.XX).” A presença de *topoi* clássicos, como a mitologia pagã, é associada à prática da

imitação, fazendo com que a falta de originalidade seja encarada também como uma falta de nacionalidade do poeta. De maneira semelhante, Ferdinand Denis condena a utilização de motivos clássicos pelos poetas brasileiros, indicando que eles nem estariam adequadas à realidade nacional nem apresentavam alguma novidade à tradição literária:

Si cette partie de l'Amérique a adopté un langage qu'a perfectionné noire vieille Europe, elle doit rejeter les idées mythologiques dues aux fables de la Grèce : usées par notre longue civilisation, elles ont été portées sur des rivages où les nations ne pouvaient bien les comprendre, où elles auraient dû toujours être niées ; elles ne sont en harmonie, elles ne sont d'accord ni avec le climat, ni avec la nature, ni avec les traditions. L'Amérique, brillante de jeunesse, doit avoir des pensées neuves et énergiques comme elle<sup>33</sup>. (DENIS 1826, p.515-516)

Em ambas passagens, pode-se identificar um pressuposto comum, algo que pode ser considerado dito a partir das conclusões as quais os autores chegam: *a literatura é a expressão da vida nacional*. Este último termo, *vida nacional*, em ambos autores, encaixa-se também com o objeto *originalidade*. Assim, a literatura faz-se original na medida em que passa a exprimir a vida nacional. A esta ideia, um efeito de discurso transversal articula uma representação do que seria a prática da imitação: associada à reprodução dos modelos antigos, ela, ao mesmo tempo em que ela aniquilaria a criatividade artística, anularia também a principal função da literatura: a representação do nacional. A ideia de cópia e de imitação possuem a mesma função discursiva que a ideia de classicismo: são elementos e práticas que deveriam ser rejeitadas caso se quisesse fazer com que a literatura de um país fosse produtiva. Disposto em forma esquemática, estes encaixes e articulações assumiria a seguinte configuração:

---

<sup>33</sup> Se esta parte da América adotou uma língua aperfeiçoada por nossa velha Europa, ela deve rejeitar as ideias mitológicas devidas às fábulas da Grécia: utilizadas por nossa longa civilização, elas foram levadas sob os rios onde as nações não as poderiam compreender bem, onde elas deveriam ser sempre desconhecidas; elas não estão em harmonia, elas não estão de acordo nem com o clima, nem com a natureza, nem com as tradições. A América, brilhante de juventude, deve ter pensamentos novos e enérgicos como ela.

A literatura é a expressão		da vida nacional de originalidade	→		A cópia prejudica A imitação O classicismo		a literatura a expressão da vida nacional a originalidade artística
----------------------------	--	--------------------------------------	---	--	--------------------------------------------------	--	---------------------------------------------------------------------------

Este circuito argumentativo fará com que os dois autores cheguem a juízos bastante semelhantes sobre os poetas coloniais brasileiros. Ambos elogiam Basílio da Gama e Santa Rita Durão pela presença da natureza e do índio em suas composições. Ao mesmo tempo, o francês e o português também concordam nos motivos pelos quais o lirismo de Tomás Antônio Gonzaga deveria ser visto com certa reticência, apesar de sua qualidade. Segundo Garrett, o poeta teria errado quando não inclui cenas americanas nos quadros de seus poemas: “quisera eu que em vez de nos debuxar no Brasil cenas da Arcádia, quadros inteiramente europeus, pintasse os seus painéis com as cores do país onde os situou. Oh! E quanto não perdeu a poesia nesse fatal erro!” (GARRETT 1826, p.XIVI). De forma bastante semelhante, Denis também reprova Gonzaga: “il faut reprocher à Gonzaga l’emploi continuel d’images puisées dans la mythologie, et de ces formes de poésie pastorale répandues par Fontenelle : tout cela ne convenait guère à un poète brésilien habitant un des pays où la nature étale le plus de splendeur et majesté”<sup>34</sup> (DENIS 1826, p.570-571). Ambos autores, portanto, entendiam a literatura como expressão original da nacionalidade. Por conta disso, repudiaram a apropriação da tradição clássica. Os dois também parecem possuir as mesmas opiniões sobre a literatura brasileira: ela deveria utilizar as paisagens locais e favorecer a utilização da poesia descritiva<sup>35</sup>.

A existência não apenas das mesmas conclusões, mas também dos mesmos encaixes entre enunciados e unidades semânticas, obriga a relativização da imagem de Denis como causa única para o surgimento da teoria nacionalista que fundamentará os estudos literários românticos, ou que o aparecimento desta teoria deveu-se exclusivamente ao seu texto. Ao invés

<sup>34</sup> Deve-se censurar em Gonzaga o emprego contínuo de imagens sugeridas pela mitologia, e destas formas de poesia pastoral

<sup>35</sup> Assim como Denis, Garrett também entendia que a natureza americana favorecia a adoção da poesia descritiva. Comentando o poema *Caramuru*, ele afirma que a ausência de assunto heroico no poema era compensada pelos quadros naturais, descrito por ele como um “vastíssimo campo sobretudo para a poesia descritiva” (GARRETT 1826, p.XIV)

disso, deve-se pensar que, em meados da década de 1820, a teoria nacionalista já possuía fortes possibilidades de ser articulada pelos pensadores que se interessavam pelo assunto, de modo que não deve causar estranheza o fato dela ter sido proferida por dois intelectuais residentes em países distintos. Além disso, a reprodução do discurso presente nos textos de Denis e Garrett pelos românticos da primeira geração é um indicativo de como ele vai ganhando força à medida que transformações conjunturais na sociedade brasileira passam a favorecer a ideia de uma literatura nacionalista fundamentada no exotismo e no indianismo.

A teoria nacionalista foi o produto de uma articulação de sentidos que já circulavam de alguma forma na mentalidade daquele contexto, no conjunto de expectativas que se tornavam possíveis naquelas condições de produção discursiva. Uma vez que seja possível ser comprovado que o *Bosquejo da História da Poesia e da Língua Portuguesa* apresenta encadeamentos enunciativos alinhados injuntivamente com os encadeamentos encontráveis na obra de Denis, de modo que seja lícito afirmar que ambos textos apresentam formulações inscritas em uma mesma formação discursiva, não é errado assumir que eles participaram de um mesmo processo discursivo.

Este alinhamento, entretanto, não implica em uma identidade integral entre os dois textos. O *Resumé*, por exemplo, apresenta uma forte influência do determinismo climático e biológico não constatada no texto de Garrett. Esta é uma diferença altamente significativa, já que as teorias deterministas constituem o fundamento da atividade crítica ao longo de todo o século XIX. As semelhanças também não anulam a possibilidade de aparecimento de enunciados disjuntivos em determinados trechos das formulações. Se, por um lado, o texto de Garrett alinha-se aos dizeres encontráveis nos textos de Denis e de outros românticos brasileiros surgidos anos mais tarde, por outro não se pode ignorar os momentos em que o discurso apresentado pelo português afasta-se do apresentado por certa ala do romantismo brasileiro (a que defendia a existência e autonomia da literatura nacional). Em Denis, como em Magalhães, Nunes Ribeiro, Joaquim Norberto, dentre outros, a nacionalização de uma literatura garantiria sua autonomia. Em Garrett, entretanto, tal entendimento não é verificado. Garrett era partidário da tese de que um autor deveria imbuir-se de elementos nacionais e cantar a sua terra, porém isso não

faria com que ele participasse de uma literatura específica, pois a especificidade de uma literatura seria determinada pela língua, e não pelos elementos nacionais que ela porventura apresentasse. Como aponta Anco Márcio Vieira (2002, p.154), ao lado do princípio nacionalizante, Garrett apresenta também um princípio linguístico, no qual a ideia de existência de uma literatura portuguesa encontra-se ligada à ideia de existência de uma língua portuguesa. Assim, existe uma literatura portuguesa não porque existe um povo português ou uma realidade nacional portuguesa, mas sim porque existe uma língua portuguesa. Este é o mesmo entendimento apresentado por Gama e Castro, o que faz com que o texto de Garrett seja discursivamente heterogêneo, uma vez que apresenta enunciados presentes em duas formações discursivas concorrentes. A associação da ideia de literatura à ideia de língua aparece como um efeito colateral do surgimento de um processo discursivo que buscava associar a literatura ao conceito de nação, como se forças discordantes pretendessem frear um conceito de literatura nacional que cada vez mais vinha ganhando força.

Denis conseguiu perceber a existência deste processo e, em determinado momento de sua carreira como intelectual, decidiu conscientemente buscar alinhamento a ele. À época da publicação de seu *Resumé*, Denis já produzira alguns livros sobre o Brasil, mas ele ainda não tinha decidido dirigir-se diretamente a um público brasileiro nem assumido o tom tutelar apresentado nesta obra. Além disso, uma vez que o francês decidiu dialogar com os intelectuais situados no outro lado do Atlântico, nem tudo o que ele realmente pensava sobre o nosso país viria a ser utilizado na composição de sua carreira como brasilianista. A evolução do pensamento de Denis sobre o Brasil deve ser pensada tendo-se em mente a ambivalência que caracterizava o discurso europeu sobre a realidade americana (cf. VENTURA 1987, p31). Esta ambivalência decorre de uma dupla experiência (cf. COSTA LIMA 1989, p.130) que o Novo Mundo proporcionava aos viajantes europeus, permitindo que eles, por um lado, experimentassem uma desilusão com a sociedade local e, por outro, idealizassem e exaltasse a natureza exuberante. Denis permaneceu no Brasil entre 1817 e 1819, e nesse tempo passou pela Bahia e pelo Rio de Janeiro. Em cartas e anotações que não seriam utilizadas em suas futuras publicações, Denis transmite uma imagem bastante pessimista

da sociedade brasileira, tachada por ele como inculta e bárbara. Afirma Luiz Costa Lima (1989, p.133) que isto fez com que se estabeleçam dois pólos mediante os quais os trópicos foram representados: um negativo, composto por uma sociedade degradada e decepcionante, contraposto a outro positivo, formado pela natureza tropical e por seus habitantes primitivos, que seriam objetos de idealizações estetizantes. Esta dupla experiência é vista por Maria Helena Rouanet (1991, p.157) como responsável pelo exercício de um duplo discurso sobre o Brasil. Em um, reservado às comunicações privadas e reflexões particulares, o Brasil é representado negativamente; em outro, destinado à publicação, há o deslumbramento com a natureza e a proposta de exotismo.

A existência desse duplo discurso deve ser pensada em conjunto com o modo pelo qual Denis decide eleger o público para o qual escreveria. No primeiro capítulo, foi mencionado como a proposta lançada por *Scènes de la nature sous les tropiques* não foi tão bem recebida pelo público europeu, sobretudo depois de uma crítica negativa escrita por Sainte-Beuve. Depois da publicação deste livro, Denis parece reconsiderar seu projeto inicial e então decide dirigir-se ao público brasileiro. Somente então parece que o *Resumé* é concebido. Nele, encontramos a mesma ideia geral sobre a qual o livro anterior se assenta, a mesma proposta de aproveitamento do exotismo natural como forma de ampliar o universo das inspirações literárias, com a diferença de que agora o seu público interlocutor não era mais o europeu, mas um para o qual a crítica de Sainte-Beuve não faria mais sentido: o brasileiro. Daí a sua afirmação categórica: “le Brésil éprouve déjà le besoin d’aller puiser ses inspirations poétiques à une source *qui lui appartienne véritablement*”<sup>36</sup> (DENIS 1826, p.515) (grifos nossos).

O que esta mudança de público-alvo e a existência de um duplo discurso sobre o Brasil pode nos dizer sobre a existência do referido processo semântico que levará adiante a teoria do nacionalismo literário? Em primeiro lugar, tais fatos indicam que Denis escrevia atento ao respaldo que ele poderia adquirir junto a um público leitor, e que para que isto acontecesse ele deveria adequar-se às exigências das circunstâncias. Isto o impedia de publicar tudo o

---

<sup>36</sup> O Brasil já sente a necessidade de buscar suas inspirações poéticas em uma fonte que lhe pertença verdadeiramente.

que fazia parte de suas reflexões, assim como o forçava a dirigir-se a um público que possuísse condições de receber o seu discurso (ou, dito de outra forma: ele precisou adequar seus escritos a uma matriz de sentido de uma formação discursiva já corrente). Rejeitada na França, a ideia de aproveitamento literário do exotismo da natureza brasileira seria respaldada por aqui porque nossa sociedade passava a reunir condições para que esta rede de sentidos começasse a ser desenvolvida (condições essas já consideradas no primeiro capítulo). A existência de tais condições é confirmada quando se analisa o modo como os brasileiros receberam os textos de Denis e construirão para ele uma imagem de amigo do Brasil. Ao analisar tal recepção, Maria Helena Rouanet (1991 p.168) destaca um processo de *leitura conveniente*, na qual apenas determinados textos de Denis entravam na ordem de considerações que o colocaria como um importante brasilianista:

Este processo foi, sem dúvida, em grande parte o responsável pela interpretação *conveniente* que tanto Denis quanto a sua obra mereceram por parte dos brasileiros. Estes, (...) estavam sempre prontos para admitir tal interpretação, uma vez que ela vinha ao encontro das suas próprias expectativas e pretensões (grifo da autora).

A conveniência desta leitura deve ser entendida como um alinhamento das ideias de Denis a uma matriz de sentido que adquiria condições de existência no Brasil do início do século XIX. Nem tudo o que Denis escreveu sobre o Brasil tinha condições de estabelecer o referido alinhamento injuntivo que garantia a ressonância discursiva que foi a verdadeira causa para o seu sucesso. Parte de sua produção transmitia uma imagem de nossa sociedade que os românticos brasileiros não estavam dispostos a reconhecer. Exemplos de passagens como estas podem ser encontradas em reflexões contidas em suas cartas e diários dos anos de 1816 a 1819<sup>37</sup>, ou nos relatos realizados sobre punições dirigidas aos escravos, descritas como cruéis e bizarras: “Rien n’est plus douloureux, pour un étranger, que de voir se renouveler sans cesse ce châtiment domestique, que des femmes elles-mêmes ne craignent point

---

<sup>37</sup> A análise de tais cartas e diários pode ser encontrada em Luiz Costa Lima (1989) e em Rouanet (1991).

d'infliger à leurs esclaves des deux sexes"<sup>38</sup> (DENIS 1838, p.145). Alinhados disjuntivamente em relação ao discurso romântico, passagens como estas farão com que algumas obras de Denis fossem relegadas a uma região de sombra e esquecimento. Por outro lado, os textos que atendiam as expectativas dos brasileiros, devidamente interpretadas por Denis, receberiam atenção e fariam com que seu autor fosse celebrado pela intelectualidade local. Essas seleções e interpretações, tanto por parte de Denis como por parte dos brasileiros, indicam a existência de um núcleo enunciativo produzido por uma formação discursiva que informava a Denis e aos brasileiros o que poderia ser dito sobre o Brasil, assim como aquilo que deveria permanecer interdito. Esse núcleo constitui um domínio de memória responsável pela instauração de uma ordem de legibilidade que atuava no gerenciamento das produções textuais, de modo que algumas eram assumidas como válidas enquanto outras eram instantaneamente esquecidas.

Caso se queira compreender a preeminência do *Resumé* de Denis dentro do cenário intelectual que começa a se desenhar no Brasil a partir da terceira década do século XIX, é necessário analisar os acoplamentos enunciativos que constituíram a formação discursiva na qual ele se inscreve. Uma vez que a configuração da crítica romântica brasileira se encontra diretamente ligada ao destino que possuiu o *Resumé* de Denis dentro de nosso sistema intelectual, tal análise possibilitará uma compreensão mais detalhada da rede de implícitos constituinte do discurso romântico.

### 3.2. UM PAÍS LIVRE, UMA LITERATURA NACIONAL

A análise da configuração discursiva presente no *Resumé* de Denis permite também formular uma explicação mais completa e detalhada para a não ressonância dos primeiros estrangeiros que escreveram sobre a literatura

---

<sup>38</sup> Nada é mais doloroso para um estrangeiro que ver renovar-se sem cessar esse castigo doméstico que as próprias mulheres não temem em infligir em seus escravos dos dois sexos.

brasileira. Apesar deles terem produzido seus estudos em consonância com os princípios historiográficos do romantismo, de forma bastante similar ao que faria anos mais tarde Ferdinand Denis, as condições de produção ainda não eram favoráveis à produção de um nacionalismo de caráter romântico, de forma que ainda não havia, em território nacional, uma formação discursiva que pudesse gerar uma nova mentalidade literária. Isto porque o discurso romântico somente pôde obter uma versão nacional após a conjuntura discursiva que se estruturaria após a emancipação política do Brasil, e os livros de Bouterwek e Sismondi são escritos antes que isso tivesse ocorrido.

A crítica literária romântica brasileira surge com o problema da especificidade da literatura brasileira. Essa questão aparece por força do embate ideológico e das transformações políticas que tiveram por consequência a emancipação política e a instauração da ordem imperial no Brasil. Aquele modelo de crítica foi um componente de uma nova ordem discursiva que se estruturava a fim de justificar a nova ordem social vigente, legitimando tanto a separação com Portugal como a manutenção da unidade nacional. Para isto, ela precisou de um sentido fundador, um enunciado nuclear em torno do qual os demais predicados acerca do fenômeno literário seriam produzidos. Este sentido fundador seria efetivado mediante uma apropriação ideológica dos eventos recentes ocorridos no plano político, e dizia respeito sobre a necessidade do Brasil possuir uma literatura baseada em fontes de inspiração próprias. O enunciado que suporta este sentido aparece pela primeira vez no texto de Ferdinand Denis, o *Resumé de l'histoire littéraire du Brésil*, uma vez que ele seria o primeiro texto a abordar a produção literária brasileira após a instauração de uma mentalidade nacional no país.

O texto de Denis, entretanto, deve ser considerado apenas como um dentre um conjunto de produções textuais inseridos dentro do mesmo processo discursivo. A existência do *Resumé* somente pôde ser possível devido às articulações realizadas com discursos prévios, como as fontes românticas europeias, o cientificismo determinista, os relatos de viajantes europeus que aportaram nos trópicos, assim como o discurso político que promovia a ideia de uma nacionalidade brasileira. Para se ter uma consciência mais completa deste processo discursivo, é necessário descrever as relações enunciativas injuntivas que compõem a matriz de sentido que atravessa os textos alinhados a esta

formação discursiva. A presente descrição não retrocederá às origens europeias da teoria romântica, pois isto a colocaria num sentido diverso do pretendido por esta pesquisa, que é composto pela investigação da crítica romântica e o seu modo de articulação com a crítica que será praticada no período republicano. Ela se contentará em apresentar o estado desse processo discursivo nos momentos decisivos de sua formação.

O primeiro momento é composto pelo lançamento da proposta de uma literatura nacional por Denis. Neste ponto, o corpus é composto pelo *Resumé* de Denis, mas também pelo *Scènes de la nature sous les tropiques*, livro no qual são lançados os pressupostos contidos no seu resumo publicado dois anos após. De Garrett, que, no mesmo ano que Denis, também chamou atenção para a necessidade de se nacionalizar a literatura brasileira, foram considerados enunciados extraídos de seu *Bosquejo da história da poesia e da língua portuguesa*. O segundo momento é composto pela reprodução desse processo discursivo por autores nacionais. Neste ponto o corpus passa a ser elaborado a partir de textos escritos por Januário da Cunha Barbosa, Gonçalves de Magalhães, João Adolfo Varnhagen, Santiago Nunes Ribeiro, Joaquim Norberto de Silva, Ferdinand Wolf, assim como um pequeno artigo escrito por Alexandre Herculano. O propósito orientador dessa investigação não será a análise isolada de cada texto componente do corpus, eles serão considerados unicamente em função da contribuição de cada um para a estruturação do referido processo discursivo, seja ampliando seu arco de atuação, seja reforçando as articulações enunciativas já existentes. Com isto, espera-se obter alguns esquemas de articulações entre enunciados e unidades lexicais que dê conta das formações semânticas presentes do núcleo do discurso da crítica. Estes esquemas deverão conter as principais articulações responsáveis pela elaboração de um sentido para o fenômeno literário dentro do sistema intelectual brasileiro; eles servirão de base para o contraste com a nova ordem discursiva que pode ser contatada nos últimos decênios do século XIX.

A constituição de uma crítica literária de caráter romântico no Brasil está ligada a uma nova forma de simbolizar a realidade nacional que passa a ser corrente após a proclamação da independência por Dom Pedro. Tal evento político (e discursivo) ensejou a disseminação de um ideal nacional brasileiro

que interferiria na maneira de se entender a produção literária de um país. Retomemos um trecho do *Resumé* citado anteriormente e avaliemos os enunciados que nele podem ser verificados:

Le Brésil, qui a senti la nécessité d'adopter des institutions différentes de celles qui lui avaient été imposées par l'Europe, le Brésil éprouve déjà le besoin d'aller puiser ses inspirations poétiques à une source qui lui appartienne véritablement; et dans sa gloire naissante, il nous donnera bientôt les chefs-d'œuvre de ce premier enthousiasme qui atteste la jeunesse d'un peuple (DENIS 1826, p.515)<sup>39</sup>.

Três enunciados podem ser deduzidos a partir deste trecho:

- a) *O Brasil sentiu a necessidade de tornar-se independente de Portugal* (Le Brésil, qui a senti la nécessité d'adopter des institutions différentes de celles qui lui avaient été imposées par l'Europe);
- b) *O Brasil sente a necessidade de produzir uma literatura a partir de uma inspiração própria* (le Brésil éprouve déjà le besoin d'aller puiser ses inspirations poétiques à une source qui lui appartienne véritablement);
- c) *O Brasil apresentará obras primas que atestam a sua juventude* (et dans sa gloire naissante, il nous donnera bientôt les chefs-d'œuvre de ce premier enthousiasme qui atteste la jeunesse d'un peuple).

Por este parágrafo, pode-se perceber com nitidez relações injuntivas de suporte estabelecidas entre enunciados inseridos em um mesmo processo discursivo. Por ora, assumiremos tais enunciados como enunciados-referência; eles servirão para iniciar a apresentação do processo discursivo presente no *Resumé* e em outros textos alinhados ao discurso romântico brasileiro. A relação de suporte é realizada por efeitos de implicação causal produzidos por encaixes laterais, i.e.: efeitos de discurso transversal. Os três enunciados que o

---

<sup>39</sup> O Brasil, que sentiu a necessidade de adotar instituições diferentes das que lhe havia imposto a Europa, o Brasil experimenta já a necessidade de ir beber inspirações a uma fonte que verdadeiramente lhe pertença; e, na sua glória nascente, cedo nos dará as obras-primas desse primeiro entusiasmo que atesta a juventude de um povo. (as traduções dos trechos do *Resumé* serão extraídas de CÉSAR, 1978)

trecho apresenta possuem valores distintos, tanto no que diz respeito ao caráter como à importância de cada um. O enunciado **A** possui caráter político, ao passo que o **C** possui caráter estético. Cada um dos dois possuem a função de legitimar o enunciado central nessas duas frentes, de modo que a necessidade de uma literatura própria no Brasil seria de ordem tanto política, pois uma nova literatura deveria responder aos eventos políticos recentes, como estética, pois uma nova literatura produziria as obras primas necessárias à construção de uma tradição nacional. Os enunciados **A** e **C** também são acessórios ao enunciado **B**, pois possuem menor importância e encontram-se ali para oferecer um suporte ao enunciado central do processo discursivo. A ideia de que o Brasil deveria ter uma literatura dotada de elementos nacionais seria reproduzida incansavelmente ao longo de todo o século XIX (e não deixou de ser repetida também no século seguinte), fundamentando e atribuindo legitimidade ao que se produzia no campo literário, seja no plano da produção literária propriamente dita, seja no plano dos estudos literários.

O efeito de suporte se dá mediante o estabelecimento de uma sequência lógica e causal entre fatos conhecidos – a emancipação política do Brasil – e outros que, ainda que impossíveis de serem constatados empiricamente – as obras primas futuras da literatura nacional – são assumidos como possíveis em um futuro mais ou menos próximo, uma vez que se encontravam na ordem de expectativas de uma determinada forma-sujeito produzida dentro daquela mesma formação discursiva. O enunciado nuclear, portanto, não possui autonomia, sua validade não deriva de um suposto valor em si que ele porventura pudesse possuir nem ele se vem à existência num vácuo semântico. Ao invés disso, ele é levado adiante por outros que asseguram seu caráter inquestionável a partir de implicações organizadas em uma estrutura tripartite. Desse modo, não é suficiente considerar isoladamente as prerrogativas sobre as quais a crítica romântica se estabelece, é necessário pensar tais prerrogativas dentro de sua estrutura de implicações, da rede de sentidos nas quais elas se desvelam. Tal estrutura estabelece uma racionalidade a partir de uma sequência que reproduz uma forma de sequência temporal (passado – presente – futuro: enunciado A – enunciado B – enunciado C). Com isso, um sentido ideológico é naturalizado, pois cria-se uma ideia de um presente tão esperável quanto o transcorrer espontâneo dos dias.

O enunciado nuclear possui uma relação de dependência com aquele que o precede. Deste modo, o surgimento da necessidade de busca de uma inspiração própria encontra-se vinculado à possibilidade de se dizer que o Brasil precisou adquirir a independência política. Esta é a *primeira articulação* do discurso do romantismo brasileiro, e pode-se dizer que ela possui o mesmo caráter do enunciado que a inicia, i.e.: político. Por ela, a ideia de uma literatura nacional ficaria associada a um projeto de nação de um determinado grupo social: a aristocracia agrária do sudeste do país. O encaixe entre os dois primeiros enunciados, por sua vez, produz um novo efeito de implicação, a *segunda articulação*, de caráter estético: a ideia de que futuramente o Brasil apresentaria ao mundo civilizado obras de qualidade superior. Tal projeção do futuro serve como uma forma de reforçar a validade do enunciado nuclear que o antecede, colocando a necessidade de nacionalização da literatura como uma condição para que os artistas brasileiros consigam atingir a excelência artística. Mais adiante será visto que tal estrutura básica de articulações se repetirá em diferentes planos discursivos, com uma série de outras articulações laterais e transversais, estas últimas compostas por eixos de pré-construídos. Na disposição esquemática abaixo esboçada, cada seta representa um efeito de implicação lateral.

*Articulações enunciativas nucleares da ideia de uma literatura nacional*

<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>
O Brasil sentiu a necessidade de tornar-se independente	→ O Brasil sente a necessidade de ter uma literatura nacional	→ O Brasil apresentará obras primas que atestam sua juventude

A primeira articulação do discurso do nacionalismo romântico brasileiro é uma apropriação discursiva de eventos políticos recentes. Em primeiro lugar, deve-se atentar em como, para os românticos, a ideia de literatura encontrava-se associada ao conceito de nação. Isto fará com que o domínio do literário seja entendido como subordinado a determinações de ordem política. Segundo o discurso romântico, somente pode-se falar em literatura brasileira a partir do momento em que se torna legítimo falar em *nação brasileira*. Nas primeiras

décadas do século XIX, esta era uma possibilidade ainda bastante incipiente, uma vez que ela passa a existir somente após a proclamação da independência, ocorrida apenas quatro anos antes da publicação do *Resumé*. Não é por acaso que Denis abre as considerações introdutórias de seu texto comentando a recém instaurada situação política do Brasil e sua influência sobre a sua condição cultural:

Pendant long-temps l'Amérique méridionale, soumise au joug de deux puissances européennes, sembla condamnée à leur fournir des richesses sans partager leur gloire. Avec le besoin de la liberté on a senti dans le Nouveau-Monde un désir ardent d'accroître ses connaissances. Nous ne sommes plus au temps où l'on pouvait retenir les Américains sous la dépendance par les liens politiques et par ceux de l'ignorance<sup>40</sup> (DENIS 1826 p. 513-514).

A partir desse parágrafo, é possível deduzir os seguintes enunciados:

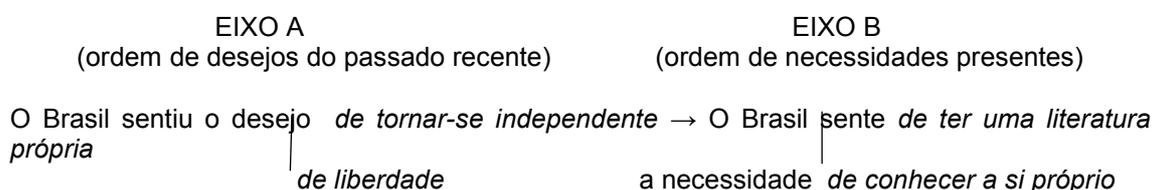
- Durante o período colonial, o Brasil estava condenado a fornecer a Europa de riquezas sem tirar proveito delas.
- Com a necessidade de liberdade, surgiu o desejo de se conhecer o Brasil.
- Os brasileiros não podem mais ser dependentes politicamente ou intelectualmente.

Considerando os enunciados passíveis de serem deduzidos nesta passagem, pode-se perceber a repetição do processo de articulação entre os enunciados A e B constatado no parágrafo antes considerado. Novamente há a associação entre o processo de independência política às intenções de se nacionalizar a cultura e a literatura produzida no país. Tal repetição ocorre devido aos encadeamentos verticais que atravessam a linearidade estabelecida pelos encaixes laterais. Esses encadeamentos articulam enunciados e unidades semânticas (substantivos, adjetivos etc.) dotados de

---

<sup>40</sup> Durante muito tempo a América meridional, submetida ao jugo de duas potências europeias, parecia condenada a fornecer-lhes riquezas sem partilhar de sua glória. Com a necessidade de liberdade, sentiu-se no Novo Mundo um desejo ardente de se conhecer melhor. Não estamos mais na época onde se podia manter os americanos sob dependência por meio dos laços políticos e da ignorância.

funções e valores isonômicos e que se acumulam em uma mesma posição de forma a constituir um eixo de pré-construídos articulados aos pré-construídos constituintes do eixo seguinte. O acúmulo de elementos discursivos por meio de implicações verticais faz com que os enunciados-referência possam ser vistos como pivôs de eixos de pré-construídos. Assim, o que antes foi referido como enunciado A, B ou C, pode agora ser referido como eixos A, B e C. Dispondo as articulações horizontais (as setas) e verticais (as linhas) dos enunciados passíveis de serem deduzidos nos dois parágrafos até agora considerados, pode-se esboçar o seguinte esquema:



O eixo A reúne os enunciados que representam a ordem de necessidades sentidas em um passado recente que justificam a demanda presente por uma literatura brasileira de caráter nacional. O eixo B diz respeito à ordem de necessidades presentes, assumidas como uma consequência da ordem de necessidades do eixo precedente. Os encaixes desse processo discursivo apresentam uma adjacência discursiva com o domínio dos objetos políticos. Denis tece suas considerações sobre a situação da literatura brasileira a partir de uma análise da situação política do país. A análise, bastante simples, baseia-se praticamente em duas ideias apenas: liberdade e submissão. A primeira é associada aos eventos ocorridos no passado recente, ao passo que a ideia de submissão é associada ao período do Brasil colonial. Com isso, realiza-se um encaixe vertical entre as unidades *independência* e *liberdade*, de modo a tornar os dois termos isonômicos. As articulações laterais, por sua vez, projetam essa isonomia de termos em objetos dotados de um caráter distinto, os objetos literários. *Cria-se, assim, a ideia de uma literatura livre*: “L’Amérique enfin doit être libre dans sa poésie comme dans son gouvernement.”<sup>41</sup> (DENIS 1826, p. 516). A ideia de liberdade, por sua vez, é encaixada às ideias de espírito e individualismo nacionais, de especificidade da

<sup>41</sup> A América deve ser livre tanto na sua poesia como no seu governo.

realidade local cujo conhecimento torna-se agora imperativo. Livre da submissão imposta por Portugal, o Brasil poderia olhar para dentro de sua própria intimidade. Com isso, *ter uma literatura livre* passa a significar também *ter uma literatura própria*. Uma literatura própria, por sua vez, significa também ter uma literatura particular, específica, nacional, diferente das produzidas na Europa:

Les Américains n'ont point fait toujours sentir dans leurs productions les effets de la nature qui les inspirait; *avant d'être libres il semblait qu'ils voulussent oublier leur patrie* pour demander à l'Europe une partie de sa gloire. Maintenant, ils doivent fonder leur littérature : je le répète, *elle doit avoir un caractère particulier*.<sup>42</sup> (grifos nossos) (DENIS 1826, p.535).

Antes da independência, o Brasil não teria possuído uma literatura livre, de modo que a literatura produzida por aqui não poderia ser considerada uma literatura particular, própria, nacional. O rompimento com Portugal seria responsável pela inauguração de um novo momento da vida cultural do país. Agora, via-se a possibilidade do Brasil produzir uma literatura que lhe pertencesse de fato. Tudo isso é desvelado mediante articulações entre substantivos, adjetivos e enunciados segundo tais esquemas:

Articulações verticais:

Liberdade	Literatura livre
Independência	Literatura própria
Espírito nacional	Literatura particular
	Literatura nacional

Articulações horizontais:

Um país   <i>livre</i>	→	Uma literatura   <i>livre</i>
<i>independente</i>		<i>própria</i>
<i>com espírito nacional</i>		<i>particular</i>
		<i>nacional</i>

Em seu *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa* (1826), publicado no mesmo ano do *Resumé*, Garrett, ainda que se dirigindo não à situação da literatura brasileira, mas à evolução da literatura de seu país, utiliza

<sup>42</sup> Os americanos não têm feito sempre sentir em suas produções o influxo da natureza que os inspirou, antes da Independência, parecia até pretenderem olvidar a própria pátria para pedir à Europa um quinhão da sua glória. Agora, que têm necessidade de fundar sua literatura, repito: ela deve ter um caráter original.

articulações enunciativas dotadas do mesmo caráter das que aparecem no texto de Denis. Ao comentar a adoção do castelhano nas composições poéticas portuguesas do início do século XVII, período no qual Portugal encontrava-se submetido à dinastia filipina, Garrett escreve: “Tínhamos perdido a independência; perdemos logo o espírito nacional, o timbre, o amor pátrio (que amor da pátria poderá haver em quem pátria já não tem)” (GARRETT 1926, p.XXX-XXXI). A situação vivida por Portugal no século XVII era inversa à que vivenciava o Brasil durante o século XIX, de modo que se conclui que o destino da literatura portuguesa naquele momento era também inverso: se o Brasil, adquirida sua autonomia política, encontrava perspectivas de nacionalização e progresso cultural; Portugal, uma vez perdida tal autonomia, não poderia senão entrar em um período de declínio literário. É deste modo que Garrett qualifica a terceira época de sua divisão dos períodos da literatura portuguesa, como um período no qual “principia a corromper-se o gosto e a declinar a língua” (GARRETT 1826, p.XXVIII). Mas o que importa aqui é a estrutura discursiva utilizada, não tanto o seu conteúdo. Também em Garrett encontramos a mesma equiparação entre as ideias de *independência*, *liberdade* e *espírito nacional*, assim como as mesmas implicações laterais entre os fenômenos políticos e literários (se há independência política, há progresso literário, caso contrário, há o declínio das letras). A presença de um mesmo esquema de implicações entre enunciados nos textos de Denis e de Garrett é um forte indício da existência de uma formação discursiva consolidada que ambos autores recorriam ao realizarem a elaboração de seus argumentos.

Esta formação discursiva ganha força à medida que as ideias lançadas por Denis e Garrett são assimiladas pela intelectualidade local. Desse modo, os mesmos argumentos vão se tornando recorrentes em formulações textuais diversas, o que faz com que eles sejam constantemente revalidados perante o público brasileiro. A década seguinte veria surgir a primeira geração de escritores e intelectuais que promoveriam o discurso romântico no Brasil. Este grupo, embora ainda marcado por certa formação neoclássica, assumiu a responsabilidade de levar adiante as recomendações que Denis apresentara em seu *Resumé*. Fazendo assim, eles também levariam adiante a estrutura de implicações de sentidos que garantira legitimidade aos textos do brasilianista francês e de Almeida Garrett. A primeira publicação neste sentido foi o *Parnaso*

*Brasileiro*, organizado pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa. Esta antologia, na verdade, não constituía uma única publicação, mas uma série de pequenos cadernos produzidos entre 1829 e 1832 que tinha uma preocupação didática, pois se propunha a “acordar o louvor dos beneméritos passados, e para estimular a sua imitação, assim a presente, como as gerações futuras” (BARBOSA 1999, p.37). Além disso, outra preocupação do cônego era a de promover o conhecimento, no “mundo literário”, dos gênios brasileiros do passado. Apesar do *Parnaso Brasileiro* ser uma coletânea, uma coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, como seu subtítulo indica, e por isso carece de um caráter reflexivo – uma vez que não possuía um texto introdutório tal como o *Parnaso Lusitano* de Garrett – ainda assim pode-se verificar, pelas palavras introdutórias de seu organizador, algumas reverberações do discurso romântico que chegava ao Brasil. Neste sentido, Januário parece endossar a ideia de que uma nova era literária era inaugurada no Brasil com o advento da independência política:

Agora porém que o Brasil, felizmente desassombrado da opressão antiga, e tão duradoura; agora, que ocupando um lugar distinto na categoria de povos livres, lhe é já permitido, à sombra de um governo verdadeiramente paternal, o dar-se em desafio à altura de todo o gênero de úteis aplicações; fora sem dúvida um descuido imperdoável o não fazer ressurgir a sua esmorecida literatura, apresentando na frente dela as excelentes composições poéticas dos seus maiores ilustres engenhos. (BARBOSA 1999, p.36)

Nesta passagem temos novamente a associação entre o fim da condição colonial e a abertura a um novo período de progresso cultural e literário. Mas em um ponto tal passagem destoava do que normalmente era pregado pela crítica romântica. Para o Cônego Januário, a condição de um povo livre possibilitaria o *ressurgimento* da literatura brasileira, ao passo que em Denis verifica-se que a ideia de independência e de liberdade implicaria a *fundação* da literatura brasileira. Nas articulações verticais entre os termos *independência*, *liberdade* e *espírito nacional*, parece faltar o terceiro elemento, uma vez que o autor dá a entender que o espírito nacional já estaria consolidado em um momento anterior ao advento do Brasil como uma nação autônoma. Disso decorre o caráter de recuperação e de conservação das composições poéticas do passado, assim como a sua intenção de, por

intermédio da coletânea, tanto promover o conhecimento dos autores do passado nas novas gerações como de impedir que tais obras sejam consumidas pelo tempo. Embora a empresa se revista de intenções nacionalistas, ainda não há, como se verá nos escritos dos românticos seguintes, o nacionalismo como um critério orientador das escolhas estéticas, e, como aponta Valdeci Lopes de Araújo (2009, p.50), “em nenhum momento é antecipada a discussão em torno da necessidade ou existência de uma literatura nacional diferente da literatura portuguesa”.

As poucas palavras introdutórias do Cônego Januário constituem um início tímido do pensamento romântico no sistema intelectual brasileiro. Ele ganharia mais consistência com tentativas puramente reflexivas de apreender a situação da literatura brasileira. O primeiro texto que pode ser incluído nesta categoria é o *Ensaio sobre a história da literatura no Brasil*, escrito por Gonçalves de Magalhães e publicado na primeira edição da revista *Niteroy*, publicação que de fato marca a entrada do discurso romântico no pensamento nacional. No que diz respeito às articulações enunciativas referentes aos eixos A e B, Magalhães reproduz o mesmo esquema que aparece no *Resumé* de Denis. Também ele entende que a independência política inauguraria um período de progresso literário no Brasil: “com a expiração do domínio português, desenvolvem-se as ideias” (MAGALHÃES 1836, p. 149). Mais adiante, ele deixa claro a associação entre a independência política e a vivificação do espírito nacional que contaminaria as futuras obras literárias: “no século XIX, com as mudanças, e reformas políticas, que tem o Brasil experimentado, nova face literária apresenta. Uma só ideia absorve todos os pensamentos, uma nova ideia até ali desconhecida, é a ideia de pátria; ela domina tudo, tudo se faz por ela, ou em seu nome” (MAGALHÃES 1836, P.152).

A adjacência entre os campos semânticos da política e da literatura é ainda levado a maiores consequências no *Bosquejo da história da poesia brasileira*, texto de Joaquim Norberto de Sousa e Silva que serve de introdução à coletânea *Modulações Poéticas*, publicado em 1841. À semelhança de Garrett, o bosquejo de Norberto também realiza uma divisão dos diversos períodos da literatura brasileira. A importância da proclamação da independência do país para o desenvolvimento das letras é tamanha que é

entendido que ela constituiria o marco da quinta época literária: “com a proclamação da independência, que uma nova época de glória, esplendor e prosperidade marcou os anais do mais heroico povo do novo mundo, vasto campo se abriu à pátria literatura” (SILVA 1843, p.41). Mais tarde, em 1859, em um dos capítulos de sua inconclusa história da literatura brasileira, ele ratifica esse juízo: “quando um brado enérgico e vivificador retumbou do Ipiranga às fronteiras do novo império americano, libertando um povo oprimido e proclamando a progenição de uma nova e poderosa nação, nós já o éramos por nossa literatura!” (SILVA 2001, p.33).

Um último exemplo de recorrência deste esquema argumentativo confirma como ele vinha ganhando força com a consolidação do discurso romântico sobre as letras brasileiras, pois ele vem de um dos maiores expoentes românticos de Portugal: Alexandre Herculano. Em seu *Bosquejo*, Garrett não reconheceu a separação entre as literaturas brasileira e portuguesa, entendendo que ambas participariam de uma única tradição literária. Pode-se interpretar este fato em virtude de uma perspectiva portuguesa para a situação política e literária do Brasil. A independência política do Brasil era um evento recente e suas implicações sobre a condição literária dos dois países ainda estavam sendo assimiladas/ construídas. Assim, quando Herculano não somente reconhece a separação entre as duas literaturas, mas também projeta perspectivas antagônicas ao futuro literário dos dois países, pode-se dizer que a linha argumentativa inaugurada por Denis vinha vencendo o debate que pretendida deliberar sobre a existência ou não de uma literatura brasileira. Em seu artigo sobre os *Primeiros Cantos* de Gonçalves Dias, publicado em 1847 na *Revista Universal Lisbonense*, ele analisa a situação literária do Brasil que, na sua opinião, era bastante diversa da que vivenciava Portugal. Diferentemente de sua antiga metrópole, o Brasil via abrir diante de si uma perspectiva de progresso literário e a possibilidade de assumir uma posição entre as grandes nações do mundo civilizado. Novamente aqui, tais conclusões são articuladas aos eventos políticos que culminaram no grito do Ipiranga: “separado da mãe pátria, (...) o Brasil, império vasto, rico, destinado pela sua situação, pelo favor da natureza, que lhe fadou a opulência, a representar um grande papel na história do novo mundo, é a nação infante que sorri” (HERCULANO 1978, p.133).

Claro é que nem todas as diferentes formulações contemplam o esquema acima apresentado em sua totalidade, nem também elas significam sempre exatamente a mesma coisa. O que é importante notar é que todas elas fundamentam seus argumentos a partir de articulações de sentidos que permanecem circunscritas ao que o discurso romântico previa como possível. Deve-se também deixar claro que os encaixes enunciativos se dão a partir do caráter específico de cada enunciado que veicula as unidades encaixadas. No caso em questão, os caracteres envolvidos são o *político* e o *literário*, que se encontram articulados na formação discursiva do nacionalismo romântico. Desse modo, quando se afirma que a ideia de independência articula-se à ideia de liberdade, tal articulação envolve objetos de domínios específicos. Isso não significa que as palavras, no discurso analisado, passaram a funcionar como sinônimos perfeitos, significa apenas que, dentro de uma adjacência discursiva estabelecida entre determinados domínios semânticos, alguns termos adquirem isonomia, um funcionamento equivalente em função de necessidades argumentativas. Os encaixes verticais, portanto, devem ser assumidos dentro da especificidade de seu funcionamento discursivo. Atualizados, os esquemas anteriormente apresentados assumem a seguinte configuração:

*Esquema de encaixes verticais referentes à origem da ideia de uma literatura brasileira nacional*

(para os objetos políticos e literários):

Liberdade	Literatura livre
Independência	Literatura própria
Espírito nacional	Literatura particular
	Literatura nacional

*Esquema de encaixes verticais e articulações horizontais referentes à origem da ideia de uma literatura brasileira nacional*

(objetos políticos e literários):

EIXO A (ordem de desejos do passado recente)	EIXO B (ordem de necessidades presentes)
O Brasil sentiu o desejo	O Brasil sente
<i>de tornar-se independente</i>	<i>de conhecer a si próprio</i>
<i>de liberdade</i>	a necessidade <i>de ter uma literatura</i>
<i>de ter um espírito nacional</i>	<i>própria</i>
	<i>livre</i>
	<i>particular</i>
	<i>nacional</i>

### 3.3. UM PAÍS SUBJUGADO, UMA LITERATURA POBRE

O eixo A foi apresentado como sendo referente à representação de eventos ocorridos no passado que tornam necessária a tomada de posição defendida por Denis. Até agora, esse eixo foi verificado unicamente quando ele trata de eventos ocorridos em um passado recente em relação ao ano de publicação do *Resumé*, i.e.: dos eventos que conduziram à proclamação da independência do Brasil. Denis, entretanto, faz também várias referências a um passado mais recuado, ao período colonial do Brasil. No parágrafo considerado na página 191, tal referência aparece no primeiro enunciado (*Durante o período colonial, o Brasil estava condenado a fornecer a Europa de riquezas sem tirar proveito delas*). A existência dessas duas ordens de passado distintas faz com que o eixo A esteja clivado em dois pólos de simbolização do passado nacional: um positivo, o passado recente responsável pelo processo de emancipação política; outro negativo, o passado recuado no qual o Brasil vivenciou a submissão a Portugal. Os dois pólos se dispõem simetricamente enquanto espelhos invertidos um do outro. Se a independência significa a liberdade e o progresso, o período colonial significa a prisão e o atraso. Se um abria a possibilidade para o aproveitamento da realidade local e o surgimento de uma poesia nacional, o outro determinava uma cultura de empréstimo por intermédio da prática da imitação dos *topoi* europeus. A fim de facilitar a identificação dessa clivagem, o pólo negativo será referido como eixo A'. Cada um dos pólos se caracteriza e se distingue daquele disposto ao seu lado pela natureza dos pré-construídos alinhados em seu eixo vertical.

Enquanto que ao passado recente é atribuído o florescimento dos sentimentos que motivaram a instauração de uma nova mentalidade literária, ao passado colonial são atribuídos os elementos que teriam inibido o surgimento desta mesma mentalidade. O eixo de representação do passado colonial cumpre a função de configurar uma situação política e social indesejável que justifica a o tom assertivo e mobilizador do texto de Denis. Por meio dele, são estabelecidas as atitudes necessárias para se modificar a situação cultural vivida pelo Brasil, tida como precária devido à vivência colonial. Uma vez que a situação da literatura de uma região é entendida como condicionada diretamente pela conjuntura política, a vivência colonial seria tão

danosa à cultura quanto o foi à economia. Dois trechos extraídos do *Resumé* podem ser utilizados para se deduzir os enunciados responsáveis pela representação da situação cultural brasileira durante o período colonial:

#### TRECHO 1

Néanmoins, au commencement du siècle, le vaste empire du Brésil empruntait encore au Portugal quelques faibles rayons de son ancienne gloire littéraire pour s'en parer ; les succès que les Brésiliens eussent pu acquérir étaient comptés pour rien; comme les richesses de la terre, ils allaient grossir le trésor de la métropole: le reste du monde les ignorait, et les Américains eux-mêmes savaient à peine s'ils devaient s'en glorifier<sup>43</sup> (DENIS 1826, p.514 - 515).

#### TRECHO 2

Si cette partie de l'Amérique a adopté un langage qu'a perfectionné notre vieille Europe, elle doit rejeter les idées mythologiques dues aux fables de la Grèce: usées par notre longue civilisation, elles ont été portées sur des rivages où les nations ne pouvaient bien les comprendre, où elles auraient dû toujours être méconnues ; elles ne sont en harmonie, elles ne sont d'accord ni avec le climat, ni avec la nature, ni avec les traditions<sup>44</sup> (DENIS 1826, p.515 -516).

Assim como a independência seria o evento provocador da nacionalização da literatura brasileira, a condição colonial é vista como a causa para a não existência de uma literatura nacional. Durante o período colonial, não havia condições para que o brasileiro obtivesse conhecimento de seu próprio país e assumisse a sua verdadeira nacionalidade (avant d'être libres il semblait qu'ils voulussent oublier leur patrie pour demander à l'Europe une

---

<sup>43</sup> Entretanto, no começo do século, o vasto império do Brasil tomava ainda emprestado a Portugal alguns débeis raios de sua velha glória literária, para com eles se engalanar; os êxitos que os brasileiros houvessem adquirido contavam pouco; como as riquezas da terra, iam opulentar o tesouro da metrópole: ignorava-os o resto do mundo, e os próprios americanos quase não se apercebiam de que deviam exaltá-los.

<sup>44</sup> Se essa parte da América adotou uma língua que a nossa velha Europa aperfeiçoara, deve rejeitar as ideias mitológicas devidas às fábulas da Grécia: usadas por nossa longa civilização, foram dirigidas a extremos onde as nações não as podiam bem compreender e onde deveriam ser sempre desconhecidas; não se harmonizam, não estão de acordo nem com o clima, nem com a natureza, nem com as tradições.

partie de sa gloire<sup>45</sup> (DENIS 1926, p.535)). Gonçalves de Magalhães endossa este entendimento em seu *Ensaio histórico sobre as letras do Brasil* (cf.: 1836, p.140-141). Este alheamento de sua condição nacional fazia com que o poeta brasileiro buscasse uma tradição cultural estrangeira. Deste modo, cria-se o entendimento de que a produção literária vigente no Brasil antes da independência política estaria em desacordo com a realidade local. Este desacordo é simbolizado em termos comerciais. Ao criarem a partir da tradição cultural portuguesa, os poetas estariam exportando a literatura produzida no Brasil para a metrópole. Tal raciocínio aproveita-se da lógica das trocas comerciais monopolizadas. Assim como tal situação fora danosa ao progresso material do país, inibindo o desenvolvimento de suas instituições, comércio e indústria, ela teria sido igualmente prejudicial ao progresso cultural, impedindo que os autores brasileiros atingissem a excelência estética (uma vez que para os românticos ela estava associada ao caráter local e nacional da poesia), de modo que seus “melhores gênios em flor morriam” (MAGALHÃES 1836, p.138 – 139). A autonomia cultural passava a ser entendida nos mesmo termos pelos quais se entendia autonomia comercial. O domínio português é então representado como uma prisão que seria responsável pela precariedade cultural do país, pois se a liberdade era assumida como a condição favorável à consolidação de uma literatura nacional e de qualidade, a prisão atuaria no sentido contrário a isto:

E poder-se-há com razão acusar o Brasil de não ter produzido gênios de mais subido quilate? Mas que povo escravizado pode cantar com harmonia, quando o retinido das cadeias, e o ardor das feridas sua existência o torturam? Que colono tão feliz, inda com o peso sobre os ombros, e curvado para a terra, a voz ergueu no meio do universo, e gravou seu nome nas páginas da memória? Quem, não tendo o conhecimento de sua própria existência, e só de cenas de miséria rodeado, pôde soltar um riso de alegria, e exalar o pensamento de sua individualidade? Não, as ciências, a poesia e as artes, filhas da liberdade, não são partilhas do escravo; irmãos da glória, fogem do país amaldiçoado onde a escravidão rasteja, e só com a liberdade habitar podem. (MAGALHÃES 1836, p. 142-143)

---

<sup>45</sup> Antes da Independência, parecia até pretenderem olvidar a própria pátria para pedir à Europa um quinhão da sua glória.

A partir destes últimos trechos, pode-se extrair alguns enunciados pertencentes a este eixo enunciativo. Tal eixo terá a função de representar a situação da literatura brasileira durante o período colonial. Por conta disso, todos os enunciados deduzidos serão ordenados a partir de um mesmo *caput* (*Durante o período colonial ...*):

- a) Durante o período colonial, o Brasil tomava de empréstimo a literatura portuguesa.
- b) Durante o período colonial, o Brasil contribuía com a literatura portuguesa.
- c) Durante o período colonial, o resto do mundo ignorava o Brasil.
- d) Durante o período colonial, os próprios brasileiros ignoravam o Brasil.
- e) Durante o período colonial, o Brasil adotou ideias em desacordo com seu clima, sua natureza e sua tradição.
- f) Durante o período colonial, o domínio português impedia o desenvolvimento da nacionalidade e da literatura brasileira.

Todos estes enunciados estabelecem uma rede de implicações recíprocas, onde um torna-se causa do outro e por fim traçam o quadro da situação literária do Brasil colônia. O enunciado *d* faz com que a condição colonial justifique precariedade cultural do Brasil assim como a sua marginalidade no cenário cultural (há que se atentar que a preocupação dos românticos não era exclusivamente literária, o projeto por eles empreendido visava também melhorar a imagem do país e elevá-lo à condição de país civilizado). Uma vez superada a dificuldade configurada pela submissão colonial, não haveria mais quaisquer empecilhos e a situação indesejada representada pelo enunciado *c* estaria resolvida. Quanto a este enunciado, é válido notar que ele se apresenta no *Parnaso Brasileiro* de Januário da Cunha Barbosa como uma das justificativas para a organização daquela coletânea: “Empreendi esta coleção das melhores poesias dos nossos poetas, com o fim de tornar ainda mais conhecido no mundo literário o gênio daqueles brasileiros” (BARBOSA 1999,

p.33). A construção desses enunciados foi possível graças aos encaixes verticais entre determinadas unidades semânticas. Em um grupo, há a simbolização da vivência colonial, em outro a representação da situação cultural do país. As duas ordens de simbolizações encontram-se implicadas uma pela outra:

*Encaixes verticais referentes à simbolização da vivência colonial e da situação cultural do país durante este período*

Colônia	→	Importação
Prisão		Imitação
Ignorância (sobretudo em relação ao próprio país)		Ausência de caráter nacional

Nos enunciados *a* e *b*, atente-se às noções de *empréstimo* e *contribuição*. Aliadas à ideia de *riqueza*, presente em um enunciado já deduzido no tópico anterior (*durante o período colonial, o Brasil estava condenado a fornecer à Europa riquezas sem tirar proveito delas*), indicam o caráter comercial de alguns enunciados que compõem o discurso de Denis. Esta presença se configura como uma segunda adjacência discursiva, ao lado da adjacência com o discurso político. Mediante tais enunciados, os objetos culturais são colocados dentro da mesma lógica que regem as trocas comerciais. Enunciados dotados de tal caráter já haviam aparecido no seu livro anterior, o *Scènes de la nature sous les tropiques*, quando ele, logo na introdução, argumenta que a Europa ampliaria suas artes mediante o comércio estabelecido com povos de outras partes do mundo: “a mesure que l’Europe étend ses relations, qu’elle répand dans les autres parties du monde les bienfaits de la civilisation, on lui voit faire un continuel échange, et elle enrichit ses arts et son commerce de l’industrie de tous les peuples qu’elle soumet à son pouvoir”<sup>46</sup> (DENIS 1824, p.1).

É importante considerar este caráter de alguns enunciados do discurso de Denis porque é por eles que se realiza, por intermédio de implícitos sutis, a

---

<sup>46</sup> À medida que a Europa amplia suas relações, que ela espalha para outras partes do mundo os benefícios da civilização, vê-se realizar uma troca contínua, e ela enriquece suas artes e seu comércio da indústria de todos os povos que ela submete ao seu poder.

vinculação da condição cultural do país à sua situação política. Uma vez que a condição colonial implica um monopólio das importações e das exportações de gêneros comerciais, entende-se que tal monopólio estende-se também ao plano cultural, de modo que no Brasil colonial praticava-se uma literatura importada de Portugal. Essa conclusão depende de um encaixe vertical entre as unidades *literatura* e *mercadoria* dentro de uma adjacência entre os domínios dos objetos econômicos e literários. Assim, se dois países trocam mercadorias, eles necessariamente trocarão também seus objetos literários (textos, fábulas, linguagem, fontes de inspiração, tradições, etc.). No caso de uma situação onde dois países realizam suas trocas livremente, tais relações seriam proveitosas e enriquecedoras. Esta é a situação apresentada em *Scènes de la nature*, quando Denis argumenta sobre o proveito que teria a Europa em se apropriar das fontes americanas de inspiração poética. Entretanto, no caso de uma situação de monopólio, o país colonizado estaria condenado apenas a alimentar a metrópole sem nada receber em retorno, sem que ele pudesse ‘enriquecer’ sua própria tradição literária. Aproveitando as palavras do próprio Denis, pode-se dizer que as riquezas poéticas da terra enriqueciam os tesouros da metrópole. Em Garrett, vemos essa ideia do enriquecimento poético da literatura de Portugal mediante o trabalho literário brasileiro de uma perspectiva portuguesa-positiva. Antes de começar seus comentários sobre Cláudio Manuel da Costa, o primeiro brasileiro citado em seu artigo, ele escreve: “E agora começa a literatura portuguesa a *avultar e enriquecer-se* com as produções dos engenhos brasileiros.” (grifos nossos) (GARRETT 1826, p. XLIV). Esta mesma adjacência é utilizada também por Joaquim Norberto. Ao contra argumentar um artigo onde o general Abreu e Lima defende a adoção da literatura portuguesa por parte dos brasileiros, sob o pretexto de que seria por ela que nós manteríamos nossa ligação com a civilização europeia e assim nos afastaríamos de uma condição selvagem, Joaquim Norberto imagina uma cena de uma exposição artística e industrial onde os portugueses e os brasileiros apresentariam suas “riquezas” literárias. Norberto pensa ser inadmissível que nesta feira imaginada não se mostrasse obras produzidas sob a inspiração da realidade americana e apenas os produtos portugueses fossem apresentados:

A seguirmos o seu (de Abreu e Lima) conselho, cruzaríamos os braços conservando-nos com tão lastimada pobreza, e se a par das tendências para as exposições da indústria e das artes de todos os povos fossem estes também convocados para a exposição universal das letras e chamados a representar sua literatura com as suas riquezas, contentar-nos-íamos que Portugal se apresentasse com as suas publicações literárias? Abdicaríamos essa glória na antiga mãe pátria para não respondermos no festim das letras pelo testemunho de nosso talento, pelas produções de nossa inteligência, e pelas inspirações do novo céu, e da natureza virgem e luxuriante do nosso mundo? (SILVA 2001, p.83)

A dinâmica cultural dos dois países passa a ser apreendida mediante as ideias de riqueza e pobreza. Alimentar-se de uma cultura estrangeira implicaria conservar-se em uma situação de pobreza em prol do enriquecimento de uma outra nação. Esta situação de trocas culturais injustas ocorreria mediante a prática da imitação. Ao imitar a literatura portuguesa, os autores brasileiros estariam ignorando as fontes próprias de inspiração. Fazendo assim, eles reproduzem uma outra tradição literária, de modo que a tradição nacional ficaria esquecida. Os produtos do trabalho poético dos brasileiros são considerados como exportados de volta para a Europa, configurando, assim, uma situação de monopólio e exploração cultural. Mediante esta lógica, assume-se que, durante o período colonial, a literatura produzida no Brasil não era brasileira, mas sim uma literatura portuguesa fabricada além-mar. Novamente aqui Joaquim Norberto pode servir de exemplo. Segundo ele, depois da chegada dos portugueses na América, a poesia derivada da inspiração proporcionada pela natureza e pelo céu do novo mundo teria sido interrompida, e em seu lugar teríamos uma poesia imitativa, que seria reproduzida pelos descendentes nascidos além-mar. Assim, a reprodução da poesia portuguesa em terras americanas teria feito com que o Brasil se desviasse de suas tendências poéticas autóctones: “esse brilho deslumbrante perdeu-nos! A imitação fria, a imitação que apaga o entusiasmo, que extingue o estro, que esfria o delírio do gênio, lhe desvaira o sonho e retém-lhe o voo, tornou-os mais portugueses que brasileiros.” (SILVA 2001, p.36). Note-se como esta concepção de imitação literária remete à ideia de que durante o período

colonial, os brasileiros não se assumiam como tais, preferindo serem reconhecidos como portugueses. O *Bosquejo* de Garrett apresenta esta injunção de maneira bastante nítida:

Certo é que as majestosas cenas da natureza daquela vasta região [do Brasil] deviam ter dado a seus poetas mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e estilo, do que neles aparece: *a educação europeia apagou-lhes o espírito nacional: parece que receiam de se mostrar americanos*; e daí lhes vem uma afetação e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades. (grifos nossos) (GARRETT, 1826, p.XLIV).

Este talvez tenha sido o principal efeito da ação deletéria da condição colonial: ao impossibilitar que os habitantes do novo mundo tivessem o desejo de serem reconhecidos como brasileiros, a metrópole impedia também o florescimento de uma literatura brasileira genuína. Gonçalves de Magalhães lamentava que a poesia entregue ao Brasil pelos portugueses não tivesse perdido o seu caráter europeu, o que teria feito com que nós abandonássemos “nossas plumas para apavonar-mo-nos com antigas galas, que não nos pertencem” (MAGALHÃES 1836, p.147), e devido a isso nossa poesia não seria uma indígena civilizada, mas “uma grega vestida à francesa, e à portuguesa, e climatizada no Brasil.” (MAGALHÃES 1836, p.146). Tais conclusões eram ainda amparadas pela forma negativa como os românticos encaravam a cópia e imitação dos poetas que compõem o cânone da poesia da antiguidade greco-latina, prática entendida como aceitável dentro do paradigma literário clássico.

Esta linha argumentativa demonstra como a formação discursiva do nacionalismo romântico estabeleceu-se, em suas origens, dentro de uma interseção semântica entre campos discursivos distintos (campos mercantilista, político e literário). O prejuízo produzido pelo monopólio cultural exercido pela metrópole portuguesa teria obrigado o Brasil a se ver impedido de usufruir de suas próprias riquezas literárias, i.e.: as inspirações poéticas proporcionadas pela realidade americana. Este prejuízo é apresentado pelos enunciados acima deduzidos que, articulados todos eles lateralmente à ideia de submissão

colonial, se inter-relacionam mediante implicações verticais. As implicações colocam os prejuízos dentro de um mesmo grupo de injunções semânticas, de modo que a adoção, por parte dos brasileiros, de ideias que estão em desacordo com o clima, natureza e tradições também significa ignorar a si e ser ignorado pelo mundo, assim como importar e exportar produtos culturais da metrópole portuguesa. Mas todo esse quadro simbólico somente pôde ser elaborado devido aos alicerces implícitos produzidos pela equiparação da literatura e da dinâmica cultural aos pré-construídos que informam as ideias de mercadoria e de monopólio comercial.

*Articulações verticais implícitas injuntivas em relação à representação da situação cultural do Brasil-colônia (dentro da adjacência discursiva estabelecida entre os campos semânticos da economia e da literatura):*

Mercadoria	Monopólio comercial
Literatura	Monopólio cultural

Sustentados por tais encaixes de pré-construídos, as articulações laterais e transversais dos enunciados destinados à representação da situação cultural do Brasil durante o período colonial assume a seguinte disposição:

Eixo A'  
(eixo de representação da situação cultural do Brasil colonial)

No passado, o Brasil portuguesa	era <i>colônia</i> era <i>aprisionado</i>	→	os brasileiros ignoravam o próprio país os estrangeiros ignoravam o Brasil Imitava (importava) a literatura portuguesa Contribuía (exportava) com a literatura Adotou ideias em desacordo com a sua realidade
------------------------------------	----------------------------------------------	---	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Isso indica que era entendido que, durante o período colonial, as literaturas portuguesa e brasileira estavam integradas em uma única, de modo que não se pode falar de uma literatura brasileira propriamente dita antes da emancipação política (neste ponto fica claro como os textos do Cônego

Januário da Cunha Barbosa e de Almeida Garrett apenas parcialmente podem ser considerados como incluídos dentro do discurso da crítica romântica brasileira, já que eles desconsideravam a condição colonial na caracterização da literatura do Brasil). A literatura brasileira, portanto, ainda não tinha sido realizada, coisa que aconteceria unicamente após a conscientização dos artistas nacionais para o aproveitamento das inspirações que o clima, a natureza e as tradições nacionais proporcionavam. Essa conscientização teria por efeito interromper o monopólio de nossa produção cultural e permitiria exportar nossos próprios produtos para o mercado literário europeu, que demandava uma América exótica e pitoresca. Tendo-se em mente todo esse quadro simbólico, percebe-se como Antonio Candido foi feliz quando utiliza o termo “exportação” nesta sua análise:

Daí um persistente exotismo, que eivou a nossa visão de nós mesmos até hoje, levando-nos a nos encarar como faziam os estrangeiros, propiciando, nas letras, a exploração do pitoresco no sentido europeu, *como se estivéssemos condenados a exportar produtos tropicais também no terreno da cultura espiritual*. Homens como Denis se encontram na origem deste processo. (grifos nossos) (CANDIDO 1981, p.324)

Os enunciados que compõem este eixo atuam como *injunções negativas* aos enunciados situados no eixo B. Como foi dito no capítulo anterior, os efeitos injuntivos dizem respeito às articulações que os enunciados realizam entre si de forma a garantir estabilidade e coerência ao processo discursivo que eles participam. Uma vez que as formações discursivas surgem em uma realidade social em função de uma falta percebida (todo discurso se produz a partir de uma carência semântica sentida a partir de um problema que o discurso se presta a abordar), é necessário que as formações construam uma representação de um problema que justifique a necessidade da rede de sentidos que elas instauram (as demais injunções, de caráter positivo). A construção de um problema fará com que as demais articulações componentes da rede de sentidos da formação discursiva consigam legitimidade frente à realidade social. Assim, tal categoria de injunções podem ser consideradas

negativas por construírem o problema que deverá ser trabalhado pelo processo discursivo em questão. Ao representarem algo como um problema, esses enunciados criam a necessidade do argumento construído mediante as demais articulações injuntivas. Deste modo, cria-se uma lógica na qual um enunciado justifica o outro por meio de uma associação a um problema percebido na realidade social. No caso descrito por esta pesquisa, essa lógica segue o seguinte esquema: o Brasil precisa conhecer a si próprio *porque* ignorava a si próprio; sente a necessidade de uma literatura nacional *porque* tinha uma literatura imitada/ exportada; deve ter uma literatura própria *porque* adotou ideias em desacordo com a sua realidade; e assim por diante. Deste modo, o eixo A' liga-se ao eixo B assim como o eixo A, com a diferença que este o faz por meio de injunções positivas (i.e.: articulações que representam elementos solucionadores ao invés de problemáticos), ao passo que o outro o faz mediante injunções negativas.

Por tudo isso, pode-se perceber que o discurso romântico alicerçava-se não somente sobre uma nova proposta de simbolizar a realidade nacional presente, ele também dependia da projeção de uma camada simbólica sobre o passado colonial, valorizado negativamente e visto não somente como fonte de prejuízos econômicos, mas também como a causa para a pobreza cultural do país. O passado recente, valorizado positivamente, seria composto por eventos responsáveis pelo encerramento de nossa “idade das trevas”. A ele, e ao desejo de liberdade nele gerado, é atribuído o nascimento do desejo do Brasil de conhecer a si mesmo e de ter uma literatura própria. A independência política passou a significar a possibilidade do Brasil ver-se livre das amarras que minavam a sua emancipação cultural.

#### 3.4. IMAGINAÇÃO E SENTIMENTO DE UMA LITERATURA NACIONAL POR NATUREZA

Os enunciados que compõem os eixos A e A' apropriam-se de objetos situados no campo político e os representam como interferentes do campo literário. Os enunciados e articulações aproximam o discurso da crítica romântica a determinados vértices da rede quadrangular das condições de

produção. A rede de sentidos articulados pela vertente brasileira da crítica romântica ligou-se aos interesses de uma classe de proprietários rurais que visavam manter os privilégios comerciais obtidos com a vinda da corte ao Brasil e impedir a desagregação da unidade nacional. Ao fazer da literatura um meio de postulação e veiculação de um ideal nacionalista integrador, a crítica romântica atuou como um braço das forças ideológicas dominantes durante o Brasil Império, estimulando o engajamento de setores da sociedade em um determinado projeto de estado-nação e desencorajando o prosseguimento de iniciativas que pudessem levar a sociedade brasileira a reformas mais drásticas que aquela que levou D. Pedro I a se tornar imperador.

A vinculação da prática literária a tais ordens de representações fez com que o conceito de literatura se produzisse a partir de determinações de natureza sócio-histórica. Entretanto, alguém que limitasse a descrição do *ser* da atividade literária à sua vinculação com tais ordens de representações estaria incorrendo em um reducionismo tão grande quanto o formalista que prega a total autonomia da literatura em relação à realidade social. Um objeto estético como a literatura não se produz a partir de um simples determinismo social, ele guarda certa autonomia em relação aos fatores que regem a dinâmica das sociedades. Esta autonomia relativa é derivada do estado da esfera dos discursos de caráter poético presentes no interdiscurso. Toda e qualquer prática artística possui um campo semântico que lhe é específico e que se dirige mais diretamente ao entendimento que se pode ter dos elementos específicos que compõem a linguagem de uma prática artística. Tais elementos, por sua vez, constituem uma outra conjuntura dotada de uma dinamicidade particular (e cujo grau pode variar em diferentes circunstâncias), o que vincula esta esfera semiautônoma a um plano específico de historicidade. Sendo assim, a semiautonomia do discurso literário é elaborada por essa dupla ordem de determinações: por um lado, ela é porosa em relação a formas de representação social, por outro, ela é configurada por uma rede de dizeres que dizem respeito direta e exclusivamente à atividade literária. Para o caso deste estudo, isto significa que o entendimento que os românticos possuíam do termo *literatura brasileira* atravessa a simbolização da realidade nacional presente nos enunciados encaixados no primeiro eixo, mas ele

depende também da maneira como o objeto poético era assumido durante a primeira metade do século XIX.

Descrever o modo como os românticos entendiam a natureza da literatura é imprescindível à compreensão da gênese de um conceito de literatura brasileira. Atingiremos esse fim começando mais uma vez por uma obra de Ferdinand Denis. Neste caso, retrocederemos à obra publicada antes de seu *Resumé*, o *Scènes de la nature sous les tropiques* (1824). Como já foi indicado anteriormente, esta publicação não pretendia ser um estudo da produção literária americana, pois ela foi produzida na ambição de fornecer os autores europeus com informações sobre a natureza tropical que fossem úteis à composição literária. Denis então realiza uma série de descrições da natureza local que eram assumidas como capazes de inspirar a poesia e as demais composições literárias. Além disso, ele realiza também várias descrições do homem primitivo, de seu caráter e do modo como ele se comporta em relação à atividade artística, sobretudo a música e a poesia. Mediante tais descrições, ele acaba chegando a um entendimento de como se daria a composição literária em nestas regiões. Este entendimento constituiria uma base sobre a qual o conceito romântico de literatura brasileira seria estruturado. Segundo sua forma de compreensão, a poesia americana primitiva resultava de uma combinação de fatores, como o clima quente, que inibia as faculdades racionais dos aborígenes, e a exuberância natural, que estimulava a atividade imaginativa:

Le climat des Tropiques, en invitant à l'indolence, engage à la méditation. La poésie naît bientôt d'un calme habituel et de la nécessité où est l'homme d'occuper ses pensées quand le corps se livre au repos sans goûter le sommeil. L'âme, tout en agissant encore, conserve une sorte de mollesse qui lui fait rejeter tout ce qui ne peut flatter l'imagination. Mais les idées poétiques qu'il vient de concevoir, l'habitant de ces contrées se donne rarement le soin de les perfectionner.<sup>47</sup> (DENIS 1824, p.03)

---

<sup>47</sup> O clima dos trópicos, convidando à indolência, leva à meditação. A poesia nasce logo de uma calma habitual e da necessidade do homem ocupar-se de seus pensamentos quando o corpo encontra-se em

Nesta passagem, é necessário isolar e considerar separadamente duas frentes argumentativas: a) aquela que diz respeito à especificidade da gênese poética; b) aquela que pretende dar conta especificamente da gênese da poesia americana aborígine. Na primeira frente, tem-se a ideia de ser a poesia fruto de um estado de calma e repouso, sem que haja o sono, o que permitiria o pensamento permanecer em atividade livre de distrações corriqueiras. O estado de indolência e suavidade ativaria as capacidades imaginativas da alma e iniciaria a atividade criativa. Esta concepção não é criação de Denis, ela aparece inicialmente em 1798, com a publicação de abertura do movimento romântico na Inglaterra, as *Lyrical ballads*, de Wordsworth e com contribuições de Coleridge. No prefácio a este volume, Wordsworth elabora uma teoria que fundamentaria as inovações poéticas que seu livro apresentava. É durante tais reflexões que ele apresenta sua conhecida concepção de poesia: “poetry is the spontaneous overflow of powerful feelings: it takes its origin from emotions recollected in tranquillity”<sup>48</sup> (WORDSWORTH 1805, p.L). Mediante tal compreensão, a poesia é associada a um transbordamento de emoções ocorridas durante um estado de repouso corporal. A tranquilidade é necessária porque o poeta precisa contemplar suas emoções e conferir-lhes uma existência puramente mental (cf. WORDSWORTH 1805, p.LI). Esta ideia é representada em seu famoso poema *I wandered lonely as a cloud*. Nele, é descrito um passeio no qual o poeta atravessa uma paisagem composta por montanhas, vales, um rio e milhares de narcisos, que dançam com o levar dos ventos. A visão da natureza faz com que o artista entre em um estado de alegria e felicidade. Mas o que nos interessa mais diretamente é a estrofe final do poema, quando percebemos que as cenas e paisagens são recuperações mentais obtidas no sofá de um poeta em estado meditativo:

For oft, when on my couch I lie  
In vacant or in pensive mood,  
They flash upon that inward eye

---

repouso sem provar do sono. A alma, ainda agitando-se, conserva uma espécie de suavidade que o faz rejeitar tudo aquilo que não pode estimular a imaginação. Mas as ideias poéticas que ele chega a conceber, o habitante destas terras raramente preocupa-se em as aperfeiçoar.

<sup>48</sup> A poesia é o transbordamento espontâneo de emoções poderosas; ela origina-se das emoções recuperadas em tranquilidade.

Which is the bliss of solitude;  
 And then my heart with pleasures fills,  
 And dances with the daffodils.<sup>49</sup>  
 (WORDSWORTH 1807, p.50)

No pensamento de Wordsworth, a poesia não se encontra nas paisagens naturais, mas na contemplação meditativa de tais paisagens e cenas do cotidiano que ocorre *a posteriori* durante o repouso. O repouso é necessário para que a alma e o pensamento fiquem livres para se concentrarem no estado mental proporcionado pelo fluxo de sentimentos. O olho íntimo medita e o coração se enche com os sentimentos produzidos pelas imagens contempladas. Este procedimento conferiria nova dignidade a coisas corriqueiras, uma nova percepção delas que teria se perdido com a familiaridade que normalmente se adquire com os objetos do dia-a-dia. A poesia é então entendida como sendo uma recuperação de emoções poderosas durante um estado de repouso contemplativo.

Em 1817, com a publicação da *Biographia literaria* de Samuel Taylor Coleridge, tem-se uma outra perspectiva das forças que atuam na criação poética. Se seu colega privilegiara o sentimento extraído do cotidiano como seu elemento fundamental, ele chamará atenção à atividade da imaginação, capaz de produzir o sobrenatural. Coleridge reconhece que a poesia possui dois pontos cardeais, um situado na aderência do leitor a uma verdade da natureza e outro, mais próximo de sua própria prática poética, no interesse pela novidade de algo transformado pela força da imaginação (cf.: COLERIDGE 1909, p.160). A imaginação seria uma força mágica sintetizadora que se revela “in the balance or reconciliation of opposite or discordant qualities”<sup>50</sup> (COLERIDGE 1909, p.161). A síntese de qualidades discordantes seria capaz de construir o impossível e assim atestar a força do gênio poético.

As ideias dos dois poetas ingleses atuaram como concepções complementares responsáveis pela estruturação de um consenso romântico sobre a gênese poética. Esse consenso estabelece encaixes fundamentais

---

<sup>49</sup> Pois é comum, quando eu reclino-me em meu sofá/ com um humor vago ou pensativo/ eles brilham sobre o olho íntimo/ que é a bênção da solidão/ e então meu coração enche-se de prazeres/ e dança com os narcisos. (tradução livre).

<sup>50</sup> No equilíbrio ou reconciliação de qualidades opostas ou discordantes.

entre elementos semânticos informadores da natureza da prática poética. Por eles, a poesia deixa de ser consequência do domínio de certas normas poéticas pela inteligência do artista – do “engenho e arte” do poeta clássico – e passa a se ligar a elementos de sua configuração anímica, como seu sentimento e sua imaginação:

*Encaixes verticais referentes à criação poética (segundo o entendimento romântico):*

Literatura
Sentimento
Imaginação

Esta transferência da poesia do âmbito da intelectualidade para o âmbito da espiritualidade é altamente significativa para o desenvolvimento do conceito romântico de literatura, pois será por ela que chegará a ser possível vincular a literatura a elementos locais e nacionais. Enquanto a ideia de engenho e de arte compõe um conceito cosmopolita de literatura, pois associam a produção literária à impessoalidade de uma formação intelectual livresca, a imaginação e o sentimento possibilitam vincular a poesia ao caráter de um indivíduo, à natureza de sua alma, de sua psicologia. Neste momento, o discurso romântico se bifurca em duas vias distintas. Haverá quem argumente pela importância da individualidade do artista, da singularidade de um espírito criador que produz as obras do Gênio. Mas haverá também quem racionalize que tal individualidade encontra-se sujeita a forças supraindividuais responsáveis pela formação de seu caráter. Neste caso, a individualidade do artista não é entendida como uma singularidade criativa, mas como uma particularidade coletiva a partir da qual um texto literário vem à luz, pois o artista se converte em uma espécie de tradutor dessas forças que atuam igualmente sobre todos os indivíduos que compõem uma coletividade. A imaginação e o sentimento não são coisas aprendidas em livros, são elementos formadores da constituição anímica do indivíduo, e esta constituição, por sua vez, dependeria de fatores que o irmanam a outros indivíduos participantes da coletividade na qual o poeta se insere. É este entendimento que possibilita a associação da literatura à caracterização de uma coletividade local. Esta associação constitui

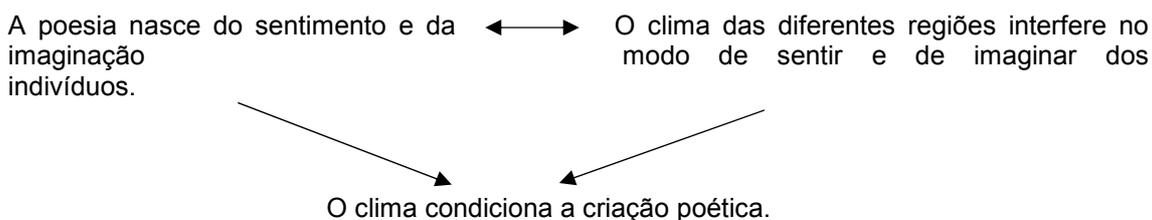
a base do argumento que advoga a necessidade da literatura se revestir de elementos nacionais distintivos que compunham o que se entendia por *cor local*. Gonçalves de Magalhães se utiliza desta lógica para minimizar a dimensão intelectual da literatura e dos efeitos da educação sobre a produção literária. Uma vez que a poesia é da ordem do sentimento e da imaginação que, por sua vez, respondem não a uma formação intelectual, mas sim aos efeitos que a natureza imprime sobre os indivíduos, ela seria um produto espontâneo gerado pelas impressões produzidas pela natureza:

Mas existe no homem um instinto oculto, que, em despeito dos cálculos da educação, o dirige; e de tal modo este instinto aguilha o homem, que em seus atos imprime um certo caráter de necessidade, que nós chamamos ordem, ou natureza das coisas. O homem colocado diante de um vasto mar, o no cume de uma alta montanha, ou no meio de uma virgem e emaranhado floresta, certo, não poderá ter os mesmos pensamentos, as mesmas inspirações, como se ele assistisse aos olímpicos jogos, ou na pacífica Arcádia habitasse (grifos nossos) (MAGALHÃES 1836, p.147-8).

Uma vez que a poesia é produto dos pensamentos e das inspirações do artista, que por sua vez são produzidos pelas paisagens naturais, a poesia deve *necessariamente* remeter às condições da natureza de um país, isto implica que as literaturas possuem especificidades nacionais. Assim, a particularidade nacional das literaturas é assumida como um imperativo produzido por forças naturais: “cada povo tem sua literatura, como cada homem o seu caráter, cada árvore o seu fruto” (MAGALHÃES 1836, p.132). Em grande medida, este entendimento é construído a partir das reflexões que Montesquieu elabora a respeito da influência do clima sobre a configuração psicológica dos indivíduos. Em *O espírito das leis*, ele lança a ideia de relatividade das leis em função da diversidade do caráter do espírito e das paixões dos indivíduos provocada pela diversidade climática das diferentes regiões do mundo. Segundo o seu argumento, o frio ou o calor interferiria no grau de dilatação dos vasos sanguíneos, o que produziria uma variedade de configurações psicológicas dos indivíduos situados em diferentes latitudes. Assim, por exemplo, o calor induziria os povos do sul a serem mais tímidos, ao

passo que o frio do norte faria com que os habitantes de tais latitudes fossem mais corajosos (cf. MONTESQUIEU 1996, p.240). Dentre os componentes morais de um indivíduo sujeito à variação climática, há a imaginação e a sensibilidade: “Nos países frios, se terá pouca sensibilidade para os prazeres; esta será maior nos países temperados; nos países quentes, será extrema” (MONTESQUIEU 1996, p.241); “A natureza, que deu a estes povos [do sul] uma fraqueza que os torna tímidos, deu-lhes também uma imaginação tão viva que tudo os impressiona em excesso” (MONTESQUIEU 1996, p.243).

Madame de Stael, em 1800, com a sua influente obra *De la littérature*, já tinha se aproveitado da ideia presente em Montesquieu para diferenciar as literaturas produzidas na Europa. Segundo ela, as literaturas europeias possuiriam duas matrizes fundamentais: a literatura do norte, cujo marco inicial seria os cantos de Ossian, e as do sul, iniciadas pelos poemas homéricos. Um dos motivos para esta divisão encontra-se nas variações climáticas: “le climat est certainement l’une des raisons principales des différences qui existe entre les images qui plaisent dans le nord, et celles qu’on aime à se rappeler dans le midi”<sup>51</sup> (STAEEL 1842, p.343). O cruzamento de uma ideia de poesia elaborada a partir de elementos anímicos do poeta com a ideia de variabilidade da psicologia dos indivíduos em função das condições climáticas das diversas sociedades resultará no entendimento de que a literatura dos diversos países se diferenciam de acordo com as condições naturais de cada região. O entendimento de literatura que chegou a Denis e, por seu intermédio, aos críticos brasileiros, depende da articulação de dois enunciados de caráter distintos (um poético e outro antropológico), mas que atuam injuntivamente (a injunção aqui é simbolizada pela seta dupla):



<sup>51</sup> O clima certamente é uma das principais razões para as diferenças que existem entre as imagens que causam prazer no norte e aquelas que se ama lembrar no sul.

Enunciados antropológicos e estéticos são utilizados pela crítica romântica de modo que eles trabalhem injuntivamente a fim de produzir um enunciado derivado que produz a ideia de criação poética condicionada pela configuração climática de uma região. Denis entende o calor como responsável por um estado de indolência que produziria o relaxamento corporal necessário à disposição anímica capaz de levar um indivíduo a compor poesias. A associação do clima ao estado de consciência necessário à produção literária se desdobra de modo a se concluir que o clima também é responsável pela singularidade da produção poética de cada região. Com isso, cria-se a ideia de que cada região possuiria uma produção poética particular, específica em função das condições climáticas nas quais ela surge: “les contrées soumises à l’influence du soleil brûlant des tropiques présentent, dans leur aspect et dans leurs productions, un caractère bien différent de ce que nous offre l’Europe.”<sup>52</sup> (DENIS 1824, p.01). Com isso, afirmar que o clima interfere na capacidade de sentir e imaginar dos indivíduos acaba por gerar o entendimento de que cada região possuiria uma literatura particular.

*Derivação enunciativa responsável pela ideia de especificidade da produção cultural de cada região:*

O clima condiciona a criação poética → O clima diferencia a criação poética das diversas  
regiões

Mediante a ideia de clima, este enunciado abre espaço para encaixes verticais que ampliam o universo de elementos responsáveis pelas condições nas quais as diferentes literaturas se desenvolvem e se diferenciam uma das outras. Assim, a ideia de clima rapidamente deriva na ideia de natureza: “le climat *et l’aspect de la nature* ont une influence directe sur les inspirations poétiques”<sup>53</sup> (grifos nossos) (DENIS 1824, p.02). Os defensores da ideia de existência de uma literatura brasileira diferenciada da de Portugal utilizaram os

<sup>52</sup> Os países submetidos à influência do sol ardente dos trópicos, apresentam, em seu aspecto e em suas produções, um caráter bem diferente daquele que nos oferece a Europa.

<sup>53</sup> O clima e o aspecto da natureza possuem uma influência direta sobre as inspirações poéticas.

argumentos climáticos para rebater aqueles que queriam diferenciar as literaturas a partir do critério linguístico. Um deles, Santiago Nunes Ribeiro, produz uma formulação alinhada neste entendimento: “As condições sociais e o clima do novo mundo necessariamente devem modificar as obras nele escritas nesta ou naquela língua da velha Europa” (RIBEIRO, 1980 p.46). Outro exemplo expressivo desta posição pode ser verificado em Joaquim Norberto (1999, p.331):

Já alguém lançou em rosto, que não temos literatura nacional, porque não temos língua; ficou porém provado a toda luz que a literatura de um povo é a voz de sua inteligência, e que da influência do nosso clima, da configuração do nosso terreno, da fisionomia de nossos vegetais, do aspecto da natureza de nosso país, ou risonha ou selvagem, e de nossos usos e costumes, tudo tão dessemelhante de Portugal, devia resultar uma tal ou qual modificação de nossa literatura, embora *portuguesa* mas produzida pelos *brasileiros*: e consentisse então que a essa modificação se chamasse sem impropriedade alguma *literatura brasileira* (grifos do autor).

O debate que deliberaria sobre a existência de uma literatura brasileira foi uma das causas para a entrada de argumentos deterministas em nosso sistema intelectual. Motivados pela proclamação da independência, intelectuais e artistas promoveram a ideia de que a literatura produzida no Brasil deveria remeter a elementos assumidos como constitutivos da nacionalidade e da identidade brasileira. Assim como o projeto de um Brasil Imperial independente de Portugal não foi aceita de imediato por todas as províncias do território nacional, a ideia da existência de uma literatura brasileira separada da portuguesa também não foi um consenso instantâneo. O partido contrário, composto por homens como Abreu Lima e Gama e Castro, defendia a ideia de que a divisão das literaturas não deveria se fundamentar em critérios nacionalistas, mas em critérios linguísticos. Os defensores do critério nacionalista, que eram maioria, apoiavam-se na ideia de que a literatura era expressão do espírito de um povo, que seria moldado pela cultura e pela natureza. Denis chega a descrever os tipos de sentimentos que poderiam ser associados a determinados vegetais, e isso fazia com que ele entendesse a

natureza americana como essencialmente poética: “si nous nos transportons en Amérique, nous y rencontrerons aussi des végétaux qui rentrent dans le domaine de la littérature”<sup>54</sup> (DENIS 1824, p.25). O raciocínio era simples: se a poesia depende da imaginação, e esta, por sua vez, é favorecida pelo sol tropical e pela exuberância da natureza americana, as produções poéticas do novo mundo não poderiam deixar de atestar a influência de tais fatores naturais.

A ideia de condicionamento natural da literatura produz dois entendimentos diversos sobre a presença da natureza na poesia. Por um lado, ela gera a ideia, lançada por Denis e reforçada por críticos como Joaquim Norberto e Varnhagen, de que a poesia americana deveria ser essencialmente descritiva. A partir das descrições, o exotismo da exuberância natural e dos costumes indígenas se faziam presentes nas produções literárias de modo que elas atestassem um caráter nacional. Esta é uma *concepção temática* da presença da natureza e do índio na literatura. É fácil perceber como tal concepção frutificou na produção literária romântica brasileira, sobretudo a da chamada primeira geração, que utilizou a poesia e a prosa para incorporar o índio e a natureza selvagem à literatura. Mas, como se pode ver pelos argumentos acima expostos, a ideia de clima e de natureza também eram entendidos como fatores naturais condicionantes das produções espirituais de um povo. O calor, a natureza e a constituição biológica dos americanos interfeririam nas faculdades espirituais responsáveis pela criação literária, o que resultaria em uma produção cultural distinta daquela que pode ser verificada nos países situados em altas latitudes. Esta seria uma *concepção determinista* da presença da natureza e do índio na literatura, que também pode ser encontrada nas páginas do *Resumé*. As duas concepções foram utilizadas pelos românticos, pois uma posição reforçava a outra e vice-versa. Roberto Ventura é impreciso quando afirma que “a influência da natureza tropical e dos costumes indígenas sobre a poesia foi pensada por Denis em termos meramente temáticos (...) sem considerar a possível influência do meio americano e da criação poética indígena sobre as formas de expressão” (VENTURA 1991, p.30). A apropriação temática da natureza e do índio por um

---

<sup>54</sup> Caso nos transportemos para a América, lá encontraremos vários vegetais que adentram o domínio da literatura.

momento chegou a ser pensada como determinada pelos fatores naturais, até o momento em que Machado de Assis apresenta uma crítica a tal argumento em seu artigo *Instinto de nacionalidade*<sup>55</sup>.

É importante notar como essa simbolização do natural encaixa-se nas demandas apresentadas pelas articulações enunciativas que constituem o eixo A. Nele, foi verificado como as condições políticas produzidas pela proclamação da independência do Brasil gerou a demanda de uma literatura particular e nacional. Os encaixes entre unidades semânticas *imaginação, sentimento, natureza, América e literatura* são produzidos com o intuito de atender tais expectativas. Tais encaixes são produzidos a partir de uma série de relações injuntivas que podem ser divididas em grupos a fim de facilitar a apresentação. Em um primeiro momento, enunciados sobre os termos *imaginação, sentimento e natureza* derivam, por intermédio de uma articulação lateral, em um novo enunciado que promove o encaixe entre os termos *natureza e literatura*. Este encaixe soma-se a um bloco de pré-construídos já encaixados desde a publicação dos textos doutrinários dos poetas românticos ingleses. Essas relações compõem o domínio semântico do que se entende por literatura:

*Articulações e encaixes estruturantes do entendimento do termo literatura:*

- I) A literatura é imaginação e sentimento.
- II) A natureza produz imaginação e sentimento. → A natureza é literária (a natureza é literatura)

Literatura
Imaginação
Sentimento
Natureza

Estas relações enunciativas constituem a base que fundamentará uma ideia de literatura nacional. Importante lembrar que os encaixes apresentados na página 193 associavam a ideia de uma literatura nacional à de uma

---

<sup>55</sup> Como já foi apresentado no início deste trabalho, Machado de Assis pensava que a nacionalidade de uma literatura não era algo dado, mas um processo lento no qual trabalhariam várias gerações de autores.

literatura particular. Ora, bastaria criar a ideia de que a natureza americana era particular em relação à europeia para se fechar tal argumento. Ela atuaria como uma injunção às articulações e encaixes já estabilizados no discurso romântico. Mais uma vez, é Denis que apresenta este importante entendimento, quando ele escreve que os povos situados abaixo dos trópicos “nous offriront des génies différents et des pensées nouvelles nées de l’aspect d’une nature particulière, quoique le ciel soit le même.”<sup>56</sup> (DENIS 1824, p.195). Uma vez que se assume a natureza americana como particular, a literatura produzida por essas bandas não poderia ser adjetivada de uma outra forma, o que por sua vez atende a expectativa de se ter uma literatura nacional:

*Articulações responsáveis pela criação de uma ideia de literatura nacional*

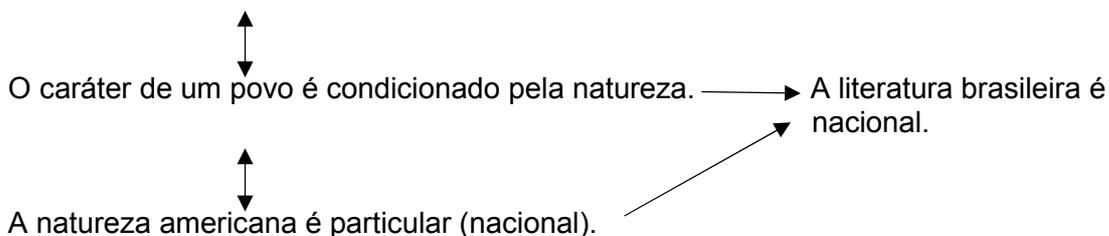


O terceiro grupo de articulações reforça a ideia de uma literatura nacional mediante o argumento de que a arte literária é a expressão do caráter de um povo, do instinto oculto de que falava Gonçalves de Magalhães. A este enunciado, dois outros se apresentam como injunções que constroem mais um argumento que termina na conclusão pela existência de uma literatura nacional. Se a literatura é a expressão do caráter de um povo, e tal caráter é determinado por uma natureza particular (e nacional, portanto), a literatura produzida por este povo não poderia senão ser nacional:

*Articulações responsáveis pela criação de uma ideia de literatura nacional*

A literatura é a expressão do caráter de um povo.

<sup>56</sup> Nos oferecerão diferentes gênios e pensamentos novos nascidos do aspecto de uma natureza particular, ainda que o céu seja o mesmo.



A ideia de existência de uma literatura brasileira nasce, portanto, dentro da reflexão que pretendia explicar a ação diferenciadora exercida pelas condições naturais sobre a produção cultural dos diversos países. É nela que se desenvolve o entendimento de que as produções artísticas do novo mundo como diversas das europeias<sup>57</sup>. Vale lembrar que *Scènes de la nature sous les tropiques* não é um livro que trata especificamente da literatura brasileira, mas de todas as literaturas produzidas abaixo da linha do Equador. Ainda que ele se refira majoritariamente à realidade brasileira, sua reflexão possui um escopo mais amplo, incluindo também a poesia de outros países sul-americanos assim como dos africanos. Deste modo, a argumentação sobre a especificidade da literatura brasileira em virtude de sua natureza fazia com que os termos *Brasil* ou *brasileiro* muitas vezes se confundissem com os termos *América* ou *americano*. Denis (cf. 1824, p.79) acreditava que a o clima e natureza tropical faria com que no futuro o Brasil e o Peru conseguissem oferecer novos modelos literários ao resto da América. Varnhagen, em seu *Florilégio da poesia brasileira*, comenta vários autores do México, Colômbia, Peru e de outros países americanos, e por fim conclui que os poetas tropicais deveriam aproveitar a inspiração “de um dos grandes elementos, que deve entrar em toda a elevada poesia americana, a majestade de suas cenas naturais” (VARNHAGEN 1850, p.XIV). A ideia de *América* estruturou um domínio semântico antagônico ao estruturado pelo termo *Europa*; por ela chegou-se a um argumento que criava um entendimento de literatura brasileira como diversa da literatura presente na tradição europeia; em seguida associou-se tal diferença a um entendimento de particularidade nacional.

<sup>57</sup> Tendo-se em mente estas articulações do discurso da crítica romântica brasileira, percebe-se como não pode ser coincidência a ausência de enunciados de caráter determinista e o não reconhecimento da literatura produzida no Brasil como distinta da produzida em Portugal no *Bosquejo* de Garrett.

Ao lado da ideia de determinismo natural, o texto de Denis também apoia-se no argumento apresentado pela teoria do determinismo biológico. Desde Buffon, a ideia de que cada raça humana era dotada de caracteres distintos já se encontrava consolidada. Denis aproveita-se também deste entendimento tanto em *Scènes de la nature...* como no seu *Resumé*. Seus textos não problematizam esta questão, assume seus pressupostos como dados aceitos e passíveis de serem aproveitados em sua reflexão sobre as condições da produção literária dos países afastados da Europa. A utilização destes pressupostos configura-se como mais uma adjacência discursiva que a crítica e a historiografia literária estabelecem com as ciências naturais e que duraria até o advento das teorias literárias que surgirão no século XX. Segundo esta teoria, as raças humanas eram divididas entre as mais evoluídas – a raça branca – e as mais primitivas – os negros e os aborígenes americanos. A branca aparece como a raça na qual predominaria a racionalidade e o tradicionalismo, o negro seria emocionalmente inconstante e altamente imaginativo, ao passo que o americano aparece como melancólico no *Resumé* (DENIS 1826, p.523) e imaginativo nas *Scènes de la nature* (DENIS 1824, p.196).

Esta classificação das raças produz um novo efeito injuntivo sobre a articulação entre a ideia de que a literatura é construída a partir da imaginação e do sentimento assim como sobre a ideia de que o Brasil possuiria uma literatura nacional. Pelo modo como a imaginação e o sentimentalismo são apresentados, eles aparecem como opostos à ideia de racionalidade. Assim, quanto menos racional uma raça ou cultura, mais imaginativa e sentimental ela seria. Por conta disso, os aborígenes americanos, menos racionais e mais imaginativos, são apresentados com uma raça naturalmente predisposta à criação poética. Com isso, chega-se ao ponto de assumir todos os aborígenes americanos como poetas de nascimento: “dans les colonies espagnoles, dans le Brésil, dans la plupart des îles de oriente, chaque habitant des campagnes est poète et chante presque toujours ce qu’il a composé”<sup>58</sup> (DENIS 1824, p.04). Denis faz questão de ressaltar o caráter autoral de tais poesias aborígenes, pois isto reforça a ideia de que elas surgem não em virtude de uma formação

---

<sup>58</sup> Nas colônias espanholas, no Brasil, na maioria das ilhas do oriente, cada habitante do campo é poeta e canta quase sempre aquilo que ele compôs.

educacional, mas fluem espontaneamente das inspirações naturais e das predisposições biológicas de seus autores. Por deverem pouco à reflexão, os poetas produziram seus cantos espontaneamente sem a preocupação de aperfeiçoá-los posteriormente (cf. DENIS 1824, p.03).

Joaquim Norberto mais uma vez pode ser utilizado como exemplo que comprova a continuidade dos enunciados apresentados pelos textos de Denis. Ao falar dos primitivos habitantes do Brasil, em um texto publicado em 1859 na *Revista Popular*, ele realiza a mesma articulação entre as ideias de literatura imaginativa e predisposição poética aborígene ao afirmar que os índios “elevaram-se pela sua imaginação ardente e poética, e pela facilidade, como que improvisavam os seus cantos, acima de seus próprios conterrâneos.” (SILVA 2001, p.34). Gonçalves de Magalhães, por sua vez, também apresentava o entendimento de que os índios eram poetas de nascimento; ele afirmou que os primeiros habitantes do Brasil “músicos e poetas nascer deviam” (MAGALHÃES 1836, p.155). Esta representação das habilidades poéticas dos selvagens é fundamental para a estruturação do conceito de poesia brasileira, pois é por ela que se explica como as propriedades poéticas da paisagem natural pode se converter em uma literatura dotada de particularidades nacionais. Segundo o que Denis escreve em seu *Resumé*, o brasileiro comporia uma nova unidade racial descendente de indivíduos propensos à imaginação e ao sentimentalismo, o que faria com que ele herdasse a espontaneidade poética dos selvagens:

Qu'il descende de l'Européen, qu'il se soit allié au noir ou à l'habitant primitif de l'Amérique, le Brésilien est naturellement disposé à recevoir des impressions profondes ; et pour se livrer à la poésie, il n'est pas nécessaire qu'il ait reçu l'éducation des villes ; il semble que le génie particulier de tant de races différentes se montre chez lui : tour à tour ardent comme l'Africain, chevaleresque comme le guerrier des bords du Tage, rêveur comme l'Américain, soit qu'il parcoure les forêts primitives, soit qu'il cultive les terres les plus fertiles du monde, soit qu'il garde ses troupeaux dans d'immenses pâturages, il est poète<sup>59</sup> (DENIS 1826, p.520-521).

<sup>59</sup> Quer descenda do europeu, que esteja ligado ao negro ou ao primitivo habitante da América, o brasileiro tem disposições naturais para receber impressões profundas; e para se abandonar à poesia não precisa da educação citadina; afigura-se que o gênio peculiar de tantas raças diversas nele se patenteia: sucessivamente arrebatado, como o africano; cavalheiresco, como o guerreiro das margens

Seria mediante a miscigenação, portanto, que o brasileiro se tornaria capaz de integrar as virtudes poéticas de raças diversas e assim produzir um canto espontâneo que traduzisse o caráter da particularidade de um espírito nacional. A ideia de que o brasileiro é um povo formado por raças diversas dotadas de índoles particulares fundamentaria a reflexão que nossos intelectuais realizaram sobre a sociedade brasileira. É sobre ela que Von Martius assenta o ensaio que sairia vencedor do concurso que o Instituto Histórico e Geográfico promoveu em 1840. Martius entendia que o movimento histórico das sociedades estava condicionado ao caráter das raças que a compunha, o que faria com que o destino do Brasil dependesse da mistura das índoles do povo negro, branco e aborígine (cf. MARTIUS 1956, p.442). No domínio dos estudos literários, a ideia de predisposição natural à poesia atuou como uma forma de compensar os efeitos de nossa dependência cultural, vista de um modo extremamente negativo pelos românticos. Se, durante o período colonial, quando ainda estávamos agrilhoados pela importação da cultura portuguesa, o Brasil não possuía uma cultura genuína, isso poderia ser revertido caso abandonássemos a educação europeia e deixássemos fluir a veia poética inata à nossa configuração fisiológica. Em *Le Brésil Litteraire*, publicado em 1863, Ferdinand Wolf defende a ideia de que o desenvolvimento da raça brasileira através da mestiçagem faria com que os brasileiros se afastassem dos portugueses e assim conseguissem cada vez mais aprimorar suas particularidades literárias:

Cette race en un mot se développe toujours davantage, différente de ses ancêtres portugais ; son organisation physique est modifiée par le climat et par fréquents mélanges, sa manière de voir éprouve une métamorphose complète, des intérêts particuliers, des opinions politiques propres se font jour, et nous trouvons enfin un peuple d'une individualité fortement accusée. Nous avons vu les particularités chercher à se montrer dans la littérature, malgré sa dépendance des lettres européennes ; les poètes brésiliens, bien formés à Coimbre et

---

do Tejo; sonhador, como o americano, quer percorra as florestas primitivas, quer cultive as terras mais férteis do mundo, quer apascente seus rebanhos nas vastas pastagens, é poeta.

se réglant pour la forme sur l'école en vogue alors en Portugal, choisir de préférence des sujets nationaux, emprunter leurs images au sol natal, et se pénétrer de plus en plus de sentiments patriotiques.<sup>60</sup> (WOLF 1863, p.135-136)

A utilização da teoria jurídica de Montesquieu, assim como das teorias eugênicas da época, revela como o discurso da crítica romântica precisou aproveitar-se de diferentes teorias pertencentes a campos diversos a fim de reforçar a legitimidade de seus argumentos. Estas teorias eram aproveitadas sempre que elas apresentavam a possibilidade de atuar injuntivamente sobre o esquema enunciativo da formação discursiva da crítica romântica; i.e.: sempre que podiam reforçar a ideia de uma literatura nacional particular a partir de uma outra frente argumentativa. Mediante o estabelecimento de tais adjacências discursivas, o nascente discurso da crítica literária parasitava a importância do valor dos enunciados científicos a fim de conferir seriedade e legitimidade ao trabalho intelectual da crítica.

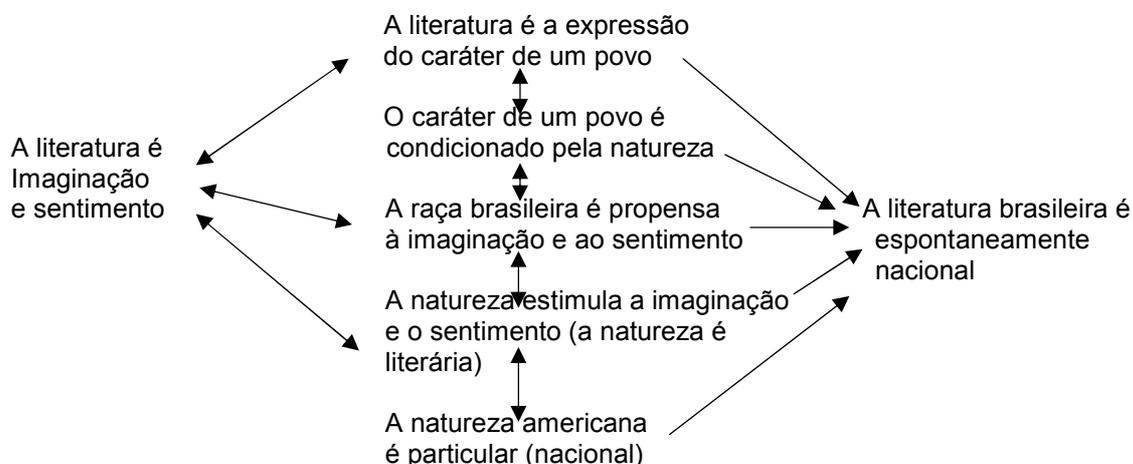
Com as teorias raciais, o discurso da crítica romântica articula a ideia de particularidade racial do brasileiro com a ideia de literatura é uma atividade produzida pela dimensão anímica do indivíduo. Isso complementa a tendência da crítica brasileira em promover o afastamento de referências culturais portuguesas que já pode ser verificada nos enunciados de caráter político presentes no eixo A. O discurso da crítica romântica apresenta enunciados de caráter político atuando em conjunto com enunciados de caráter poético e científico em prol de um mesmo direcionamento argumentativo, de um mesmo vetor semântico direcionador do processo discursivo da crítica romântica brasileira. Este direcionamento procurou desautorizar a utilização de referências literárias europeias ao apresentar o aproveitamento da literatura portuguesa como uma opção inválida àqueles que quisessem participar do processo de construção de um Brasil literário. Com isto, a crítica romântica

---

<sup>60</sup> Esta raça, numa palavra, desenvolve-se cada vez mais diferente de seus antepassados portugueses; sua organização física modificou-se em razão do clima e dos frequentes cruzamentos, seu modo de ver experimenta completa metamorfose, interesses pessoais, opiniões políticas próprias se manifestam, e eis-nos, afinal, ante um povo de forte individualidade. Vimos as peculiaridades que se esforçam por aparecer na literatura, malgrado sua dependência das letras europeias; vimos os poetas brasileiros, embora formados em Coimbra e regendo-se no concernente à forma pela escola então vigente em Portugal, escolher de preferência assuntos nacionais, extrair suas imagens do torrão natal, e embeber-se mais e mais de sentimentos patrióticos.

chegou ao entendimento de que a nacionalidade de nossas letras seria atingida mediante a substituição da cultura letrada europeia pelas forças responsáveis pela produção espontânea de uma literatura de caráter nacional (a natureza, a raça e o clima nacionais). Este entendimento é veiculado pelo seguinte enunciado: *a literatura brasileira é espontaneamente nacional*. Este enunciado, ao lado do estruturado no eixo A, que informava que *a literatura brasileira deve ter uma literatura nacional*, atua no núcleo da formação discursiva da crítica romântica brasileira. Todos os outros enunciados, que trabalhavam a representação de termos chave (natureza, imaginação, América, clima etc.), devem ser considerados como enunciados-suporte que atuam como responsáveis pela produção e pela estabilidade semântica deste enunciado nuclear. A sua produção ocorre mediante uma série de articulações laterais (as setas simples) que se tornam possíveis a partir de uma segunda série de injunções discursivas (as setas duplas) entre enunciados dotados de unidades semânticas encaixadas verticalmente (natureza, imaginação, sentimento, América etc.). Alguns desses enunciados encontram-se, por sua vez, novamente articulados ao enunciado que promove a ideia de que a literatura é composta por sentimento e imaginação. Este enunciado pode ser considerado como um *enunciado de partida* do discurso crítico romântico brasileiro, já que é ele que abre as possibilidades discursivas que irão terminar no enunciado nuclear. Todos os enunciados-suporte encontram-se articulados ao enunciado de partida, seja mediante uma articulação injuntiva direta, seja mediante uma injunção indireta a partir de uma injunção com um enunciado articulado diretamente ao enunciado de partida. Desse modo, o enunciado de partida atua como um pivô articulador de uma série de injunções e efeitos de discurso transversos (as articulações laterais) responsáveis pela produção do enunciado nuclear:

*Injunções geradoras da ideia de espontaneidade do caráter nacional da literatura brasileira*



Os enunciados de caráter racial fortalecem os enunciados que se estruturam em torno daqueles que informavam sobre os efeitos poéticos que as paisagens naturais exerciam sobre os indivíduos. Os argumentos dessas duas frentes consolidam um entendimento de que a poesia brasileira deveria se dar espontaneamente, sem que haja a interferência da educação e do estudo que se pode adquirir nas cidades, já que o talento poético constituiria uma habilidade passiva presente na exuberância natural e na constituição racial do brasileiro. A representação negativa da ideia de educação formal aparece nesta formação discursiva como uma injunção negativa que reforça a ideia de uma literatura nacional espontânea. Associada à prática da imitação (e esta, por sua vez, à presença de *topoi* poéticos estrangeiros), a educação produziria efeitos negativos sobre a poesia americana, pois ela produziria uma literatura artificial que afastaria o poeta de sua predisposição natural ao canto nacional ao incutir nele uma cultura que não seria a sua. Denis entendia que a poesia brasileira não precisaria da educação urbana para se desenvolver; Garrett (1826, p.XLIV) afirmou ela ser responsável pelo apagamento do espírito nacional; Varnhagen pedia a Deus para que os poetas brasileiros “em vez de imitarem o que leem, se inspirem da poesia que brota com tanta profusão do seio do próprio país” (VARNHAGEN 1877, p.XVI); Joaquim Norberto identifica a educação portuguesa como uma das causas para a falta de nacionalismo dos

primeiros poetas brasileiros: “a educação, sobretudo, dominou a inspiração e levou o gênio americano a divagar por países, que nem sempre tinham sido vistos pelos nossos poetas” (SILVA 2001, p.142). A ideia de educação cumpre uma função inversa à de natureza: ela produz encaixes verticais entre unidades semânticas que compõem o espelho invertido do eixo de encaixes encabeçados pela ideia de natureza.

*Contraste entre os encaixes verticais produzidos a partir da ideia de educação e natureza*

<i>Literatura colonial</i>	Educação Imitação Artificialidade Europa	X	Natureza Inspiração Espontaneidade América	<i>Literatura nacional</i>
----------------------------	---------------------------------------------------	---	-----------------------------------------------------	----------------------------

As unidades semânticas encaixadas no termo *educação* servem também para caracterizar e deslegitimar a literatura produzida durante o período colonial ao mesmo tempo que legitima o modelo de literatura construído sobre a inversão dessa caracterização, a chamada literatura nacional. Há um efeito de implicação lateral entre estas duas colunas: se a natureza, o clima e raça nacionalizam a literatura, a educação produziria o efeito contrário:

*A natureza, o clima e a raça nacionalizam a literatura brasileira → A educação desvirtua a literatura brasileira de suas propriedades nacionais.*

A título de exemplo, vale considerar uma avaliação que Denis realiza dos poemas de Cláudio Manuel da Costa fundamentada na articulação acima apresentada:

Ses poésies jouissent d’une juste célébrité ; on sent qu’il a surtout étudié les Italiens ; mais peut-être est-il devenu trop européen dans ses images : il paraît dédaigner la belle nature qui l’entoure ; ses églogues semblent soumises aux formes poétiques imposées par les siècles précédents, comme si

l'habitant des campagnes du Nouveau-Monde devait rencontrer les mêmes images que celles que nous sont offertes. Telle est cependant la poésie de convention, que l'observation ne lui est pas nécessaire, et qu'elle invente souvent quand la véritable inspiration ne la guide pas.<sup>61</sup> (DENIS 1826, p.573)

A ideia surgida com os primeiros românticos ingleses acabou sendo indiretamente apropriada pelo discurso da crítica romântica brasileira de modo que ela atendesse aos interesses específicos apresentados pela conjuntura política, social e intelectual da Brasil. Ela serviu à produção de uma determinada compreensão do fenômeno literário que servisse às expectativas geradas pela proclamação da independência assim como pelo projeto de um Brasil unificado e apartado da influência de sua antiga metrópole. A ideia de literatura como imaginação e sentimento foi modulada pela interferência de argumentos deterministas e acabou por gerar a ideia de que a literatura brasileira não necessitaria de uma formação cultural dirigida pelas faculdades do intelecto, pois sua gênese se daria espontaneamente por intermédio das forças naturais e da configuração fisiológica da raça brasileira. A ideia de uma literatura espontânea inverte o que Wordsworth e Coleridge disseram inicialmente, uma vez que eles não excluía o esforço intelectual conscientemente dirigido do trabalho sobre os sentimentos recuperados na tranquilidade e sobre a síntese de elementos díspares realizados pela atividade imaginativa, mas antes reconheciam a sua necessidade. Se os elementos semânticos descritos no eixo A realizava a simbolização da história nacional que se dirigia às expectativas dos brasileiros em relação ao passado, natureza, clima tropical, América, poesia aborígine e mistura racial forneceram os elementos cuja combinação estruturou um domínio poético que atendia as necessidades do presente e orientavam os poetas e críticos brasileiros sobre o que procurar quando precisavam compor poesias ou criticá-las. O segundo eixo argumentativo ainda será apoiado pelos enunciados presentes no eixo

---

<sup>61</sup> Gozam suas poesias de justa celebridade; percebe-se que estudou sobretudo os italianos; mas talvez se tenha tornado demasiado europeu nas suas metáforas; suas élogas se nos afiguram submissas às formas poéticas impostas pelos séculos anteriores, como se os habitantes das campanhas do Novo Mundo devessem desencavar imagens semelhantes às anteriormente usadas. É de tal ordem, porém, a poesia convencional, que a observação não lhe faz falta, e por isso inventa amiúde, quando não dirigida por genuína inspiração.

seguinte, que trata das expectativas dos brasileiros em relação ao futuro de suas letras e de sua civilização.

### 3.5. JUVENTUDE E PROGRESSO

O ideário romântico chega ao Brasil em um momento bastante oportuno da história do país. Recém adquirida a emancipação política, aos brasileiros parecia que tinham diante de si um país em vias de construção onde tudo ainda esperava por ser feito. No plano literário, era necessário inventar uma tradição nacional que pudesse sustentar e legitimar toda uma literatura que ainda seria escrita. Esta tradição não pretendia unicamente produzir um ideal nacional integrador, ela também era entendida como um passaporte para a entrada do Brasil no rol dos países civilizados. Os românticos desenvolveram o seu projeto aliando uma certa consciência do atraso do país, associado aos anos de domínio português, ao patriotismo, assumido como uma panaceia aos problemas que ainda deveriam ser enfrentados.

A literatura era entendida pelos românticos como uma espécie de propaganda da nação. Segundo eles, enquanto encontravam-se submetidos ao domínio português, a literatura produzida no Brasil não era brasileira, mas apenas um arremedo de uma tradição cultural estrangeira. A consequência disso era que o país permanecia desconhecido pelo restante do mundo e, o que era ainda pior, ignorado pelos próprios brasileiros. A renovação literária promovida pelo modelo de romantismo importado aos franceses constituía uma esperança de reverter tal situação. *Natureza, raça, clima* foram os signos utilizados àquela época para se definir o que era o país; ao fazer com que a literatura fosse marcada por tais elementos, acreditava-se que ela passaria a atuar como uma divulgadora de uma nova nação que passava a adquirir existência e que reclamava certo grau de reconhecimento. Denis foi o primeiro a apresentar a ideia de que o Brasil precisava nacionalizar a sua literatura caso pretendesse conquistar esse reconhecimento.

Grande parte dos textos dos críticos e historiadores românticos indicam a preocupação que existia em se divulgar as letras nacionais. Daí a profusão

de antologias, de florilégios que fariam conhecidos os autores nacionais no restante do mundo assim como inspiraria as novas gerações a assumir a missão civilizatória que competia à literatura. Esta é a intenção abertamente declarada de Januário da Cunha Barbosa na introdução ao seu *Parnaso Brasileiro* (1999, p.33). O romantismo foi um período de otimismo alimentado pela certeza de que o país vivenciava pela primeira vez a oportunidade de andar com suas próprias pernas e assim seguir em direção ao progresso civilizador. O artigo de Magalhães apresenta algumas palavras indicativas deste otimismo: “cada nação livre reconhece hoje, mais do que nunca, a necessidade de marchar. Marchar para uma nação é engrandecer-se, é desenvolver todos os elementos da civilização” (MAGALHÃES 1836, p.144). A renovação literária operada na primeira metade do século XIX era um dos efeitos produzidos por um povo que passava a olhar para o futuro com enormes esperanças de progresso: o Brasil nascia como o país do futuro.

Deste modo, o aproveitamento das inspirações poéticas despertadas pela exuberância natural não era entendido apenas como um meio de se nacionalizar a literatura, ela era também assumida como um caminho para se atingir a condição de país civilizado. Mais uma vez, é Denis que lança a ideia: “que les poètes de ces contrées contemplent la nature, qu’ils s’animent de sa grandeur, en peu d’années ils deviendront nos égaux, peut-être nos maîtres”<sup>62</sup> (DENIS 1826, p.519). A adoção do modelo francês de pensamento romântico favoreceu esta fé na missão civilizatória da poesia, pois, uma vez que a literatura era entendida como derivada diretamente das inspirações promovidas pela natureza, a superioridade da natureza brasileira frente a europeia garantia a certeza que a tradição literária brasileira futura seria superior à tradição europeia: “si cette nature de l’Amérique a plus de splendeur que celle de l’Europe, qu’ont-ils [os povos indígenas] donc d’inférieur aux héros des temps fabuleux de la Grèce?”<sup>63</sup> (DENIS 1826, p.517). A ideia de superioridade da natureza tropical já tinha sido lançada em *Scènes de la nature*, no *Resumé* ela é aproveitada para se construir o argumento de que a poesia brasileira poderia tornar-se superior à europeia caso se nacionalizasse. A natureza, portanto, não

<sup>62</sup> Se os poetas dessas regiões fitarem a natureza, se se penetrarem da grandeza que ela oferece, dentro de poucos anos serão iguais a nós, talvez nossos mestres.

<sup>63</sup> Se essa natureza da América é mais esplendorosa que a da Europa, que terão eles, portanto, de inferior aos heróis dos tempos fabulosos da Grécia?

serviria apenas para conferir um caráter particular à literatura produzida no Brasil, ela também serviria para conferir qualidade estética às obras nacionais e garantir que o desenvolvimento futuro da literatura nacional fosse bem sucedido. Esta conclusão se utiliza dos encaixes e articulações já apresentadas anteriormente e é atingida após algumas articulações enunciativas sucessivas:

*A natureza é literária → A natureza tropical é superior à europeia → A literatura brasileira é (será) superior à europeia → O futuro literário do Brasil será glorioso*

São tais articulações que subjazem as esperanças apresentadas por Joaquim Norberto Silva (2001, p.137):

O Brasil, dotado de seus primores de suas belezas, de suas maravilhas e de suas magnificências, tem ante si um futuro que pasma, cheio de grandeza, de glória e de prosperidade; ele inspira, e, pois, ele terá nessas épocas, que ai vem, grupos brilhantes de poetas em todos os gêneros, como as constelações luminosas e cintilantes de seu céu

Esta perspectiva otimista quanto ao futuro era também alimentada por uma metáfora biológica. Já foi verificado como o discurso da crítica romântica utilizou-se de uma adjacência discursiva com o domínio semântico das ciências naturais da época. Possivelmente em função desta proximidade com o campo da biologia, a crítica passa a se utilizar e a promover a ideia de juventude da nação brasileira. Considerado o que concerne a simbolização do passado político do país, articulados no eixo A, fazia sentido considerar o Brasil uma nação jovem. A alegada juventude não se daria pelo fato de os portugueses terem aportado aqui há poucos séculos, mas devido à emancipação política ser algo recente. Esta é mais uma ideia presente no resumo de Denis, texto no qual ele associou as futuras obras primas nacionais ao vigor de um povo que experimentava a sua juventude (cf.DENIS 1826, p.515).

Assim como os organismos vivos, uma nação jovem estaria plena de vigor, de vida, e estaria pronta para conquistar o destino que lhe competiria

entre as demais nações do mundo. As nações velhas, por outro lado, seriam débeis e estariam se aproximando da decadência. A utilização de tal metáfora enseja todo o artigo de Alexandre Herculano sobre o futuro literário do Brasil. Segundo ele, a mocidade brasileira seria uma preparação para um destino de destaque na cultura e nas letras:

Bem como a infância do homem a infância das nações é vívida e esperançosa; bem como a velhice humana a velhice delas é tediosa e melancólica. Separado da mãe-pátria, menos pela série de acontecimentos inopinados, a que uma observação superficial atribui a emancipação, do que pela ordem natural do progresso das sociedades, o Brasil, império vasto, rico, destinado pela sua situação, pelo favor da natureza, que lhe fadou a opulência, a representar um grande papel na história do novo mundo, é a nação infante que sorri. (HERCULANO 1978, p.133)

Aqui tem-se a ideia de que as sociedades evoluem assim como um organismo biológico. Segundo esta lógica, um país atravessaria as mesmas fases de desenvolvimento dos seres vivos: nascimento, crescimento, reprodução e morte, por isso eles teriam infância, juventude, maturidade e velhice. A infância brasileira teria sido composta pela sua vivência colonial, período no qual o país encontrava-se sob a tutela de Portugal, que ocupava o posto simbólico de figura paterna. Conseguida a emancipação, o Brasil alçara à juventude, período no qual se estabeleceriam os fundamentos para a conquista de sua maturidade, ideia que simbolizava a condição de país civilizado almejada por nossos intelectuais. Esta maturidade viria caso o país conseguisse autonomia nos planos político, econômico e cultural. A autonomia cultural significava uma literatura separada de Portugal mediante os elementos já apresentados.

A ideia de juventude, portanto, constituía um novo constrangimento que induzia à necessidade de se nacionalizar a literatura mediante o aproveitamento da natureza e dos demais elementos que compunham o entendimento do que seria o Brasil. A continuação da importação dos modelos literários portugueses passava a significar uma associação a uma cultura senil e em vias de dissolução, ao passo que a prática da literatura brasileira nacional

denotava força e vigor, uma ligação que abria possibilidades de um futuro glorioso capaz de conferir o caráter de civilizado à nação nascente. Novamente neste terceiro eixo de representações, a simbolização do Brasil encontra-se articulada a uma série de injunções negativas utilizadas para representar Portugal e a sua cultura. Os termos Portugal e Brasil foram utilizados como pivôs de unidades semânticas encaixadas que constituíam dois blocos opostos simbolicamente. Por intermédio de uma injunção negativa, criava-se uma espécie de articulação antagônica entre os dois termos-chave: os termos subordinados que adentravam em um determinado bloco eram invertidos e projetados no outro, de modo que assim criava-se uma ideia de Brasil alicerçada basicamente em uma representação negativa da antiga metrópole (como um termo quase sempre possui mais de uma acepção/utilização, foram incluídos, entre parênteses, variações das unidades subordinadas encaixadas):

*Encaixes verticais e injunção responsáveis pela simbolização do Brasil literário*

PORTUGAL	BRASIL
Educação (artificialismo)	Natureza (espontaneidade)
Importação (pobreza)	Nacional (riqueza)
Velhice(fraqueza)	Juventude (vigor)
Passado (decadência)	Futuro (glória)

Tais encaixes encontram-se na base de uma série de enunciados exaustivamente utilizados pelos críticos românticos na simbolização da literatura brasileira e portuguesa, como na seguinte caracterização da literatura colonial em sua relação com a antiguidade da literatura portuguesa: “au commencement du siècle, le vaste empire du Brésil empruntait encore au Portugal quelques *faibles* rayons de son *ancienne* gloire littéraire<sup>64</sup>” (grifos nossos) (DENIS 1826, p.514). Esses encaixes possibilitaram uma série de articulações laterais que compuseram os fundamentos da discursividade da

<sup>64</sup> No começo do século, o vasto império do Brasil tomava ainda emprestados a Portugal alguns débeis raios de sua velha glória literária.

crítica literária romântica e assim criaram uma ideia de Brasil e de literatura brasileira. Alguns exemplos:

Uma nação velha → uma literatura decadente  
 Uma nação jovem → um futuro literário glorioso

Uma literatura	importada	→ uma literatura	decadente
	pobre		velha
	artificial		débil

Uma literatura	nacional	→ uma literatura	gloriosa
	rica		jovem
	espontânea		vigorosa

Os encaixes verticais entre unidades semânticas, as articulações laterais entre enunciados e as injunções, tanto as negativas como as positivas, apresentadas ao longo das análises acima constituíram a base da discursividade romântica. Todos eles possuíam a função de sustentar dois enunciados básicos, que criavam a ideia de que o Brasil deveria ter uma literatura nacional e que tal nacionalismo se daria espontaneamente por força de fatores naturais. Mediante tais relações enunciativas, atendia-se às expectativas de uma camada da inteligência nacional que pretendia legitimar, por intermédio da literatura, uma ideia de país autônomo capaz de se equiparar às antigas nações europeias. Com isto, criava-se não somente um conceito de literatura brasileira, mas também uma ordem de legibilidade que dizia respeito ao que se poderia dizer sobre o Brasil assim como ao modo como a produção literária deveria ser conduzida. O discurso da crítica romântica teve bastante força em nosso sistema intelectual e literário, sua matriz de sentido estruturou uma memória discursiva que influenciou os diversos discursos que se produziram sobre a literatura ao longo do século XIX e XX.

## 4: A CRÍTICA LITERÁRIA CIENTIFICISTA BRASILEIRA

### 4.1. A CRISE DO SEGUNDO REINADO E O APARECIMENTO DE UMA NOVA CONJUNTURA INTELECTUAL

Se, como visto anteriormente, o discurso da crítica literária romântica se constrói a partir de uma apropriação simbólica do processo de independência do Brasil, a crítica literária praticada pelos membros do movimento intelectual que ficaria conhecido pelo termo “geração de 1870” começa a se manifestar no cenário intelectual nacional quando a ordem política e social instaurada durante o segundo reinado começa a dar sinais de dissolução. Ao romper definitivamente com o pacto colonial, a independência política possibilitou o país a pensar a si mesmo como uma entidade autônoma, dotada de uma realidade singular e de uma identidade própria. Esta possibilidade surge quatro anos depois que a independência é proclamada, mas a consolidação deste entendimento se daria num longo processo que se inicia apenas dez anos após a publicação do *Resumé* de Denis, pois seu marco pode ser considerado a publicação da revista *Nitheroy* em 1836.

A importância desta revista para a crítica literária romântica brasileira em muito é devida ao importante ensaio escrito por Gonçalves de Magalhães, o *Discurso Histórico sobre a História da literatura no Brasil*. Como já pode ser deduzido a partir das análises efetuadas no capítulo anterior, o texto de Magalhães realiza uma assimilação das articulações enunciativas presentes no *Resumé* a fim de tecer os principais pontos argumentativos de seu texto, e isto foi decisivo para a disseminação do processo discursivo iniciado pelo brasilianista francês no ambiente intelectual nacional.

A cronologia de surgimento e consolidação do discurso crítico romântico parece se dar em consonância com o amadurecimento das instituições e da consciência nacional em alguns setores da sociedade. Após a proclamação feita por Dom Pedro I, ainda levariam três anos para que a campanha militar

empreendida pelo novo Imperador vencesse as forças ainda aliadas a Portugal, consolidasse a autonomia política e ela fosse reconhecida internacionalmente. Um ano após o reconhecimento, surge o texto de Denis. O projeto estético que ele preconizava para as letras do país começa a adquirir entusiastas no período de consolidação das novas instituições nacionais, que se dão na segunda metade da década de 1830 e início da década de 1840. O ano da publicação da revista *Nitheroy* coincide com o período de surgimento do partido Conservador, que iria dominar o Conselho de Ministros e frear as experiências de descentralização política realizadas durante o primeiro reinado, vistas na época como causas de instabilidade política e de revoltas separatistas, como a *Farrroupilha*, ocorrida no Rio Grande do Sul. Dois anos após, em 1838, é fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, órgão que ficaria vinculado ao poder monárquico e que atuaria como um foco de irradiação do pensamento nacionalista e centralizador.

A Independência política quebrou o pacto colonial, mas não conseguiu romper os pilares estruturantes da sociedade. A dominância política durante o segundo reinado ficará nas mãos de uma elite agrária que enriqueceu em cima da estrutura econômica baseada nas grandes propriedades rurais e no trabalho escravo. Sobre esta estrutura é que se consolidam as principais instituições do segundo reinado. Por conta disso, o processo que levou à Independência pressupôs tanto um elemento revolucionário, como um elemento conservador: “O estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional.” (FERNANDES 2006, p.51) O resultado disso será uma sociedade de raízes rurais, fundamentada em torno de um tipo primitivo de família tradicional e que reproduzia o estamento excludente do período colonial<sup>65</sup>.

Segundo Angela Alonso, a ordem imperial não possuiu uma doutrina textualmente formulada, mas era manifesta a partir de modos de agir e pensar compartilhados que permaneciam cristalizados em uma *tradição* (cf.: ALONSO, 2002, p.52). Esta tradição, prossegue a autora, era orientada por um repertório

---

<sup>65</sup> Este estamento excludente pode ser visualizado no modo como a cidadania era exercida durante o período pós-Independência: alocada dentro de um universo hierárquico, suas prerrogativas ficariam restritas a um pequeno grupo de proprietários dotados de posses suficientes para atender aos requisitos eleitorais.

intelectual europeu (utilizado, na maioria das vezes, mais como argumento de autoridade e ornamentação erudita do que devido a uma estrutura lógica interna) que era absorvido a partir de uma experiência nacional, responsável pelo estabelecimento dos critérios em função dos quais as ideias eram selecionadas e postas em ação. Apropriado por esta tradição e subscrito pelo poder monárquico, o romantismo por aqui perderia a feição contestadora presente em suas matrizes inglesa e alemã e assumiria um caráter disciplinado e não reflexivo (cf.: COSTA LIMA 1989, p.141). Ele seria utilizado como um instrumento responsável pela criação de um passado, de uma identidade e uma tradição nacional.

A consolidação do discurso romântico em sua versão nacional acompanha, portanto, a apropriação das instituições nacionais por uma elite que se querará fincada sobre a estrutura socioeconômica instaurada pelos portugueses, mas que já sofria pressões internacionais para sua dissolução. Se a década de 1840 foi o período de consolidação desta ordem social, a década seguinte será marcada por transformações que levarão, dentro de algumas décadas, a vida nacional a um caminho cuja incompatibilidade com as raízes rurais da civilização brasileira ficaria cada vez mais evidente. Com o fim oficial do tráfico negreiro em 1850<sup>66</sup>, o excedente econômico que antes era reservado para a compra de escravos agora será direcionado à dinamização da economia interna. A refundação do Banco do Brasil em 1851 é um indicativo deste novo período de redistribuição dos recursos econômicos. O consequente desenvolvimento dos centros urbanos e dos meios de comunicação provocou um desequilíbrio social de efeitos duradouros (cf.: HOLANDA 1995 p.145) e responsável por profundas mudanças que encaminhariam a dissolução dos elementos tradicionais de nossa sociedade.

Além da urbanização, a crescente inviabilidade do modo de produção escravista, aliada à intensificação das pressões liberais em favor de reformas eleitorais e judiciárias, aos poucos levaria a tentativas parciais de modernização das instituições político-administrativas. Uma nova geração de políticos conservadores, como Nabuco de Araújo e José Maria Paranhos, que

---

<sup>66</sup> Ainda que o fim oficial não tenha conseguido efetivamente acabar com o tráfico de negros africanos, a Lei Eusébio de Queirós, assim como o *Aberdeen Act* (Lei *Bill Ardeen*, como ficaria conhecida por aqui), conseguir reduzir drasticamente a vinda de escravos para o Brasil.

receberia a denominação de “homens novos” por José de Alencar, propôs uma série de reformas que visavam a transformação da prática política nacional (cf.: NEDER 2012, p.87). Quando Presidente do Conselho de Ministros, José Maria Paranhos, agora conhecido pelo título Visconde do Rio Branco, buscou empreender iniciativas modernizadoras das instituições nacionais, como a *Lei do Ventre Livre*. Apesar da parcialidade de seu sucesso (não conseguiu levar adiante as reformas que pretendia no sistema eleitoral nem efetivar a secularização do estado), suas iniciativas são um indicativo de que o *status quo* imperial tentava salvaguardar sua existência mediante a produção de respostas a uma sociedade que se tornava cada vez mais complexa.

As iniciativas modernizadoras, contudo, não conseguiram produzir consenso e acabaram gerando uma crise interna na elite agrária. A crise desestabilizou o equilíbrio partidário que sustentava a ordem saquarema e possibilitou que novas questões, como a escravidão e a laicização do estado, entrassem na agenda política. Na década de 1860, dissidentes conservadores fundam a *Liga Progressista*, que futuramente forneceria as bases para o *Partido Republicano*. Ainda que parcial, a modernização das estruturas sócio políticas permitiram a criação de novas vias de acesso a canais de ação política e de expressão pública de demandas<sup>67</sup>. Essas vias seriam utilizadas por novos grupos sociais surgidos em função dos novos padrões urbanos da vida nacional, mas que permaneciam marginalizados dentro da ordem imperial.

Um dos grandes pólos de tensão onde se gerou a desestabilização da ordem Imperial estava localizada na contradição entre a expansão da estrutura burocrática do estado e os tradicionais valores familiares herdados da tradição rural. Assumida pelo *Pater Familia* como uma continuidade do domínio doméstico, o Estado será objeto de interesses da camada senhorial e suas posições burocráticas serão entendidas como elementos a serem incorporados no patrimônio familiar. Isso acaba por gerar, segundo Sérgio Buarque de Holanda (1995, p.145), um *funcionalismo patrimonial*, onde a gestão pública deixa de se relacionar a interesses de ordem objetiva e racional e passam a atender interesses de ordem particular e emotiva. Numa sociedade cada vez mais urbanizada, este fenômeno estimulará a mobilização de grupos sociais

---

<sup>67</sup> Um novo modelo de imprensa e a reforma do sistema de ensino são fatores importantes neste processo.

que então surgiam e que eram impedidos de ter acesso à estrutura burocrática do Estado. Esta mobilização somente foi possível porque os novos canais de ação e expressão haviam criado uma nova “estrutura de oportunidades políticas” (cf.: ALONSO 2002, p.97) por onde um movimento político e intelectual se organizava em prol da fragilização da ordem instituída. Ainda segundo a autora, será nesta estrutura que o movimento de 1870 irá vir à luz.

A geração de 1870 pode ser considerada um movimento intelectual composto por indivíduos de origem social heterogênea, mas que compartilhavam a mesma experiência de marginalização política. Segundo Lilia Moritz Schwarcz (1993, p.35), o que assemelha os participantes da onda cientificista no Brasil é menos a origem social do que uma experiência urbana comum. A fim de empreender uma crítica aos valores da tradição imperial e às instituições do Segundo Reinado, os membros deste movimento adotaram teorias europeias oriundas de diversos campos do conhecimento científico. Estas teorias, como o *Positivismo* de Auguste Comte, o *Evolucionismo Social* de Herbert Spencer e o *Determinismo* de Hippolyte Taine, promoviam uma ideia de ciência como um meio para se chegar ao conhecimento objetivo e verdadeiro das coisas. Por meio deles, as diversas sociedades passaram a serem vistas como entidades em constante processo que ocorreria segundo fatores específicos que poderiam ser compreendidos caso fossem jogados na luz do conhecimento científico. A ciência então passou a ser assumida como uma ferramenta a ser utilizada para desfazer os velhos preconceitos que impediam a progresso do Estado e da sociedade e assim efetivar a modernização do país.

No prefácio a um livro de Tobias Barreto postumamente publicado, *Vários Escritos* (1900), Sílvio Romero faz um balanço desse movimento que se iniciara 30 anos antes. Nele, é dito que o conhecimento teórico teria sido assumido tanto com a função de reagir aos enganos românticos como de desbaratar a estrutura política e ideológica da ordem imperial:

Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas o menor ataque sério por qualquer classe do

povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários a mais indireta opugnação; o romantismo, com seus doces, enganosos e tentadores cismares, a mais apagada desavença reatora. (...) De repente, por um movimento subterrâneo, que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez. (...) Tudo se põe em discussão: o aparelho sofisticado das eleições, o sistema de arroxos das instituições policiais e da magistratura e inúmeros problemas econômicos: o partido liberal, expulso grosseiramente do poder, comove-se e lança aos quatro ventos um programa de extrema democracia, quase um verdadeiro socialismo; o partido republicano se organiza e inicia uma propaganda tenaz que nada faria parar. Na política é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso. Um bando de ideias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte. Hoje, depois de mais de trinta anos, hoje, que são elas correntes e andam por todas as cabeças, não tem mais o sabor da novidade, nem lembram mais as feridas que, para se espalhar, sofremos os combates do grande decênio. Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, *folk-lore*, novos processos de crítica e de história literária, transformação da intuição do direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarma partiu da escola do Recife (ROMERO 1900, p. XXII – XXIII).

Assim, não somente a estrutura política do Segundo Reinado seria questionada pelo novo ideal de conhecimento científico, mas também as suas legitimações ideológicas e simbólicas. Neste contexto, todos os núcleos da ordem imperial – o liberalismo estamental, o catolicismo hierárquico e o indianismo romântico (cf.: ALONSO 2002, p.56) – receberiam um questionamento crítico. Dentro do conjunto de elementos que constituem o alvo da crítica, encontra-se o romantismo, cujo sentimentalismo o tornaria uma fonte enganosa de conhecimentos. A ideia de *superção do romantismo*, constitui um enunciado recorrente tanto no plano da literatura como no plano da crítica literária das últimas décadas do século.

A chegada da ciência aos trópicos era reconhecida como uma sentença final ao antigo modelo de pensamento, mas, apesar da declarada oposição ao discurso romântico, o que acima diz Romero continua amarrado a um projeto político. Assim como os românticos, os críticos da geração seguinte continuaram assumindo os objetos literários por um viés político, e por isso eles

também buscaram exercer dominância sobre o campo literário a fim de encontrar meios de legitimação de um projeto nacional. Com o intuito de enterrar a construção simbólica elaborada pelo antigo estamento dominante, um novo processo discursivo procurou transformar a rede simbólica que sustentava um determinado entendimento sobre a literatura, mas isto não significou uma alteração severa nos enunciados fundamentais e estruturantes da compreensão que se tinha dos objetos literários. Estes continuaram sendo utilizados como discursos de continuidade de formações discursivas que passavam a significar uma série de questões nacionais que eram levadas ao debate público da época (a escravidão, a laicização do estado e a estruturação política sendo os tópicos mais relevantes).

A consideração da entrada das novas ideias no sistema intelectual nacional possibilita a visualização de um deslocamento da conjuntura interdiscursiva. A entrada de uma diversidade de matrizes de sentido, fortemente alinhada umas com as outras, viria inevitavelmente acompanhar as mudanças que se operavam nos outros pólos das condições de produção. Ela interferiria no equilíbrio discursivo no qual o discurso da crítica literária brasileira foi gerado, mas o domínio literário mantém inalterado os seus fundamentos e a literatura e os estudos literários continuam possuindo um papel importante no destinamento nacional.

#### 4.2. HETEROGENEIDADE DISCURSIVA E ANTIRROMANTISMO

A adoção de uma perspectiva discursiva para o estudo dos textos e das correntes de pensamento presentes em um determinado recorte histórico demanda a busca de uma regularidade semântica dentro de um universo heterogêneo de dizeres. Para que os enunciados veiculados por uma formulação possam ser considerados como pertencentes ao processo de uma formação discursiva, é necessário que eles ofereçam continuidade a uma rede de sentidos que se forma através dela e de um conjunto de outras formulações

que estabelecem relações injuntivas recíprocas. Entretanto, uma vez que os discursos se constituem não apenas a partir de injunções, de enunciados alinhados ao seu processo discursivo, mas também mediante disjunções, enunciados estranhos à formação discursiva de referência, muitos deles produzidos justamente na tentativa de se interromper o seu processo discursivo, Esta investigação, caso se pretenda uma razão aceitável de abrangência e precisão, deve ultrapassar os limites das fronteiras de coerência do discurso que resolveu abordar. Isso assim o é porque o surgimento dos discursos ocorre sempre dentro de uma conjuntura composta por uma série de dizeres discordantes. Uma vez que uma formação discursiva é uma delimitação tanto do universo dos entes dotados de uma possibilidade virtual de existência, como do universo das possibilidades de estruturação do sistema da língua, ela, para tonar viável o recorte que lhe assegura a edificação de sua matriz semântica, deve recorrentemente ser capaz de neutralizar elaborações concorrentes do dizer, assim como de projetar alguma sombra sobre possibilidades que ainda não conheceram uma forma de efetividade. Deve se ter em mente que o processo de interpelação inerente à dimensão ideológica das formações discursivas não somente interdita determinadas formas de produção de sentido, ele também atua limitando o imaginário de suas formas-sujeito. É possível, portanto, conceber os discursos não somente como edificações de sentidos, mas também como vetores semânticos que buscam controlar a heterogeneidade inerente à realidade interdiscursiva, ainda que eles tenham dela precisado para poder adquirir a sua unidade de coerência. Nascidos dentro de um universo plural de sentidos, os discursos necessitam circunscrever essa pluralidade no espaço reduzido de sua coerência, onde determinadas enunciações são assumidas como válidas e outras não.

Entretanto, em períodos de crise e de transformação social, como foi o Brasil da década de 1870, é inevitável que os vértices conjunturais que formam as condições de produção sofram alterações significativas. Estas alterações acabam interferindo nos outros vértices, de modo que as condições nas quais os discursos surgem e são praticados sejam alteradas. Em uma nova conjuntura, as formações discursivas já existentes devem mobilizar sua rede de articulações e se adaptarem à nova situação ou terem a sua existência comprometida. Assim, modifica-se o tipo de controle discursivo realizado pelas

formações discursivas: ao invés de simplesmente deslegitimar a existência de entes heterogêneos situados fora de seu processo a fim de reforçar uma pureza semântica, elas precisam agora dilatar o raio de sua coerência e assumir a possibilidade de existência de novos entes. Com isto, antigas formas de entendimento dos objetos podem ser abandonadas e substituídas por outras mais adequadas às novas condições.

A crise ocorrida no Segundo Reinado e a conseqüente vinda de um novo ideário cientificista produziria implicações diretas no domínio da literatura e da crítica literária. Transferida para as mãos de pensadores de origem urbana, ela buscará desconstruir algumas de suas representações e colocar outras nas posições vagas. Curiosamente, tais vicissitudes podem ser compreendidas não como uma substituição de modelos de crítica literária, mas como a reformulação de um mesmo modelo, adaptado a uma nova realidade política e ideológica. Por conta disso, a crítica literária teve que readequar alguns de seus enunciados, de maneira que teve que enxergar dentro de sua própria coerência os elementos constituintes da heterogeneidade discursiva sobre a qual ela teria que exercer controle.

Dentro do universo discursivo no qual aparece a crítica cientificista, duas matrizes de sentido figuram como sendo de alta relevância para a sua caracterização: a) o conjunto de ideias científicas importadas da Europa, responsáveis pelo estabelecimento de novas balizas teóricas para a tarefa de construção de objetos de conhecimento; b) a crítica literária praticada pela geração anterior, que havia iniciado o processo de estabelecimento de uma tradição de pensamento local. Estes dois conjuntos de dizeres constituem mais diretamente a heterogeneidade discursiva na qual o modelo científico de crítica literária é elaborado<sup>68</sup>. Os críticos que compuseram a chamada geração de 1870 se viram entre esses dois grandes conjuntos discursivos – o romântico e o científico – e o que se configurará como crítica científica dependerá do modo

---

<sup>68</sup> A princípio, a delimitação do universo de adjacências discursivas de uma determinada formação discursiva pode se revelar mais ou menos complexa (a depender do *valor social* do discurso em questão). Quando se aponta as duas matrizes acima, não se nega a possibilidade de a crítica ter estabelecido apropriações de enunciados presentes em outros discursos. A própria vinculação da crítica literária ao modismo cientificista da época já a colocava em proximidade com uma série de outras práticas discursivas (sendo os discursos *clínico*, *jurídico* e *político* alguns exemplos identificáveis com relativa facilidade). Entretanto, por motivos de economia, será necessário delimitar a área interdiscursiva relevante à constituição deste modelo de crítica literária.

como esses dois blocos semânticos serão sintetizados pelos intelectuais daquele período.

A partir da primeira matriz, apropria-se de um ideal científico que contaminava quase todas as áreas de atividade intelectual daquele período. A crítica literária passa a ser produzida segundo um conceito de *ciência* elaborado na conjunção de enunciados oriundos de disciplinas diversas, mas sobretudo da biologia e da antropologia, assim como de diferentes correntes de pensamento, como o evolucionismo, o monismo, o positivismo e o determinismo. Ao crítico literário situado nos últimos decênios do século XIX, a diversidade de ideias científicas importadas que chegavam ao Brasil e então se popularizavam – haja vista a sua presença não somente no terreno da crítica e da produção literária, mas também no debate político, filosófico, jurídico e clínico – ofereciam, todas elas, a possibilidade de se dirigir a um determinado objeto de conhecimento livre de quaisquer preconceitos e enganos, o que faria com que se pudesse chegar à sua verdade. Sobre a diversidade aparente, todas as disciplinas e correntes de pensamento constituíam uma unidade bastante evidente àqueles que àquela época encontravam-se interpelados em sua organização discursiva: todas elas constituíam um ideal de ciência que garantiria a certeza de se estar de posse dos fundamentos que assegurariam uma abordagem objetiva e verdadeira da realidade brasileira.

Sílvio Romero, ao comentar a influência que o positivismo, o evolucionismo e o monismo exerceram sobre o pensamento de Tobias Barreto, expressa a caracterização da cientificidade do discurso de seu mestre como o modo possível de se chegar à verdade dos objetos: “Semelhante modo de pensar envolve por força a necessidade da crítica objetiva, isto é, daquela que, não guardando preferências, estudando os homens e os fatos como eles são, lavra o seu juízo sem tergiversar, por mais enérgico que possa ele ser” (ROMERO 1879, p.494). Uma vez que a ciência é única força pela qual a verdade pode ser atingida, caberia apenas a ela a missão de guiar a nação em direção ao futuro glorioso prometido mas não cumprido pela geração anterior. O discurso científico assumia a responsabilidade de efetivar a modernização que os membros do Partido Conservador apenas tentaram levar adiante. O aspecto *crítico* deste entendimento de ciência é fundamental, pois este processo de modernização estava condicionado à depuração dos prejuízos

acumulados em nosso período de tradicionalismo agrário. Em um dos seus primeiros livros, *A literatura brasileira e a crítica moderna*, Romero afirma que a “ciência da crítica” prepararia o país para o futuro não somente mostrando o caminho a ser seguido, mas também desobstruindo o “terreno juncado de velhos preconceitos e falsidades” (ROMERO 1980, p.07).

A aproximação entre a crítica literária e as teorias científicas da época se apresenta como o estabelecimento de uma nova adjacência discursiva responsável pelo fornecimento de injunções que conferiam autoridade às novas formações de sentido. Estas injunções, entretanto, ocorriam não tanto em função do desenvolvimento da atividade especulativa, mas devido ao valor atribuído aos discursos que conseguiam se alinhar ao ideal de cientificidade. A adoção da ciência pelos intelectuais brasileiros oitocentistas foi feita de uma forma bastante diletante, menos preocupada com a validade das teorias assumidas do que com o valor discursivo que se adquiria ao se atribuir ares de cientificidade a uma argumentação. Como aponta Lilia Moritz Schwarcz, a onda científicista constituiu-se no Brasil como um modismo que muitas vezes não ultrapassou o plano retórico. O real desenvolvimento da ciência e dos conhecimentos objetivos que se poderia ter sobre a realidade não era uma preocupação imediata dos homens de ciência da época, que utilizavam a retórica científica muitas vezes apenas para conferir autoridade às formulações por eles produzidas.

O que se valorizava nesse momento, porém, não era tanto o avanço científico, entendido enquanto incentivo a pesquisas originais, e sim uma certa ética científica, uma ‘cientificidade difusa’ e indiscriminada. Tanto que se consumiram mais manuais e livros de divulgação científica do que obras ou relatórios originais. A ciência penetra primeiro como ‘moda’ e só muito tempo depois como prática e produção. (SCHWARCZ 1993, p.41)

O fato de não se vincular a um efetivo espírito científico, porém, não interfere na relevância discursiva do cientificismo. Atribuir um caráter científico a um texto era uma forma de valorizar um dizer e de se posicionar ideologicamente diante do debate relativo às questões nacionais. Por meio

deles, retirava-se o discurso da crítica literária dos indivíduos ligados à ordem dominante e o entregava nas mãos da nova geração que buscava formas de se afirmar no cenário político e cultural do país. Apesar da diversidade de teorias assumidas, pouco importa a semelhança ou divergência entre elas, pois muitas vezes a retórica científica era utilizada unicamente com a finalidade de realizar o encaixe dos valores de *verdade* e *objetividade* ao que era afirmado. Para a maioria dos intelectuais brasileiros daquele período, a diversidade de teorias científicas constituía um bloco relativamente homogêneo de dizeres que asseguravam uma modalidade precisa e verídica de significar os entes que rondavam a preocupação de nossa *intelligentsia*; ela possibilitava a *crítica objetiva*, caso se queira recorrer ao termo utilizado pelo próprio Sílvio Romero.

Várias foram as maneiras pelas quais os críticos transitaram nesse emaranhado mais ou menos confuso de teorias e ideias. Sílvio Romero decidiu privilegiar critérios etnológicos para construir sua narrativa da literatura e da sociedade brasileira, ao passo que Araripe Júnior resolveu utilizar critérios mesológicos. Debates e polêmicas foram travadas sobre questões pontuais das diversas teorias professadas, como, por exemplo, a polêmica que Romero travou com José Veríssimo sobre a validade do critério nacionalista para a avaliação da obra de Machado de Assis; ou a que ele travou com Araripe Júnior que discutia se a análise psicológica deveria se dirigir à psicologia de um indivíduo ou se deveria incidir sobre a psicologia de um agrupamento social. Mas todas essas divergências gravitavam em torno de um mesmo núcleo discursivo, e muito raramente se saía dos limites traçados pelos discursos que compunham o campo científico. Na maioria das formulações realizadas sobre os objetos literários àquela época havia um alinhamento a esse enunciado fundamental, que dizia que *toda e qualquer reflexão deve se encontrar fundamentada cientificamente para que possa ser assumida como séria e válida*. Assim, pode-se dizer que as diversas teorias científicas que formavam o repertório intelectual daquele conjunto de críticos literários compunham um grande bloco de enunciados injuntivos em relação a este enunciado fundamental.

Entretanto, não se pode avaliar devidamente a crítica científicista considerando apenas a interferência do discurso científico na economia dos dizeres correntes da época. É necessário ter em mente também em como as

formulações dos críticos alinhavam-se ao que fora produzido durante o período romântico. É no modelo de crítica já consolidado em solo nacional que se pode encontrar o substrato semântico que irá interagir com as teorias científicas e assim produzir uma *fricção semântica* responsável pela instauração de uma nova modalidade de estudos literários nacionais.

Estas considerações são necessárias para se evitar o raciocínio, seguido por alguns comentadores da geração de 1870, que diz que para se apreender o surgimento da crítica literária científica brasileira bastaria traçar suas influências estrangeiras. Uma posição que segue esta lógica é a de Afrânio Coutinho. Em sua abordagem desta geração de críticos, ele constrói uma imagem do movimento na qual todo o repertório teórico da crítica literária teria sido renovado no momento da chegada das ideias europeias: “A palavra de ordem que invadiu a vida intelectual foi a *ciência*. Esgotado o Romantismo, a crítica romântica tendo atingido uma crise insuperável, o culto da ciência toma posse dos espíritos.” (grifo do autor) (COUTINHO 1999, p.21). Alfredo Bosi, de modo similar, atribui à intervenção do pensamento europeu a eclosão de uma “ruptura mental” com a tradição intelectual imperial (cf. BOSI 1987 p.181). Glória Carneiro do Amaral, em seu estudo dos poetas do período, também pode ser colocada como mais um exemplo deste posicionamento: “o desenvolvimento do cientificismo solicita uma visão mais objetiva da realidade, deixando para trás o intermédio dos mitos idealizantes do Romantismo” (AMARAL 1996, p.55). Essas posições tendem a enfatizar o aspecto transformador do arcabouço teórico-conceitual que então era assumido e com isso alinham-se em uma mesma linha interpretativa, que poderia ser resumida do seguinte modo: *a chegada das ideias importadas à Europa promoveu uma renovação da tradição intelectual brasileira, o que fez com que o ideário romântico fosse questionado e superado*. Um outro trecho do mesmo texto de Afrânio Coutinho pode deixar tal posição ainda mais evidente: “as correntes avançadas de pensamento determinaram modificações profundas, orientando os jovens no sentido contrário ao que predominava até então.” (COUTINHO 1999, p.25).

Os posicionamentos acima elencados apagam a realidade interdiscursiva já constituída, sobretudo aquela que vinha sendo elaborada durante o período de efervescência cultural presenciado desde a chegada da

família real e do ideário romântico ao Brasil. Neles, há a visão de que as ideias importadas, quando aceitas pela camada intelectual brasileira, teriam sido responsáveis por uma re-fundação de nossa tradição crítica. Estes posicionamentos, como já foi indicado mais acima, podem ser explicados pela ênfase que os comentadores conferem ao aspecto teórico, mas tal explicação ainda é parcial. Outro ponto que também deve ser considerado para se entender o porquê das posições de Bosi, Coutinho e Amaral gravitarem em torno de um mesmo enunciado reside no alinhamento que elas estabelecem com a imagem que os próprios críticos científicistas possuíam de si próprios.

O momento de transição no qual o país vivia, quando se substituíam a ordem imperial pela ordem republicana, favorecia o surgimento de um sentimento generalizado de renovação, o que induzia os intelectuais brasileiros a pensarem que sua atividade deveria ser reelaborada segundo os termos de um pensamento moderno. Isto fez com que eles pensassem em si próprios como indivíduos capazes de trazer o país para uma linha de pensamento que iria garantir o desbaratamento das ilusões que atravancavam o progresso da pátria. Para que isto ocorresse, entendia-se que era necessário um certo ativismo intelectual, que se traduzia como uma insurgência contra a ordem intelectual estabelecida, e que no caso em questão referia-se às produções surgidas sob a égide do romantismo. Naquele momento a ideia de romantismo não ficava circunscrita ao campo dos discursos literários. Uma vez que era entendido que todas as produções espirituais encontravam-se interligadas mediante fatores etnológicos, históricos e climáticos, combater o romantismo significava não apenas ir contra uma estética literária, significava também combater o *establishment* político, a espiritualidade católica, a instituição escravocrata, assim como as demais mazelas sociais, cuja existência era explicada pelo atraso da ordem intelectual que alimentava instituições sociais obsoletas.

Em tais circunstâncias, a forma-sujeito referente ao discurso crítico dizia respeito a alguém imbuído de uma missão social e civilizatória; responsável pela modernização do universo espiritual da nação. Assim, as ideias europeias eram reconhecidas como instrumentos a serem utilizados nesta empreitada, de modo que seu caráter renovador era tido em alta conta por seus defensores. A ideia de ciência é valorizada na mesma proporção em que se empreende uma

campanha de deslegitimação da simbolização romântica da sociedade brasileira: “Um dos indispensáveis recursos da teoria foi combater o romantismo” (ROMERO 1879, p.490).

No balanço do movimento que Romero faz no prefácio ao livro de Lima Barreto aparecem dois pontos que também podem ser encontrados nos textos de Alfredo Bosi, Afrânio Coutinho e Glória Amaral: a) a identificação do ideário romântico a uma ordem tradicional obsoleta que se encontrava em vias de desaparecimento; b) o entendimento das ideias científicas importadas como o instrumento interventivo que promovia a superação e desaparecimento do romantismo. Disto tudo, pode-se concluir que o discurso romântico e o modelo de crítica literária a ele inerente constituiu um *outro* discursivo para a crítica científica brasileira, de modo que a situação de heterogeneidade discursiva na qual a crítica científica se inscreve era composta pela interação entre o conjunto de ideias europeias presentes com a memória discursiva constituída no campo literário brasileiro da década de 1870. Nas visões acima elencadas, tanto as produzidas no século XX como as produzidas por aqueles que viveram aquele embate ideológico-discursivo, há a imagem do discurso romântico como sendo o anátema do ideário científico, seu oposto cujos pressupostos deveriam ser questionados e superados.

O sentimento antirromântico não ficou restrito à crítica, praticamente todo o domínio literário foi invadido por ele. Suas primeiras manifestações podem ser encontradas nos jovens poetas que estreavam no cenário nacional com poemas criados sob inspiração dos versos do poeta francês Charles Baudelaire (cf.: CANDIDO 1989); (cf.: AMARAL 1996). A década de 1870 pode ser considerada um ponto de transformação do sistema literário brasileiro. A escola romântica foi questionada no plano estético e no plano teórico, tanto suas metáforas quanto seus conceitos passaram a ser assumidos como formas ilegítimas de produção de sentido. No plano estético, a reação antirromântica pode ser verificada no posicionamento e na produção dos poetas que surgiam naquele momento. Um deles foi Wenceslau de Queiroz, poeta paulista que em prefácio a um livro de Ezequiel Freyre demonstra o posicionamento literário que vinha se tornando comum naquele momento:

Nota-se por isso, que alguns desses poetas, de começo, conquanto apresentassem uma inclinação nova, um sentimento diverso do dos primeiros e segundos românticos, não tinham, contudo, adquirido ainda uma feição assaz característica e definitiva do movimento poético então iniciado. (QUEIRÓS, 1910: p.III)

Pela citação, pode-se perceber que a nova escola literária ainda pelejava para construir uma unidade estética e doutrinária própria, contudo seus membros irmanavam-se pela busca de diferenciação com as gerações românticas. Este fato também foi apontado por Machado de Assis em seu conhecido ensaio *A nova geração*. Ao que tudo indica, o que parecia unir o jovens poetas era a atitude antirromântica que os impulsionava a superar os ditames do modo de fazer poético da escola que se encaminhava para a obsolescência. Em seu texto, Machado identifica que a presença de um “espírito novo” que estaria animando os novos poetas em muito era devida ao desenvolvimento das ideias científicas, tido por ele como a causa para o abandono das idealizações românticas.

A apropriação do ideal científico pela prática literária é defendida por Sílvio Romero no prefácio que ele escreve ao seu único livro de poemas, *Cantos do fim do século* (1878). A ciência é colocada como uma força desmistificadora da poesia, que seria um “resultado da organização humana, nada tem de absoluto, nem de sobrenatural” (ROMERO 1978 p.VI). Por conta disso, à medida que o ideal científico populariza-se, a poesia romântica se encaminharia para o desaparecimento. Esta posição era em muito devida à projeção de concepções evolucionistas nos fenômenos culturais. Assim, o mesmo *struggle for life* que Darwin identificara no processo de evolução das espécies é utilizado como esquema de compreensão para a dinâmica de surgimento e desaparecimento dos fenômenos culturais: “A literatura rege-se pela lei do desenvolvimento à maneira das formações biológicas. Ainda como as criações biológicas, ela tem a sua luta pela existência, onde as ideias mais fracas são devoradas pelas mais fortes.” (ROMERO 1888, p.691). Na sua *História da literatura brasileira*, ele expressa este entendimento de maneira ainda mais clara: “A poderosa lei da concorrência vital por meio da seleção natural, a saber, da adaptação da hereditariedade, é aplicável às literaturas, e à

crítica incumbe comprová-la pela análise dos fatos” (ROMERO 1888a, p.15-16).

A literatura, assim como as demais manifestações ocorridas no plano das ideias, é encaixada ao termo *organismo*, de modo a permitir que a crítica literária utilize o mesmo referencial teórico da biologia na avaliação dos fenômenos literários. A adjacência com o campo da biologia cumpre a mesma função que o discurso comercial na crítica romântica, e a equiparação da literatura aos organismos vivos substitui o encaixe que antes se fizera entre os termos literatura e mercadoria. Por meio da ideia de literatura enquanto um ser vivo, cria-se uma implicação lateral que associa as ideias de *atraso* e *involução* ao romantismo e as ideias de *modernidade* e *evolução* à crítica científica. Isto possibilita criar o entendimento de que o romantismo, por não ser mais adequado aos novos tempos, estaria morrendo tal qual uma espécie incapaz de se adaptar a um novo ecossistema. Em um verso, publicado em 1882 no periódico *Gazetinha*, Tomás Delfino escreve: “Morto! Morto! Desgraça! É morto o Romantismo”. No prefácio acima referido, Sílvio Romero também utiliza a mesma metáfora biológica: “o romantismo é um cadáver e pouco respeitado; não há futuro que o salve.” (ROMERO 1978, p.XI). Machado de Assis é mais um que metaforiza a derrocada do movimento romântico como um progressivo fenecimento de suas forças vitais: “esse dia, que foi o romantismo, teve as suas horas de arrebatamento, de cansaço e por fim de sonolência, até que sobreveio a tarde e negrejou a noite. A nova geração chasqueia às vezes do romantismo.” (cf.: MACHADO 1957, p.180).

Esta percepção de que o romantismo encaminhava-se para um fim em grande parte era devida aos poemas de jovens autores que surgiam nos periódicos da época. Em um soneto que ficou bastante conhecido pelo tom enérgico com que declara uma nova sensibilidade estética, Carvalho Júnior (2006, p.13) associa ao *modus* romântico de representação feminina as ideias de doença e falseamento.

Profissão de fé

Odeio as virgens pálidas, cloróticas,  
Belezas de missal que o romantismo  
Hidrófobo apregoa em peças góticas,  
Escritas nuns acessos de histerismo.

Sofismas de mulher, ilusões ópticas,  
 Raquíticos abortos do lirismo,  
 Sonhos de carne, compleições exóticas,  
 Desfazem-se perante o realismo.

Não servem-me esses vagos ideais  
 Da fina transparência dos cristais,  
 Almas de santa e corpo de alfenim.

Prefiro a exuberância dos contornos,  
 As belezas da forma, seus adornos,  
 A saúde, a matéria, a vida enfim.

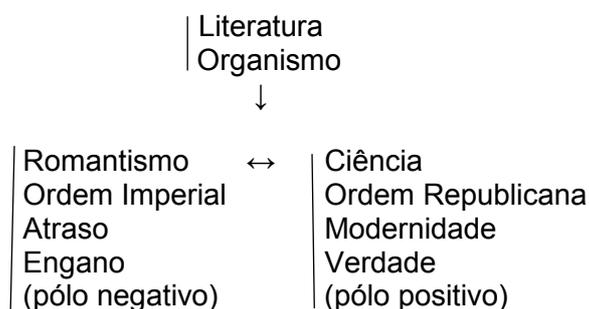
O que deve ser notado neste poema são alguns termos que o poeta utiliza na caracterização das mulheres românticas. Elas não seriam nada mais do que *sofismas*, *ilusões*, *sonhos*, *vagos ideais*. Todas essas qualificações veiculam um mesmo enunciado: *o romantismo produziu representações falsas da figura feminina*. Os termos atuam como disjunções negativas que visavam colocar as verdades românticas como infundadas e mistificadoras. Caso as comparemos com as qualificações que Romero utilizava, pode-se perceber um alinhamento entre os entendimentos que eram produzidos tanto na literatura como na crítica literária. Ao comentar sobre o modo como a questão racial fora tratada por seus predecessores, ele afirma: “Alguns românticos *fantasistas*, destes que andaram por muitos anos se *iludindo com sonhos*, entraram a *acumular vacuidade* neste assunto.” (grifos nossos) (ROMERO 2001, p.58). Aqui, como no poema, o posicionamento romântico é caracterizado como fantasista, ilusório e sonhador, o que o impediria de chegar a um conhecimento verdadeiro sobre as coisas, não somente sobre a figura feminina. Assim, o enunciado acima deduzido a partir do poema vincula-se a um outro mais fundamental, responsável pela expulsão do discurso romântico do domínio da verdade.

Em contrapartida, ao se colocar *perante o realismo*, a mulher do soneto seria revelada em sua integridade. Nele, ela seria o oposto do que seria na caracterização romântica: bela, exuberante, saudável, real. Este poema é, na verdade, uma paráfrase do poema *L’ideal*, de Baudelaire. Em sua versão original, ao invés de fugir de um ideal feminino, o poeta busca um, e nada acusa uma oposição do poeta francês da estética romântica, da qual ele

inclusive foi muito devedor<sup>69</sup>. O antirromantismo do soneto, portanto, é inserido pelo poeta brasileiro em sua versão do poema original. Isto é indicativo de como a oposição ao romantismo constituía-se um tópico importante da conjuntura discursiva nacional da época.

O processo de deslegitimação do romantismo se deu em consonância com a afirmação do ideal científico no domínio da crítica da literatura. Uma concepção de literatura como organismo permitiu que um conceito de ciência literária fosse afirmado paralelamente a uma ressignificação do movimento romântico. As duas elaborações semânticas são desenvolvidas em um mesmo processo discursivo, pois os dois conceitos são construídos por meio de uma oposição simétrica, semelhante ao que o romantismo realizou para significar e opor o período colonial ao período nacional da civilização brasileira. A ideia de romantismo tornou-se um eixo de encaixes semânticos de termos negativos, responsáveis pela simbolização de tudo o que o país precisava abandonar caso pretendesse atingir a condição de país civilizado. Ela se articula a partir de uma implicação opostora que se dá com o termo *ciência*. Esta implicação condiciona a caracterização negativa de um termo à caracterização positiva do outro por meio de pré-construídos simetricamente alinhados:

*Implicações e encaixes responsáveis pela construção de um conceito de ciência e de ressignificação do romantismo*



<sup>69</sup> *O Ideal*: Jamais serão essas vinhetas decadentes,/ belezas pútridas de um século plebeu,/ Nem borzeguins ou castanholas estridentes,/ Que irão bastar a um coração igual ao meu.// Concedo a Gavarni, o poeta das cloroses,/ Todo o rebanho das belezas de hospital,/ Pois nunca vi dentre essas pálidas necroses/ Uma só flor afim de meu sanguíneo ideal.// O que falta ao coração e o que redime/ Sois voós, ó Lady Macbeth, alma afeita ao crime, Sonho de Ésquilo exposto ao aguilhão dos ventos;// Ou tu, Noite, por Miguel Ângelo engendrada,/ Que em paz retorces numa pose inusitada/ Teus encantos ao gosto dos Titãs sedentos! (Trad. Ivan Junqueira).

Ao se comparar a posição dos comentadores da crítica científicista com a que os próprios críticos tinham de si próprios, percebe-se uma congruência entre os dois posicionamentos, o que leva a crer que certa visão recente sobre esta geração ainda reproduz elementos da imagem que aqueles críticos construíram para si próprios. Ao avaliarem a situação em que viviam, críticos como Silvío Romero tinham que assumir o papel de refundadores da crítica literária nacional, este era um imperativo advindo da forma-sujeito referente à formação discursiva da crítica científica que conferia razão de ser àqueles críticos e seu ativismo intelectual. A reprodução desta percepção na produção crítica contemporânea indica que a avaliação de nosso passado intelectual é parcialmente informada por enunciados produzidos ainda no século XIX, o que por sua vez é indicativo de uma presença de um forte efeito de memória discursiva produzida naquele momento que ainda não foi devidamente questionado. A visão construída por Bosi, Coutinho e Amaral, apesar de não se poder dizer que seja completamente equivocada, uma vez que de fato existiu uma situação de embate entre os discursos romântico e científico, não consegue produzir um juízo novo daquela circunstância histórica, e, uma vez que o juízo disponível ainda é o mesmo que os próprios críticos avaliados construíram, pode-se dizer que o que se tem é ainda uma posição enviesada. O problema que é reproduzir as autodefinições construídas pelos próprios agentes da geração de 1870 na interpretação deste movimento intelectual já foi apontado por Ângela Alonso, que afirma que tais definições, longe de serem construídas a partir de termos neutros que referem-se a posicionamentos objetivos, fazem parte, na verdade, de uma retórica que foi utilizada como arma nos embates políticos e teóricos. “A auto-imagem e as explicações dos agentes devem ser o objeto, não o guia da análise” (ALONSO 2002, p.32).

A reprodução de uma autoimagem da geração de 1870, entretanto, não é unanimidade em nossa crítica literária mais recente. Alguns exemplos de posicionamentos diversos do assumido por Afrânio Coutinho podem ser encontrados nos estudos de Antonio Candido (1981), João Alexandre Barbosa (1990), Roberto Ventura (1991), Alberto Luiz Schneider (2005) e Carlos Almeida (2007). De um modo geral, esses autores defendem a tese de que os críticos científicistas teriam continuado uma tradição que se iniciara nos textos

dos críticos românticos. Roberto Ventura conclui isso a partir de dois argumentos. O primeiro diz respeito à importância do *critério historicista* para o modelo de crítica que viria a ser praticado a partir da década de 1870. Este critério não era uma inovação, os românticos teriam sido os primeiros a radicar a produção literária na história e assim explicar uma por sua vinculação à outra: “A relação entre crítica e história desponta, portanto, como questão fundamental. Sílvio Romero procurou aproximá-las, ao atribuir à crítica a missão de contribuir para a construção da nacionalidade, no que dava continuidade à tradição romântica, apesar de se opor à sua estética” (VENTURA, 1991 p.11). Dentro desta lógica, a oposição que o modelo de crítica científicista teria feito ao romantismo teria sido relativa, levada adiante apenas no plano da produção literária, ao passo que no plano das fundamentações teóricas teria ocorrido uma continuidade. João Alexandre Barbosa compartilha esse mesmo argumento. Após identificar uma prática recorrente na crítica nacional, denominada por ele de *paixão interpretativa* (cf. BARBOSA 1990, p.41), que consistiria na avaliação da literatura guiada pela busca por elementos identitários e definidores do país, Barbosa afirma existir uma linha contínua entre as preocupações e o projeto dos críticos românticos e as dos críticos da geração posterior:

O que se pode dizer é que há um traço fundamental de continuidade entre a nossa tradição romântica de crítica e aquela outra de que Sílvio Romero é o grande representante: este traço é, sem dúvida, a afirmação e defesa da crítica como interpretação articulada ao sentido mais geral de uma leitura da história de que se faz dependente e que a alimenta (BARBOSA 1990, p.64).

O que talvez deva ser acrescentado nas leituras acima é que a vinculação à história que tanto os românticos quanto os críticos científicistas realizaram nos estudos literários se deu a partir de construções simbólicas comprometidas a posicionamentos políticos determinados. As leituras da história que ambos modelos de crítica realizaram eram decorrentes de uma prática de utilização dos objetos literários como parte de uma estratégia a ser

utilizada no jogo político. Ainda que não se possa dizer que crítica oitocentista não tenha tido reflexões necessárias ao momento vividos pela civilização brasileira ao longo dos 1800, o pensamento que nela se desenvolveu foi devida menos a uma necessidade puramente especulativa do que a uma vontade de instrumentalização do domínio literário.

O segundo argumento apresentado por Ventura decorre do primeiro, ele aponta a continuidade do *nacionalismo* como critério direcionador da atividade crítica obteve nos últimos decênios do século XIX. Grande parte da agitação cultural desenvolvida durante o período romântico deveu-se ao ímpeto nacionalista, que então vinha à tona em virtude do processo de emancipação política do país. Os homens de letras brasileiros da primeira metade do século XIX assumiram a literatura como um instrumento civilizador que teria que ser utilizado a fim de se criar uma tradição e uma identidade nacional. A ideologia romântica, nacionalista já em sua origem, assentaria perfeitamente a tais propósitos, uma vez que ela postulava a especificidade cultural e espiritual dos diversos povos e nações. Para os românticos, a particularidade de cada cultura seria produzida pelos elementos naturais do território nacional, pela constituição etnológica de seu povo assim como pela sua tradição cultural, sobretudo a existente nas camadas populares. Já a matriz teórica europeia científicista da geração seguinte não possuía o elemento nacionalista; ao invés de promover um relativismo localista, ela estabelecia, sobretudo em sua vertente evolucionista, padrões civilizatórios universais perante os quais os níveis de desenvolvimento das diversas sociedades eram avaliados. Os críticos brasileiros assumiram tais padrões, passíveis de serem encontrados, por exemplo, na teoria do branqueamento defendida por Romero, apesar de algumas exceções, como a teoria da obnubilação brasílica desenvolvida por Araripe Júnior. Não obstante a assunção de referências evolutivas e universalistas derivadas das sociedades europeias, o científicismo brasileiro manteve e deu prosseguimento ao nacionalismo iniciado no pensamento romântico, assim como aos pressupostos que o sustentavam:

A tese da originalidade literária já havia sido formulada pelos críticos românticos Gonçalves de Magalhães, Santiago Nunes Ribeiro e Francisco Adolfo Varnhagen, e por autores europeus, como Ferdinand Denis e Ferdinand Wolf. Tese que foi o ponto

de fundação das histórias da literatura brasileira, cujas primeiras versões abrangentes e sistemáticas foram feitas pelas mãos de Sílvio Romero e José Veríssimo. A crítica e a história literárias brasileiras foram marcadas, até 1910, pelas noções de *raça e natureza*. *As origens do 'estilo' literário eram atribuídas à ação diferenciadora do meio ambiente ou da mistura étnica.* (grifos do autor) (VENTURA 1991, p.18).

A apresentação de Ventura é bastante precisa. Ainda que Sílvio Romero considerasse a si próprio como um intelectual que superara o romantismo, a radicação do pensamento nacional com a sua ideologia original impediria que se operasse uma fratura mais drástica com os fundamentos que a geração precedente utilizou para construir um pensamento literário. A adoção do cientificismo, na verdade, como bem aponta Alberto Luiz Schneider, foi uma forma da geração de 1870 concluir o projeto iniciado pelos românticos dentro de bases mais modernas. Comparando as obras de Sílvio Romero e de Euclides da Cunha, ele identifica uma continuidade do essencialismo nacionalista romântico operada pelos intelectuais cientificistas.

Muitos diferentes entre si, por certo, em ambos autores existia um essencialismo nacional que repousaria no povo, e o seu reconhecimento intelectual se daria pelo instrumento científico e positivo. Aceitaram, implicitamente, a ideia romântica de que a nação teria uma essência, porém apenas a Ciência poderia realmente apreendê-la. (SCHNEIDER 2005, p.30)

A conjugação da radicação da literatura na história com a postura nacionalista fez com que a principal ambição romântica fosse a produção de uma história da literatura brasileira. Apesar de algumas tentativas, nenhum intelectual daquele período conseguiu realizar esse projeto na proporção que viria a ser constatada nas obras de Sílvio Romero e Araripe Júnior. Pode-se dizer, portanto, que a geração cientificista deu continuidade aos projetos românticos, realizando-os a partir das mesmas premissas básicas, apesar das modulações inerentes à interferência das teorias científicas. Carlos Almeida (2007, p.148) aponta a aliança que existiu entre as teses ambientais e raciais das teorias evolucionistas com o historicismo romântico. Outro que identifica um ponto semelhante é Antonio Candido. Comentando a obra de Ferdinand Denis, Candido chama atenção para esta continuidade, presente na

manutenção do entendimento dos fatores climáticos como determinantes da produção cultural: “Com Denis, principia a longa aventura dos fatores mesológico e racial na crítica brasileira, que Sívio Romero levou ao máximo de sistematização” (CANDIDO 1981 p.323).

Mas simplesmente apontar continuidade do nacionalismo é insuficiente para se caracterizar devidamente o pensamento da geração de 1870. Isto apagaria diferenças importantes presentes em dois momentos de desenvolvimento de um processo discursivo. Não compreender as especificidades de cada modalidade de nacionalismo implicaria a desconsideração dos efeitos provocados na conjuntura interdiscursiva pelas mudanças estruturais pelas quais passava a sociedade brasileira. Apenas um fato histórico de grande relevância – como a abolição da escravidão, responsável por uma transformação socioeconômica significativa na vida nacional – pode ser utilizado como um indicativo de que os discursos praticados no início do século XIX não podem ser considerados idênticos aos que podem ser verificados nos últimos decênios do século.

Torna-se necessário, portanto, pensar a diferença que se processa dentro da continuidade apontada por Candido, Ventura e Schneider. Esta tarefa permitiria realizar um equacionamento dos dois blocos divergentes de interpretações da crítica praticada durante o século XIX. À primeira vista, a leitura de que a crítica cientificista foi construída a partir de uma oposição radical ao romantismo pode parecer inconciliável com aquela que entende a existência de uma continuidade entre os dois modelos de crítica, mas caso se considere a possibilidade de existência de uma diferença na continuidade, ou se tenha em mente que, assim como as ideologias nunca são idênticas a si mesmas (cf.: PÊCHEUX 1990, p.253), as formações discursivas também possuem atravessamentos derivados de uma relação interdiscursiva que impedem que elas permaneçam completamente e continuamente estáveis, pode-se compreender em que medida cada posicionamento possui sua dose de razão.

#### 4.3. A ALTERIDADE CONSTITUTIVA DO DISCURSO DA CRÍTICA CIENTÍFICA

A oposição entre os dois posicionamentos distintos sobre a relação existente entre os discursos das críticas romântica e científica é devida à desconsideração, por parte dos comentadores, da dimensão discursiva na qual os dois ideários encontravam-se inseridos. Os estudos referidos anteriormente privilegiaram ora o plano das ideias – as diferentes teorias envolvidas no processo de constituição do discurso da crítica literária – ora o plano ideológico – a recorrência de um ideal nacionalista que atravessa essa crítica, tanto na sua configuração romântica como na científicista. Neste último caso, o problema maior diz respeito à impossibilidade de se perceber como um mesmo posicionamento ideológico se configura de formas diversas ao longo das transformações sociais. Se é certo que a geração científicista manteve o nacionalismo romântico, tanto em alguns de seus métodos como em seus pressupostos, não se pode supor que este posicionamento se manteve monoliticamente ao longo de todo o século XIX. Os elementos ideológicos e metodológicos da crítica romântica que foram conservados pela geração posterior somente receberam o destino que teve porque o processo discursivo não se manteve o mesmo, o que fez com que eles assumissem novos sentidos e novas funcionalidades. Essas transformações devem ser investigadas dentro da dinâmica interdiscursiva das formações discursivas envolvidas neste processo.

No caso das avaliações que decidem privilegiar elementos teóricos, investigações normalmente inseridas no campo da *história das ideias*, a desconsideração da dimensão discursiva também implica limites significativos. Esse modelo de investigação, ainda que esteja longe de ser desnecessário, não pode dar conta do papel que uma formação discursiva desempenha na conjuntura social que a viu surgir, nem da real conjuntura na qual as formações discursivas constituem-se, uma vez que ela não possui uma natureza puramente lógico-conceitual, mas também interdiscursiva. A pesquisa orientada pela história das ideias tende a enfatizar a estrutura lógica à qual um conjunto de ideias pertencem, assim como o valor de verdade que elas

apresentam, mas ignora a ligação das teses e conceitos com as formações discursivas que as fundamentam. Fazendo assim, quando ela passa a confrontar duas estruturas lógicas concorrentes, muito facilmente ela concluirá por uma oposição inconciliável entre os dois planos teóricos, como se cada um constituísse um bloco fechado e impermeável ao seu opositor. Não é o caso de se afirmar que tal conclusão esteja de todo incorreta, mas sim que ela considera apenas parcialmente a realidade das configurações simbólicas e de sua dimensão semântica. Vistas em sua dimensão interdiscursiva, as teorias e ideias defendidas por seus agentes são percebidas dentro de um processo geracional, assim como também torna-se possível perceber o sentido e a funcionalidade que tais ideias possuíram para eles dentro daquele contexto discursivo específico.

Um analista das ideias tende a ter em mente as ideias a partir da coerência lógica que elas formam. Uma tal avaliação não pode dar conta completamente do sentido social que aquelas ideias possuíram, nem do que elas de fato significaram para os indivíduos que as assumiram. Normalmente, julga-se superar tais limitações buscando-se a visão que os próprios agentes possuíam das ideias que professavam, ou da leitura que eles realizaram da situação intelectual na qual eles viveram. Mas, como o processo de interpelação discursiva que incide sobre um sujeito envolve uma série de esquecimentos e ilusões em relação à própria linguagem por eles utilizada, as conclusões obtidas são limitadas. Uma vez que um sujeito não pode ter acesso a uma percepção clara da situação linguística em que vive, não se pode buscar a realidade de seu discurso no juízo que ele próprio possui dele.

No caso em questão, isso não significa dizer que a posição de Afrânio Coutinho, assim como a dos demais comentadores alinhados ao seu posicionamento em relação à crítica cientificista, seja equivocada, mas apenas que ela não atinge a complexidade da questão. Considerado apenas o seu aparato conceitual, o cientificismo de fato se opôs aos pressupostos e práticas do romantismo; mas, considerando-se a efetividade dos discursos das críticas romântica e científica, os sentidos que eles pretenderam e conseguiram veicular, pode-se perceber que a oposição existente entre eles é parte inerente ao processo discursivo cientificista, é um elemento importante de sua configuração, tanto no que diz respeito à sua constituição como ao caráter que

ele assume dentro de sua conjuntura interdiscursiva. A existência de uma crítica científica no Brasil não se deveu unicamente à chegada de um conjunto de ideias importadas, mas sim da conjunção destas ideias a uma realidade já consolidada do interdiscurso no campo dos estudos literários. A presença de uma memória discursiva no momento em que as ideias europeias começam a serem divulgadas em terras nacionais faz com que a crítica romântica constitua-se como o *discurso-outro*<sup>70</sup> do discurso crítico nascente, o que, por sua vez, produz a situação de heterogeneidade discursiva necessária à reconfiguração do discurso da crítica literária.

Como já foi dito acima, toda e qualquer formação discursiva necessita de uma situação de heterogeneidade discursiva para se constituir e se transformar. Isto acontece porque a heterogeneidade implica uma precariedade percebida de recobrimento simbólico da realidade. Nenhum discurso é capaz de recobrir um plano do real em sua totalidade, mas é capaz de satisfazer todas as necessidades simbólicas dos sujeitos que participam do campo por ele recoberto, e em parte isto deve-se ao fato de que algumas de tais necessidades são produzidas pelas próprias formações discursivas. Entretanto, uma vez que a sociedade está constantemente transformando-se, e que os discursos encontram-se sempre em contato uns com os outros, novas necessidades simbólicas surgem a todo momento, forçando as formações discursivas existentes a se dinamizarem e a defenderem o campo discursivo que ocupam frente a novas formações emergentes. A crise do estamento imperial permitiu que novos objetos de conhecimento aparecessem no campo de percepção dos intelectuais brasileiros, como a questão da mestiçagem e da vida nos centros urbanos. A fim de oferecer um recobrimento simbólico aos objetos insurgentes, era necessário que os discursos se transformassem a fim de satisfazer as novas necessidades simbólicas.

Uma formação discursiva perde valor e decai na hierarquia interdiscursiva quando ela não consegue acompanhar o surgimento de novas demandas simbólicas. Poder-se-ia pensar as demandas não satisfeitas como

---

<sup>70</sup> Pêcheux (2012, p.54) afirma que a descrição de um enunciado coloca necessariamente em jogo o discurso-outro “como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa sequência. Esse discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível da sequência, marca, do interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como princípio do real sócio-histórico.”

um vácuo semântico estacionado à espera de uma representação, mas não é bem assim. Estas necessidades surgem à medida que são produzidas por outros discursos situados nas adjacências discursivas de uma formação discursiva em questão (o que indica que elas não podem vir senão já representadas de alguma forma). Elas normalmente estão ligadas à produção de novos objetos em um determinado campo discursivo ou à reconfiguração de objetos já existentes. À medida que novos indivíduos sofrem o processo de interpelação discursivo-ideológica e assumem uma inscrição em discursos emergentes, cresce a importância desses novos objetos e formas de tratamento dos objetos, de modo que as formações discursivas mais antigas passam a ser percebidas como falseadoras ou incapazes de dar conta da realidade das coisas<sup>71</sup>.

Neste momento, uma formação discursiva já estruturada constitui-se como o *outro* da formação discursiva emergente, que então passa a disputar espaço em um determinado campo discursivo. Podemos pensar aqui que a *crítica romântica* e a *crítica cientificista* como duas formações discursivas que se opõem. É nesta oposição que ocorre a dinamização desse plano discursivo maior, denominado aqui pelo termo *crítica literária oitocentista brasileira*<sup>72</sup>.

Esta disputa desencadeia uma interferência na estabilidade interdiscursiva. O interdiscurso é um ente altamente instável devido ao contínuo estabelecimento de novas adjacências discursivas, que se dão à medida que as condições de produção seguem se dinamizando. O resultado disso é o surgimento de novos processos discursivos que, por sua vez, produzem o surgimento, o desaparecimento e a transformação das formações discursivas. O discurso que consegue arregimentar mais valor acaba por se sobressair frente aos outros, mas este processo dificilmente ocasiona a completa e imediata obliteração do discurso “perdedor”<sup>73</sup>. O mais comum é que

---

<sup>71</sup> Ou “o mundo das coisas”, na terminologia de Pêcheux (2009, p.51).

<sup>72</sup> De acordo com a leitura que se quer construir, o que há é uma única formação discursiva – a da crítica literária oitocentista – que se transforma de acordo com as alterações na conjuntura das condições de produção. Perceber os dois modelos de crítica literária enquanto duas formações discursivas distintas torna-se apenas um modo de se descrever a dinâmica de um discurso (há que se lembrar que o termo *formação discursiva* não se refere a uma realidade essencial, ela é apenas um *instrumento interpretativo* a ser utilizado pelo analista.

<sup>73</sup> A completa e imediata obliteração discursiva parece ser um fenômeno improvável, mas possível de se acontecer dentro de um período longo de tempo e em condições de produção extremas, como no caso de uma guerra ou de um genocídio, tal como os que ocorreram a algumas das populações de nativos

é que ele seja marginalizado, relegado a uma importância secundária, abandone as mídias de prestígio e passe a sobreviver de modo difuso na mentalidade de algumas pessoas que, por algum motivo específico, herdou parte de seu circuito enunciativo. Outra possibilidade, constatável no destino que a crítica romântica teve em nossa vida intelectual, é que ocorra um processo de modulação semântica, onde um discurso já constituído é recortado, adulterado e reincorporado ao interdiscurso e ao processo discursivo que então passa a se afirmar como hegemônico. Isto significa que as articulações enunciativas antes tomadas como legítimas agora são relegadas à zona do indizível delimitada pela formação discursiva emergente. Uma transformação como esta no interdiscurso produz a ilusão de melhoria da linguagem, de que o que antes era tido como incapaz de ser dito, ou que apenas precariamente poderia ser dito, pode agora ser referido com segurança, e que os limites da linguagem foram definitivamente superados, de modo que uma relação saudável e consciente com o mundo e sua realidade estaria assegurada.

A condição de alteridade depende de uma relação interdiscursiva produzida pela emergência de uma formação discursiva concorrente. É o discurso emergente que produz um discurso consolidado enquanto o seu outro. Em outras palavras: à medida que um discurso emergente afirma-se e adquire valor social, o(s) discurso(s) que ocupava(m) o mesmo espaço semântico acaba(m) por ser(em) visto(s) como um conjunto de dizeres concorrentes e ilegítimos. Isto não ocorre de modo que este outro seja colocado tal qual um empecilho ao discurso emergente, um obstáculo que devesse ser superado e obliterado a fim de se poder afirmar sua integridade essencial. Pensar assim nos levaria a crer que uma formação discursiva é constituída apenas por seus procedimentos injuntivos, e que as disjunções que porventura se fizessem presentes constituiriam apenas uma dificuldade fortuita, “um mal necessário” que deveria ser desacreditado e desarticulado a fim de se assegurar o ideal de “paz linguística” daquela formação discursiva. Ao invés disso, as disjunções fazem parte do processo estruturador de uma formação discursiva, que se

---

americanos no século XVI. Em condições normais, o desaparecimento de uma formação discursiva parece ser um processo lento, que envolve um longo processo de marginalização antes que ele possa ser concluído por completo.

afirma não somente pelo o que ela torna possível dizer, mas também pelas formas simbólicas que ela “corrige”, torna obsoletas ou relega à sombra da linguagem (formas que ainda não assumiram uma forma efetiva). À medida que outras instâncias da vida se modificam e, com tais modificações, o interdiscurso se dinamiza, algumas formações discursivas consolidadas começam a ser percebidas como se estivessem em desacordo com a realidade das coisas. A percepção desse desacordo gera o ensejo à produção de novas formações discursivas que promovam a adequação. Mas seria mais preciso afirmar não que a percepção do desacordo antecede à produção do discurso, mas que ambas coisas se produzem simultaneamente.

Desse modo, a emergência de uma formação discursiva depende de um desacordo postulado entre uma formação discursiva consolidada e uma realidade das coisas (realidade essa que não deve ser entendida como uma instância essencial a ser utilizada como a “prova dos nove” dos discursos, mas sim como uma conjuntura produzida no nó indissolúvel entre as condições de produção e a configuração do interdiscurso). Então, se uma formação discursiva emergente precisa produzir esse desacordo, isto significa dizer que ela depende da base semântica de seu outro para construir seu próprio processo discursivo. O valor, o caráter, a rede enunciativa e a situação desse outro no interdiscurso são determinantes do modo de insurgência da formação discursiva emergente, assim como da dinâmica de seu processo discursivo. Uma formação discursiva nunca se produz em um ambiente de liberdade, o primeiro condicionamento que ela enfrenta reside na configuração de seu outro, na precariedade percebida/construída dessa configuração, que direciona as articulações enunciativas de um novo processo discursivo, de modo que o Mesmo é indissociável de seu outro. Isto leva a assumir as formações discursivas como dialógicas e aceitar a tese do *primado do interdiscurso*:

Reconhecer este tipo de primado do interdiscurso é incitar a construir um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro. No nível das condições de possibilidade semânticas, haveria, pois, apenas um espaço de trocas e jamais de identidade fechada (MAINGUENEAU2008, p.35-36).

Algo que deve ser acrescentado a esta reflexão é que este espaço de trocas não se limita ao outro de um discurso. Uma formação discursiva surge em um espaço de entrecruzamento de uma série de discursos que contra ela se colocam injuntiva ou disjuntivamente. Apesar de os termos inunção e disjunção estarem mais próximos da descrição dos comportamentos enunciativos, pode-se dizer, por extensão, que um discurso atua em relação a um outro como injuntivo ou disjuntivo. Estas atuações dirão respeito à *relação predominante* capaz de ser estabelecida entre um conjunto significativo de enunciados pertencentes às formações discursivas contrastadas. Entretanto, é improvável que um discurso seja completamente disjuntivo ou injuntivo em relação a outro. Então, na situação de embate discursivo acima descrita, nem todos os enunciados da formação discursiva já constituída serão assumidos como disjunções pela formação discursiva hegemônica, alguns deles podem inclusive adentrar no núcleo enunciativo do processo discursivo que se elabora: “como ele jamais é constituído *ex nihilo*, mas no interior de um espaço discursivo anterior, é compreensível que o discurso segundo remeta no todo ou em parte ao Outro através do qual se constituiu.” (MAINGUENEAU 2008, p.39).

O espaço discursivo no qual uma formação discursiva se elabora é composto por uma série de outras formações discursivas, que podem atuar como injuntivas ou disjuntivas em relação ao discurso emergente. No primeiro caso, os discursos injuntivos fornecem um material semântico que será utilizado no processo de construção da percepção de uma formação discursiva como discordante da realidade. Eles dizem respeito ao conjunto de “fatos novos” que passam a ter que ser considerados na reavaliação de um determinado campo discursivo. No segundo caso, os discursos disjuntivos fornecem o material que precisa ser reavaliado e/ou repudiado, o que justifica o aparecimento da formação discursiva emergente. De uma certa maneira, é a formação discursiva que se encontra em vias de dissolução que gera a necessidade da formação discursiva nascente, embora seja mais correto dizer que tal necessidade é produzida por uma rede mais complexa de entrecruzamentos entre várias formações discursivas, e não somente entre um Mesmo e um outro. A complexidade da heterogeneidade discursiva na qual todo discurso se produz quase sempre situa-se além do alcance de uma única

investigação acadêmica que, quando muito, atinge apenas um espaço desenhado pelo ponto de vista construído pelo próprio investigador.

Um ponto que deve ser observado é que todo esse embate discursivo pode assumir duas formas básicas. Um discurso e seu outro podem desenvolver uma relação sincrônica, o que significa que eles convivem num processo de constante intercondicionamento, que durará até o momento em que as condições de produção não produza mais a necessidade dessa relação. Esta é a situação que aparece nas investigações que Maingueneau conduziu a fim de discorrer sobre a tese do primado do interdiscurso. Outra forma desse embate se processar ocorre nas situações em que um processo discursivo substitui o seu outro ou o assimila. Neste caso, o intercondicionamento é diacrônico, apesar de que em algum momento os dois discursos irão conviver e estabelecer um conflito provisório, o que faz com que todo embate discursivo seja sincrônico em algum momento. Este período de embate sincrônico de um processo de transformação ou substituição de uma formação discursiva durará o momento que for necessário para que os enunciados de uma matriz de sentido sejam trabalhados pela ordem de legibilidade do processo discursivo que sairá como hegemônico. O que se constata, portanto, é um intervalo de disputa discursiva, que progressivamente arrefece à medida que os velhos esquemas de pensamento são substituídos por novos. Assim, pode-se dizer que o outro, neste caso, constitui um interdito que é trabalhado até o ponto em que ele passa a assumir uma configuração legítima para a nova configuração interdiscursiva.

Este último tipo de embate possui a descrição que mais se assemelha à situação vivida pela crítica romântica no sistema intelectual brasileiro. Houve um breve momento de disputa que logo se resolveu pela incorporação alguns elementos cientificistas no discurso da crítica literária. Seria possível dizer que o discurso da crítica romântica desapareceu com o advento da crítica científica caso a investigação revelasse que suas articulações enunciativas, sobretudo as articulações componentes de seu núcleo discursivo, estavam, àquela época, majoritariamente desbaratadas. Neste cenário, o campo antes ocupado pela crítica romântica estaria preenchido com uma nova rede enunciativa. Esta primeira hipótese encontra-se mais próxima da posição passível de ser exemplificada pelos textos de Afrânio Coutinho sobre o assunto. Caso esta

investigação concluísse neste sentido, ela contribuiria à questão com o detalhamento dos encadeamentos enunciativos que levaram a essa oposição deletéria, algo que nenhum dos críticos comentados mais acima chegou a mostrar. Uma segunda hipótese seria confirmada caso a investigação encontrasse a permanência de uma quantidade considerável de enunciados românticos na crítica literária praticada pela geração de 1870, não obstante a transformação da conjuntura interdiscursiva que facilmente pode ser constatada não apenas no campo dos estudos literários. A conclusão neste sentido colocaria a reflexão mais perto da operada por Candido, Ventura e Barbosa. Ela contribuiria com a exposição detalhada dos enunciados nucleares da crítica romântica que foram realmente importantes no desenvolvimento de um pensamento crítico brasileiro ao longo de todo o século XIX. Esta investigação também seria capaz de apresentar as transformações discursivas, os enunciados descartados e incluídos, as alterações no caráter, no valor e na forma sujeito do discurso da crítica literária que inevitavelmente tiveram que ocorrer justamente para que esta continuidade pudesse ser assegurada.

De um modo ou de outro, é certo que a crítica literária praticada pela geração de 1870 possuiu uma relação injuntiva com os discursos científicos, o que fez com que a crítica romântica fosse postulada como o seu outro. Tal constatação, caso se reconheça, junto com Maingueneau, que a especificidade de um discurso encontra-se ligada a um regime enunciativo sobredeterminado por suas relações com o seu outro, gera a necessidade de se operar um contraste entre os dois modelos de crítica literária. Somente então poderá ser afirmado que um modelo obliterou o outro, ou que o modelo segundo é ainda o primeiro modificado em virtude da instabilidade das condições de produção presenciada naquele período. Nesta última hipótese, os termos *crítica romântica* e *crítica cientificista* não estariam fazendo referência a duas formações discursivas diversas, mas sim a dois momentos de uma mesma ordem discursiva, que poderíamos denominar de *crítica literária brasileira oitocentista*.

#### 4.4. UMA SOCIEDADE MISTIÇA, UMA LITERATURA NACIONAL

Quando resolveu utilizar sua estadia no Brasil para sugerir aos poetas europeus a utilização das paisagens do continente americano na produção literária, Ferdinand Denis considerava-se autorizado a ocupar a posição de conselheiro das letras europeias devido à experiência que ele tivera com a exuberância da natureza americana. Mesmo quando decidiu falar aos próprios americanos, ainda considerava que precisava ser ouvido, pois ele acreditava que séculos de colonização teriam feito os brasileiros cegos às maravilhas de sua própria terra natal. Sendo um estrangeiro, ele possuiria a visão que faltava aos poetas nacionais, que mantinham os olhos voltados sempre para a Europa. Para o romântico, o caráter poético da paisagem era algo evidente, a mera contemplação seria suficiente para se ter o espírito invadido com as inspirações que brotavam das flores, dos animais e da vastidão dos locais que ainda permaneciam selvagens. Ou, diante da impossibilidade de se estar em contato direto com a natureza, recorrer ao relato daqueles que tiveram a oportunidade de fazê-lo. Por isso eles insistiram tanto na adoção da poesia descritiva com o gênero poético mais profícuo da literatura brasileira: por ser a poeticidade da natureza evidente, bastaria apenas reproduzi-la em verso ou prosa para que se obtivesse obras de excelência artística.

Isto se modifica quando o ideal científico passa a interferir no domínio dos objetos literários. Nesta nova situação, o mero observador já não possui mais a autoridade para identificar os elementos de poeticidade e de nacionalidade da natureza ou dos livros, pois eles esconderam-se do mero olhar. O sentido não se encontra mais nas evidências das aparências, mas em um sentido geral ao quais as coisas devem estar relacionadas para que possam ser compreendidas e que deve ser obtido por uma percepção informada por um referencial teórico: “O observador, qualquer que ele seja, sábio ou romancista, deve ter uma filosofia, deve ter uma intuição do mundo e da humanidade capaz de dar sentido às suas pesquisas, capaz de fornecer-lhe um ideal de progresso e libertação” (ROMERO 1882b, p.28). Em vários de seus escritos, Sílvio Romero insistiu na necessidade das posições possuírem uma relação com abstrações de caráter mais generalizador. O arcabouço

teórico disponibilizado pelas novas teorias científicas deveria conduzir a assimilação dos fatos concretos, caso contrário a posição não poderia ser considerada válida: “um conhecimento que não se generaliza fica improfícuo e estéril” (ROMERO 1888a, p.08).

O condicionamento teórico da emissão de juízos sobre os objetos literários constituiu-se como uma estratégia responsável por uma delimitação do campo dos dizeres legítimos. Por meio dela, a crítica científica retira da crítica literária alguns enunciados que foram produzidos durante o período romântico. O ideal científico levava Sílvio Romero a crer que sua geração refundava os estudos literários brasileiros e que ela poderia desautorizar os posicionamentos dos homens de letras da geração anterior e de todos aqueles que não estivessem alinhados aos pressupostos do discurso que ele passara a praticar. As construções simbólicas dos românticos recebiam disjunções negativas e por meio delas elas passam a ser consideradas como fonte de conhecimentos inverídicos. Em seu estudo sobre a poesia popular, Romero comenta o livro *Nosso Cancioneiro*, escrito por José de Alencar. Considera o tratamento do assunto superficial e limitado, a causa seria a falta de um suporte teórico, que teria deixado o autor cearense vulnerável às ilusões enganadoras de seu espírito romântico: “Alencar, apesar de todo o seu merecimento como literato, não tinha uma preparação científica suficiente para tratar destas matérias. Estudou muito pouco o assunto e os seus cismares românticos o iludiram” (ROMERO 1888b, p.115).

O mesmo processo de desautorização discursiva é realizado em outros autores que estudaram a literatura brasileira. Sobre o *Le Brésil littéraire* de Ferdinand Wolf, ele afirma que o livro não possui “vistas teóricas”, e por isto seria um livro “artificial e diplomático” (ROMERO 1882a, p.05). O ensaio de Karl von Martius, *Como se deve escrever a história do Brasil*, é criticado por permanecer no puro descritivismo e não possuir uma teoria que estabeleça um nexos causal entre os fatos considerados (cf.: ROMERO 1888a, p.17). A Varnhagen é negado o mérito de ter sido um historiador da literatura brasileira, pois seu livro não possuiria plano, sistema, doutrina, filosofia ou análise (cf.: ROMERO 2001, p.69). Machado de Assis, identificado como um autor romântico pelo crítico sergipano, também foi desautorizado de forma semelhante:

Não tendo, por circunstâncias da juventude, uma educação científica indispensável a quem quer ocupar-se hoje com certas questões, e aparecendo no mundo literário há cerca de vinte e cinco anos o sr. Machado de Assis é um desses tipos de transição, criaturas infelizes, pouco ajudadas pela natureza, entes problemáticos, que não representam, que não podem representar um papel mais ou menos saliente no desenvolvimento intelectual de um povo. (ROMERO 1882b, p.37-38).

No caso de Machado de Assis, há que se descontar as motivações pessoais de Romero, que tinha escolhido o romancista carioca como um dos seus principais nêmesis no combativo *cénacle* literário da época. Mas, ainda que alimentado por questões pessoais, é significativo que a acusação de falta de teoria tenha se transformado numa forma de ataque a autores que não se encontravam interpelados pelo discurso cientificista. A ideia de conhecimento científico e teórico foi mais uma forma de deslegitimar o discurso romântico e realizar uma apropriação do domínio literário, que agora passa a ser regulado por conceitos científicos que contaminavam a maioria dos campos de conhecimento. A afirmação da ciência como fonte de verdades indiscutíveis era uma forma exercício de poder e de afirmação de ideologias e posicionamentos políticos. Isto não escapou ao faro sempre aguçado do Bruxo do Cosme Velho, que via uma ligação entre a defesa de uma poesia fundamentada em ideias científicas e os posicionamentos políticos mais progressistas da época: “não falta quem conjugue o ideal poético e o ideal político, e faça de ambos um só intuito, a saber, a nova musa terá de cantar o Estado republicano” (ASSIS, 1957, p.184).

Na nova compreensão do que seria o ideal poético, a poesia deixaria de estar vinculada à mera observação da natureza. Para ela veicular a verdade das coisas (e mesmo desde o romantismo o nosso pensamento literário nunca deixou de possuir uma veia *realista*), ela deveria alimentar-se de conhecimentos científicos: “o poeta deve ter as grandes ideias que a ciência desapaixonada e imparcial via divulgando. Deve ser uma consequência e uma síntese de todos os princípios que até aqui hão agitando o século” (ROMERO 1878, p.XXII). Desse modo, tanto a crítica como a própria literatura estariam condicionadas às verdades científicas. Isto faz com que a poesia meramente

descritiva seja colocada no eixo de termos disjuntivos utilizados para ressignificar negativamente a compreensão romântica de literatura, ao passo que a crítica científica é alocada no pólo positivo:



Para a literatura brasileira, utilizada, durante todo o século XIX, como instrumento de legitimação de ideais políticos, a verdade que importava era sempre a verdade do Brasil, do espírito nacional. Se para os românticos esta verdade permanecia no campo do visível e se cumpria no cantar da natureza ou do índio, para a geração de 1870, a verdade da nação deveria ser revelada pela ciência, de modo que a questão do caráter nacional da literatura brasileira passa a ser assumida como um fato científico. O nacionalismo em literatura deixava de ser apenas um posicionamento a ser adotado e se tornava um dado do real a ser investigado e provado por teses construídas a partir de metáforas biológicas e evolucionistas. Isto se dava pela introdução da ideia de *fatores* da literatura.

A crítica cientificista manteve o nacionalismo herdado dos românticos, mas pretendeu reelaborá-lo de modo que não houvesse contradição com o referido processo de delimitação dos dizeres legítimos. Afinal, se os românticos apoiavam-se em ilusões enganadoras, o entendimento que eles possuíam do espírito nacional não poderia senão estar equivocado. Para ser correta, a compreensão do caráter nacional deveria adequar-se à ideia de que os fenômenos culturais obedeciam a leis evolutivas que determinavam o desenvolvimento da vida nacional. Assim, a dinâmica literária passa a ser equiparada ao processo de evolução da sociedade brasileira. Isto faria com que a crítica se transformasse em sinônimo de estudo sociológico. Ao

comentar sobre os objetivos de sua *História da literatura brasileira*, Romero afirma que “seu fito é encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito, do caráter do povo brasileiro” (ROMERO 1888a, p.09).

Neste momento, pode-se readequar a afirmação de Alberto Luiz Schneider. O nacionalismo cientificista não compartilha o mesmo essencialismo romântico. Apesar da hipótese da existência de um espírito nacional configurar uma postura essencialista, o pressuposto evolucionista diria que esta essência nacional não estaria acabada desde sempre, sua formação ocorreria progressivamente, à medida que a sociedade brasileira se desenvolve e adquire características próprias. A nacionalidade, portanto, não é tanto uma essência, mas um processo, um *vir-a-ser* contínuo. O que se conserva dos românticos é a crença de que as manifestações culturais são expressões desse espírito nacional, mas a avaliação de um autor nunca permitiria enxergar a nacionalidade acabada, apenas um determinado estágio de seu desenvolvimento. O acabamento do espírito nacional seria um ideal projetado no futuro, quando o processo de formação da sociedade brasileira estivesse concluído, mas a ação diferenciadora do espírito nacional estaria constantemente ocorrendo. Por conta disso, o crítico acreditava que a história da literatura nacional permitiria acompanhar este processo de formação da nacionalidade brasileira. Este, na verdade, é o critério valorativo utilizado pelos estudos literários: “tudo quanto há contribuído para a diferenciação nacional, deve ser estudado, e a medida do mérito dos escritores é esse critério novo. Tanto mais um autor ou um político tenha trabalhado para a determinação de nosso caráter nacional, quanto maior é o seu merecimento.” (ROMERO 1888a, p.07). A avaliação de um determinado autor ou período literário possibilitaria visualizar um momento do caráter brasileiro; a disposição diacrônica dos autores a visualização do desenvolvimento evolutivo no qual a nossa cultura e sociedade estaria se singularizando cada vez mais. A especificidade nacional dos brasileiros era vista pela ciência como algo que iria se avolumando constantemente.

Sílvio Romero acreditava que o processo de formação nacional poderia ser acompanhado caso o intérprete da sociedade e da cultura brasileira possuísse uma percepção informada pelas teorias científicas. Elas permitiriam

enxergar as leis subjacentes à evolução do caráter nacional. A ideia de *leis* está intimamente ligada à noção de *fatores*, que seriam os agentes determinantes de uma formação social. Perceber as leis evolutivas era apenas uma questão de saber avaliar a ação destes agentes determinantes. Estas duas noções estabelecem padrões universais eurocêtricos para a avaliação das sociedades, mas o fato dos fatores variarem conforme cada realidade local abre uma brecha por onde se instala certo relativismo romântico. Ainda que as sociedades, por meio da evolução, estejam se dirigindo a um ideal uniforme, neste processo elas adquiririam singularidades determinadas pela ação dos fatores locais. No início de seu *Compêndio de história da literatura brasileira*, livro escrito em conjunto com a colaboração de João Ribeiro, Sílvio Romero apresenta sua concepção científica da literatura e de seus fatores:

A literatura brasileira não se furta às condições gerais de toda literatura antiga ou moderna – ser a resultante de três fatores fundamentais: o *meio*, a *raça*, as *correntes estrangeiras*. Da ação combinada destes três agentes, atuando nas ideias e nos sentimentos de um dado povo, é que se originam as criações espirituais a que se costuma dar o nome de literatura. É que se deixou de ver em tais criações a obra do acaso, do capricho ou das imposições de um poder estranho qualquer. Eram estas últimas presumidas manifestações da metafísica do *absoluto* em tal ordem de assuntos. A crítica moderna desterrou de seu seio esta classe de fantasmas. É que chegou definitivamente a estabelecer que a literatura é apenas um ramo das criações artísticas, a arte da palavra escrita ou falada, que, como toda a arte, não passa de um capítulo da sociologia, qual acontece a religião, à moral, ao direito, à política, à ciência, à indústria. Ora, o fundamento de toda a sociologia vem a ser *terra e gente*, o *meio* e a *população* (ROMERO 2001, p.23).

Por mais que Sílvio Romero quisesse fortalecer a ideia de que a crítica científica superara definitivamente a crítica romântica, a definição dos fatores definidores da sociedade e da literatura brasileira encontra-se muito próxima da apresentação dos elementos determinantes da literatura nacional apresentados por Ferdinand Denis no seu *Resumé*. Para o francês, a singularidade da literatura brasileira e de seu espírito nacional viriam dos novos sentimentos e imaginações provocados pelo calor do sol, pelo caráter das raças autóctones e

das paisagens naturais. A importação de ideias – as *correntes estrangeiras* das quais fala Sílvio Romero – também é considerada, mas sua influência é vista negativamente, pois atuaria em um sentido contrário à diferenciação nacional. Este entendimento não se modifica na crítica cientificista: “quem tiver sido um mero imitador português, não teve ação, foi um tipo negativo” (ROMERO 1888a, p.07). Assim como no discurso da crítica romântica, a literatura brasileira continua sendo pensada a partir da singularidade dos sentimentos nacionais, que seriam resultantes de fatores de ordem climática e biológica. Desse modo, é possível constatar a permanência de uma mesma fundamentação enunciativa que liga a literatura ao caráter nacional do país, assim como uma idêntica articulação de encaixes responsáveis pela explicitação desse caráter:

*Definição do conceito de literatura na crítica literária nacionalista*

A literatura	expressa	o caráter nacional.
	é	o meio
		a raça
		as correntes estrangeiras

Na posição do verbo, foi incluído um encaixe entre os verbos *expressar* e *ser* porque nos textos críticos a forma como é entendida a expressão do caráter nacional faz com que a literatura acabe se confundindo com ele. Já no que diz respeito aos encaixes que podem ser verificados na posição de objeto do verbo, pode-se perceber que os itens permaneceram estáveis nos dois modelos de crítica literária praticada ao longo do século XIX. É esta estabilidade que permite Antonio Candido reconhecer uma identidade nas definições de literatura brasileira apresentadas por Denis e Romero. O enunciado fundamental, que liga a literatura brasileira ao espírito nacional, ao “quid indefinível” de que nos fala Sílvio Romero (1888a, p.09), permite que Alberto Luiz Schneider identifique a continuidade do essencialismo e Ventura e Barbosa a manutenção do nacionalismo.

Estas semelhanças e identidades, contudo, não impedem que se produzam algumas representações divergentes. Isto ocorre porque os termos

encaixados na posição ocupada pelo termo *caráter nacional* se desdobram em novos encaixes. É neste segundo nível que se opera o descolamento do caráter nacional de elementos vinculados à simbolização romântica da nação. É o caso do termo *raça*, que pelos românticos brasileiros foi entendido pelo termo *índio*. Sílvio Romero, contudo, argumentando a partir da noção de *fator* e dos pressupostos evolucionistas, realizará o desencaixe desse termo e substituirá pelo termo *mestiço*.

Segundo a sua teoria racial, o caráter brasileiro somente estaria formado quando a *raça* branca assimilasse completamente o negro e fizesse com que ele desaparecesse. A obliteração do negro e a hegemonia da *raça* branca não poderia ser realizada mediante o extermínio direto, mas pelo indireto, que ocorreria mediante os sucessivos cruzamentos e progressivo branqueamento da população brasileira<sup>74</sup>. Isto se daria porque o branco precisou se aclimatar numa região onde o sol era mais forte, e o cruzamento com o negro e a geração do mestiço permitiria a adaptação ao novo ambiente. O índio, por outro lado, não teria condições de participar da aclimação do branco e estaria fadado ao desaparecimento em um momento bem anterior que o do negro:

A *raça* primitiva e selvagem está condenada a um irremediável desaparecimento. Dos dois povos invasores, o negro resistirá ainda por muito tempo; ir-se-há modificando no *mestiço*, e ajudando, dest'arte, a formação do futuro *branco brasileiro*, que acabará por triunfar de todo, não devendo, porém, nunca esquecer que foi ajudado pelas sofredoras e robustas *raças* africanas a conquistar este solo e fundar uma nacionalidade, que pode um dia ser original e forte (ROMERO 1888b, p.307).

Enquanto a geração da *raça* brasileira branca não se conclui, o mestiço seria o tipo nacional por excelência, o principal fundamento de nossa brasilidade naquele momento do processo de formação do caráter nacional. A *raça* branca europeia seria entendida como uma matriz racial para a população brasileira e o negro seria um fator diferenciador que, ao transformar o branco

---

<sup>74</sup> Romero utiliza o critério de extermínio *direto* e *indireto* para diferenciar o modelo de colonização anglo-saxão do ibero-latino (cf.: ROMERO 2001, p.44).

português, produziria uma nova raça nacional, a raça brasileira. Por ser enviesada pelo nacionalismo romântico, a etnologia racista que se desenvolve no Brasil associa o caráter nacional a elementos raciais. Cria-se, deste modo, a noção de raças nacionais. Nação e raça passam a serem vistas como realidades indissociáveis, sendo a nacionalidade uma consequência da configuração psicológica das raças que compõem a população de um país.

Apesar de já se encontrar presente na argumentação apresentada no *Resumé*, a noção de raça ganha mais força na crítica científica e se torna o conceito fundamental da reflexão desenvolvida por Sílvio Romero. O que não se modifica é o esquema de implicações laterais silogísticas que acabam por concluir em um conceito racial de literatura e na definição de um gênero literário característico da literatura brasileira: se o caráter brasileiro é a raça nacional, e a literatura, por sua vez, é o caráter brasileiro, então a literatura é a raça nacional. Sendo a raça nacional o mestiço, então a poesia essencialmente nacional não viria dos cantos indígenas, uma vez que o índio não teria participado decisivamente na constituição racial do brasileiro, mas sim *dos cantos populares*. Apesar de chegar a uma conclusão diversa da que pode ser constatada na crítica romântica, o esquema de implicações laterais se mantém, modificando-se apenas o termo que ocupa a posição de raça característica. No esquema abaixo, as setas duplas identificam um equacionamento semântico provocado por encaixes de pré-construídos (assim como a linha vertical). A seta simples indica uma articulação lateral resultante dos encaixes semânticos. As barras entre dois termos indicam a substituição de termos ocasionada pela introdução do ideal científico na crítica literária.

*Encaixes e articulações responsáveis pela determinação de um gênero literário nacional*

Literatura ↔ | caráter nacional  
                   | raça nacional ↔ índio/mestiço

↓

A poesia indianista/popular é o gênero característico da literatura brasileira.

Em seu livro *Estudos de poesia popular do Brasil*, Sílvio Romero investiga os cantos populares de diversas províncias. Segundo sua argumentação, a poesia popular brasileira teria surgido a partir dos cantos trazidos para o Brasil pelas três raças matrizes. “Cada um devia cantar as canções de seu país. De todas elas amalgamadas e fundidas em um só molde – a língua portuguesa, a língua do vencedor, é que se formaram nos séculos seguintes as nossas canções populares” (ROMERO 1888b, p.17). No início, as canções que aqui eram cantadas deveriam ser consideradas estrangeiras, pois a nacionalização da herança cultural portuguesa e africana e europeia somente ocorreria no século XVIII e XIX (cf.: ROMERO 1888b, p.19), período no qual elas teriam começado a se misturar. Essa mistura de cantares será assimilada como um mestiçamento de ordem cultural, entendido como derivado do mestiçamento racial. A literatura brasileira, portanto, não é mais vista como um produto criado a partir de uma simples observação da natureza. Ela é entendida como uma resultante do processo de evolução das raças que compõem a psicologia nacional. Este processo teria produzido uma cultura nacional ao ter realizado a mistura de raças, uma vez que a ideia de literatura e de cultura estavam equalizadas à ideia de organismo: “o que se diz das raças deve-se repetir das crenças e das tradições” (ROMERO 1888b, p.18).

A mistura racial era vista como uma forma de adaptação do branco à realidade tropical. Desse modo, a noção de *cultura mestiça* implica um reconhecimento das origens europeias e africanas da cultura brasileira. A ideia de *aclimatação* racial da população branca modifica consideravelmente como a cultura brasileira é concebida. Os românticos afastaram completamente a possibilidade de participação da cultura europeia na cultura brasileira. Ao se voltar para a natureza americana e para a tradição indígena, eles pressupunham a existência de uma cultura completamente original e distinta da que pode ser presenciada no continente europeu. O essencialismo nacionalista dos românticos encontra-se mais ligado à ideia de uma pureza original da cultura nacional. Isto se dava assim devido ao desequilíbrio de poder provocado pelo processo de independência política, que dependia de ideologias com forte elemento antilusitano. No período cientificista, contudo, o sentimento antirromântico substitui o antilusitanismo, de modo que a participação da cultura portuguesa pode novamente ser considerada na

avaliação do processo de formação da nação. Por conta disso, a cultura brasileira será definida como sendo a cultura portuguesa transformada pelos agentes aclimatadores encontrados na realidade local brasileira.

A teoria da *obnubilação brasileira* desenvolvida por Araripe Júnior segue este mesmo princípio, modificando apenas a ênfase dada aos agentes transformadores, uma vez que ele confere mais importância à influência do clima do que à mistura racial. Segundo ela, a cultura brasileira seria produzida pela transformação que se daria nos elementos culturais importados devido ao efeito do calor tropical. Comparada com a cultura-matriz, a cultura brasileira possuiria uma incorreção que produziria a diferença que assinala a especificidade nacional. A sua mais conhecida frase de efeito expressa justamente isso: “O tropical não pode ser correto. A correção é fruto dos países frios” (ARARIPE JÚNIOR 1978, p.126).

A ênfase dada ao aspecto climático da natureza brasileira também pode ser considerada uma outra substituição de encaixes. Para o romântico, a ideia de natureza remetia mais a aspectos da flora e da fauna. Isto em parte foi devido à continuidade de um certo nativismo literário que surgira desde Manuel Botelho de Oliveira e foi continuada por alguns autores árcades, como Frei José Santa Rita Durão. Por conta disso, a ideia de natureza permitiu substituir a ideia de Europa pela ideia de América no processo de construção de identificações nacionais. Para a crítica científica, a ideia de natureza, de meio, remeterá mais diretamente ao clima tropical do que às paisagens selvagens. Assim como ocorre com o conceito de mestiço, esta identificação também não pode ser considerada uma novidade, pois já Denis atribuía a singularidade da poesia americana ao calor do sol. Mas há um deslocamento de ênfase, e por isso o Brasil passaria a ser simbolizado não somente como um país americano, mas também como um país tropical. Mas, ainda que o crítico cearense enfatize a ação do calor no processo de particularização da cultura importada, a *aclimação* também envolve outros fatores, como o sangue crioulo. Na sua caracterização da escola naturalista brasileira, ele afirma:

O naturalismo, ou se subordina a esse estado de coisa, ou se torna uma planta exótica, - mera curiosidade. A nova escola,

portanto, tem de entrar pelo trópico de Capricórnio, participando de todas as alucinações que existem no fermento do sangue doméstico, de todo o sensualismo que queima nos nervos do crioulo (ARARIPE JÚNIOR 1978, p.127).

Assim como Araripe Júnior não ignora os efeitos da mestiçagem, Sílvio Romero não ignora os efeitos do calor, que, segundo seu entendimento, teria levado o branco a misturar-se com o negro. *Mestiçagem e tropicalismo* são os dois signos que passam a adquirir um importante valor no processo de consolidação de um novo modelo de crítica. É por eles que se constrói uma noção de nacionalidade informada pelo conceito de aclimatação. Tanto a ideia de uma literatura tropical quanto a de literatura mestiça derivam de uma concepção de cultura brasileira como uma resultante de um processo de adaptação de tradições estrangeiras a uma nova realidade natural. Segundo Romero, quando os românticos quiseram atribuir um caráter indígena à literatura brasileira, eles criavam uma concepção puramente *temática* de literatura: o índio era visto como um tema, um assunto a ser tratado nas composições literárias, não como um fator determinante das leis que regulam a dinâmica literária (cf.: ROMERO 2001, p.70). O caráter científico que adquirira o discurso da crítica literária modifica o entendimento do aspecto racial da literatura, que passa a ser considerado como um princípio da dinâmica da produção literária, e não um simples objeto da representação artística. Para a crítica literária das últimas décadas do século, o índio não poderia ser utilizado como tema da literatura, pois esta seria uma atitude enganosa e não científica. Ele também não poderia ser assumido como fator, pois sua raça não conseguira se adaptar às condições de uma sociedade moderna e por conta disso sua influência estaria fadada ao completo desaparecimento.

A introdução da ideia de ciência como um princípio regulador dos objetos inseridos dentro do domínio literário decorria da grande importância que os discursos dotados de caráter científico adquiriram nas últimas décadas do século XIX. A dominância dos discursos científicos modificou sensivelmente a conjuntura interdiscursiva na qual a crítica literária era gerada. A atribuição de um caráter científico ao discurso da crítica literária provocou algumas substituições de encaixes de pré-construídos que alicerçavam o entendimento

disponível para os fenômenos literários. Em primeiro lugar, modifica-se um entendimento sobre quais gêneros literários seriam os mais verdadeiros e, por conseguinte, mais nacionais. Ao invés da literatura descritiva e indianista, há a literatura científica e popular<sup>75</sup>. A poesia científica substitui a descritiva e modifica o aspecto hermenêutico da concepção de literatura: é pela teoria, e não pelo olhar, que a literatura chegaria à verdade nacional. Por outro lado, considerando-se o aspecto genético, o domínio no qual a literatura caracteristicamente nacional surgiria, há a substituição da poesia indianista pela poesia popular, uma vez que seria no caráter mestiço da cultura brasileira que residiria sua verdadeira nacionalidade. Da mesma forma, ocorre um deslocamento da ênfase dada a determinados fatores da literatura: a raça mestiça e o clima tropical passam a ser considerados em detrimento da raça autóctone e da natureza selvagem. No esquema abaixo, as setas indicam um deslocamento de itens semânticos utilizados para significar os termos *literatura* e *caráter nacional*. Entre parênteses, indica-se o aspecto destes itens.

*Modificação de encaixes semânticos derivados de uma concepção científica de literatura*

Poesia descritiva (aspecto hermenêutico)	→	Poesia científica
Poesia indianista (aspecto genético)	→	Poesia popular
Natureza americana (meio)	→	Natureza tropical
Índio (raça)	→	Mestiço

---

<sup>75</sup> Ainda que possa ser uma distinção considerada óbvia, deve ser ressaltado que a poesia científica não era idêntica à poesia popular, nem os esquemas legitimadores dos dois gêneros eram os mesmos. A poesia científica era legitimada por sua ligação com a verdade científica, ao passo que a poesia popular era legitimada porque se adequava ao esquema explicativo do fenômeno literário nacional construído pela crítica científica. Deve ser notado que, ainda que aqui no Brasil a valorização da poesia popular tenha se dado durante a modalidade científica de crítica literária, o entendimento de que a verdade da nação estaria no *folk-lore* é essencialmente romântico (Romero, inclusive, utiliza o conceito de *inerrância popular* dos irmãos Grimm para defender o estudo da poesia popular). Isto apenas reforça a tese de que a crítica científica serviu para consolidar algumas concepções românticas em nosso sistema literário.

Essas modificações de encaixes semânticos decorrem de uma atualização do universo semântico da crítica literária provocada pelo novo valor discursivo que ela assume. Dotada de um caráter científico, uma série de signos dinamizam seus significados sincronicamente, pois todos eles se deslocavam em virtude de um único fenômeno discursivo: a introdução do ideal científico no domínio literário. Este novo ideal é responsável pela modificação de um encaixe fundamental para a compreensão do fenômeno literário. Ele substitui a equiparação que os românticos tinham realizado entre os termos literatura e mercadoria pela equiparação entre literatura e organismo. Por meio da ideia de mercadoria, os românticos interpretaram a condição literária do país a partir de uma lógica comercial. A desconformidade da literatura produzida no Brasil em relação a sua essência nacional era explicada pela situação de exploração econômica subjacente ao monopólio comercial exercido por Portugal. A conformidade, por outro lado, se daria quando se conseguisse no plano literário a mesma liberdade econômica adquirida por meio da Independência política. A partir de uma lógica biológica, a desconformidade passa a ser explicada pela adoção de esquemas mentais produzidos fora das condições climáticas e raciais locais, ou atrasados em relação ao momento pelo qual o país passava. A conformidade, por sua vez, se daria quando a produção literária ocorre em função dos fatores determinantes locais e de esquemas mentais considerados modernos. A ideia de uma literatura livre, entendimento adotado pelos românticos, é substituída pela ideia de uma literatura moderna.

As teorias científicas do século XIX, apesar de infundadas e problemáticas em vários pontos, permitiram um ganho simbólico ao nosso sistema intelectual, pois elas serviram para construir uma representação mais próxima da complexidade da cultura brasileira. Entretanto, não se pode interpretar esse ganho simplesmente como uma maior aproximação a uma realidade factual (apesar de certa aproximação não poder ser negada, uma vez que a mera inclusão do negro e do mestiço como elementos compositores da nossa sociedade implicaria uma simbolização menos artificiosa que a elaborada durante o período romântico). A reconfiguração do discurso da crítica literária realizada pela geração de 1870 em grande parte foi devida ao jogo de forças ideológicas ocorridas naquelas condições de produção, pois a

delimitação do campo dos dizeres legítimos talvez tenha se dado mais por uma necessidade de se desautorizar os críticos românticos do que a uma sincera vontade de saber.

#### 4.5: CONCLUSÃO: RAÍZES ROMÂNTICAS DE UMA CIÊNCIA DA LITERATURA

Quando publicou seu resumo da história da literatura do Brasil, Ferdinand Denis lançava, na introdução que antecede a análise dos autores nacionais, uma espécie de manifesto literário que seria decisivo para o desenvolvimento das ideias literárias no Brasil. Nela, é afirmado que a literatura brasileira seria singular e original caso aproveitasse os elementos de sua realidade local. Ao considerar a literatura que de fato foi produzida, no entanto, Denis não constatou a presença das inspirações originais produzidas pela realidade americana, apenas a imitação dos modelos literários europeus. No seu entendimento, isto significava uma corrupção do verdadeiro espírito nacional que deveria conduzir a produção literária brasileira. Diante disso, ele convoca os poetas brasileiros a assumirem a missão de reverter esse quadro e conferir uma feição nacional à literatura produzida no Brasil.

A construção de uma reflexão local sobre a literatura em parte se dava devido a uma conjuntura internacional na qual os regimes absolutistas já não mais encontravam condições de prolongar suas formas de domínio, de maneira que o sistema colonial receberia contínuas pressões para a sua dissolução. O fortalecimento da ideia de existência de uma identidade nacional que se expressava por meio da literatura foi uma forma de consolidar a ideia de uma nação unificada e livre dos laços coloniais que impunham o monopólio comercial por parte de Portugal. O rompimento do pacto colonial permitiria a abertura dos portos brasileiros às nações comerciantes da Europa, de modo que não estranha que o conceito de literatura nacional tenha sido gerado em território europeu.

Devido à importância da questão econômica, um entendimento para o fenômeno literário é construído a partir de uma adjacência discursiva com o

discurso comercial. Por meio dele, a literatura seria entendida a partir de uma lógica semelhante à que regia a troca de mercadorias. A questão da importação cultural foi assimilada a partir da situação de exploração comercial imposta pelo regime colonial. Da mesma forma que o Brasil não possuía autonomia econômica, a identidade de sua cultura teria sido raptada por Portugal, que impunha à sua colônia a extensão de sua tradição cultural. Após a Independência política, no entanto, uma nova perspectiva se abria para o país. Da mesma forma que a liberdade política foi conquistada, também seria possível atingir uma literatura livre da interferência da metrópole.

Apesar do rompimento do pacto colonial, a estrutura socioeconômica do Brasil não foi transformada pela Independência. Até meados do século XIX, a sociedade brasileira ainda era de fundo agrário e dependente do trabalho escravo. Mais uma vez, serão as pressões internacionais que forçarão uma modificação desta situação. A partir da década de 50, depois da interferência inglesa na política nacional e da lei Eusébio de Queirós, a conjuntura nacional passa por modificações significativas. A realocação de recursos que antes eram destinados ao tráfico escravo permite o desenvolvimento dos centros urbanos e o surgimento de grupos de mobilização política que colocarão novas demandas no debate público. Isto dinamiza o jogo político e provoca a crise da ordem imperial.

É dentro do contexto desta crise que se opera uma reforma do domínio literário. Se no período romântico um conceito de literatura brasileira foi elaborado a fim de deslegitimar aqueles que, ainda ligados aos tempos nos quais o conceito de literatura produzida no Brasil era informado por uma concepção luso-brasileira, entendiam as literaturas brasileira e portuguesa estavam incluídas em uma mesma tradição cultural, a partir da década de 1870 este mesmo domínio de objetos é apropriado por um grupo de intelectuais que buscavam desautorizar a reflexão desenvolvida pela geração precedente e afirmar uma nova concepção de literatura. Ao invés de uma literatura *livre*, entendia-se agora que o país deveria ter uma literatura *moderna*, i.e.: em acordo com a nova forma de se postular objetos de conhecimento.

Estes deslocamentos, no entanto, alcançam apenas a periferia da formação discursiva da crítica literária, eles não atingem o núcleo de seu processo discursivo. Em primeiro lugar, pode-se apontar a continuidade da

vinculação da literatura a um destinamento da civilização brasileira. Assim como os românticos, os críticos cientificistas projetavam na literatura uma interpretação sobre o passado e sobre o futuro do país. Se a geração anterior explicou a precariedade das letras nacionais pela exploração do domínio português, os cientificistas interpretaram que o nosso atraso cultural decorria da presença de elementos arcaicos em nossa organização social:

Ainda temos uma legislação civil anacrônica; uma religião de Estado; uma vida municipal nula; a escravidão, e toda a casta de privilégios. A grande pobreza das classes populares, a falta de instrução e todos os abusos de uma organização civil e social defeituosa, devem ser contados entre os empecilhos ao desenvolvimento de nossa literatura. (ROMERO 1888b, p.52)

Desse modo, os enunciados que ligavam a precariedade literária do país à sua condição colonial podem ser considerados como análogos aos que ligam esta mesma precariedade ao atraso social decorrente da manutenção da ordem imperial. Modifica-se o conteúdo semântico causal, mas é mantida a cadeia explicativa que condiciona a nacionalidade literária à situação econômica e política do país. Em certa medida, a crítica cientificista aparece em nosso cenário intelectual também devido à constatação de que as promessas românticas não haviam se cumprido. Quando Sílvio Romero escreve que “nunca fomos, nem somos ainda, uma nação culta, livre e original” (ROMERO 1888b, p.53), ele tanto indica certa desilusão pessimista quanto a manutenção de uma mesma ordem de preocupações cultivadas pela geração anterior. Ainda que dotada de impulsos renovadores, a crítica literária ainda buscava oferecer respostas sobre as possibilidades da sociedade brasileira possuir uma literatura livre e original. Apesar de suas especificidades conjunturais, produzidas pela diferença dos cenários políticos das duas metades do século XIX, os termos *liberdade* e *modernidade* possuíram funções discursivas muito semelhantes: ambos realizavam uma instrumentalização dos objetos literários a fim de utilizá-los no campo das disputas ideológicas.

Um segundo ponto onde pode ser percebida uma regularidade semântica encontra-se na vinculação da literatura ao caráter nacional, assim

como na definição deste caráter. Uma revolução significativa dos estudos literários nacionais teria sido operada caso o enunciado fundamental da crítica romântica, que vinculava a literatura ao caráter nacional brasileiro, fosse questionado. Ao invés disso, a crítica cientificista ratificou este entendimento por meio de uma matriz discursiva dotada de uma maior importância na conjuntura interdiscursiva da época. Os românticos ingleses compreenderam a literatura como uma consequência do sentimento e da imaginação do escritor. Os românticos brasileiros retiraram o componente individual deste entendimento e interpretaram os sentimentos e as imaginações poéticas como sendo derivadas de um espírito coletivo. Os críticos cientificistas atualizaram esta mesma compreensão por meio da ideia de psicologia nacional e de sua concepção orgânica de literatura. Nela, o Brasil e sua literatura são entendidos como uma criatura viva, dotada de sentimentos próprios e singulares. Os poetas e escritores seriam os órgãos responsáveis pela expressão daquilo que se passa na psicologia deste organismo:

Uma literatura tem uma base, tem elementos e tem órgãos. A *base* da nossa é o sentimento do brasileiro, como nação à parte, como produto étnico determinado; os *elementos* são as tradições das três raças sem predomínio de uma sobre as outras; os *órgãos* são os nossos mais notáveis talentos, todos aqueles que sentiram como brasileiros (grifos do autor) (ROMERO 1888b, p.120).

O deslocamento dos itens semânticos que preenchiam a compreensão do caráter nacional pode ser considerado significativo, mas eles não saíram da órbita prevista pelo discurso crítico surgido nas primeiras décadas do século XIX. No pensamento de Denis e de outros críticos e historiadores europeus que se ocuparam da literatura brasileira, como Von Martius e Ferdinand Wolf, os elementos necessários para se pensar a civilização brasileira como sendo dotada de uma cultura mestiça já poderiam ser encontrados, mas o entendimento que ganhou mais força dentre nossos intelectuais em um primeiro momento foi a associação do caráter nacional ao elemento indígena. Diferentemente do que diziam aqueles que professavam os ideais cientificistas,

a vinculação do caráter nacional ao elemento negro e mestiço não constituíam uma grande novidade, apenas uma volta a certos elementos do discurso fundador dos estudos literários que não receberam a devida ênfase nas décadas anteriores.

O vínculo entre expressão literária brasileira e critérios raciais e naturais fizeram com que a presença de elementos culturais estrangeiros fosse assumida como um desvirtuamento da verdadeira índole nacional e como causa de uma produção cultural artificial. A lógica cientificista repete esse mesmo entendimento, e por vezes ela chegou também a associar a reprodução de modelos europeus a uma espécie de escravidão literária. Ao comentar a obra de Bernardino Ribeiro, Romero utiliza a mesma oposição entre América x Europa que pode ser encontrada nos escritos de Denis:

Bem como na ordem social temos a escravidão, na esfera escrita somos um povo de servos. Os nossos mais ousados talentos, se nos aconselham o abandono da imitação dos portugueses, instigam-nos, por outro lado, a macaqueação francesa. [...] Não devemos imitar ninguém. Sejamos brasileiros; tiremos de nós mesmos um espírito, um gênio, um caráter literário. Anteponho este conselho a Bernardino Ribeiro. Da Europa, especialmente da Alemanha, a cultura geral e nada mais. A alma deve ser nossa, deve ser americana. (ROMERO 1888a, p.506).

Por estar condicionada ao espírito nacional, à “alma americana”, a literatura é entendida não como um fruto de um artesanato autoral, como uma manipulação habilidosa da linguagem por parte do poeta ou romancista, mas como uma expressão espontânea dessa força supraindividual nacional. O caráter nacional foi visto como uma imposição de forças naturais das quais o poeta não poderia escapar, apenas se deixar levar por ela. Os românticos disseminaram a ideia de que os índios eram poetas espontaneamente, uma vez que as inspirações da natureza americana o levavam a produzir composições artísticas nas quais o elemento nacional se manifestava naturalmente. A expressão da vontade individual foi, durante toda a crítica literária praticada no século XIX, vista com grande desconfiança e associada ao desvirtuamento da índole nacional provocado pela reprodução de uma

cultura estrangeira. Já foi mencionado aqui em como Araripe Júnior entendia as composições de José de Alencar como resultantes de impulsos espontâneos de sua índole. Ele chega a afirmar que “a maior parte do gênio consiste em atos inconscientes” (ARARIPE JÚNIOR 1978, p.37). Um texto que é característico desta atitude é o ensaio que Sílvia Romero escreve sobre Machado de Assis. Nele, o crítico identifica uma série de elementos, como o *humour* e a ironia, que, segundo sua compreensão, não seriam característicos da índole nacional, uma vez que a raça brasileira não seria capaz de produzi-los espontaneamente (ROMERO 2001, p.289). Machado os teria empregado em suas composições a partir de um aprendizado adquirido com a leitura de livros. A leitura e a educação literária seriam danosas, pois impediriam o fluir espontâneo da índole nacional.

Quando, pois, o escritor dá largas ao seu próprio temperamento, produz as melhores e mais espontâneas páginas de seus livros; quando se entrega aos preceitos e regras que aprendeu nas obras alheias, aos *tics* que foi adquirindo aos poucos, resvala, algum tanto, para o extravagante e gera tipos incertos de suposto humorismo, como *Brás Cubas*, *Quincas Borba*, *Dom Casmurro* e *quejandos*. (ROMERO 2001, p.298)

A ideia de que a atividade literária depende da manifestação espontânea de um temperamento está associada à continuidade da mentalidade conservadora e senhorial da primeira metade do século. Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1995, p.164), o declínio do mundo rural deixara vagas as posições de comando antes ocupadas pela nobreza colonial formada por senhores agrários. A ocupação dessas vagas foi realizada por uma espécie de aristocracia ilustrada e urbana. A forma como este novo grupo praticou a atividade intelectual revela a continuidade de um tradicionalismo aristocrático da sociedade brasileira. Um traço indicativo disso é, nas palavras do referido sociólogo:

A presunção, ainda em nossos dias tão generalizada entre seus expoentes, de que o verdadeiro talento há de ser espontâneo, de nascença, como a verdadeira nobreza, pois os trabalhos e o estudo acurado podem conduzir ao saber, mas assemelham-se, por sua monotonia e reiteração, aos ofícios vis que degradam o homem (HOLANDA 1995, p.164).

A crise da ordem imperial foi responsável pela abertura da estrutura de oportunidades políticas, mas isto não possibilitou uma transformação profunda de certos traços de nossa sociedade. Isto também é apresentado pela leitura que Angela Alonso faz da ação política da geração de 1870. Segundo a autora, este movimento intelectual, que teve um caráter internacional, aqui no Brasil não possuiu a faceta transgressora apresentada em alguns países. Ao invés de revolucionário, a geração de 1870 teve uma dimensão *reformista*. O movimento instaurou modificações na organização do estado e criticou a capacidade da elite imperial de empreender um projeto civilizatório para o país, mas ele não dissolveu uma distinção entre povo e elite. Por conta disso, o impacto das novas ideias foi amortecido e o contato que elas tinham com doutrinas socialistas apenas marginalmente apareceram no discurso dos intelectuais cientificistas brasileiros (cf.: ALONSO 2002, p.334).

De forma semelhante, a crítica desenvolvida pela geração de 1870 não operou uma renovação completa da reflexão literária desenvolvida no Brasil, pois não instaurou uma interrupção de um processo discursivo sobre o domínio literário. Ao invés disso, ela manteve vínculos com fundamentos discursivos surgidos na crítica romântica. É verdade, porém, que os deslocamentos de pré-construídos são responsáveis pela modificação de alguns entendimentos sobre o fenômeno literário, e estas alterações, como foi dito acima, devem ser consideradas como um ganho simbólico. Mas as transformações discursivas operadas podem ser consideradas enquanto dotadas do mesmo caráter reformista verificado no plano político, pois tiveram um alcance muito menor do que acreditavam aqueles que se encontravam interpelados pelo discurso cientificista.

Tudo isto revela que os críticos cientificistas permaneceram circunscritos em uma ordem discursiva e apenas muito timidamente conseguiram sair das fronteiras do enunciável que começaram a serem estabelecidas no momento

em que Ferdinand Denis resolveu abandonar a pretensão de querer influenciar as letras europeias e passou a sugerir o aproveitamento da realidade americana aos autores brasileiros. Isto é indicativo de um forte efeito de memória que se impõe sobre a crítica e que de certa forma limitou a sua inventividade. Pêcheux (1999, p.52) definiu a memória discursiva como um retorno de certos implícitos que ocorre quando se tenta ler um texto novo. Ela instaura uma ordem de legibilidade que se repete. A leitura que críticos como Sílvio Romero e Araripe Júnior realizam da cultura nacional ainda estava fortemente enraizada na interpretação oferecida pela geração anterior. Este enraizamento se revela na vinculação da literatura ao destinamento do país e ao caráter nacional; no entendimento deste caráter em termos de fatores deterministas; na concepção de literatura como manifestação instintiva da psicologia nacional e na compreensão da leitura e da educação literária como um desvirtuamento da essência nacional. Por conta disso, não se pode considerar a crítica romântica e a crítica cientificista como dois discursos distintos sobre os objetos literários, eles antes se constituem como dois momentos de um mesmo discurso que se transformou diante das vicissitudes operadas nas condições de produção. Estes momentos possuem suas historicidades particulares, mas não há uma separação traumática entre eles. Pode-se, portanto, pensar que estes dois momentos encontram-se articulados em um único paradigma discursivo, de modo que a crítica romântica e a crítica cientificista constituem duas configurações de um mesmo discurso que poderia ser referido como *crítica literária oitocentista brasileira*.

A publicação da *História da literatura brasileira* de Sílvio Romero deve ser considerada um evento discursivo intimamente ligado ao lançamento do *Resumé de l'histoire littéraire du Brésil* de Ferdinand Denis. Os dois textos encontram-se em duas pontas de um mesmo processo discursivo que não permanece estável, mas dinamiza-se em virtude de novos atravessamentos discursivos provocados pelas oscilações na conjuntura interdiscursiva assim como nos demais vértices das condições de produção do discurso crítico brasileiro. A crítica literária surge no Brasil com a missão de satisfazer necessidades simbólicas que não permaneceram restritas a uma reflexão sobre o fenômeno literário. O pensamento literário oitocentista esteve condicionado a uma reflexão mais ampla sobre a situação e o destino da

nação. Isto pode ser lido como uma consequência da crise identitária de um país jovem e recém saído do regime colonial. Esta crise não se resolve durante o século XIX, o que explica a persistência da memória do discurso romântico não somente na crítica finissecular, mas também em quase toda a produção literária do período. Assim como a crítica, a literatura produzida no Brasil também esteve condicionada por esta crise identitária, de modo que os textos literários muitas vezes se ocuparam de satisfazer, por meio de uma outra modalidade discursiva, as mesmas necessidades simbólicas que podem ser verificadas no discurso da crítica.

É certo que o enraizamento romântico da reflexão e da produção literária brasileira não termina no século XIX. Quando se considera os modernismos da década de 20, percebe-se que tanto a literatura como a crítica continuariam tentando resolver os mesmos dilemas criados pelos românticos. Alberto Luiz Schneider identificou na obra de Mário de Andrade duas preocupações direcionadoras: “a consciência de dotar o país de independência artística, social e econômica, de modo a reforçar a nacionalidade brasileira, e o ‘sentido de militância’, que teria nascido da necessidade de uma militância intelectual” (SCHNEIDER 2005, p.201). Estes direcionamentos, segundo o autor, aproximariam a obra de Mário da de Romero. Isto é certo, mas este vínculo pode ser rastreado até o aparecimento da reflexão romântica sobre a literatura. O mesmo pode ser dito sobre a literatura regionalista surgida na década de 30, assim como sobre a persistência da ideologia estética naturalista estudada por Flora Sussekind (1984). A constante necessidade de vincular a literatura a uma interpretação do país fez com que a literatura brasileira fosse marcada por um realismo insistente.

A persistência da memória romântica também pode ser verificada na tentativa de constrangimento semântico operada pela leitura realizada por Afrânio Coutinho do artigo *Instinto de nacionalidade* de Machado de Assis. A cooptação de uma voz discordante da importância de Machado se dá como uma tentativa de modulação semântica que objetiva estabelecer um paradigma de normalidade para os estudos literários. A crítica literária surge no Brasil nas primeiras décadas do século XIX e alguns de seus fundamentos discursivos continuariam válidos ainda na crítica do século seguinte. A dificuldade de nos reconhecemos em uma definição de nossa identidade fez com que

continuássemos correndo atrás de uma representação do ser brasileiro por meio da literatura, e enquanto essa questão não fosse resolvida, a reflexão literária continuaria atada às suas raízes românticas.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABREU E LIMA, José Inácio de. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. Niterói: Typographia Nitheroy de rego e Comp., 1835.
- ALENCAR, Heron. José de Alencar e a ficção romântica. In: COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1969. v. 2 - Romantismo, p. 217-321
- ALMEIDA, Carlos Eduardo. *Entre o próprio e o alheio: a construção literária da nação brasileira*. São Paulo: Ômega editora, 2007.
- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil- Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. Epílogo do Romantismo. In: *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. Vol. 39, n.1, 1996.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado: notas para uma investigação*. Lisboa: Editorial Presença, 1974.
- AMARAL, Glória Carneiro do. *Aclimatando Baudelaire*. São Paulo: Annablume, 1996.
- ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. Gregório de Matos. In: *Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- \_\_\_\_\_. José de Alencar. In: *Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- \_\_\_\_\_. O movimento literário de 1893. in: *Obra crítica de Araripe Júnior*. Vol III: 1895 - 1900. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1963
- ARAÚJO, Valdei Lopes. As transformações nos conceitos de literatura e história no Brasil: rupturas e discontinuidades (1830 - 1840), in: *Saeculum - Revista de História*; João Pessoa, n.20, pp. 49 - 68, jan./jun. 2009.
- ASSIS, Machado de. A nova geração. In: *Crítica literária*. Rio de Janeiro: Jackson, 1957.
- \_\_\_\_\_. Literatura brasileira: instinto de nacionalidade. In: *Crítica literária*. Rio de Janeiro: Jackson, 1957.
- AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo. Ática, 1997.

BARBOSA, Januário da Cunha. Prefácios e índices do Parnaso Brasileiro. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1999.

BARBOSA, João Alexandre. *A leitura do intervalo*: ensaios de crítica. São Paulo: Iluminuras, 1990.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Ática, 1999.

BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

\_\_\_\_\_. *L'art romantique*. Paris: Louis Conard, 1920.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 3ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

BOSI. *História concisa da literatura brasileira*. 3ªed. São Paulo: Cultrix, 1987.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*: momentos decisivos. 6ª ed. Vol.2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

\_\_\_\_\_. Os primeiros baudelairianos. *In: A educação pela noite*: e outros ensaios. São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Às armas, cidadãos*: panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820 - 1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CARVALHO JÚNIOR, Francisco Antônio de. *Hespérides*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

CÉSAR, Guilhermino. *Sismonde de Sismondi e a literatura brasileira*. Porto Alegre: Lima, 1968.

\_\_\_\_\_. *Historiadores e críticos do romantismo - 1*: a contribuição europeia, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

COLERIDGE, Samuel Taylor. *Biographia literaria*. London: J.M. Dent & sons, 1909.

COSTA LIMA, Luiz. *Dispersa Demanda*: ensaios sobre literatura e teoria. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

\_\_\_\_\_. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

\_\_\_\_\_. *O fingidor e o censor*: no ancien régime, no iluminismo e hoje. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.

\_\_\_\_\_. *O controle do imaginário*: razão e imaginação nos tempos modernos; 2ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989

\_\_\_\_\_. *Mímesis e modernidade: formas das sombras*. 2ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. *In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leadro. Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

\_\_\_\_\_. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009

COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada: o espírito de nacionalidade na Crítica Brasileira*. Rio de Janeiro. José Olympio, 1968.

\_\_\_\_\_.A crítica naturalista e positivista. *In: COUTINHO, Afrânio (org.). A literatura no Brasil*, 5ªed. São Paulo: Global, 1999.

DENIS, Ferdinand. *Scènes de la nature sous les tropiques, et de leur influence sur la poésie: suivies de Camoens et Jozé Indio*. Paris: Chez Louis Janet, 1824.

\_\_\_\_\_. *Resumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du resumé de l'histoire littéraire du Brésil*. Paris: Leconte et Durey, 1826.

\_\_\_\_\_. *Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1838.

FOCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_. O que é um autor? *In: Ditos e escritos: estética - literatura e pintura, música e cinema (vol. III)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

GAMA E CASTRO, José da. Correspondência. *In: CÉSAR, Guilhermino (org.). Historiadores e críticos do romantismo: 1: a contribuição europeia, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: editora da universidade de São Paulo, 1978.

GARRETT, Almeida. Bosquejo da história da poesia e da língua portuguesa. *In: Parnaso Lusitano*, tomo I. Paris: Casa de J.P. Aillaud, 1826.

GOLDMANN, L. Sociologia do romance. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967

GODECHOT, Jacques. Independência do Brasil e a Revolução do Ocidente. *In*: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *In*: BARONAS, Roberto (org.) *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro e João editores, 2007.

HARRIS, Zellig S., Discourse Analysis, *in*.: *Language*. Vol.28, no.1 (Jan - Mar) pp. 1-30, 1952.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HERCULANO, Alexandre. Futuro literário de Portugal e do Brasil. *In*: CÉSAR, Guilhermino (org.). *Historiadores e críticos do romantismo: 1: a contribuição europeia, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: editora da universidade de São Paulo, 1978.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. *In*: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange (orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

LIMA, Alceu Amoroso. *Estudos: 3ª série*. Rio de Janeiro: A ordem, 1930.

LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil: 1808 - 1821*. 1ºvol. Rio de Janeiro: Tip. Do Jornal do Comércio, 1908.

LUKÁCS, Georg. A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *In*: *Nitheroy*: revista brasiliense. Paris, n.01, pp.132 - 159,1836.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAURO, Frédéric. A conjuntura Atlântica e a Independência do Brasil. *In.*: MOTA, Carlos Guilherme (org.). : dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MOTA, Carlos Guilherme. Europeus no Brasil à Época da Independência: um estudo. *In.*: MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil (1870 - 1922)*. São Paulo: Alameda, 2009.

NOVAIS, Fernando A.. As dimensões da independência. *In.*: MOTA, Carlos Guilherme (org.): 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ORLANDI, Eni. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 3ªed., Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. Remontons de Foucault à Spinoza. *In.*: MALADIER, Denise. *D'inquétude du discours*. Paris: Cendres, 1990.

\_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso. *In.*: GADET, Françoise, HAK, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux*. 3ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. *In.*: ACHARD, Pierre (et al.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In.*: GADET & HAK (orgs.) *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990

POE, Edgar Allan. The poetic principle. *In.*: *The works of Edgar Allan Poe*. Vol. 1. Toronto: Courier Press, 1904

QUEIRÓS, Wencelau. Ezequiel Freire (à guisa de prefácio). *In.*: FREIRE, Ezequiel. *Livro Phostumo*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1910.

RIBEIRO, Gladys Sabina. A comissão mista Brasil - Portugal para o reconhecimento da Independência. João Pessoa: ANPUH - XXII Simpósio Nacional de História, 2003.

RIBEIRO, Santiago Nunes. Da nacionalidade da literatura brasileira. *In*: COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do pensamento crítico*. Vol 1. Rio de Janeiro: Pallas, 1980.

RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara (biblioteca de cultura científica), 1894.

ROMERO, Sílvio. *A literatura brasileira e a crítica moderna: ensaio de generalização*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1880.

\_\_\_\_\_. *Introdução à história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1982a.

\_\_\_\_\_. *O naturalismo em literatura*. São Paulo: Typographia da província de São Paulo, 1882b.

\_\_\_\_\_. *Cantos do fim do século*. Rio de Janeiro: Typographia Fluminense, 1878.

\_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira*, tomo primeiro (1500-1830). Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1888a.

\_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira*, tomo segundo (1830-1877). Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1888a.

\_\_\_\_\_. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil (1879-1880)*. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1888b.

\_\_\_\_\_. A prioridade de Pernambuco no movimento espiritual brasileiro. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, 2º tomo, 1º ano, pp. 486 - 296, Jun/ Set 1879.

\_\_\_\_\_. Explicações indispensáveis. *In*: BARRETO, Tobias. *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. editores, 1900.

\_\_\_\_\_. *Compêndio de história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Imago Ed., Universidade Federal de Sergipe, 2001.

ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

SAINTE-BEUVE. *Premiers Lundis*. Vol.I. Paris: Calmann Lévy, 1886.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 27ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Sílvio Romero, hermeneuta do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Roberto. Nacional por subtração. *In: Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. *Bosquejo da história da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia Franceza, 1843.

\_\_\_\_\_. *Capítulos de história da literatura brasileira e outros estudos*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2001.

SISMONDI, J. C. L. Simonde de. *De la littérature du midi de l'europe*. Vol 4, 3ª ed. Paris: Treuttel et Wurtz, 1829.

STAEL, Madame de. *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*. Paris: Charpentier, 1842.

SUSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance?* Uma ideologia estética e sua história: o naturalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

TOMAZ, Fernando. Brasileiros nas Cortes Constituintes de 1821-1822. *In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

VARNHAGEN, João Adolfo. *Florilégio da poesia brasileira; tomo I*. Lisboa: Imprensa nacional, 1850.

\_\_\_\_\_. *História geral do Brazil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 2ªed., 2º vol. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1877.

VERÍSSIMO, José. O sr. Machado de Assis. *In: Estudos brasileiros, 2ª série (1889-1893)*. Rio de Janeiro, Paris, Garnier, 1907.

VENTURA, Roberto. Estilo tropical: a natureza como pátria. *In: Remate dos males*. Campinas, (7): p.27 - 38, 1987.

\_\_\_\_\_. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870 - 1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIEIRA, Anco Márcio Tenório. *Entre Tupã e a Cruz de Malta: a autonomia literária e o conceito de literatura luso-brasileira no século XIX:1800 – 1875*. Tese de Doutorado, João Pessoa, 2002.

VON MARTIUS, KARL FRIEDRICH. Como se deve escrever a história do Brasil; *in*: Revista de História da América, Nº42, Dez., 1956, pp. 433-458: Pan American Institute of Geography and History.

WORDSWORTH, William. *Lyrical Ballads*. Vol I; 4ªed. London, R. Taylor and Co., 1805.

\_\_\_\_\_. *Poems in two volumes*. Vol II. London: Longman, 1807.

WOLF, Ferdinand. *Le Brésil littéraire : histoire de la littérature brésilienne suivie d'un choix de morceaux tirés des meilleurs auteurs brésiliens*. Berlin : A. Asher & Co., 1863.

ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. *In*: ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ZILBERMAN, Regina. O resumo de História Literária, de Ferdinand Denis: história da literatura enquanto campo de investigação. *In*: *Veredas: revista de associação internacional de lusitanistas*. Santiago de Compostela, n.19, pp. 121 - 144, 2013.

\_\_\_\_\_. Ferdinand Denis e os paradigmas da história da literatura. *In*: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo* - v.2, n.1, pp.137 - 147, jan/jun. 2006.